

ORGANIZAÇÃO PAROQUIAL E JURISDIÇÃO ECLESIAÍSTICA NO PRIORADO DE LEIRIA NOS SÉCULOS XII A XV *

SAUL ANTÓNIO GOMES **

1. A organização paroquial: contextos e funcionalidade

Sob um ponto de vista da história religiosa, Leiria, após a fundação por D. Afonso Henriques, em 1135, conheceu o aperfeiçoamento das suas estruturas administrativas eclesiais. Assim, a vila de Leiria dividir-se-á em paróquias que, no início do séc. XIII, constituíam um conjunto de cinco. Este fenómeno enquadra-se na explicação de Oliveira Marques que, escrevendo sobre o contexto geral das paróquias urbanas portuguesas, regista: «o estudo da multiplicação das paróquias é sem dúvida um dos melhores elementos para avaliar o surto de uma cidade. Todavia, nem sempre a imagem espelhada se mostra fiel. Tradições e privilégios dificultavam a criação de novas paróquias ou mantinham outras perfeitamente injustificadas. De uma maneira geral, as paróquias correspondentes ao núcleo primitivo da cidade eram mais pequenas e estavam por isso mais embrechadas umas nas outras do que as que abrangeram as áreas urbanizadas nos séculos XIV e XV»¹.

¹ A. H. de Oliveira Marques, *Introdução à História da Cidade Medieval Portuguesa*, Braga, 1981, pp. 19-20.

* Principais abreviaturas utilizadas: ANTT — Arquivo Nacional da Torre do Tombo. AUC — Arquivo da Universidade de Coimbra. DHP — *Dicionário de História de Portugal* (dir. Joel Serrão), 6 vols., Porto, Iniciativas Editoriais, 1979. DR-I — *Documentos Medievais Portugueses. I. Documentos Régios (a. d. 1095-1185)* (ed. Ruy de Azevedo), tomos 1 e 2, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958, 1962. PMH, SCRIPTORES — *Portugaliae Monumenta Historica. Scriptores*, I, Lisboa, Academia das Ciências, 1856.

** Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Certamente que as «tradições» locais explicarão, em inúmeros casos, a permanência de circunscrições administrativo-eclésiásticas independentemente de uma base demográfica consistente que lhes confira um carácter algo mais do que simbólico². No caso de Leiria, contudo, o processo da sua organização paroquial não resulta de um horizonte histórico remoto. Baste recordar, em justificação desta asserção, que o povoamento local é um produto da reconquista undecentista portuguesa e terá de ser neste contexto que encontraremos a explicação para a morfologia paroquial leiriense.

Acreditamos também na justeza das palavras de José Mattoso quando, a propósito de Leiria, escreveu que o estabelecimento de cinco circunscrições religiosas, na vila, é testemunho «do seu crescimento populacional (...)» e conclui que «a interpretação do número de freguesias como indício demográfico tem, no entanto, de se fazer com algum cuidado. O que interessa é o seu ritmo de multiplicação. O momento de criação significa, de facto, aumento populacional»³.

Entre os indícios que atestam crescimento populacional na Leiria undecentista citam-se o elevado número de pobres aqui residentes em finais do século⁴, o surto urbano-topográfico da povoação que, para lá das muralhas, se revela ainda na consolidação da sua rede viária (estradas e pontes⁵), a «reforma-actualização» dos seus estatutos foraleiros em 1195⁶, a definição ou reajustamento progressivo do seu alfoz por confronto doutras estruturas concelhias entretanto afirmadas e que lindavam com Leiria, a colonização e exploração do seu território com a sua consequente valorização económica, e o próprio interesse colocado por instituições eclesiásticas na disputa duma supremacia jurisdicional sobre Leiria.

Todos estes factores seriam, de facto, inexplicáveis se não lhes estivesse subjacente uma massa humana demograficamente ampla e em crescimento.

² Além dos exemplos aduzidos por Oliveira Marques, nas páginas antes citadas, acresce-se J. Le Goff, «L'apogée de la France urbaine médiévale», in *Histoire de la France Urbaine. 2. La ville médiévale*, Paris, ed. Seuil, 1980, pp. 232-234; Jean Avril, *Le gouvernement des évêques et la vie religieuse dans le diocèse d'Angers (1148-1240)*, Lille, 1987, pp. 57-60, 153-155, 291-309, 394-395; Avelino de Jesus da Costa, «Paróquia», in *DHP*, V, pp. 7-8.

³ José Mattoso, «A Cidade de Leiria na História Medieval de Portugal», in *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Lisboa, ed. Estampa, 1987, p. 102.

⁴ *DR*, I, n.º 334 (1179). Cf. José Mattoso, *op. cit.*, p. 100.

⁵ *DR*, I, n.º 189 (1142-1144).

⁶ *DR*, II, n.º 84 (1195). Cf. José Mattoso, *op. cit.*, p. 101.

No entanto, e recuperamos nisto as judiciosas palavras de Oliveira Marques antes transcritas, o aumento populacional por si só, por mais significativo que seja, não se relaciona forçosamente com surto de instituições paroquiais. Da mesma forma não tem de haver um forçoso esvaziamento populacional de um antigo núcleo paroquial para este ser extinto. Se é verdade que estes dois elementos (população + paróquia eclesial) podem variar na mesma e directa relação, o pressuposto inverso também se pode, dum ponto de vista lógico, verificar.

Assim, a fundação de novas paróquias à custa da pré-existência doutras anteriores, ou mesmo de raiz, denuncia prioritariamente o desenvolvimento em termos de acumulação de riqueza atingido por determinada comunidade. A erecção de uma freguesia pressupõe não só o interesse das entidades do poder que a promovem como também a existência de condições financeiras ou económicas — não necessariamente relacionadas com índices populacionais de maior ou menor intensidade — que permitam esse investimento realizador.

Criar uma paróquia pode justamente espelhar interesses de grupos de poder, assim como manter outra «perfeitamente injustificada» pode denunciar exactamente a mesma situação.

Necessitamos, pois, de observar com mais pormenor a questão das origens cronológicas e socio-económicas das freguesias de Leiria.

As paróquias leirienses devem ter sido fundadas, quer as urbanas, quer as rurais, antes do fim do século XII. Inserir-se a sua criação, desta forma, no movimento generalizado a toda a Europa ocidental que tem nesta mesma centúria o seu momento mais intenso no processo de expansão paroquial⁷, ainda que as paróquias urbanas portuguesas acompanhem com atraso este movimento⁸.

No entanto, deve-se a Santa Cruz de Coimbra um dos actos documentados mais antigos de delimitação de uma colação urbana, justamente em Coimbra, em 1139⁹. Maior tradição histórica tinham, como se sabe, as paróquias rurais do Portugal setentrional¹⁰. Mas

⁷ J. Le Goff, *op. cit.*, pp. 232-234; Jean Avril, *op. cit.*, pp. 291-292, 394-395

⁸ Vide José Mattoso, «A História das Paróquias em Portugal», in *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, Lisboa, 1984, pp. 49-51.

⁹ DR, I, n.º 172. Cf. José Mattoso, *op. cit.*, p. 49.

¹⁰ Miguel de Oliveira, *As Paróquias Rurais Portuguesas. Sua Origem e Formação*, Lisboa, 1950, *passim*; Avelino de Jesus da Costa, «Paróquia», in *DHP*, V, pp. 7-8.

tem especial importância para Leiria o precedente crúzio coimbrão uma vez que serão, em boa parte, os cônegos regantes crúzios os principais cultores das novas colações do nosso concelho.

Ligado ao «momento da criação» anda o problema da responsabilidade da fundação de cada nóvel instituição eclesial. Tratou-se, em Leiria, de fundações exclusivamente senhoriais? de fundações impulsionadas por poderes laicos, régio ou concelhios? de fundações em que se conjugavam múltiplos interesses e conivências?

Uma vez mais, a escassez documental não permite dar uma resposta definitiva a estas questões. No entanto, sabemos que o processo de fundação das novas freguesias não foi pacífico por terras leirienses. É também um facto estabelecido que a responsabilidade das fundações se deve aos senhores eclesiásticos (Sé de Coimbra e Santa Cruz de Coimbra) mas teremos de acrescentar que, desde cedo, os interesses dos mais poderosos laicos aqui moradores devem também ter influído nesse processo. Esta leitura explicaria, de uma forma plausível, o costume — referido em documentos de Trezentos como muito antigo — dos clérigos beneficiados nas igrejas de Leiria terem de ser naturais da vila¹¹.

O surto de novas paróquias poderia significar, assim, algo mais para lá de um mero crescimento demográfico generalizado e sem rosto, uma vez que lhe teria estado subjacente, entre outros factores, a necessidade por parte do grupo dos mais possidentes da vida (os *militēs* e *boni homines*) de encontrarem colocações profissionais e fontes de sustento para os seus elementos familiares, sobretudo após 1150, altura em que, como já foi acentuado por José Mattoso, os lucros oferecidos por uma situação de guerra deixam de afluir obrigando aqueles que nela tinham a principal origem dos seus rendimentos a procurar novos meios de riqueza económica¹².

A esta «reformulação» da economia local corresponderá o surto paroquial urbano e a consequente organização eclesial do restante território.

A estruturação das paróquias urbanas terá de ligar-se também à expansão topográfica da vila ainda que, como acentuavam as pala-

¹¹ Cf. *O Couseiro* ..., cap. 12. Esta questão foi alvo de composição em 1364, Abril, 19, entre o prior crúzio e os clérigos e concelho de Leiria (ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, Pasta 4, doc. do Alm. 3, s. m.º, s. n.º), renovada em 1409 (Id., *ibidem*, Pasta 9, Alm. 28, m.º 2, n.º 6).

¹² Cf. José Mattoso, «A Cidade de Leiria ...», p. 98.

bras de Oliveira Marques transcritas atrás, não tenha de existir uma relação de causa-efeito absoluta ou real entre ambos os domínios (urbanismo - administração eclesial).

A documentação da época traz-nos o registo de questões derivadas essencialmente em torno de direitos sobre as fundações das paróquias de Leiria, questões, digo, que foram travadas com particular acutilância entre o bispo de Coimbra e o mosteiro de Santa Cruz dessa mesma cidade. É a continuada exposição destas questões nos textos que chegaram até nós, aliás, que nos permitirá entrever com alguma clareza mais o processo fundacional seguido.

Contudo, os interesses «políticos» desencadeados em torno de Leiria, sob o ponto de vista religioso-administrativo, são bem reveladores da importância que a organização paroquial assumia aos olhos dos agentes do poder eclesial. Denunciam, assim, uma ambiência generalizada, europeia mesmo, que raia questões relacionadas com as novas orientações pontifícias no domínio da administração eclesiástica, denunciadoras de novas intenções de política espiritual que se procuram imprimir à Cristandade¹³.

Os conflitos entre Santa Cruz e o bispo diocesano espelham, na nossa perspectiva, a evolução mais profunda da igreja romana no que respeita às questões da evangelização num mundo marcado por um esplendoroso renascimento urbano que obrigava à diversificação das respostas a dar a uma população crescente, tanto nas esferas culturais como nas espirituais¹⁴.

É justamente revelador desta política eclesial romana, o isento *nullius diocesis* atribuído a Santa Cruz de Coimbra no que respeitava às suas igrejas e particularmente ao priorado de Leiria. Este privilégio, aliás, se libertava os seus agentes da autoridade episcopal, por um lado, tinha, por outro, a contrapartida de «enfeudar» a Roma os novos senhores espirituais. Questão particularmente importante se atentarmos que a fundação de Santa Cruz de Coimbra é coeva da afirmação de um novo poder régio no Ocidente, a que está intimamente ligada nos domínios financeiro e económico, como no social e no político, fornecendo ao rei o *scriptorium* da sua chancelaria, legitimando-o não só na sacralidade de que é necessário rodeá-lo (não é inconsistente a escolha de Santa Cruz para

¹³ Cf. Jean Avril, *op. cit.*, pp. 153-155, 291-296.

¹⁴ Cf. Marta Teresa Nobre Veloso, *D. Afonso II. Relações de Portugal com a Santa Sé durante o seu reinado*, Coimbra, 1988, pp. 433, 463-491.

mausoléu dos dois primeiros reis portugueses) como também orientando os seus feitos¹⁵. A Roma, portanto, interessava possuir no nável reino uma instituição que lhe fosse directa e completamente devotada, livre da autoridade episcopal, a qual poderia moldar de forma conveniente.

Esta enfeudação a Roma tem sobressaltos. A mudança de pontífice implicava facilmente nova política face a pressões de dois institutos que não desarmaram nas oposições e litígios em que se confrontavam. Assim, ao momentâneo reconhecimento do senhorio jurisdicional crúzio sobre Leiria poderia suceder-se a hesitação na sua plena confirmação. O reconhecimento pleno da isenção de Santa Cruz de Coimbra, como é conhecido, foi um processo moroso que obrigou mesmo à falsificação de documentos em que se atribuíam a actos diplomáticos de Afonso Henriques (mormente na questão da doação do eclesiástico de Leiria aos cónegos regrantes) datas anteriores àquelas que efectivamente se tinham registado¹⁶.

Deste processo oposicionista sai vencedora mais do que qualquer uma das instituições litigantes, a própria autoridade pontifícia¹⁷.

¹⁵ Vide José Mattoso, «Cluny, Crúzios e Cistercienses na formação de Portugal», in *Portugal Medieval ...*, cit., pp. 101-122.

¹⁶ Cf. Rui de Azevedo, *Documentos Falsos de Santa Cruz de Coimbra (Séculos XII e XIII)*, Lisboa, 1935, *passim*; Rocha Madahil, *O Privilégio do Isento de Santa Cruz de Coimbra*, Coimbra, 1940: «Sucederam-se (após 1131) as bulas, já confirmando a de Inocêncio II, já procurando harmonizar os litigantes, ambos de categoria: Lúcio II, Alexandre III, Urbano III, Celestino III, Inocêncio III, Honório III, Gregório IX, Inocêncio IV, Alexandre IV, Urbano VI, etc., todos intervieram nos conflitos de Santa Cruz e dos Bispos, que se renovavam constantemente (...).

Mas a avisada política concertada entre D. Telo e Inocêncio II não sofria quebra e as suas bases mantinham-se; tinha sido oportuníssima; Celestino III concedeu mesmo, aos priores de Santa Cruz, a faculdade de usarem anel, mitra e báculo, e de lançarem a bênção solene aos fiéis, ao modo dos Bispos (breve *Non solum*, datado de S. João de Latrão a 20 de Julho de 1195) e a bula *Cum olim*, de Inocêncio III, datada de Ferento a 26 de Junho de 1203, documento da maior importância para a história de Coimbra, procurando fazer justiça a cada um dos litigantes, confirma definitivamente a isenção de que Santa Cruz gozava e claramente determina que o Mosteiro não estava obrigado à obediência ao Ordinário» (pp. 30-31).

¹⁷ Situação similar, aliás, é enunciada por Jean Avril para a Diocese de Angers. Cf. *Le gouvernement des évêques et la vie religieuse dans le diocèse d'Angers (1148-1240)*, cit., pp. 82-87: «(a propósito do reconhecimento por Roma

A fundação das paróquias leirienses processa-se, pois, num contexto político bastante mais vasto do que à primeira vista seríamos levados a entrever. Esta ilação parece-nos tanto mais correcta quanto sabermos que à volta do levantamento de uma circunscrição paroquial nova se encontrava a obrigação de determinar a funcionalidade dessa entidade, de lhe conferir alguma legislação por que se regesse o clero nela colocada, um estatuto definidor de obrigações entre clérigos e paroquianos de âmbito financeiro ou económico (primícias, dízimos, ordinárias, oblações, etc.) ou litúrgico (festividades, serviços religiosos, erecção de capelas particulares, etc.). Estes aspectos pertencem ao campo da organização diocesana geral, no caso coimbrão, traduzindo a geografia paroquial, despoletada no seu seio, as próprias soluções alcançadas neste domínio.

Convirá também sublinhar que a (re)organização paroquial não se fez de uma forma imediata e uniforme mas antes dentro de um esquema dilatado no tempo e em conformidade aos mais diversos factores históricos.

Historiámos, em páginas antecedentes, a evolução cronológica das fundações eclesiais na vila e termo desde 1135. Recordemos que se atribui a D. João Anaia, enquanto prior da Sé de Coimbra, a fundação da primeira igreja de Leiria, antes de 1147. Depois de erguida, disse uma testemunha em inquirição de 1200-1201, «dominus rex petivit illam ecclesiam ab episcopo et dedit eam fratribus sanctae crucis»¹⁸.

Na década de 1150 existiam já pelo menos duas igrejas no castelo e algumas no termo de Leiria. Ilação colhida de carta de Adriano IV, de 8 de Agosto de 1157¹⁹. Esta bula referia-se às igrejas de Leiria, de um modo universalizante, que não permitiu os *nomina* de cada uma. Em 1203, o papa Inocência III, na bula *Cum olim*, recupera as palavras de Adriano IV e volta a não achar necessário especificar quais as igrejas construídas em Leiria e no seu termo²⁰.

e de um *isento* em Angers) c'était là une reconnaissance bien tardive, alors que, depuis des décennies, le monastère saumurois affirmait son indépendance en s'appuyant sur des actes faux, attribués à Charles le Chauve et au pape Jean VIII, et fabriqués au début du XI^e siècle» (p. 83). Cf. Teresa Veloso, *D. Afonso II ...*, cit., pp. 433-443.

¹⁸ Rui de Azevedo, *Documentos Falsos ...*, pp. 19-21, 82.

¹⁹ PMH, *Scriptores*, I, p. 71.

²⁰ Rocha Madahil, *op. cit.*, pp. 39, 44.

Continuamos, pois, a necessitar de recorrer a outro tipo de elementos documentais, nomeadamente documentação comum não eclesiástica, para formular uma cronologia *ad quem* mais precisa. Na década de 1160 as igrejas de Leiria tinham já força bastante para que a sua clerezia, em nome do povo de Leiria, se fizesse representar no Concílio provincial de Coimbra de 1163²¹, alguns meses após o bispo D. Miguel Salomão ter reconhecido o privilégio da isenção a Santa Cruz de Coimbra²².

No estritamente respeitante ao espaço urbano, antes de 1195, encontramos os nomes de pelo menos três igrejas (Santa Maria, S. Pedro e Santiago). A estas, que estão documentadas, é lícito associar as de Santo Estêvão e S. Martinho ainda que a sua existência só seja claramente exposta em documento de 1211²³.

Neste documento são citados dezanove templos no território de Leiria (nove igrejas e dez «ermidas») parecendo-nos razoável pensar que se deve ter verificado uma prioridade fundacional da igreja-matriz sobre quaisquer capelas suas anexas. Se esta leitura for viável — o que só num domínio hipotético podemos sustentar — teríamos que localidades como Palácio de Randulfo, citado em 1152²⁴, que vem a ser integrado na freguesia de Santo Estêvão, ou Litém, citado em 1189²⁵, e que será freguesia de *per se*, poderiam ser indicadores de que já existia, então, a respectiva matriz. Esta abordagem, contudo, não pode ir além de simples asserção sem confirmação documental e, até, com algumas objecções infir-

²¹ *Apud* Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Portucalense Editora, Porto, 1967, vol. I, pp. 247-248.

²² ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, 1.ª inc., m.º 1, doc. 40 A (1162, Março); Id., *Livro Santo*, fls. 12-13; PMH, *Scriptores*, I, pp. 72-73. Cf. Rui de Azevedo, *Documentos Falsos...*, pp. 24 e segs.; Luciano Cristino, «A Vila de Leiria em 1385», in *Actas das Jornadas sobre Portugal Medieval - Leiria/1983*, Leiria, 1987, p. 180.

²³ Rui de Azevedo, «Período de Formação Territorial», in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Lisboa, 1937, vol. I, pp. 37-39. Luciano Cristino, *op. cit.*, p. 185. Este autor aponta os anos 1162-1176 *maxime* para a construção da igreja de S. Pedro. Mas os elementos aduzidos também se podem aplicar à década de 1550. Sobre esta igreja, veja-se o estudo de Manuel Luís Real, *Perspectivas sobre a flora românica da «Escola» lisbonense. A propósito de dois capitéis desconhecidos de Sintra no Museu do Carmo*, sep. de Sintra, I-II (1), Sintra, 1982-83, pp. 529-560.

²⁴ ANTT, *Gaveta VII*, m.º 6, n.º 10 (1152, Novembro, 26, s.l.).

²⁵ ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, 1.ª inc., m.º 12, doc. 19 (1189, Fev., s.l.).

matórias. A principal seria que já no foral de 1142 ambos os topónimos vêm referidos (e ainda Muel, depois chamado S. Pedro de Muel), entre outros, sem que isso signifique que fossem lugares povoados. Uma outra objecção prende-se com a visão histórica do processo de formação paroquial de Leiria que não foi unidireccionado e que, certamente, conheceu evoluções e alterações na sua sedimentação ao longo da segunda metade do século XII.

Sabemos ainda da criação da paróquia rural de S. Salvador de Souto, em 1210²⁶, e que S. Miguel de Colmeias já existiria antes de 1189²⁷. Esta última freguesia torna-se também priorado-curado ainda na primeira metade do século XIII²⁸.

²⁶ ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, 1.ª inc., m.º 15, doc. 27 (1210, Out., s. l.).

²⁷ ANTT, *ibidem*, 1.ª inc., m.º 12, doc. 25 (1189, Setembro, Leiria). Tomamos a referência a «fratres de Colmenis» como indicador de, então, já ali existir centro paroquial.

²⁸ Em documento com data crítica de 1237 refere-se ainda a «colacione sanctj Michaelis de Culmenis in loco qui dicitur Azaburreira in alcouvil...» (ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, 1.ª inc., m.º 21, n.º 46). Em 1252, Março, já é designada indirectamente como curado: «(...) habeat episcopus et Capitulum plenam iurisdictionem episcopalem in clero et populo sicut habeat in alijs ecclesijs sue diocesis exceptis personis fratrum comemorantium in Grangia de Colmenis. et tercias Pontificales . et annuas procuraciones recepiat in eisdem et alia iura episcopalia. Canonicus uero quem Prior ad ecclesiam de Colmenis episcopo presentauerit, recipiat curam de manu dictj episcopi qui licet curam receperit uenire ad ejus synodum non tenetur. nisi sit clericus scholaris á Priore presentatus. et ab episcopus institutus. quem Canonicum Prior cum voluerit amovebit . et alium est dictum superius presentabit.» (ANTT, *Sé de Coimbra*, 1.ª inc., m.º 15, doc. 36 (1252, Março, 19, Coimbra; em pública-forma de 1257, Abril, 26, s. l.).

No censo das igrejas de 1320-1321, é-nos indicado que o «priorado de Colmeias» rende 270 libras (ANTT, *Sé de Coimbra*, Livro 1, fls. 30v-31).

Luciano Coelho Cristino (*op. cit.*, p. 181) refere-se aos «futuros priorados (relativamente a um documento de 1211) de Colmeias e Souto». Não encontramos, todavia, referência documental medievá a um priorado em S. Salvador de Souto. Esta igreja inseria-se no priorado de Colmeias. Na carta de doação da herdade de Souto para se construir igreja e cemitério, antes citada, de 1210, Outubro, aparece, entre as subscrições, um «Stephanus canonicus sancte crucis et capellanus ecclesie sancti saluatoris, scripsit» (ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, 1.ª inc., m.º 15, doc. 27). No entanto, não nos parece lógico que se trate do capelão de Souto. Afirmamo-lo convictos de que só em 1210 é fundada a paróquia/igreja de S. Salvador do Souto e, por isso, seria descontextuado que, antes de existir, já tivesse capelão. Além do mais, este Estêvão era um excelente escriba, com uma óptima caligrafia que, em 1210, não deveria ser desperdiçada do serviço constante do mosteiro crúzio. Apesar disso, o

Os elementos mais concretos, ou narrativos, de que dispomos sobre a erecção de uma freguesia leiriense respeitam ao caso de S. Salvador do Souto. O facto de ser uma paróquia rural limita a sua aplicação ao caso urbano. Permitirá entrever, contudo, um *modus faciendi* seguido neste particular.

Sucintamente, sabe-se que em 1210, Outubro, um grupo de oito indivíduos moradores «in uilla qui vocatur souto» assumindo-se como representantes de todos os seus «vicini» e, ainda, «una cum uxoribus et filiis et filiabus et nepotibus nostris», doam ao prior de Santa Cruz «una nostra propria hereditate» situada naquele lugar, «ut faciatis (prior Sancte Crucis) ecclesia uestram in ea, cum suo cimiterio»²⁹.

A doação era feita «in sempiternum» e «pro dei amore et pro animabus omnium parentum nostrorum et pro uestrarum orationum ac beneficio participatione (habebamus)»³⁰.

Para além de razões de foro espiritual, evidenciadas nesta doação, parece-nos significativo sublinhar dois outros níveis de análise. Em primeiro lugar, que o processo de fundação da igreja de Souto (e uma consequente criação paroquial) parte de um acto comunitário, plurifamiliar, e em torno dele se justifica. Importava, para aqueles moradores, erguer uma igreja que desse não apenas uma assistência espiritual à comunidade dos vivos mas que, simultaneamente, fosse *locus* próprio para enterramento dos seus passados, isto é, espaço simbólico, *cemitério*, permitindo, quiçá a plena concretização das necessidades de âmbito antropológico e cultural daquele grupo.

Estas parecem dirimir-se, entre outras relações, no confronto dos viventes com o Além e com a memória dos seus passados. Num período marcado pela Reconquista, S. Salvador do Souto é um exemplo de paróquia como «elemento que conseguiu irmanar entre si os fiéis que frequentavam a mesma igreja (*ecclesia*), fazendo

anónimo autor de *O Couseiro* ..., que teve conhecimento do documento por cópia quinhentista existente num «livro de cartas e papéis tocantes a este bispado, a fl. 81, no cartório episcopal» (cap. 92), interpreta de forma diversa. De facto, e a nosso ver erroneamente, refere o cônego Estêvão como «cura», *ergo* da freguesia de S. Salvador do Souto... Ora, como afirmamos, deve tratar-se de outra igreja sob aquela invocação, que não a futura igreja de Souto.

²⁹ ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, 1.ª inc., m.º 15, doc. 27.

³⁰ *Ibidem*.

deles membros duma família espiritual — *fili ecclesiae* ou freguesia — que mutuamente se amparavam»³¹.

Em segundo lugar, embora seja de interesse comunal, o direito de padroado é remetido na totalidade ao prior de Santa Cruz de Coimbra.

O processo demonstrado com Souto não será descabido para as restantes paróquias. Não bastava a decisão de âmbito institucional, tomada na esfera do pequeno grupo de *oratores-potentes* da época, mas havia que adequar as decisões destes a uma base social, comunitária, que desse consistência àquela entidade eclesial instituída.

Ora, estas condições são universais em essência embora a sua efectivação prática variasse em conformidade com inúmeros factores de âmbito histórico, social, económico, demográfico ou outros.

O problema das fundações paroquiais restantes, do caso leiriense, só poderá ser definitivamente resolvido mediante o exame de documentos que, por ora, não possuímos. No entanto, o âmbito institucional que as rodeava não nos é de todo desconhecido.

A edificação das igrejas pressupunha a anuência de um qualquer poder episcopal visto que era a este que estava reservado consagrar altares. Pertencia este múnus ao bispo de Coimbra mas, em virtude dos litígios que opuseram conjunturalmente o mosteiro crúzio ao prelado conimbricense, sabemos que os cónegos regrantes chegaram a chamar um bispo estranho, o de Viseu em anos pouco anteriores a 1192, para dar consagração a igrejas leirienses³².

Uma breve passagem pelo bulário atinente a Leiria, nos séculos XII e XIII, revela-nos o estado da questão do ponto de vista jurídico-canónico.

Inocêncio III, na bula *Cum olim*, de 1203, acentua que Santa Cruz de Coimbra procedera «*propria auctoritate*» na fundação das «*omnes ecclesias in Castro Leirenensi, et terminis ejus fundatas*»³³. O problema resolvia-se ainda com a determinação de um *terminus a quo* (atribuído à bula de Adriano IV de 1157, Agosto, 8, que confirmava todos os bens ao mosteiro coimbrão, os seus privilégios

³¹ Avelino de Jesus da Costa, «Paróquia», in *DHP*, V, p. 8.

³² Rui de Azevedo, *Documentos Falsos ...*, pp. 75-77. Luciano Cristino, *op. cit.*, p. 186.

³³ Rocha Madahil, *O Privilégio ...*, p. 39.

eclesiais e as doações recebidas de Afonso Henriques³⁴ que fazia encerrar todas as questões e direitos atribuídos por qualquer das partes a anos anteriores àquela data. Mais adiante, Inocêncio III aduz, em favor de Santa Cruz de Coimbra, «Quod praescriptione Legitima poterat Se tueri Cum etiam ex illo tempore quo Adrianus easdem ei ecclesias confirmavit et quo ipsi bona fide illas potuerant possidere, usque ad tempus litis inceptae fuissent quadraginta anni, et aliquot menses elapsi»³⁵.

A posse quadrigenária foi um argumento decisivo, para Inocêncio III, concedendo aos cônegos regrantes confirmação plena dos seus privilégios sobre as igrejas de Leiria, cuja contestação eclodira com renovada violência por volta de 1197, segundo se infere do próprio texto da bula.

Interessa-nos, por ora, vincar os direitos jurisdicionais de Santa Cruz nas igrejas erguidas em território leiriense. Mas deve também acautelar-se que a consagração dos altares continuava a ser privilégio somente de prelados diocesanos, privilégios que nem mesmo a bula *Non solum*, de Celestino III, de 1196, Julho, 20, que outorgava ao prior de Santa Cruz o privilégio de usar insígnias de bispo, mitra e anel, «in festiuis et sollemnibus diebus»³⁶, dentro da sua paróquia, pretendeu contraditar.

Da não abdicação, por parte da Mitra coimbrã, dos seus pretendidos direitos em Leiria dão-nos testemunho as bulas de Inocêncio III, *Insinavit nobis*, de 1198, Maio, 27³⁷, *Significavit nobis*, de 1211, Janeiro, 26³⁸, que revelam, estas duas últimas, que a bula de 1203, *Cum olim*, não teve fácil acatção pelo prelado coimbrão.

³⁴ ANTT, *Sé de Coimbra*, cx. 26, rolo I, bula 2. Bula *Ad hoc vniversalis*. Pub. PMH, *Scriptores*, I, p. 71. Esta bula é citada nas cópias restantes deste rolo nomeadamente com os números 3 a 9 e 11.

³⁵ Rocha Madahil, *op. cit.*, p. 45. Cite-se, ainda, o seguinte: «Cum ergo Longe ante quadraginta annos, et postmodum medio tempore Monasterium Sanctae Crucis praedictis Contest ecclesias possedissee, ac nunc etiam possidere, nec ex aduerso interruptio sit probata tam praedictas ecclesias de Leirena (...) adjudicamus monasterio Sanctae Crucis super eis tibi silentium imponentes.»

³⁶ ANTT, *Sé de Coimbra, Docs. Eclesiásticos*, cx. 30, m.º 1, doc. 21 (em pública-forma de 1261, Novembro, 17, Lisboa).

³⁷ Id., *ibidem*, cx. 30, m.º 1, doc. 29 (1198, Maio, 27, Roma).

³⁸ Id., *ibidem*, cx. 30, m.º 2, doc. 48 (1211, Janeiro, 26, Latrão).

A questão do isento crúzio em Leiria foi, até meados de Duzentos, alvo das atenções dos pontífices Honório III, em 1224³⁹, de Gregório IX, em Janeiro⁴⁰ e em Agosto de 1228⁴¹, Inocêncio IV, em Janeiro⁴² e Fevereiro de 1249⁴³ e em Julho de 1254⁴⁴, de Alexandre IV, em Janeiro e Fevereiro de 1255⁴⁵ e Abril de 1256⁴⁶ e de Clemente IV, em 1268⁴⁷.

Todas estas datas marcam momentos de polémica entre a Mitra e Santa Cruz de Coimbra, a que as igrejas de Leiria não são indiferentes. Na sua base, como sempre, a questão da primazia jurisdicional no espiritual leiriense. A discórdia secular que opôs bispo e prior crúzio teve em 1252 foros de compromisso entre ambas as partes⁴⁸. Não obstante foi necessário renová-lo, após novas e recíprocas retaliações, em 1260⁴⁹ e 1265⁵⁰.

³⁹ Id., *ibidem*, cx. 30, m.º 2, doc. 66 (1224, Outubro, 15, Latrão). Bula *Venerabilis frater*.

⁴⁰ Id., *ibidem*, cx. 30, m.º 2, doc. 69 (1228, Janeiro, 28, Latrão). Bula *Querelam venerabilis fratris*.

⁴¹ Id., *ibidem*, cx. 30, m.º 2, doc. 68 (1228, Agosto, 3, Latrão [?]). Bula *Ex parte Venerabilis*.

⁴² Id., *ibidem*, cx. 30, m.º 1, doc. 79 (1249, Janeiro, 28, Lião). Bula *Venerabilis frater*.

⁴³ Id., *ibidem*, cx. 30, m.º 1, doc. 80 (1249, Fevereiro, 3, Lião). Bula *Venerabilis frater*.

⁴⁴ Id., *ibidem*, cx. 30, m.º 2, doc. 92 (1254, Julho, 15, Anagnin). Bula *Ad nostram noveritis audientiam*.

⁴⁵ Id., *ibidem*, cx. 30, m.º 3, doc. 96 e doc. 100 (1255, Janeiro 2, Nápoles). Bula *Sua nobis*. Id., *ibidem*, cx. 30, m.º 3, doc. 100 (1255, Janeiro, 23, Nápoles). Bula nova *Sua nobis*. Id., *ibidem*, cx. 30, m.º 3, doc. 97 (1255, Janeiro, 2, Nápoles). Bula *Ad nostram audientiam*.

⁴⁶ Id., *ibidem*, cx. 30, m.º 3, doc. 105 (1256, Abril, 3, Latrão). Bula *Petito Venerabilis fratris*.

⁴⁷ Id., *ibidem*, cx. 30, m.º 3, doc. 125 (1268, Junho, 11 - Julho 29, Viterbo). Bula *Provenit ad Audienciam nostram*.

⁴⁸ Id., *ibidem*, 1.ª inc., m.º 15, doc. 36; id., *Santa Cruz de Coimbra*, 1.ª inc., m.º 19, docs. 8 a 12. (Exploramo-lo mais à frente).

⁴⁹ Id., *Santa Cruz de Coimbra*, 1.ª inc., m.º 20, doc. 4 (1260, Julho, 17, Torres Vedras).

⁵⁰ Id., *ibidem*, 1.ª inc., m.º 20, doc. 25 (1265, Maio, 23, Coimbra); id., *ibidem*, 1.ª inc., m.º 20, doc. 24 (1265, Maio, 25, Coimbra). Veja-se Maria Alegria Fernandes Marques, *O Papado e Portugal no Tempo de D. Afonso III (1245-1279)*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1990, pp. 264-267, 281-285.

Após um curto período de que não temos notícia de disputas, voltamos a encontrar matéria de discórdia entre estas partes em 1294⁵¹, 1300⁵², 1303⁵³ e 1318⁵⁴.

Os testemunhos documentais que acabamos de enunciar parecem-nos constituir uma prova da excepcional importância que a administração eclesiástica de Leiria tinha no seio da diocese de Coimbra.

Sendo alvo de constante disputa, obrigando à realização de grandes despesas nas esferas diplomáticas (quer com Roma, quer com a própria Cúria régia portuguesa) e judiciais, impondo, ainda, a movimentação de inúmeras individualidades especializadas em ambos os direitos em torno da causa do isento crúzio, torna-se legítimo interpretar todo este esforço, tanto por parte de Santa Cruz de Coimbra como pela Mitra, como um investimento constantemente revalorizado tanto pelos custos financeiros, que acarretava, como pelos proventos que ia permitindo.

De facto, as rendas das igrejas de Leiria, em inícios de Trezentos, representavam 8% na totalidade do orçamento anual de Santa Cruz de Coimbra. Percentagem aparentemente baixa uma vez que as somas aqui consideradas se referem a três elementos distintos (mesa prioral + renda claustral + rendas das igrejas de Leiria). Mas há que considerar que a extrema dispersão do património de Santa Cruz (distribuído por toda a Estremadura, Beira interior e, em reduzida escala, no Minho⁵⁵) conduzia, segundo pensamos, a atribuir a Leiria um lugar cimeiro nos seus réditos. Assinalemos, ainda, que as rendas de Leiria relativamente às da mesa prioral representavam já 12,18%. Se comparadas aos emolumentos somente do convento, a percentagem sobe para 30,36%⁵⁶.

⁵¹ Id., *Sé de Coimbra*, 2.ª inc., m.º 17, n.º 789 (1294, Novembro, Coimbra).

⁵² Id., *ibidem*, 2.ª inc., m.º 93, n. 4482 (1300, Setembro, 27 - 1301, Janeiro, 8).

⁵³ Id., *ibidem*, 2.ª inc., m.º 93, doc. 4467 (1303, Junho, 10, Latrão).

⁵⁴ Id., *ibidem*, 2.ª inc., m.º 93, doc. 4481 (1318, Maio, 1 - 22, Santarém).

⁵⁵ Leitura com base em ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, Livro 94 (sécs. XIV-XV).

⁵⁶ Proporções calculadas para 1320-1321 (ANTT, *Sé de Coimbra*, Livro 1, fls. 30v-31) e com base nos seguintes quantitativos: Mesa prioral - 13700 libras; Convento - 5500 libras; Leiria - 1670 libras; Total - 20870 libras.

A variação secular destas proporções deve ter sido uma realidade que só num estudo de maior fôlego conseguiríamos detectar⁵⁷. Mas o que interessa reter agora é que Leiria tinha um peso efectivo e não desprezível nas fontes de rendimento de Santa Cruz de Coimbra. Se assim não fosse, de facto, não tinha qualquer justificação lógica o «investimento» realizado em torno da defesa do privilégio do isento crúzio.

Interessa-nos recuperar o problema da projecção geográfica ligado à organização paroquial leiriense. Para tal, teremos de avançar para a exploração da tão propalada composição e divisão dos bens crúzios, em Leiria, entre os raçoeiros desta e o prior e convento conimbricense, de 1211⁵⁸.

É esta composição que nos atesta um termo máximo *ad quem* do processo de consolidação da rede geográfica paroquial de Leiria. O contexto em que surge é justamente marcado por conflitos gerados entre os clérigos de Leiria e o prior crúzio a propósito da (re)distribuição das rendas paroquiais, de uma riqueza acumulada, portanto, cuja administração era violentamente contestada por aqueles. Integra-se numa crise institucional e social — não exclusiva de Leiria — a que já José Mattoso deu devido realce⁵⁹ e que, por

⁵⁷ O que implicará, necessariamente, um estudo particular sobre Santa Cruz de Coimbra que, por ora, não existe. Santa Cruz era, contudo, o mosteiro mais rico da diocese de Coimbra. Cf. Robert Durand, *Les Campagnes Portugaises Entre Douro et Tage aux XII^e et XIII^e siècles*, Paris, 1982, pp. 327-328. Posição confirmada pelos dados expostos por Maria Helena Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média (Estudo de História Rural)*, Coimbra, ed. Universidade de Coimbra, 1977, I, pp. 128-129.

⁵⁸ Composição dada a conhecer, em primeira mão, por Rui de Azevedo, *Documentos Falsos ...*, cit., p. 35, nota 1; idem, «Período de Expansão e Formação Territorial», cit., pp. 37-39. Publicada por Luciano Justo Ramos, «No cinquentenário da restauração. Addenda histórica diocesana», in *A Voz do Domingo*, de 13-XI-1966 a 12-II-1967. Analisada por José Mattoso, «A Cidade de Leiria ...», in *Fragmentos ...*, pp. 102-103; Luciano Cristino, «A Vila de Leiria em 1385», cit., pp. 180-181; Saul António Gomes, «Para um História Leiriense. VIII - O foral de Leiria de 1195», in *Região de Leiria*, de 23-VII-1982 a 22-II-1983. Mais recentemente também Pedro Ferreira Gomes Barbosa, *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central (Séc. XII a 1325)*, Lisboa, ed. INIC, 1992, pp. 174-175.

⁵⁹ José Mattoso, *op. cit.*, pp. 102-103.

extensão, também se detecta no concelho vizinho de Ourém⁶⁰ e um pouco por toda a Península Ibérica⁶¹.

Começemos por abordar como são conceptualizadas as unidades leirienses.

São-nos referidas de uma forma heterogénea, recorrendo-se às expressões «ecclesia» ou «parrochianos» e «iure parrochiali». «Ecclesias» eram «intra corpus ipsius ville, siue castelli», Santa Maria, S. Pedro, Santiago, Santo Estêvão e S. Martinho (enunciadas nesta ordem, coincidente com uma leitura diacrónica sobre o seu aparecimento). No termo, recebiam idêntica definição S. Miguel de Colmeias, Santa Maria de Litém (posteriormente chamada Santa Maria de Vermoil), S. Simão de Litém, S. João de Espite e S. Salvador do Souto.

⁶⁰ No foral de Ourém, de 1180, a arenga é disso prova: «(...) Ideo Regina T. diuino oraculo erudita, necessarium duxi rapinas et iniurias a populo mihi subdito misericorditer remouere (...)» (ANTT, *Forais Velhos*, fl. 19); pub. A. Rodrigues Baptista, «Foral de Ourém», in *Ourém. Estudos e Documentos*, vol. I, Ourém, 1982, pp. 77-90. As restantes cláusulas do foral denunciam também um concelho com fortes problemas de marginalidade social... Acresce um outro elemento que aproxima Ourém de Leiria. Resume-se a que a organização paroquial em Ourém não é de todo muito diferente da evolução processada em Leiria. Naquela vila, como na de Leiria, também o bispo de Coimbra tem de litigar com os cruzios a propósito da posse das suas igrejas. O que leva inclusive à elaboração de uma falsificação, no *scriptorium* cruzio, que daria plena jurisdição aos cónegos regantes em Ourém. Ora tal não é verdadeiro. Cite-se um documento abonatório do que acabamos de afirmar. Trata-se da bula de Inocêncio III, *Venerabilis frater*, de 1213, Fevereiro, 12, Latrão, em que se refere que os cónegos haviam ocupado, contra direito, e aproveitando a ausência do bispo em Roma, as igrejas de Ourém. Inocêncio III manda levantar inquirição no caso (ANTT, *Sé de Coimbra, Docs. Ecclesiásticos*, cx. 30, m.º 2, doc. 52, pub. A. D. Sousa Costa, *Mestre Silvestre e Mestre Vicente juristas da contenda entre D. Afonso II e suas irmãs*, Braga, 1963, p. 295. Cf. Luciano Cristino, «A Colegiada de Ourém das Origens ao Século XVIII», in *Ourém. Estudos e Documentos*, vol. I, Ourém, 1982, pp. 26-27).

Desconhecemos o desenrolar do processo-inquirição mandado levantar pelo Papa mas é certo que na década de 1220 a jurisdição plena era da Mitra (Luciano Cristino, *op. cit.*, pp. 26-27).

⁶¹ Cf. Reyna Pastor, *Resistencia y Luchas Campesinas en la Epoca del Crecimiento y Consolidación de la Formación Feudal. Castilla y León, Siglos X-XIII*, ed. Siglo Veintiuno, Madrid, 1980, pp. 170-184, *passim*.

Estas últimas «ecclesias», situadas num espaço rural, mereceram do *auctor-dictator* do documento (se é que não foram vários ...) alguns acrescentos cuja presença reforça o valor semântico da expressão em análise. Em primeiro, é a estas que se aplicam as palavras «omnibus parrochianis» e «omni iure parrochiali». Em segundo lugar, tem-se o cuidado de explicitar «totius terminis suis sicut diuiduntur» (enunciando-se de seguida as respectivas limitações).

Parecem-nos importantes estes elementos. «Ecclesia» significava, para os homens de então, a igreja-centro de freguesia da qual existem paroquianos e direitos paroquiais (entendemos aqui que a alçada jurisdicional paroquial se estendia tanto sobre a propriedade da terra (tudo o que se situasse dentro dos limites estabelecidos pagaria dízima e primícia à dita igreja independentemente dos seus proprietários morarem, ou não, na freguesia) quanto sobre os indivíduos com ou sem propriedade dentro ou fora da paróquia)⁶².

⁶² Esta questão da dízima predial ou a da dízima por pessoa, «também chamada 'conhecença'» (Maria Helena Coelho, *O Baixo Mondego ...*, I, p. 379) é enunciada na nossa fonte de uma forma implícita quando, conforme citávamos no texto, nos fala da comunidade dos paroquianos e, a outro nível, no direito paroquial. A dízima predial é, no entanto, claramente afirmada numa cláusula do mesmo compromisso que citamos: «Ita tamen quod si hominis in corpore leirene habitantes laborauerint intramurus ecclesiarum de colmenis et de Sauto. et de aliis ecclesiis siquas postea habuerimus infra terminos istarum predictarum ecclesiarum decimas ipsis ecclesiis integre persoluant. et eas monasterium Sanctae Crucis integre et sine diminutionem et diuisionem habeat» (ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, m.º 15, doc. 34).

Registe-se que não havia necessidade de introduzir esta cláusula se os dízimos levantados fossem apenas de âmbito pessoal (o que era uma regra bastante enraizada (*Apud* José Mattoso, *Identificação de um País. Ensaio sobre as Origens de Portugal. I - Oposição (1096-1325)*, Lisboa, ed. Estampa, 1985, I, p. 402)). Acautelava-se, assim, que os leirienses moradores na vila («in corpore leirene») se escusassem do pagamento daquele direito por bens que possuíam fora das paróquias de residência.

Temos aqui mais um indicador da precocidade da organização paroquial crúzia em terras de Leiria. De notar que o total esclarecimento, ou distinção, entre os pagamentos pela pessoa e pela terra é mais tardia noutras regiões, nomeadamente na diocese de Lisboa. Nesta, as primeiras prescrições mais importantes sobre o problema datam de 1264. A progressiva estabilização do «novo 'ordenamento do território'», no tocante à paroquialidade, completa-se até inícios de Trezentos. Uma vez estabelecido este ordenamento territorial, «o aparelho burocrático da igreja podia promulgar regras mais

Elucidada a expressão por via das igrejas-freguesias rurais temos a resolução do valor semântico para o que, em particular, respeita ao centro urbano. Neste, as «ecclesias» enunciadas são-no como pressupostas sedes paroquiais de que, no entanto, não são pormenorizados limites geográficos.

Se eles, então, foram enunciados para as igrejas rurais será porque, por detrás disso, havia necessidade de partilhar essas entidades a níveis mais complexos que aqueles oferecidos pelas igrejas urbanas. O documento não é muito explícito neste ponto. Cremos que a resposta estará relacionada com as pretensões da Mitra de Coimbra sobre aquelas que, como veremos, virão a ser completamente satisfeitas em meados do século XIII e após acesas disputas. Haverá já em 1211, portanto, a projecção de um sistema paroquial que tem de se estruturar em acordo com interesses de duas instituições eclesiais. Em meados do século isso era uma realidade.

Terá ainda alguma importância a hierarquia por que são enunciadas as igrejas do termo. A ordem seguida não é de um critério geográfico lógico (teríamos, a respeitá-lo, sul; norte-este; norte-oeste; sudeste e oeste). Será cronológico como nos parece acontecer com a referência às urbanas? Se assim fosse — o que só no domínio das hipóteses se poderá colocar — teríamos como *terminus ad quem* máximo para as respectivas fundações a data de 1210 que, como vimos, marca o princípio do levantamento da igreja de S. Salvador do Souto.

De qualquer forma é lógico que a maior parte das fundações paroquiais se deva situar antes do fim do século XII. Não é credível, aliás, que entre 1201 e 1211 surgissem duas novas paróquias urbanas (Santo Estêvão e S. Martinho) e todas as rurais (Santa Maria de Vermoil, S. Simão de Litém, S. Salvador do Souto e S. João de Espite). Mais do que isto, há que examinar que, entretanto, não são apenas centros paroquiais que se afirmaram — decerto num processo não imediato mas algo paulatino —, mas também inúmeros pequenos centros de culto dispersos por todo o termo leiriense não abrangido pelas sobreditas freguesias rurais.

claras acerca da cobrança dos dízimos, como fez o arcebispo de Braga, Martinho Pires de Oliveira, em 1304» (José Mattoso, *Identificação de um País ...*, I, p. 403). Cf. Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, 2.^a ed., (org. Torquato de Sousa Soares), Lisboa, ed. Sá da Costa, vol. II, pp. 233-234; Maria Helena Coelho, *O Baixo Mondego ...*, I, pp. 374, 378.

Ao conceito de «ecclesias» submete-se um outro, o de «ermidis». Que tipo de templos nos são designados com esta carga semântica? Justamente pequenas capelas que documentação posterior nos dá a certeza de estarem integradas nas áreas paroquiais com sede urbana. São elas: S. Pedro de Ulmar, S. Pedro de Muel, S. Sebastião de Palácio de Randufo, Santa Maria de Magueija, S. Leonardo de Cidade, S. Miguel do Monte, Santo Antonino do Olival, Santa Maria de Maceira e S. Lourenço de Carvide⁶³.

⁶³ Da interpretação de «ecclesia» como igreja paroquial seja-nos permitido citar, em abono da nossa leitura, Miguel de Oliveira, *As Paróquias Rurais ...*, pp. 118-121. Segundo este autor a vulgarização do termo «ecclesia» regista-se nos começos do século XIII, citando as inquirições de 1220 (p. 120). O documento de 1211, que temos vindo a citar no texto, confirma esta «preferência». Nos documentos anteriores o termo que aparece é «collatio», mas que persistirá no latim diplomático dos textos ducentistas e tardo-medievais atinentes a Leiria. Torna-se, pois, conceito erudito. «Paróquia» é de uso restrito. Pressupõe-se no texto de 1211, o que denuncia bem o carácter erudito dos seus mentores...

A hagiotoponímia citada merece alguns esclarecimentos em dois casos, a saber, S. Miguel do Monte e Santo Antonino do Olival. Começamos por concordar com a localização junto à cidade de Leiria, na margem direita do rio, já proposta por Luciano Cristino («A Vila de Leiria ...», pp. 214-216). No entanto cumpre acrescentar elementos documentais, não expostos por aquele autor, que confirmam esta localização.

Quanto a S. Miguel do Monte, além dos elementos expostos pelo *Couseiro* (cap. 46) e dos aduzidos por Luciano Cristino, cite-se a nova composição entre o prior de Santa Cruz e os clérigos de Leiria, de 1233, onde se referem as «hirmidias que sunt extra villam», junto das quais se faziam festas da respectiva invocação, dividindo-se pelos clérigos da vila os proventos aí ganhos na ocasião (ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, m.º 17, n.º 23, de 1233 [Coimbra]). Isto significa que já existiam importantes ermidas junto à vila em 1233 cuja identificação é logicamente esclarecida na hagiotoponímia do documento de 1211. Isto vale também para Santo Antonino do Olival e provavelmente para Santo André, capela da gafaria, não assinalada em 1211 mas já existente antes de cerca de 1250 (ANTT, *Mestrados*, fls. 50-50v).

Em 1431, aproximadamente, o rol das igrejas de Leiria refere pelo menos duas da invocação de S. Miguel («os sam mjeés») (ANTT, *Santa Cruz*, Livro 94, fl. 277). Provavelmente referindo nisto a de Colmeias e a de Leiria. Documento de 1504, Dezembro, 7, Leiria, fala de um olival situado à «porta de sa'myguell d escondydo que he apres da dicta ujlla» (ANTT, *Mosteiro da Batalha*, Livro 4, doc. 158).

Quanto a Santo Antonino, modernamente chamado Santo António do Olival, oferece-nos considerar dois ou três exemplos que discordam um tanto da perspectiva de Luciano Cristino. Não quanto à localização mas só no que toca ao hagiotopónimo.

Uma vez mais se detecta não ser seguida uma orientação geográfica lógica na exposição destas capelas. A ordem oferecida reduz-se a: norte-oeste; oeste; sul; sul-este; sul-oeste; nordeste (junto à vila, isto é, S. Miguel do Monte e Santo Antonino do Olival); sul-oeste; norte-oeste. Aplicaremos, para justificar esta aparente anarquia de «itinerário», uma hipotética razão de subjectividade do *auctor-dictator* ou do próprio escriba? É uma hipótese que nos

No texto de 1211, é grafado «Sancti antonij de oliueto», forma dativa. Teríamos pois em sujeito S. Antonius ... Mas trata-se de um lapso de braquigrafia do escriba. Ele devia ter sobreposto abreviatura na vogal final do nome e, não o tendo feito, levou alguns autores a interpretações menos razoáveis. A mais significativa foi ver nisso a origem para Santo Antão, Abade (cf. Luciano Cristino, *op. cit.*, p. 215). Mas deve tratar-se, como já anteriormente referimos, de Santo Antonino, com especial relevo no santoral crúzio. De facto documentos da primeira metade do século XV referem-se-lhe como «santo antonjnho» (ANTT, *Santa Cruz*, Livro 94, fl. 277) e, mais explicitamente, «(...) aujam (os de Santa Cruz) em a djta vylla (...) tres coürellas d ollyueiras que ssam em termho da dyta vylla allem de samt antonjnho que parte com dous camjnhos ppublicos e com outros ollyuâaes (...)» (AUC, *Perg. de Santa Cruz de Coimbra*, Dep. V, III Secção, Móvel 7, Gaveta 1, Doc. 3).

Em 1470, Fevereiro, 20, Leiria, refere-se que «andou em preguam hũ norçall que he aallem de ssanto antonjo (...)» (ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, Livro 46, n.º 82). Em 1530, Março-Abril, foi feita medição de «hu olyuall que estaa a ssanto antonjo abayxo da Igreja (...) que parte da parte do agujam ... por a estrada que vem de Leiria pera cyrroll e da parte do ssoam parte com hũ olyvall que he da messa do prior que traz martym ffernandez da praça ... e da parte da travessya chegua a estrada que vay ... pera os olhalluas ... e parte em ffundo com allmoynha (...)» (ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, Livro 59, fls. 543-550). Em 1541, nova indicação de uma almuinha, «abayxo de santo amtonjo» (ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, Livro 59, fl. 559).

A mudança de Santo Antoninho para Santo António é, como se viu, moderna. A ermida de Santo Antoninho do Olival, em 1211, é a mesma indicada como de Santo Antonino na primeira metade do século XV e, no século seguinte, por Santo António do Olival.

S. Sebastião de Palácio de Randulfo foi identificado por Rui de Azevedo como correspondendo a Pousos («Expansão Territorial...», pp. 37-39 e carta geográfica). Identificação incorrecta uma vez, como se provará, trata-se de S. Sebastião de Freixo, junto à actual freguesia de Barreira. Se dúvidas restassem, depois do que já Luciano Ramos e Luciano Cristino (cf. *op. cit.*), escreveram, bastaria citar o documento que, em extracto, apresentamos: «(...) estando ahy (Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra) domjnguos Carreyra morador em ha quintã de sam sabastiam que d amtyguamente se chamaua ho paço de Rendufo syta em ho termo de Leiria, e pertence A mesa da vigararya da dita villa, e que pasaua de trinta Annos que elle e seu pay que deus aja posuem a dita qujntã e em ella tem feytas muitas bemfeytorias

parece inadequada para um acto jurídico de tamanho relevo cuja elaboração deve ter presidido um trabalho prévio de pesquisa sobre as igrejas fundadas. Pesquisa feita no cartório de Santa Cruz, em Coimbra, onde seguramente existiam os registos das decisões tomadas pelo convento no que concerne à progressiva implantação de centros de culto em Leiria. Uma vez mais, a nossa leitura é no sentido de uma interpretação cronológica desta hierarquização. A ser exacto teríamos reconstituído o itinerário base do povoamento undecentista leiriense ...

Mas as «capelas» sobreditas, a que foi aplicado um conceito de valores semânticos múltiplos, «ermidis», possuíam a característica de serem pequenas sub-unidades paroquiais. Inferimos isto do próprio compromisso que estipula sobre as «ermedis fabricandis sique similes a modo *infra terminos* istarum ermidarum construere fuerint», ter o mosteiro direito a $\frac{2}{3}$ das suas rendas.

Não podemos avançar muito neste pormenor. De facto, a área por que se distribuíam estas capelas era muito extensa impondo solidariedades de âmbito rural que, no entanto, não justificaram por parte do mosteiro crúzio honras de freguesia. Se exceptuarmos o caso de Paredes — num contexto totalmente diferente do destas capelas de 1211 —, elevada a freguesia em virtude do acto régio de fundação a instituir como concelho com termo próprio, na década de 1280, todas as aldeias mencionadas terão de aguardar o século de Quinhentos para verem o seu estatuto paroquial instituído⁶⁴.

Até esse século, pertenceram à administração das colações urbanas.

e ffeyta muyta despesa e tyradas muitas terras que amdaum soneguadas haa dita quintã (...) por elles terem verdadeyra enfformaçam do padre dom diogo diaz seu Jrmão que hora estaa por vigairo da dita Villa (...) porque souberam o dito domjngos Carreyra ser pessoa honrrada e que muy bem pagua hos direitos ao dito mosteiro (...) E as terras lauraram e semearam mūy bem em cada hūu Anno ou as folhas segundo Custume (... lhe emprazavam de novo a quinta) E con tall condiçam que nam deixem nem comsyntam leuar nhūua pedra grande nem pequena dos Edefiçios antigos da dita qujnta pera outras hobras de fora della sob penna de fazendo ho contrayro perderem este prazo (...)» (1544, Abril, 3, Coimbra: AUC, *Santa Cruz de Coimbra*, Tomo 9 de Notas, Livro 21, fls. 76-79).

«Os edificios antigos» são, aqui, alusão às antigas ruínas que se pensa vestígios da romana Colippo ...

⁶⁴ Cf. *O Couseiro* ..., capítulos 58 e seguintes.

As delimitações entre as freguesias rurais e as urbanas são dadas de uma forma algo precisa no compromisso de 1211. Expomo-las de seguida a fim de justificar a cartografia que delas fazemos. Antes disso, contudo, há que assinalar que os termos indicados em 1211 são rigorosamente os mesmos que os futuros compromissos entre o prior crúzio e o bispo de Coimbra, de 1252, 1260 e 1265, adiante explorados, consagram.

Explica-se, então, que a delimitação de 1211 esconda preocupações por parte do prior e convento que ultrapassam os interesses imediatos da clerezia leiriense. Talvez seja por isto que a demarcação daquelas freguesias se faça sem outra justificação que não seja a do mosteiro ter nelas todas as rendas por inteiro «sine allia particione». Sem outra repartição, entenda-se, para com os raçoeiros aqui colocados porque, na verdade, elas são objecto de litígio com o bispo que exige os direitos episcopais respectivos.

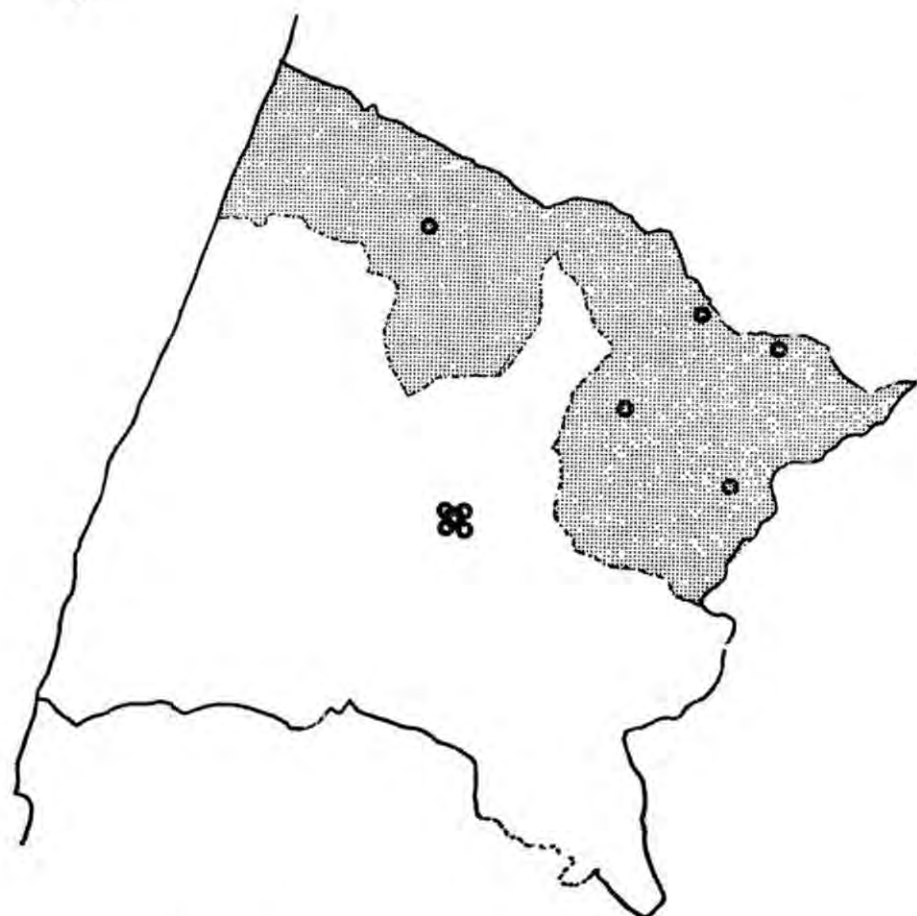
A projecção territorial destas paróquias é feita na carta em causa por dois níveis ou grupos. No primeiro englobam-se as freguesias de S. Miguel de Colmeias, Santa Maria de Litém (= Vermoil), S. Simão de Litém e S. João de Espite. Incide, assim, sobre cerca de $\frac{1}{4}$ do território leiriense. O segundo grupo concerne apenas a S. Salvador do Souto.

Acidentes orográficos, vias fluviais, topónimos de povoações e a linha de fronteira entre os concelhos de Leiria e de Ourém são os significantes utilizados no texto.




Estabelece-se que:

- 1) O prior terá por inteiro as rendas nas seguintes igrejas e território: «(...) ecclesiam de colmenis. et ecclesies de aleten. s. Sancte Marie. et Sancti simeonis. et ecclesiam sancti Johannis de speti cum omnibus parrochianis suis. et cum omni iure parrochiali. et cum totis terminis suis sicut diuiduntur per alqueidonem de domno Munione qui est ex parte leirene. et inter alqueidonem de pelagio mauro nigro. qui est ex parte de colmenis cum tota ualle de agodin ex utruque parte fluuij quo modo uadit ad infestum usque ad serram uertit aqua ad grahedi qui est ex parte de colmenis. et sicut uertit aqua ad cirol qui est ex parte leirene qua serra terminatur in riuo caldelas. et sicut diuiduntur per ipsum riuum de caldelas. quo modo uadit ad sumium qui est ex parte de colmenis. usque ad montem qui uocatur

**Divisão das jurisdições *plenae in populo et in clero*
entre Santa Cruz de Coimbra e o Bispo dessa Cidade (século XIII)**



LEGENDA:

-  Jurisdição plena episcopal
-  Jurisdição plena de Santa Cruz de Coimbra
-  Sede da freguesia

 Escala: 1 / 250.000

caput asini qui est ex parte de colmenis. sicut diuiditur per terminos de auren.»

- 2) O prior terá os mesmos direitos na «ecclesiam de sauto» «cum suis terminis qui diuiduntur per montem de cernelial sicut tendit directe per charnecam usque ad lacunam de maton. et ferit in riuum leirene»⁶⁵.

São delimitações globais, isto é, não nos oferecem as fronteiras inter-freguesias, excepção feita à linha divisória entre S. Salvador do Souto e Colmeias. O que não significa a inexistência destas ou mesmo que elas estejam isentas de polémica. É justamente neste sentido que encontramos duas inquirições promovidas pela Sé de Coimbra, em 1313, em que se procura averiguar a que freguesia pertenciam as dízimas do reguengo do Camarinho que, segundo os procuradores do Prelado, se integrava dentro da área de S. Salvador

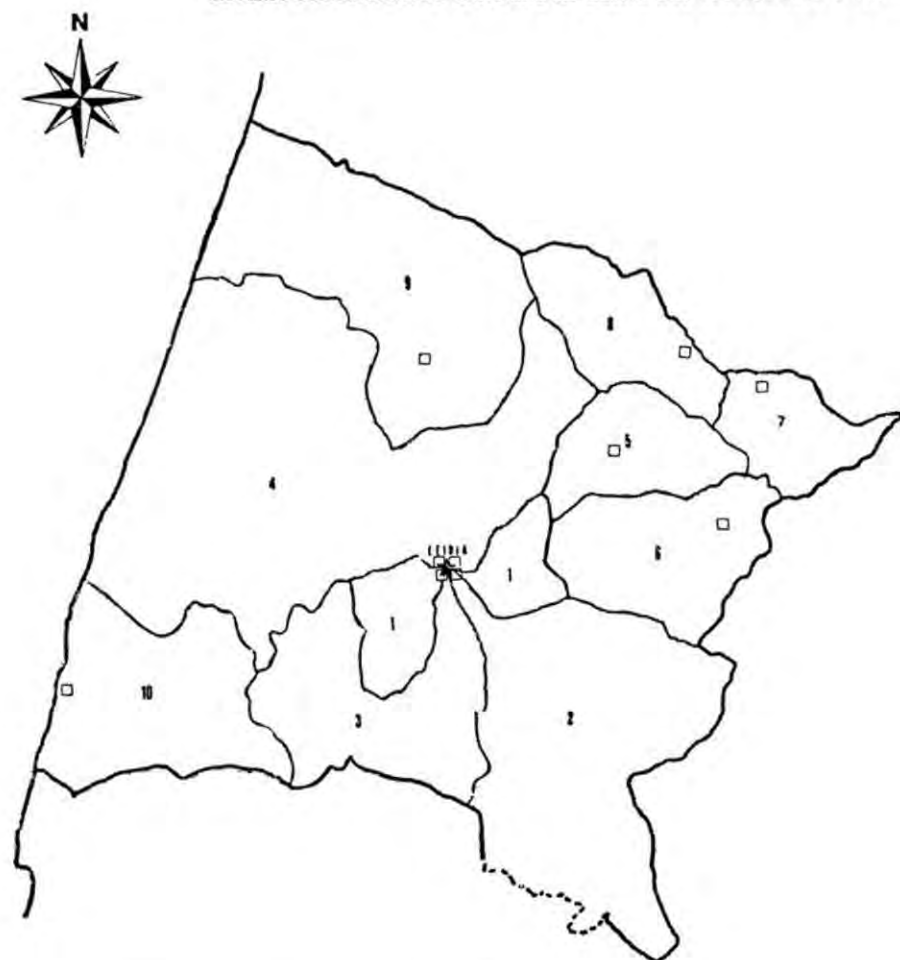
⁶⁵ ANTT, *St.ª Cruz de Coimbra*, m.º 15, doc. 34 (1211, Dezembro, Coimbra). Nem todos os topónimos são de fácil confirmação nomeadamente o Alqueidão de «D. Munione» (a norte de Leiria). Identificar-se-á, talvez, com Alqueidão (freguesia da Boavista). O Alqueidão de Paio Mouro Negro será o actual Alqueidão de Sirol (?). Os restantes topónimos não oferecem estas dificuldades de localização nomeadamente Colmeias, Grinde, Agodim, Sirol, Caldelas. Identifica-se o «monte qui uocatur caput asini» com o actual cabeço de Obidos, «a tocar o termo de Ourém» (Luciano Cristino, *op. cit.*, p. 181). Localizamos «monte de cernelial» e «lacunam de maton» na área das actuais freguesias de Monte Redondo e Bajouca.

Torna-se indispensável, para reconstituir com a precisão desejável, e possível, estes limites, recorrer a fontes posteriores nomeadamente de Quinhentos. Com base nas descrições de como se formaram as novas freguesias modernas, conseguiremos atingir a situação medievla da divisão paroquial.

Sublinhe-se que os limites indicados em 1211 e repetidos em 1252, 1260 e 1265, coincidem, de facto, com a cartografia obtida a partir desse trabalho base.

Há uma outra constatação a referir. Na maior parte, os limites paroquiais das freguesias rurais, com as sucessivas repartições modernas, constituíram a base da contemporânea divisão civil concelhia. Esta procurou aproveitar sempre a tradição histórica micro-local. Já no século XVIII, aliás, as vintenias constituíam uma divisão civil que não logrou substituir-se à força das freguesias eclesiásticas. Para Leiria veja-se *Notícias de algumas vilas e freguesias do Distrito de Leiria escritas em 1721 e enviadas à Academia Real*, ed. «O Mensageiro», Leiria, s. d. [1935], pp. 38-50; João Cabral, *Anais do Município de Leiria*, Leiria, C. M. L., 1975, I, p. 583.

Divisão eclesiástica do concelho de Leiria nos séculos XIV e XV



LEGENDA:

1) S. Pedro	5058 ha	2) S. Martinho ...	16296 ha
3) Santo Estêvão ...	9545 ha	4) Santiago	30546 ha
5) Colmeias	4735,6 ha	6) Espite	7332 ha
7) S. Simão	3887 ha	8) Vermoil	5368 ha
9) Souto	14561 ha	10) Paredes	1286...9668 ha

— Limite provável
 — Limite confirmado
 — Limite das freguesias

□ Centros das freguesias

— Escala: 1 / 250.000

do Souto, contestando o prior e convento de Santa Cruz «quod non credunt» nos argumentos daquele⁶⁶. Na outra inquirição procurou-se averiguar a que paróquia pertenciam as dízimas dos casais de Freixial, se a Santa Maria de Vermoil, se a S. Miguel de Colmeias, concluindo-se, com base em testemunhos de moradores no lugar, que «sempre as freeguesias de Colmeas e de Vermuy foram partidas pela agua do ffreyxeal»⁶⁷.

*
* *

As paróquias com centro urbano têm igualmente as suas delimitações definidas, provavelmente, a dois ritmos. Um primeiro que se caracteriza por ser exclusivamente urbano e que, de uma forma geral, se processou mais cedo⁶⁸. O segundo, posterior, que é marcado por englobar todo o restante espaço concelhio.

Há que sublinhar que por mais objectivas que fossem as delimitações paroquiais havia sempre pequenas imprecisões, como aquelas que acima referimos, de 1313, que aumentavam os riscos de conflitos entre as instituições religiosas concorrentes⁶⁹. Se isto se verificava nos grandes espaços rurais, mais ainda era susceptível de acontecer dentro da vila.

⁶⁶ ANTT, *Sé de Coimbra*, 2.ª inc., m.º 90, n.º 4322 (1313, Maio, 5, Domingo): «(...) de loco qui dicitur vulgariter ho çamorinho (...) adiacet intra parrochiam seu termjnos et limitationem parrochie ecclesie de Sauto. Cum parrochia de Souto sit limita. versus Leyrenam por rostrum de Monte qui dicitur vulgariter Booco. Et de inde quomodo descendit ad Raulum. Et de Raulo per venam de aquam quomodo uadit ad lacunam qui dicitur Aveeira. In quibus terminis limitatis inclunditur seu adiacet locus qui dicitur ho çamarinhô (...). Si dicta parrochia de Souto est dictis terminis de quibus predictj procuratores faciunt mencionem limitate quod non credunt idem Prior et Conuentus protestantur quod placet eis quod si Colimbriensis ecclesia. fidem fecerit quod dictis terminis siue limitibus est parrochia dicte ecclesie limitata quod dictum arbitrium tam in dicta tertia quam in alijs ipsius arbitrij. Capitulis siue clausulus inuiolabiliter obseruetur prout melius unquam fuit actenus in omnibus et per omnia obseruatum et in eo caso quo constaret siue probaretur parrochia dicte ecclesie de Souto (...)».

⁶⁷ ANTT, *Sé de Coimbra*, 2.ª inc., m.º 91, doc. 4400 (1313, Setembro, Leiria).

⁶⁸ José Mattoso, *Identificação de um País ...*, pp. 402-403.

⁶⁹ Como refere, para Angers, Jean Avril (*Le gouvernement des évêques et la vie religieuse ...*, pp. 59-60): «(...) l'imprécision des limites paroissiales augmentait les risques de conflits entre institutions religieuses concurrentes».

Uma das formas de evitar a generalização de conflitos motivados por razões desta ordem consistia em centralizar o mais possível a recolha dos proventos e efectuar a sua distribuição pelas partes interessadas de uma forma equitativa. Atenuavam-se assim as assimetrias certamente reais entre as diferentes freguesias e permitia-se uma certa igualdade entre o clero estante em Leiria.

Este constituía um universo que o compromisso de 1211 procura regular e tornar funcionável. A manutenção da paróquia era importante uma boa pastoral e esta era impraticável sem um clero disciplinado. O serviço da Igreja devia ser um *ministerium*, não um *dominium*⁷⁰, e por isso se acentua naquele compromisso que os clérigos de Leiria devem ser sempre «fideles et deuoti» do prior de Santa Cruz. Sendo-o, respeitavam a *auctoritas* eclesiástica e integravam-se na hierarquia cuja disciplina garantia a boa *cura animarum*⁷¹.

Não admira, assim, o cuidado com que a funcionalidade destas paróquias e do seu corpo clerical é regulada. Estabeleceram-se dez cláusulas que concisamente enunciamos:

- 1) Cada clérigo residirá e servirá fielmente na sua igreja; será pessoa idónea e do «gremio predictarum ecclesiarum»;
- 2) Os benefícios serão somente 40;
- 3) Quando vagar um deles, um novo beneficiado será provido de acordo com os anteriores preceitos;
- 4) Os clérigos serão isentos de pagar dízimo do que tiverem de seu;
- 5) Se alguém das freguesias rurais morrer e quiser ser sepultado num dos cemitérios da vila, dos direitos de mortuária colhidos metade será para a freguesia em que vivia, e a outra metade para todas as igrejas da vila;
- 5.1) Da metade dada a todas as igrejas, os «clerici» terão um terço e os «fratres» dois terços;

⁷⁰ Jean Avril, *op. cit.*, pp. 92-93.

⁷¹ Cf. Jean Avril, *op. cit.*, pp. 147-148.

- 6) Se o clérigo for corrupto e não se emendar será punido na forma canónica;
- 7) Se qualquer cônego ou clérigo ou converso for encontrado fazendo furto nas rendas comuns, ou ocultar qualquer coisa de interesse geral, será punido na forma canónica pelo prior e «*fratres*».
- 8) Nenhum dos clérigos poderá instituir porcionário ou prebendário pois que só ao prior e convento de Santa Cruz isso é lícito;
- 9) Se um clérigo for visitar enfermo(s) «*extra corpus ipsius uille eat in communibus expensis*», a saber, se for clérigo terá um terço do que dispender, se for «*frater*» terá dois terços;
- 10) Se as igrejas necessitarem de reparações, luzes, vestimentas ou sinos, ou coisas pertencentes, devem os clérigos e «*fratres*» velar por isso, «*predicando populo exortando ipsum, et inducendo, ut ea que de necessitate uiderint ecclesijs expedire, in remissione peccatorum suorum helemosinarum intuitu largiantur*»⁷².

Este compromisso de 1211, em que com clara intencionalidade a clerezia leiriense promulgava uma redistribuição mais normativa das rendas e proventos do priorado, poderá ainda relacionar-se com a situação política geral que o País então atravessava. É significativo, aliás, que nas cortes de Coimbra de 1211 se tivessem tomado medidas, por iniciativa régia, tendentes a uma limitação das facilidades com que a Igreja e os seus eclesiásticos formavam patrimónios económico-territoriais. Por isso, se ditará, nessa magna assembleia convocada pelo monarca, a primeira lei de desamortização, interditando-se às instituições religiosas portuguesas a apropriação de novas terras⁷³. De alguma forma, é mais que provável que o compromisso de 1211, que nos respeita, surja, em parte, como reacção dos cônegos de Santa Cruz de Coimbra a essas dispo-

⁷² ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, m.º 15, doc. 34.

⁷³ Sobre estas cortes vide, entre outros, os estudos de Maria Antonieta Soares de Azevedo, «Coimbra, Cortes de (1211)», in *DHP*, II, pp. 94-95; Damião Peres, «As Cortes de 1211», in *Revista Portuguesa de História*, tomo IV, Coimbra, 1949, pp. 1-8; Gama Barros, *Hist. da Administração* ..., II, pp. 440-442; José Mattoso, *Identificação de um País* ..., II, pp. 86-90.

sições interditórias, reflexo que é duma súbita preocupação por uma pormenorizada exploração dos rendimentos e direitos eclesiásticos nas terras de Leiria ⁷⁴

Toda a riqueza a ser partilhada pela comunidade clerical derivava de um terço das rendas de Santa Cruz, colhidas apenas dentro da área das freguesias urbanas.

O ambiente de crise, que se vivia em inícios do segundo quartel do século XIII, atingiria o aparente equilíbrio que o compromisso de 1211 enunciava. De facto, em 1233, o prior crúzio vê-se obrigado a promulgar nova carta de divisão e repartição, por causa questões que se levantavam entre os clérigos de Leiria, na terça dos bens que lhes estava atribuída.

Analisando a carta parece resultar que as questões eram motivadas por causa dos diferentes graus canónicos do clero local e do que a cada categoria devia ser pago. Estabelece-se assim:

- 1) que os clérigos de Leiria tanto dos graus maiores como dos menores tenham porção igual;
- 2) os presbíteros terão também «suos manifestos et suas ebdomadas integre et sine aliqua diminutione. et pres-
timonia similiter integra»;
- 3) que se nas semanas dos presbíteros «clamores fuerint factj. aut ostensa miracula in ecclesijs de leirena uel ipse ecclesie reconciliate aut una ipsarum. quicquid oblationum inde obuenerint in commune transeat clericorum sine aliquo scrupuli uel questione»;
- 4) todos os clérigos, maiores e menores, devem dividir igualmente o que renderem as festas maiores (Ramos das Palmas, Páscoa até Pascoela, Pentecostes e suas oitavas, Todos os Santos e Fiéis Defuntos, de véspera a véspera inclusive, Natal do Senhor e suas oitavas, todos os Domingos e suas vésperas inclusive);
- 4.1) o mesmo se aplica às festas das invocações das igrejas de Leiria ou das «hirmidas que sunt extra villam» ⁷⁵.

⁷⁴ Cf. José Mattoso, Luís Krus e Amélia Andrade, *O Castelo e a Feira. A terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*, ed. Estampa, Lisboa, 1989, p. 38.

⁷⁵ Segue-se o escatocolo com *sanctio* e demais elementos. Refere-se aqui expressamente a «universitatis ipsorum clericorum» (de Leiria). ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, 1.ª inc., m.º 17, doc. 23 (1233, Coimbra).

O ordenamento territorial é acompanhado, pois, pelo estabelecimento e aperfeiçoamento dum aparelho burocrático eclesial. A acção pastoral de Santa Cruz de Coimbra associava-se o exercício legislativo para regulamentar a actuação e convivência da comunidade clerical e paroquial. A este exercício correspondeu necessariamente um desenvolvimento da chancelaria monacal onde são redigidos e expedidos os actos regulamentares.

Para validação das cartas havia que respeitar os cânones estabelecidos numa *ars dictaminis*, a que os escrivães ou notários crúzios não eram alheios⁷⁶. Verifica-se também que, a par do selo pessoal do prior aparecem, no texto de 1211, o selo do convento, o dos clérigos de Leiria, o de dois juizes particulares⁷⁷, e os de D. Martim Martins, arcediogo, e Martim Egas, cônego de Coimbra, «*appositis nichilominus in hac carta (...) ut ex inspectione ipsius euidenter aparet*»⁷⁸.

Assim como existia a audiência episcopal, também o isento crúzio tinha o seu tribunal exclusivo formado pelo prior e pelos cônegos do convento. Ambos sentenciam como aconteceu em 1211 e em 1233⁷⁹.

Em regra, o esforço ordenador interno no priorado crúzio é simultâneo dos litígios pela definição de poderes entre Santa Cruz e a Sé. Enunciámos já estes litígios nas páginas anteriores. Cumpre acrescentar mais desenvolvidamente algumas considerações sobre o seu sentido e contexto.

⁷⁶ Como noutros pontos da Europa. Vide Jean Avril, *op. cit.*, pp. 109-112; Guido Van Dievoet, *Les Coutumiers, les Styles, les Formulaires et les «Artes Notariae»*, col. Typologie des Sources du Moyen Âge Occidental, fasc. 48, Brepols, 1986, pp. 75-84. Para Santa Cruz de Coimbra vid. José Mattoso, *Identificação de um País...*, I, pp. 404-405; Rui de Azevedo, *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, Lisboa, 1958, vol. I, tomo I, pp. LXXIII-LXXXIII, XCII-XCIII; António Cruz, *Santa Cruz de Coimbra, na Cultura Portuguesa da Idade Média. I - Observações sobre o «Scriptorium» e os Estudos Claustrais*, Porto, 1964, *passim*.

⁷⁷ Um selo desaparecido, outro fragmentado e um terceiro muito deteriorado. Não permitem, pois, leitura.

⁷⁸ ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, m.º 15, doc. 34.

⁷⁹ Documentos já citados.

O trabalho diplomático que chamou quase constantemente a cúria episcopal a intervir⁸⁰, é acompanhado por alongadas disputas problemas.

As bulas pontifícias atrás citadas demonstram que após 1203, o litígio entre as duas instituições coimbrãs não foi de todo abandonado.

Mantinha-se a disputa em aberto para o que contribuía certamente o período de crise generalizada entre 1193 e 1248⁸¹. Aquando dos anos 1245-1248 verificou-se uma fase de grande tensão em que houve graves disputas entre o prior interino de Santa Cruz, Martim Peres, e D. Tibúrcio, bispo de Coimbra, e entre aquele e os raçoeiros de Leiria⁸². Em determinado momento dessas lutas é o próprio conde de Bolonha uma testemunha presente, nomeadamente na Páscoa de 1246⁸³.

Com a entronização de D. Afonso III voltavam a criar-se condições objectivas para prosseguir a causa entre ambas as partes. Entre Outubro de 1250 e Fevereiro de 1251, a disputa foi apreciada em audiências sucessivas pelo juiz e legado papal, D. Ricardo de Santo Ângelo Diácono, cardeal. A sentença deste foi favorável a Santa Cruz de Coimbra não reconhecendo razão ao bispo de Coimbra quando, só no particular das igrejas de Leiria — uma vez que o que se julgava era todo o isento crúzio —, exigia o pagamento de mil marcos de prata pelos frutos devidos naquelas. Não diz a quantos anos se refere esta alegada dívida. Para as de outras igrejas, caso das de Taveiro, Lourical, Mira, S. Fagundo, Murtede, Travanca, Santa Maria de Seia e S. Romão, indica que há mais de 43 anos que o mosteiro não entregava as rendas devidas⁸⁴.

⁸⁰ Não apenas por causa de Leiria ... Cf. José Mattoso, *Identificação de um País ...*, I, p. 404.

⁸¹ José Mattoso, *Identificação de um País ...*, I, pp. 72-73. A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, I, Lisboa, 1985, pp. 86-89.

⁸² Cf. Leontina Ventura e Saul António Gomes, «Leiria e a Crise de 1245-1248. Documentos para uma revisão crítica», no prelo (desde 1989).

⁸³ ANTT, *Sé de Coimbra*, 1.ª inc., m.º 14, n.º 11 (minuta) e n.º 12 (orig.), de 1246, Abril, 12, Leiria.

⁸⁴ ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, 1.ª inc., m.º 19, doc. 8 (1250, Setembro, 30, Coimbra - 1251, Fevereiro, 23, Coimbra).

A sentença do cardeal D. Ricardo não logrou encerrar o litígio. Em anos seguintes ele é reaberto se bem que, então, seja alvo de três importantes compromissos ou acordos, a saber, em 1252, 1260 e 1265.

Os compromissos de 1252, 1260 e 1265 estabeleciam, contudo, uma verdadeira plataforma de convivência jurisdicional entre as duas entidades. Detectar-se-ão, posteriormente, alguns momentos de tensão e conflituosidade mas sem que isso tivesse trazido, como consequência, qualquer reformulação aos estatutos estabelecidos naqueles anos. O que afirmamos verificou-se, como referimos já, nos anos 1300, 1303, 1313 e 1318 como, ainda, se virá a registar em 1374⁸⁵ e 1503⁸⁶.

Não punham em causa, de qualquer forma, o reconhecimento da jurisdição crúzia sobre as igrejas de Leiria. Acontece também que é no século XIV que os arcebispos de Braga se pronunciam de uma forma mais directa sobre a questão, reconhecendo a primazia crúzia. Tal sucedeu com D. Martinho Pires de Oliveira, em 1300⁸⁷, e com D. João, em 1365⁸⁸. Este facto constitui mais um indicador de uma nova fase estrutural na vivência das jurisdições plenas leirienses.

⁸⁵ ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, 2.ª inc., m.º 209-A («Alm. 34, m.º 5, n.º 1 até 13»). Fragmento em que se pode ler: «(...) Estando na dicta Egreia [de S. Martinho] ante o altar de Santa Maria. Dom Pedro bispo da Çidade de Coynbra com sseus clerygos e outros companhos. pera ouuirem uespera. segundo pareçia. E estando ja em çima no coro da dicta Egreia peça de clerygos rraçoeyros na dicta Villa, e Coonygos do Moesteyro de Santa Crux da dicta cydade, de Coinbra., os sobredictos Coonjgos e clerygos começaram a Rezar a uespera. e dizendo o deus Jneutorium, o dicto Bispo lhys Mandou dizer que quedassem, ca el queria dizer com sseus clerygos e aleuantar as dictas oras. E os dictos Coonjgos e clerygos nom Leyxarom porem de ACabar o dicto Verso. e dizer adeante a uespera. E logo o dicto bispo Mandou chamar a mjm dicto Tabeliom (...)» (1374, Maio, 10, Leiria).

⁸⁶ ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, 2.ª inc., m.º 13, «Alm. 28, m.º 2, n.º 12».

⁸⁷ Bib. Nac. de Lisboa, *Reservados PGS 10 V* (1300, Outubro, 2, Braga). Já em 16 de Setembro de 1300, em Coimbra, o dito arcebispo fizera primeira declaração de nulidade de todos os despachos que havia dado indevidamente em Leiria (ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, 2.ª inc., m.º 209-A, «Alm. 8, m.º 1, n.º 4»). Cf. *O Couseiro* ..., cap. 6.

⁸⁸ Bib. Nac. de Lisboa, *Reservados PGS 69 P* (1365, Maio, 20, Leiria).

A consagração dos altares foi reconhecida como direito episcopal no compromisso de 1252 cujas cláusulas sucintamente, e para uma contextualização mais completa da questão em apreço — a fundação de paróquias em Leiria —, passamos a enunciar:

- 1) o bispo terá nas cinco freguesias do termo de Leiria (S. Salvador do Souto, S. Miguel de Colmeias, Santa Maria de Vermoil, S. João de Espite e S. Simão de Espite) «plenam iurisdictionem episcopalem in clero et populo sicut habeat in alijs ecclesijs sue diocesis»;
- 1.a) exceptuam-se desta jurisdição a comunidade monástica de «fratrum comemorantium in Grangia de Colmeias», e a apresentação do cura naquela igreja, direito de Santa Cruz, sujeito à confirmação do bispo;
- 2) nas igrejas-freguesias de Leiria terá o prior de Santa Cruz plena jurisdição, a saber, de «cognitionem, institutionem, destitutionem, visitationem, beneficium collectionem, et generaliter omnem episcopalem iurisdictionem in clero et populo, in parrochijs et parrochianis intus et extra, quantum ecclesiarum ville, leyrene, parrochie extenduntur», para o que se estabelecem, por escrito, os termos da jurisdição crúzia plena em Leiria;
- 2.a) pertencerá ao bispo o poder de conferir, em Leiria, os seguintes sacramentos «que por solos episcopos conferuntur videlicet, consecrationem. altarium, basilicarum, reconciliationes, puerorum consignationem et similia»;
- 2.b) o bispo virá a Leiria «semel in anno» e, fazendo-o, será recebido «honorifice cum pulsatione campanarum», tendo direito a participar nos ofícios e celebrações festivas a que o prior ou seu legado, na vila, o convidar ⁸⁹.

⁸⁹ ANTT, *Sé de Coimbra*, 1.ª inc., m.º 15, doc. 36. Id., *Santa Cruz de Coimbra*, 1.ª inc., m.º 19, doc. 10 (1252, Março).

A composição de 1260 precisa alguns destes pontos e explicita outros, a saber:

- 1) o prior de Santa Cruz apresentará ao bispo os capelães para as igrejas de S. Salvador do Souto, Santa Maria de Vermoil, S. João de Espite e S. Simão de Litém, que os confirmará. Acrescente-se que «salua tertia pontificali et annuis procurationibus Monasterium totaliter dictarum ecclesiarum faciat fructus suos»;
- 1.a) na igreja de Colmeias cumprir-se-á como na composição de 1252;
- 2) de visitação anual será dada colheita ao bispo naquelas igrejas (um moio de farinha de trigo; outro de cevada; outro de vinho, todos pela medida coimbrã; três carneiros e um porco);
- 3) a examinação dos clérigos de Leiria será feita pelo prior crúzio cabendo ao bispo dar-lhes ordens; naqueles não haverá nenhum «criminosu uel irregularem uel illegitimum uel enormiter corpore uiciatum»;
- 4) a erecção de altares será feita pelo bispo;
- 5) os clérigos de Leiria receberão o bispo «honorifice cum pulsatione campanarum secundum quod in primo compromisso continetur»;
- 6) o bispo quando estiver em Leiria poderá dar indulgências «per litteras uel de uiua voce», se ausente fá-lo-á por legado seu que terá de ser cônego ou clérigo crúzio⁹⁰.

⁹⁰ ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, 1.ª inc., m.º 20, doc. 4 (1260, Julho, 17, Torres Vedras). A colheita aqui atribuída ao prelado foi objecto de nova composição em 1262, Junho, 9, Coimbra (ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, 1.ª inc., m.º 20, doc. 13). O bispo passaria a ter uma vez no ano: uma vaca sem couro ou 50 soldos portugueses, dois porcos pela festa da Assunção de St.ª Maria de Agosto até à festa de Páscoa; não se entregando os porcos dê-se 80 soldos ou cinco carneiros; 4 cabritos; 16 galinhas; dois quarteiros de boa farinha de trigo «et debent inde facere panem presente homine nostro a nobis ad hoc specialiter deputato»; 2 puçais de vinho; 1 moio de cevada; metade de um alqueire de manteiga, ou de azeite, segundo o tempo; meio alqueire de

Em 1265, como dissemos, elaborou-se novo compromisso que formula nove outras cláusulas, algumas inéditas, a saber:

- 1) o bispo será recebido em Leiria «cum pulssatione Campanarum duo ex ffratribus sancte Crucis obvient ej qui illum recepiant, honorent et usque ad hospicium associante. Et si Prior locj uel ffratres alij existentis in loco uel clericj de propria uoluntatem eidem domino Episcopo uoluerint obviare, obvient,»;
- 2) o bispo poderá dar indulgências de viva voz ou por cartas, quando presente na vila, ou, não podendo, por seu legado que seja de Santa Cruz ou clérigo de Leiria;
- 3) que não haja de parte a parte vitupérios nem injúrias;
- 4) vindo o bispo em data festiva, que seja festa importante, ele será convidado para concelebrar numa igreja da vila;
- 5) o bispo receberá os clérigos de Leiria e dar-lhes-á ordens sacras quer em Leiria, quer fora;
- 6) o prelado respeitará sempre os direitos de Santa Cruz na vila e vice-versa;
- 7) o bispo não tem poder para ouvir «causas aliunde uenientes nec de loco in Leyrena, nec intra parrochias Ecclesiarum ipsius ville, nec sedeat ibj pro tribunalj»;

mel; meia libra de pimenta; meia onça de açafão; 50 ovos; 1 libra de cera pela medida coimbrã; uma restea de alhos; outra de cebolas; um fusal de linho; um alqueire de farinha de trigo; duas cargas de lenha para a cozinha; uma carga de palha; meio almude de azeite, sal, verças e água bastante para aquele dia; mais quinze soldos. O bispo compromete-se ainda a informar o prior da vinda a Leiria com seis dias de antecedência (cf. *O Couseiro ...* cap. 7).

Esta colheita é inferior às de Tentúgal mas superior às do Lourçal, Reveles e Arazede que não eram «de modo algum de somenos importância, antes bastante pesadas» (Maria Helena Coelho, *O Baixo Mondego ...*, vol. I, pp. 377-378).

Estas colheitas foram sistematizadas por diferentes ocasiões. Um dos cadernos do seu registo, chegado até nós, de meados do século XIV, encontra-se no ANTT, *Conventos de Tomar*, cx. 3, m.º 1, doc. 1.

- 8) não será permitido ao bispo lançar excomunhão ou absolvição nas paróquias de Leiria «nec facere alia que iudex sedendo pro tribunalj debet facere»;
- 9) a crisma será dada pelo bispo que, para isso será procurado «a Monasterio sancte +» e receberá de colheita dois quarteiros de trigo, dois puçais de vinho, um moio de cevada pela medida coimbrã, três carneiros, um porco ou três carneiros por ele, quinze galinhas, quatro cabritos, uma libra de cera, duas carradas de lenha, «et ad plura ipsa die Monasterium ej non teneatur et hoc ab utraque parte debet fieri bona fide»⁹¹.

Com este acordo alcançava-se a plena estruturação institucional no relacionamento entre o poder diocesano e o poder crúzio. De facto, até à criação do bispado de Leiria, em 1545, mau grado episódicas tensões, é este o quadro regulamentar religioso leiriense.

Comparativamente a outros centros urbanos, e mesmo rurais, o processo leiriense define-se por uma relativa rapidez de organização e pela prioridade sobre outras circunscrições paroquiais detectadas na Estremadura. Entre elas citar-se-ão a demarcação, em 1139, e por interesse e acção dos cónegos regnantes, da paróquia de Santa Cruz de Coimbra⁹², e também relacionada com esta Ordem e instituto coimbrão, regista-se por 1148 a organização da paróquia-matriz de Santa Maria de Óbidos⁹³. Juntamente com Leiria, estes dois exemplos são casos primigénitos. Em Coimbra, aliás, ter-se-á de esperar por 1229 para encontrarmos «as primeiras prescrições eclesiásticas ou civis seguras acerca deste problema»⁹⁴. em Lisboa a divisão das freguesias data de 1257⁹⁵ e em Torres Vedras apenas sabemos que é anterior a 1309⁹⁶.

⁹¹ ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, 1.ª inc., m.º 20, doc. 25 (1265, Maio, 23, Coimbra). Id., *ibidem*, m.º 20, doc. 24 (1265, Maio, 25, Coimbra).

⁹² José Mattoso, «A História das Paróquias em Portugal», p. 50. Id., *Identificação de um País...*, I, pp. 402-403.

⁹³ Manuela Santos Silva, *Óbidos Medieval. Estruturas Urbanas e Administrativas Concelhias*, (policopiado), Lisboa, 1987, pp. 32-33.

⁹⁴ José Mattoso, «A Histórias das Paróquias em Portugal», p. 50.

⁹⁵ *Ibidem*. Veja-se também Gérard Pradalié, *Lisboa da Reconquista ao Fim do Século XIII*, Palas Editores, Lisboa, 1975, pp. 24, 37-43. Recordemos que o problema em causa é o da delimitação paroquial e não o do surgimento das freguesias.

⁹⁶ *Ibidem*.

Mesmo a nível meramente rural, a projecção paroquial leiriense é também marcada por antecipação relativamente a outros espaços estremenos. O mais significativo é o da geografia paroquial dos Coutos de Alcobaça em que se regista uma tímida afirmação de freguesia em Alvorninha, por 1253⁹⁷, havendo que esperar por 1296, de facto, para que o bispo de Lisboa consagre uma verdadeira geografia paroquial, delimitando-se as freguesias de Pederneira, Alvorninha, Aljubarrota e Cós⁹⁸.

Esta prioridade do caso leiriense, já prenunciada com a delimitação de Santa Cruz de Coimbra, em 1139, e o caso obidense por 1148, deverá pois ser atribuída a uma política de pastoral crúzia. Traduzirá, desta forma, a capacidade organizativa desta Ordem, provando, simultaneamente, que a sua participação no processo colonizador da Reconquista portuguesa se revestiu de particularidades de pioneirismo que outros institutos eclesiais, mormente os cistercienses, não conseguiram ou não estavam interessados em promover⁹⁹.

⁹⁷ Robert Durand, *Les Campagnes ...*, p. 165.

⁹⁸ Pedro Ferreira Gomes Barbosa, *Povoamento e Estrutura Agrária na Estremadura Central ...*, cit., pp. 119-121.

⁹⁹ Faltam-nos elementos mais elucidativos para entrarmos em linha de comparação com outros centros de povoamento. O principal caso seria Santarém com quinze paróquias definidas na Idade Média. No entanto, escapa-se-nos uma cronologia precisa acerca do seu aparecimento. Cf. Maria Angela Beirante, *Santarém Medieval*, Lisboa, 1980, pp. 56, 59. Aqui, contudo, a presença de inúmeras instituições eclesiásticas (Ordens Militares, instituições regulares e seculares) obriga a uma redobrada atenção a questões como as que envolviam delimitações «territoriais» com base nas quais se processam as arrecadações de rendimentos e proventos. Um dos casos mais significativos, porventura, foi o que opôs a Ordem do Templo ao prelado de Lisboa, a propósito do eclesiástico escalabitano. A contenda, ao que parece resolvida em 1159, teve como desfecho a doação do castelo de Cera aos templários e o eclesiástico da vila ao prelado. Reservando-se, contudo, a paróquia («ecclesia») de Santiago para os freires do Templo (Angeal Beirante, *op. cit.*, p. 39).

Cronologia paroquial também muito alargada é a de Abrantes que não permite que entremos em linha de conta com os seus dados. Cf. Hermínia Vasconcelos Vilar, *Abrantes Medieval. Séculos XIV-XV*, Abrantes, 1988, p. 58.

Sobre as relações de foro institucional entre Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobaça, seja-me lícito remeter para o meu estudo «Relações entre Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobaça ao longo da Idade Média — Aspectos globais e particulares», in *Actas do IX Centenário do Nascimento de S. Bernardo — Encontro de Alcobaça e Simpósio de Lisboa*, Braga, ed. Univ. Católica Portuguesa, 1991, pp. 257-277.

A geografia paroquial detectada indicará não só necessidades criadas por circunstâncias de âmbito social e demográfico sentidas nos novos espaços em colonização, como é também o melhor indicador da capacidade de resposta, de organização ou de administração institucionais, dos cônegos regantes de Santo Agostinho estabelecidos em Coimbra desde 1311¹⁰⁰.

É o pioneirismo crúzio, cremos, que obriga instituições tão tradicionais como a Mitra de Coimbra, a procurar direitos e garantias num espaço diocesano não administrado que, de repente, passa a reclamar como seu. Comportamento, aliás, que a Mitra revela um pouco por toda a Estremadura mormente nos casos evidentes de Soure, Ega, Redinha e Pombal (entregues aos Templários¹⁰¹) de Leiria, como temos visto, e de Ourém¹⁰². Em todos eles, o Prelado se vê constrangido a invocar direitos diocesanos, ancestrais, só trazidos à luz do dia em virtude da valorização global dos novos espaços de colonização. Valorização que é promovida por entidades eclesiais inovadoras e rejuvenescidas.

Estabilizada a geografia paroquial em inícios do século XIII e definidos, de uma forma perdurável, os quadros administrativos por que se regeria, sucede uma maior disponibilidade para a promoção de novos centros de culto acompanhando-se, assim, a progressiva completa exploração do termo leiriense.

Ao esforço de desenvolvimento promovido pela iniciativa régia, nesta região, associa-se a cobertura da Igreja e dos seus poderes específicos no mundo secular. Esta associação é, aliás, algo constante. Recordemos que a questão em torno do isento de Leiria se relaciona *ab initio* com a política régia. A doação do eclesiástico de Leiria a Santa Cruz remonta a D. Afonso Henriques. Sobre a sua autenticidade diplomática levantam-se inúmeras questões, mas

¹⁰⁰ O relevo das acções desta Ordem em domínios tematicamente próximos do nosso foi posto em evidência já por Georges Duby, «Les chanoines réguliers et la vie économique des XI^e et XII^e siècles», in *Hommes et structures du moyen âge. Recueil d'articles*, Paris, 1984, pp. 203-225. Nesta linha citar-se-á também Jean Avril, *op. cit.*, pp. 119-153, *passim*. Charles Higounet, *Defrichements et Villeneuves du Bassin Parisien (XI^e-XIV^e siècles)*, C.N.R.S., Paris, 1990, pp. 214-216, 307-310.

¹⁰¹ Cf. Maria Alegria F. Marques, «O Litígio entre a Sé de Coimbra e a Ordem do Templo pela posse das Igrejas de Ega, Redinha e Pombal», in *Jornadas sobre Portugal Medieval. Leiria/1983*, cit., pp. 347-366.

¹⁰² Sobre este caso concreto, veja-se o que escrevemos em «Relações entre Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobaça», cit., pp. 267-269.

que não invalidam a veracidade do acto de doação¹⁰³. Para além disso, e se mais não fosse, a confirmação pontifícia de Adriano IV, em 1157, regularizara canonicamente esta concessão. Interessa-nos mais, neste momento, acentuar que ela foi reconhecida por D. Afonso II em 1217, por D. Afonso III em 1251¹⁰⁴ e por D. Dinis em 1299¹⁰⁵. Isto constituiu o reconhecimento régio pela presença crúzia em Leiria e, simultaneamente, deve relacionar-se, particularmente no caso dionisino, com alguns empreendimentos de vulto aqui realizados que tiveram o apoio daquele mosteiro.

Entre esses empreendimentos encontram-se a fundação da povoação de Paredes, em 1282¹⁰⁶, em que os crúzios levantam igreja sujeita a Santa Maria de Leiria e punham «hj hũu Capellam que da os sacramentos»¹⁰⁷, e os grandes arroteamentos no Campo, isto é, no Camarinho e em Ulmar considerados coisa de «gram serujço de deus e proL da terra (...) perque as gentes viam grandes doores e des aquíj (1309) adianæ vierom a saude» e motivadora de ali se «fundarem e fazerem hũa nossa capella ou duas em o dicto logo porque he cousa que nom poodiam scusar os probadores do dicto logo pera Receberem os sacramentos da sancta igreja»¹⁰⁸.

Neste particular, na verdade, os arroteamentos em Ulmar sendo de iniciativa régia acabavam por beneficiar muito as propriedades eclesiásticas a eles periféricas. Dos custos que essa acção teve, prolongados, aliás, por uma sempre continuada exigência de manutenção das obras realizadas, é bom indício o facto de os crúzios

¹⁰³ Rui de Azevedo, *Documentos Falsos de Santa Cruz ...*, passim; Idem, *Documentos Medievais Portugueses ...*, vol. I, t. II, pp. 671-688.

¹⁰⁴ ANTT, *Santa Cruz de Coimbra, Documentos Régios*, m.º 3, doc. 28 (1255, Novembro; traslado de 1303-VI-4, Coimbra).

¹⁰⁵ ANTT, *Forais Antigos*, m.º 12, n.º 3, fls. 47-47v (Conf. de 1217, Novembro, Coimbra); Id. *Santa Cruz de Coimbra*, 2.ª inc., m.º 18, «Alm. 34, m.º 4, n.º 6» (conf. de 1299, Agosto, Lisboa).

¹⁰⁶ ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 1, fl. 61v (1282, Dezembro, 17, Coimbra). Cf. Arala Pinto, *O Pinhal do Rei. Subsídios*, s.l., 1938, I, pp. 76-77.

¹⁰⁷ ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, 2.ª inc., m.º 18, «Alm. 34, m.º 4, n.º 7» (1369, Dezembro, 12, Porto).

¹⁰⁸ ANTT, *Chancelaria de D. Fernando (sic)*, Livro I, fls. 161v-162; ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, 2.ª inc., m.º 20, «Alm. 36, m.º 12, n.º 25 e 26» (em pública-forma de 1375, Julho, 3, Santarém); ANTT, *ibidem*, 2.ª inc., m.º 18, «Alm. 34, m.º 1, n.º 20» (cópia de 1536, Outubro, 31, Coimbra). Referência documental datada de 1309, Agosto, 4, Coimbra). Vide M. Rosa Ferreira Marreiros, *Propriedade Fundiária e Rendias da Coroa no Reinado de D. Dinis*, Guimarães, vol. I, Coimbra, Faculdade de Letras, 1990, pp. 60, 184-186.

ali construírem duas novas capelas e também de darem, ao rei, a «terça parte tam solamente do pam das dizimas que deus der em no dicto logo do herdamento (...) pera essas abertas manteer e assy as deram e asinaram pera todo sempre»¹⁰⁹.

O rei aceitou a prestimosa concorrência no debelamento dos custos com a manutenção daquelas abertas, não sem, entretanto, ordenar por carta que das suas propriedades no Campo continuarão a ser pagos dízimos a Santa Maria de Leiria salvo um terço «que os dictos priol e Conuento de sancta Cruz e os Raçoeiros leirêa derom A mjm»¹¹⁰.

D. Dinis dava, assim, prosseguimento a uma atitude que já conhecera um momento importante com D. Afonso II, em 1218, ao confirmar a Santa Cruz de Coimbra as «decimis omnium reddituum et prouentuum ad ius regale in tota Leirena pertinentium»¹¹¹.

Coube a D. Fernando uma tímida tentativa de quebrar os privilégios crúzios quanto à recolha do dízimo. Escudado numa leitura parcial das cartas da época dionisina, o rei alegava ser-lhe devido pagamento de $\frac{1}{3}$ de todos os dízimos de Leiria e não apenas dos do Campo. Na perspectiva dos oficiais régios, mormente de Afonso Domingues, corregedor na Corte¹¹², a dívida acumulada para com a Coroa montava a «dous Mil Moios de Trygo». Santa Cruz fez valer facilmente os seus direitos, levando o rei a decretar o encerramento do processo pois «que nom foy nossa tençom de hordenar proçesso de Juizo ssolepne»¹¹³.

¹⁰⁹ ANTT, *Chanc. de D. Fernando*, Livro I, fls. 161v-162. Os restantes $\frac{2}{3}$ das dízimas seriam divididos entre os clérigos de Leiria e o mosteiro. Note-se que, no vocabulário medieval, dízima e dízimo se confundem, significando a décima eclesiástica.

¹¹⁰ ANTT, *Chanc. de D. Dinis*, Livro III, fl. 74v (1311, Maio, 2, Lisboa). Pub. Manuel Heleno, *Antiguidades de Monte Real*, Lisboa, 1922, p. 44. «Datando aproximadamente desta época, são conhecidos muitos documentos de D. Dinis em que ele se obriga a si ou exige a outros o pagamento de dízimos das propriedades régias» (José Mattoso, *Identificação de um País...*, I, p. 403).

¹¹¹ ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, 1.^a inc., m.^o 2, doc. 32, régia, de 1218, Abril, 13, Santarém; ANTT, *Forais Antigos*, m.^o 12, n.^o 3, fls. 39v-40. Pub. A. D. Sousa Costa, *Mestre Silvestre e Mestre Vicente, Juristas da contenda entre D. Afonso II e suas irmãs*, Braga, 1963, p. 267. Cf. Maria Helena Coelho, *O Baixo Mondego...*, I, p. 375.

¹¹² Vid. A. L. de Carvalho Homem, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto, 1985, pp. 143-148.

¹¹³ ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, 2.^a inc., m.^o 20, «Alm. 36, m.^o 12, n.^o 25/26» (1375, Julho, 3, Santarém).

As décimas ocupavam um lugar fundamental entre os rendimentos eclesiásticos de Leiria, avaliados em 1320-21 em cerca de 1.670 libras¹¹⁴. A sua recolha é alvo de mecanismos complexos sobretudo quando se tem de considerar as redízimas, como aconteceu em 1369¹¹⁵, ou quando se tem de aplicar o seu cálculo às actividades produtivas.

Entre os números que a escassa documentação oferece, podemos citar as décimas dos moinhos régios de Leiria que em 1341 montaram em um quarto de trigo e outro de cevada¹¹⁶. Já os dízimos dos moinhos de Alcobaça, na vila, de 1423 a 1432, eram avaliadas no todo em 10 moios de trigo, 10 moios de segunda e 2 moios de vinho¹¹⁷. Teremos, assim, uma média decimal de dois moios de cereal e 17,2 alqueires de vinho em cada ano. Proporcionalmente é bastante superior (em $\frac{3}{4}$) à décima dos moinhos del-rei.

Mais informados quanto à antiga paróquia de Santo Estêvão, dentro de cuja jurisdição de construiu o mosteiro da Batalha, sabemos que este arrecadava de dízimo, que lhe não pertencia, por ano, 5 tonéis de vinho, 3 moios de trigo e segunda e 500 reais de hortaliza. Em 1457, ao fim de vinte anos em falta, o quantitativo a liquidar ascendia a cem mil reais. Juntar-se-ia ainda a décima dos bens doados ao mosteiro dominicano pelos funerais da rainha D. Leonor, em 1456, avaliada em 80 mil reais¹¹⁸.

Todos estes números são parcelares e inviabilizam uma abordagem que tente medir graus de maior ou menor riqueza entre as paróquias. Que estas não auferiam de proventos iguais já o tínhamos constatado a propósito dos estatutos de 1211 e 1233, em que a desigualdade da acumulação de riqueza levava os raçoeiros de Leiria a entrarem em disputas e conflitos. Podemos aduzir, no entanto, um exemplo mais concreto. A paróquia de S. Miguel

¹¹⁴ ANTT, *Sé de Coimbra*, Livro 1, fls. 30v-31.

¹¹⁵ Id., *Santa Cruz de Coimbra*, 2.ª inc., m.º 18, «Alm. 34, m.º 4, n.º 7» (1369, Dezembro, 12, Porto).

¹¹⁶ Id., *Santa Cruz de Coimbra*, 2.ª inc., m.º 232, «Alm. 34, m.º 3, n.º 1 até 9» (1342, Janeiro, 16, Leiria).

¹¹⁷ Id., *Alcobaça*, 2.ª inc., m.º 62, n.º 17 (1433, Fevereiro, 20, Leiria).

¹¹⁸ Id., *Santa Cruz de Coimbra*, 2.ª inc., m.º 13, «Alm. 28, m.º 2, n.º 3» (1457-I-19, Coimbra). Veja-se, sobre o problema, o que escrevi em *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV*, Coimbra, ed. Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras, 1990, pp. 238-242.

de Colmeias rendia, em 1320-1321, 270 libras¹¹⁹ enquanto a sua vizinha de S. Simão de Litém, por 1361, era avaliada apenas em 125 libras¹²⁰.

As desigualdades interparoquiais são, na verdade, um fenómeno generalizado a toda a Europa¹²¹.

Os documentos anteriormente citados permitem concluir também que era Janeiro o mês dedicado ao balanço e avaliação dos dízimos. Assim sucedeu com as dos moinhos régios e de Alcobaça, em Trezentos, assim sucederia em 1457 com o exemplo do mosteiro da Batalha.

As primícias encontravam-se ao lado dos dízimos entre as rendas eclesiásticas exigidas¹²². Constituiriam provavelmente 2,5% sob a produção, conforme o detectado para Coimbra¹²³, não importa que quantidade fosse. Por isso se explica que dezassete lavradores do termo de Leiria, em finais de Quatrocentos, tenham sido condenados a pagá-la mesmo face à alegação destes de que colhiam menos de quarenta alqueires de trigo, e só deviam satisfazer o encargo os que haviam pão em quantidade superior àquela¹²⁴.

Dízimos, primícias, colheitas, mortuárias, oblações constituíam o conjunto de riqueza financiado directamente pelos paroquianos. A sua recolha impunha um aparelho burocrático organizado, simultaneamente executivo e fiscalizador. Sabemos mesmo do arrendamento da recolha daqueles direitos¹²⁵.

¹¹⁹ *Ibidem*, nota 1.

¹²⁰ AUC, *Pergaminhos de Santa Cruz de Coimbra*, Dep. V, III Série, Arm. 7, Gav. 1, n.º 2 (1361, Abril, 24, Coimbra). A saber, 120 libras para Santa Cruz e 5 de colheita para o Prelado.

¹²¹ Cf. Jean Avril, *op. cit.*, p. 309; J. A. Bonachía e Hilario Casado, «La segunda mitad del siglo XIV y el siglo XV», in *Burgos en la Edad Media*, Burgos, 1984, pp. 438-441 («... En definitiva, aunque a fines del Medievo, todas las parroquias burgalesas gozaban de una economía saneada, existía una clara jerarquización entre iglesias ricas y pobres. Por eso había graves disputas entre los clérigos para conseguir las raciones de los templos afortunados», p. 440).

¹²² Maria Helena Coelho, *O Baixo Mondego ...*, p. 377.

¹²³ *Ibidem*.

¹²⁴ ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, Pasta 39, «Alm. 38, m.º 3, n.º 1 (-10)». Fragmento datável por se referir a D. João de Noronha, prior de Santa Cruz entre 1473-1506. (Fr. Nicolau de Santa Maria, *Chronica dos Conegos Regrantes ...*, Livro IX, cap. 29-30, pp. 265-274).

¹²⁵ AUC, *Pergaminhos de Santa Cruz*, Dep. V, III Série, Arm. 7, Gav. 1, n.º 2 (1361).

A essas fontes de rendimento juntavam-se os pecúlios angariados com o próprio serviço religioso (missas, trigésimos, aniversários), por pitaças, pelos bens da «fábrica» das igrejas¹²⁶.

Economia difícil de apreender na globalidade em virtude do silêncio das fontes documentais... Caracterizava-a um ritmo de crescimento constante porventura quebrado, conjunturalmente, pela peste negra de 1348 (que terá permitido, aliás, o crescimento dos bens de cada paróquia¹²⁷) e patenteado na multiplicação de capelas por todo o território.

Na vila, para além das igrejas citadas em 1211, surgirão nesta centúria as capelas de Santo André (Gafaria)¹²⁸, S. Simão¹²⁹, e igreja de S. Francisco¹³⁰. No século XIV registam-se as capelas do Espírito Santo¹³¹ e S. Gabriel¹³². Na centúria seguinte aparecerão Santa Maria do Anjo (1455)¹³³ e S. Bartolomeu¹³⁴. Em data desconhecida levantaram-se também as capelas de S. Sebastião e Santa Maria de Porto Covo¹³⁵. No limiar de Quinhentos abre as portas ao culto divino uma igreja dominicana, a do mosteiro de Santa Ana¹³⁶.

No termo, o surto de construção de templos fez-se sentir com intensidade. Ainda em Duzentos, encontramos Santa Maria da

¹²⁶ Como era previsto, por exemplo, no compromisso de 1211.

¹²⁷ Cf. A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. I, Lisboa, 1985, pp. 194-196; Idem, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, Lisboa, 1987, pp. 19-22; Maria Helena Coelho, *O Baixo Mondego ...*, I, pp. 18-20; Maria Angela Beirante, «Capelas de Évora», in *A Cidade de Évora*, n.º 65-66 (1982-1983), pp. 21-50.

¹²⁸ Anterior a cerca de 1250: ANTT, *Mestrados*, fls. 52-52v.

¹²⁹ Existiria antes de 1300. Situava-se nos paços régios intra-muralhas. Em 1328, Junho, 26, Coimbra, a rainha D. Isabel entrega a administração e os bens desta capela aos cruzados em troca de certas propriedades situadas em Coimbra (ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, 2.ª inc., m.º 18, «Alm. 11, m.º 7, n.º 7»).

¹³⁰ Cf. Luciano Cristino, *op. cit.*, pp. 212-213.

¹³¹ *O Couseiro ...*, cap. 35; ANTT, *Alcobaça*, 2.ª inc., m.º 10, n.º 230 (1309, Abril, 16, Leiria). É possível que já existisse em 1268, se a data referida em *O Couseiro* estiver referenciada pela Era de César, como pensa, aliás, Luciano Cristino, *op. cit.*, pp. 212-213. Veja-se também Afonso Zuquete, *Leiria — Subsídios para a História da sua Diocese*, Leiria, ed. Gráfica, 1943, pp. 332-334.

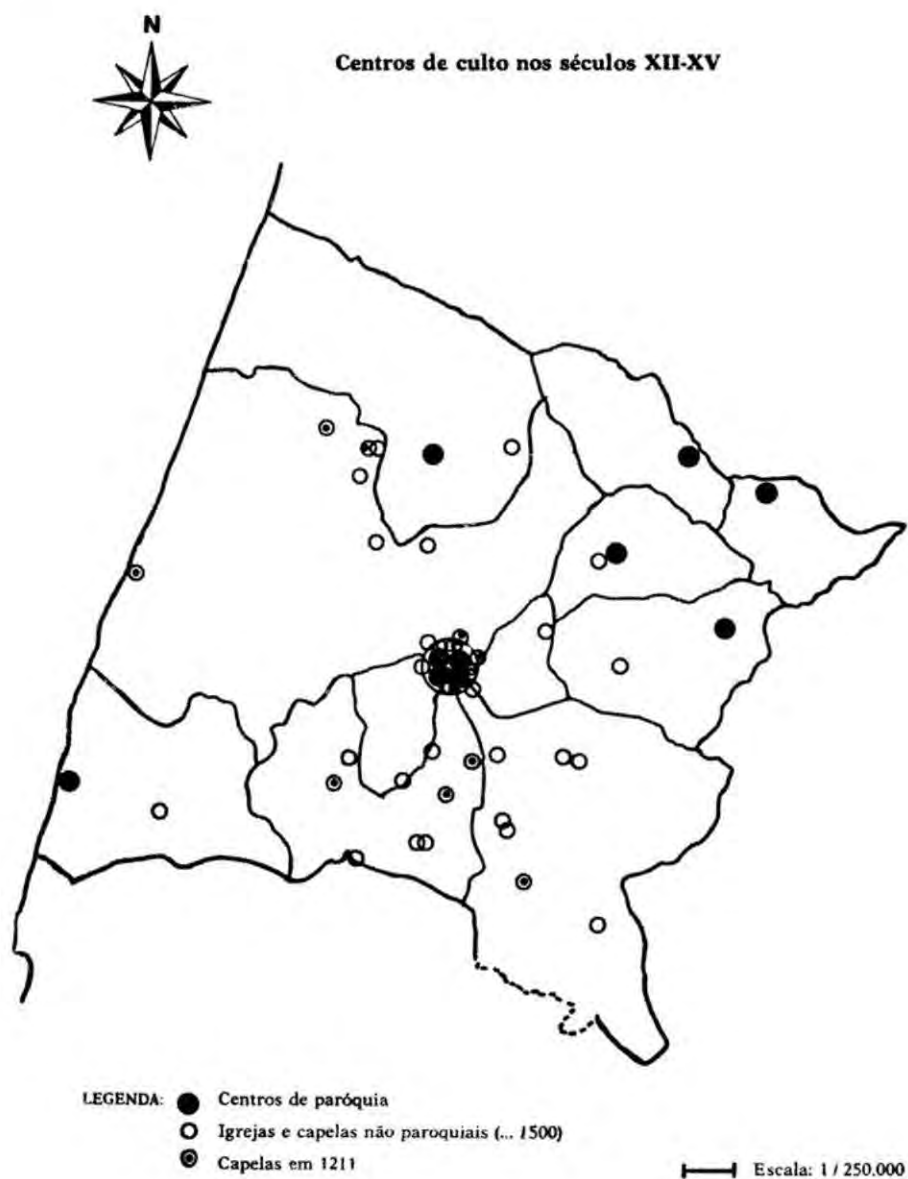
¹³² *O Couseiro ...*, cap. 40; Luciano Cristino, *op. cit.*, pp. 216-217.

¹³³ ANTT, *Chanc. de D. Afonso V*, Livro 36, fl. 175v.

¹³⁴ ANTT, *Alcobaça*, Livro 15, fl. 242v (1433).

¹³⁵ *O Couseiro ...*, caps. 32, 46. Luciano Cristino, *op. cit.*, p. 210.

¹³⁶ Fr. Luís de Sousa, *História de S. Domingos ...*, II parte, Livro 6, cap. XIV, pp. 1132-1136.



Vitória de Paredes¹³⁷, Santa Maria da Gaiola (Cortes) e S. Paio do Andainho (junto aos limites de Leiria com Porto de Mós)¹³⁸. Até meados de Quatrocentos surgem-nos citadas na documentação as seguintes novas igrejas ou capelas: início do século XIV, S. João Baptista e S. Lourenço (Monte Real)¹³⁹; ermida de S. Francisco (freguesia de Colmeias, em 1313¹⁴⁰); S. Cristóvão da Caranguejeira (antes de 1337¹⁴¹); Santa Maria de Pataias, S. Mamede de Alcolgulle, Santa Iria da Torre, S. Valério (localização incerta mas provavelmente próxima da anterior), S. Mamede da Serra, S. Bartolomeu e S. Bento do Freixial (freguesia do Arrabal), Santa Eufémia de Sirol e S. Paulo de Amor¹⁴².

Registam-se também as capelas de S. Martinho das Várzeas, Espírito Santo de Poial (freg. do Souto), S. Pedro da Gândara¹⁴³, Santa Maria da Batalha (depois orago de Santa Cruz)¹⁴⁴, Santo Antão da Faniqueira¹⁴⁵, Jesus da Golpilheira, Nossa Senhora da Canoeira¹⁴⁶, S. Sebastião de Regueira de Pontes¹⁴⁷, entre outras de que nos não chegaram notícias seguras¹⁴⁸.

De 19 centros de culto em 1211, atingimos mais de 54 em finais da Idade Média. A sua localização varia na razão directa da distribuição populacional detectada para 1527. O que é natural uma vez que todas as capelas e igrejas enunciadas ficavam, de facto, integradas em comunidades de maior densidade populacional.

Até finais de Quatrocentos a sua propalação fez-se rigorosamente dentro da geografia paroquial definida em inícios do século XIII. Prova isto, uma vez mais, a histórica herança da Igreja no domínio da estabilidade das suas instituições, mas também a sua sintonia com uma sociedade medieva com ritmos específicos de crescimento que a diferenciam das sociedades futuras.

¹³⁷ Cf. *O Couseiro* ..., cap. 89.

¹³⁸ ANTT, *Sé de Coimbra*, 2.ª inc., m.º 8, n.º 375 (1297, Dez., 29, Coimbra).

¹³⁹ Antes de 1326 (ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, 2.ª inc., m.º 18; *O Couseiro* ..., caps. 77-79).

¹⁴⁰ ANTT, *Sé de Coimbra*, 2.ª inc., m.º 91, n.º 4400 (1313, Setembro).

¹⁴¹ ANTT, *Santa Clara de Coimbra*, cx. 1, séc. XV, «n.º 5» (1337, Abril, 7, Leiria).

¹⁴² Antes de 1431 ou 1399 (ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, Liv. 94, fl. 277).

¹⁴³ ANTT, *Alcobaça*, Livro 15, fls. 271, 275 (1433).

¹⁴⁴ *O Couseiro* ..., caps. 65, 75.

¹⁴⁵ *Ibidem*, caps. 65-75.

¹⁴⁶ *Ibidem*, cap. 66.

¹⁴⁷ *Ibidem*, cap. 87.

¹⁴⁸ *Ibidem*, *passim*.

2. As paróquias urbanas: morfologia topográfica

Afirmámos anteriormente que a definição topográfica das paróquias urbanas terá sido prévia, ou quando muito coeva, das respectivas delimitações no termo. A ser assim, a delimitação das freguesias situar-se-á cronologicamente antes de 1211.

É certo que a certeza da existência de igrejas paroquiais, em 1211, não prova de *per se* que as colações estivessem rigidamente limitadas. Este tipo de objecções tem sido, aliás, apresentado no caso de Lisboa¹⁴⁹. Mas é também um facto que a distribuição de dez raçoeiros por cada centro de culto matricial urbano (S. Pedro, Santiago, St.º Estêvão e S. Martinho) — de onde saíam elementos que rotativamente realizavam os cultos divinos na igreja prioral de Santa Maria da Pena¹⁵⁰ — pressupõe áreas de intervenção definidas e, com maior razão, ao nível de geografia urbana.

Não obstem estas considerações a que, em certos casos, se encontrem referências aos moradores de Leiria como «fregueses» de Santa Maria da Pena. Podemos citar, em abono disto, um exemplo tardio, de 1532, que indica certos habitantes «in prefata vila de Leiria parochia sancte marie da pena»¹⁵¹. Este exemplo explica-se por si mesmo. Não havia, de facto, qualquer aglomerado populacional em torno de Santa Maria da Pena, em 1532. Existiam paços reais e estruturas próprias de equipamento administrativo religioso. Não mais. Isto implica que mesmo morando na área de uma outra igreja-paroquial urbana, os leirienses sempre podiam ser referidos como fregueses da igreja matriz da vila.

Um outro exemplo abonatório, de 1396, respeita a Afonso de Ourém, foreiro de umas courelas de pão de Santa Cruz, sitas à Portela (freg. S. Martinho). Naquele ano é chamado à audiência do vigário sob a acusação de se furtar ao pagamento do dízimo das produções ali obtidas o que ele, como todos os mais moradores «fregueses de Santa Maria» eram obrigados a satisfazer¹⁵².

¹⁴⁹ Cf. Gérard Pradalié, *Lisboa da Reconquista ao fim do século XIII*. Lisboa, 1975, pp. 33-43.

¹⁵⁰ *O Couseiro ...*, cap. 12.

¹⁵¹ ANTT, *Conventos de Tomar*, m.º 56, não numerado (1532, Maio, 18, Leiria).

¹⁵² ANTT, *Santa Cruz*, Sala 25, cx. única, pergaminho de «Alm. 38, m.º ?, n.º 13-20» (1396, Outubro, 10, Leiria).

Assim, considera-se que existindo topograficamente diferentes centros paroquiais, em termos administrativos a tendência é para os considerar unitariamente.

Na base da estruturação urbana paroquial esteve o surto populacional da vila sentido já no século XII.

Este surto populacional pode ser um tanto explicitado, sob um ponto de vista diacrónico, atendendo às próprias dimensões espaciais das paróquias urbanas.

Temos, desta forma, a paróquia de Santa Maria, especialmente limitada à alcáçova, de fundação primigénita. A sua influência na estrutura urbana é muito reduzida, numa forma directa, mas o facto de ser a colação matriz de Leiria confere-lhe uma dimensão *urbi et orbi* que, do ponto de vista estritamente eclesial, tem enorme importância. Interessa, contudo, salientar o seu praticamente nulo peso demográfico. A habitação em torno da igreja é meramente militar ou de alguns religiosos e leigos que se contarão pelas unidades, não mais.

Para encontrarmos uma colação de real peso demográfico torna-se indispensável descer até S. Pedro. A reconstituição da circunscrição urbana deste título permite definir que ela se reduz fulcralmente à área intra-muralhas mas com um prolongamento extra-muros, na zona meridional, que alcança parte da margem ocidental da rua Direita vindo a englobar parte da judiaria (sensivelmente até à rua Nova) após o que subia em direcção às ruas de S. Pedro e da Amoreira¹⁵³.

Porquê esta alçada sobre casario/moradores extra-muralhas?

Não é possível responder de uma forma definitiva. No entanto, o prolongamento da circunscrição de S. Pedro sobre um «corredor» meridional da vila resultará, necessariamente, do crescimento populacional registado, ainda no século XII, em Leiria. Sabemos também

¹⁵³ Cf. o meu artigo «Leiria», in *Atlas das Cidades Medievais Portuguesas* (coord. de A. H. Oliveira Marques, Iria Gonçalves, Amélia Andrade), Lisboa, ed. INIC, 1990, pp. 51-53; Idem, «A Praça de S. Martinho de Leiria do Séc. XII à Reforma de 1546», in *Mundo da Arte. Revista de Arte, Arqueologia e Etnografia*, Lisboa, II Série, Jan.-Maio, 1990, pp. 57-59; Idem, «A Mouraria de Leiria, Problemas sobre a presença Moura no Centro do País», in *Estudos Orientais. II - O Legado Cultural de Judeus e Mouros*, Lisboa, Instituto Oriental - Univ. Nova de Lisboa, 1991, pp. 155-169.

que o crescimento urbano a norte das muralhas é integrado numa outra paróquia, a de Santiago, não tendo qualquer influência nesta zona a igreja de S. Pedro.

Isto pode significar a prioridade daquela terceira paróquia sobre qualquer uma das duas restantes (Santo Estêvão e S. Martinho) e, até, que, uma vez esgotado o espaço disponível, intra-muralhas, de habitação, o estabelecimento de novos moradores fez-se a norte da vila amuralhada, assessorados de imediato por orago próprio.

O «apêndice» paroquial sul de S. Pedro corresponderá a um povoamento dum ponto de vista cronológico ligeiramente posterior ao de Santiago e seguramente anterior ao da erecção das freguesias de Santo Estêvão e de S. Martinho.

Uma vez ali estabelecidas edificações e consagrada a alçada paroquial de S. Pedro sobre elas, criara-se uma situação que os restantes séculos medievais não alterarão.

De uma forma mais concreta, sabemos que a freguesia de S. Pedro «funcionava» já cerca de 1150, enquanto que a de Santiago antes de 1195 já estava levantada.

Ter-lhe-á sucedido a de Santo Estêvão se tivermos em atenção que é nesta freguesia que se situará a mouraria e que o trabalho da população mourisca, nos domínios da olaria e da carpintaria, é já atestado no foral da vila de 1195. A última paróquia a ser levantada terá sido, muito provavelmente, a de S. Martinho. Esta terá igreja em local «marginal» à própria judiaria leiriense — o que acontece na globalidade com todo o casario dos seus paroquianos — indiciando o estabelecimento prévio dos agentes judaicos em zona que no século XII estaria, de início, inaproveitada¹⁵⁴.

Já atrás foi acentuação que as paróquias mais antigas são por norma mais reduzidas que as de nóvel fundação. Assim sucedeu em Leiria. À «pequenez» de Santa Maria e de S. Pedro (ambas com pouco mais de seis hectares contando com a área extra-muros de S. Pedro) acrescenta-se uma área tenuemente superior para Santiago (de princípio limitada a entre-muralhas e aquém-río e, após os primeiros lustros de Duzentos, crescendo na área de influência urbana e da periferia urbana, de modo a atingir a dimensão com que a representamos no mapa das «circunscrições paroquiais

¹⁵⁴ Veja-se a bibliografia citada na nota anterior.

urbanas em 1500») sensivelmente acima dos dez hectares, área acentuadamente maior do que a de Santo Estêvão (ainda que, no princípio, a sua teia urbana pouco mais fosse além de casario em torno da igreja e da rua da Mouraria) e, finalmente, a paróquia de S. Martinho, estendida por uma grande várzea com uma área bastante maior que qualquer uma das anteriores (de facto, só a inclusão da zona da Praça de S. Martinho, rua Direita e suas perpendiculares, Terreiro, ruas de Alcobaça e da Água, Portela e Encruzilhada da Cartaxa, nos dá uma área superior aos quinze hectares).

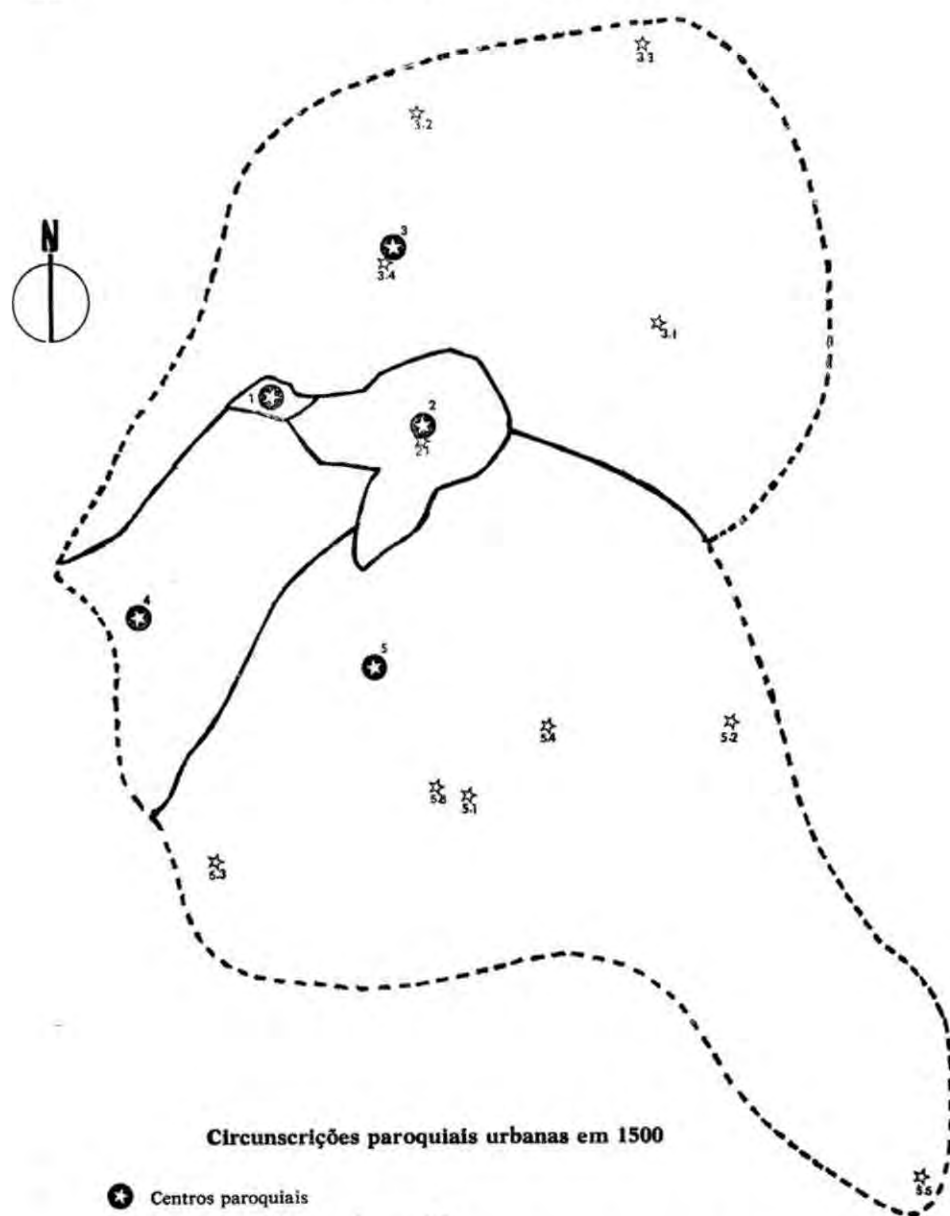
O estabelecimento de pequenas capelas dentro destas freguesias, mesmo que em locais já periféricos ao tecido urbano, ou sobretudo marginais a este, permite ampliar o raio de acção imediato de cada circunscrição¹⁵⁵.

A delimitação das colações exigiu-nos uma abordagem algo arqueológica que, sucintamente, passamos a expor.

Os exemplos de Santa Maria e de S. Pedro estão já elucidados. Debruço-me, pois, apenas sobre Santiago, Santo Estêvão e S. Martinho. Englobava-se na colação de Santiago toda a zona situada entre as muralhas setentrionais da vila velha e a margem esquerda do rio Lis. A leste, a sua influência enquadra o cenóbio franciscano. No além-rio integrará as ermidas de Santo André (que era a da gafaria) e a de S. Miguel do Monte¹⁵⁶.

¹⁵⁵ Justificamos este «raio de acção imediato» por contraste face à totalidade da freguesia, que envolve sempre uma parte rural extensa do termo concelhio. Assim, e exemplificando, o raio imediato de acção religiosa, estritamente urbana, revela-se aquando de procissões e festividades religiosas que, partindo do centro eclesiástico paroquial, se estendem a estas pequenas ermidas fazendo-as participar da plenitude de uma religiosidade urbana. Assim se entenderão os actos procissionais do Corpus Christi relativamente a S. Francisco e a Santa Maria dos Anjos, ou as festas relativas a Santo André, S. Miguel, Santo Antoninho do Carvalhal ou S. Gabriel (depois Nossa Senhora da Encarnação). Este raio de acção está também patente, de uma forma socio-urbanística evidente, no caso do Arrabalde de Além da Ponte (Santiago). Da sua planta viária, contudo, nada podemos adiantar uma vez que nos faltam elementos seguros para a sua reconstituição em termos medievais ou modernos. Sobre este tema veja-se o interessante estudo de Jacques Chiffolleau, «Les processions parisiennes de 1412. Analyse d'un rituel flamboyant», in *Revue Historique*, 114^e Année, Tome CCLXXXV, Paris, 1990, pp. 37-76.

¹⁵⁶ Cf. *O Couseiro* ..., caps. 25-34, 46. Junto da igreja de Santiago existiam as ermidas de Nossa Senhora e de S. Sebastião de Porto Covo (*O Couseiro*, caps. 25, 32).



Circunscrições paroquiais urbanas em 1500

- ★ Centros paroquiais
- ☆ Igrejas ou capelas sem circunscrição

1. Santa Maria; 2. S. Pedro; 2.1. S. Simão; 3. Santiago; 3.1. S. Francisco;
3.2. Santo André; 3.3. S. Miguel; 3.4. S. Sebastião de Porto Covo; 4. Santo Estêvão;
5. S. Martinho; 5.1. Espírito Santo; 5.2. Santo António do Carrascal; 5.3. S. Bar-
tolomeu; 5.4. Nossa Senhora do Anjo; 5.5. S. Gabriel; 5.6. Santa Ana.

— Escala: 1 / 250.000

Na freguesia de Santo Estêvão encontramos a rua da Amoreira, a norte, a do Terreiro, a este, subindo-se depois em direcção ao Covelo. No seu seio encontrava-se, pois, a Fonte do Freire e as construções envolventes. Santo Estêvão integraria ainda todo o lado ocidental da Portela¹⁵⁷.

O equipamento religioso da freguesia de S. Martinho teve uma importância não inferior ao do da freguesia de Santiago. Distingue-o, contudo, um horizonte de construção mais tardio. Se exceptuarmos, na verdade, Santo Antonino do Olival, além-rio, foi necessário esperar por inícios de Trezentos para ali se erguer a capela do Espírito Santo (1268-1306). Mais tarde será edificada uma capela da invocação de S. Gabriel, bastante a leste da vila. Ao século XV, provavelmente, teremos de atribuir o levantamento do altar de S. Bartolomeu, à Portela, assim como é seguro que Santa Maria do Anjo começou a ser edificada, à custa do Concelho, em 1455, acima do Rossio Novo. Em 1495 avançou-se com uma nova igreja mendicante (a segunda de Leiria), de clausura feminina, entregue à regra dominicana. O seu título, de Santa Ana, permanecerá como topónimo até aos dias actuais mais de um século e meio após a extinção das Ordens e do seu completo desaparecimento do espaço físico urbano no início do nosso século (1917)¹⁵⁸.

Perguntamo-nos sobre as razões que explicam a construção tardia deste equipamento religioso nesta zona da então vila. Pensamos que elas se devem situar a dois níveis, o económico e um simbólico. De facto, terá sido a maior riqueza acumulada nesta freguesia urbana que, obrigando a aristocracia do poder local a deslocar o seu centro de decisão de intra-muralhas para o seu âmagio, permitiu que as decisões respeitantes à construção pública de prestígio passem a incidir na sua área de influência. Estão neste caso Santa Maria do Anjo e Santa Ana. A primeira, paga pelo Concelho como referimos, é também o coroar de um processo espiritual ou pastoral liderado pelos franciscanos.

São eles que aqui propalam o culto dessa nova invocação. Não lhes foi, aliás, um culto de difícil acatção pelos homens

¹⁵⁷ Classificação com base nos capítulos 24, 30, 31 de *O Couseiro* e, ainda, numerosa documentação moderna oriunda de registos notariais do concelho de Leiria. Reservamos, sobre isto, um futuro estudo e publicação das fontes respectivas.

¹⁵⁸ Cf. *O Couseiro* ..., caps. 35-45; Luciano Cristino, «A Vila de Leiria em 1385», cit., pp. 201-202, 216-217; Afonso Zúquete, *Leiria — Subsídios para a História da sua Diocese*, Leiria, ed. Gráfica, 1943, pp. 313-317, 346.

bons da vila. Trazido para o seu mosteiro por influência da rainha D. Filipa, em fins de Trezentos, tornou-se uma invocação merecedora da especial protecção franciscana. Se tivermos presente que a oligarquia concelhia procurava preferencialmente os serviços religiosos daqueles, não teremos dificuldade em aceitar que a opção concelhia, de 1455, por esta invocação para uma sua obra de prestígio derivou em muito, dessa orientação mendicante sob os homens influentes nos destinos locais. Resultou desse facto um novo bairro periférico que terá nos séculos modernos a sua fase de mais significativa expansão ¹⁵⁹.

3. O traçado cartográfico dos limites concelhios é coincidente com as extremas paroquiais

Apesar dos elementos de índole toponímica fornecidos pelos diplomas referentes ao termo leiriense, no período medieval, nem sempre é fácil reconstituir um traçado cartograficamente rigoroso ou em termos de valor absoluto. De facto, alguns dos marcos onomásticos neles referidos, hoje em dia desaparecidos, só por aproximação hipotética são delimitáveis quando não, em si mesmos, já imprecisos [ver Mapa 2].

Para determinação das extremas, por isso, foi-nos necessário atender quer às informações onomásticas identificáveis e alvo de precisão, quer a um quadro histórico de tradição territorial que se detecta nos séculos modernos e contemporâneos.

Neste âmbito tivemos em conta fundamentalmente elementos de ordem diplomática uma vez que o recurso à cartografia dos séculos modernos continua a não satisfazer plenamente uma vez que se define por um carácter «genérico da representação (...) do território» ¹⁶⁰.

No domínio da tradição histórica dos limites concelhios leirienses foi-nos possível detectar a coincidência entre os limites das freguesias eclesiais periféricas com as extremas do concelho. Este

¹⁵⁹ Vid. Fr. Manuel da Esperança, *História Seráfica*, Liv. III, cap. XXXIV, n.º 1, pp. 364-365. Já a construção da ermida de S. Gabriel, entre 1387 e 1416, se ficava a dever a D. Fr. Amaro, bispo de Ceuta e confessor da rainha D. Filipa, do hábito franciscano ... (Fr. Manuel da Esperança, *op. cit.*, Liv. III, cap. XXXI, p. 358).

¹⁶⁰ Cf. António Manuel Hespanha, *As vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político. Portugal - Séc. XVII*, Lisboa, 1987, I, p. 66 (com bibliografia indicada).

ponto é particularmente claro nas áreas setentrional e meridional mas menos conseguido na fronteira oriental de Leiria com Ourém. Este facto fica a dever-se, aliás, às amputações de território leiriense perpetradas no século passado em favor daquele vizinho concelho ¹⁶¹.

O facto de termos encontrado correspondência entre limites civis e eclesiais nas freguesias situadas a norte e a sul levou-nos a procurar aplicar idêntico método para as freguesias «recentemente» integradas em Ourém.

Tivemos, ainda, um precioso auxiliar na listagem de povoações, guardada no censo de 1527, que não só nos permitiu uma imediata visualização das extremas concelhias à época, como consentiu igualmente a verificação pontual dos limites internos interfreguesias. A esta fonte histórica juntámos outra não menos preciosa, *O Couseiro*, que fornece um rigoroso quadro histórico dos processos criadores das freguesias modernas, entroncando-as nas suas origens medievais.

Grosso modo os limites actuais das freguesias coincidem — e até os esclarecerão nalguns casos — com os termos primitivamente definidos, estabilidade que parece ser um fenómeno político-territorial generalizado a todo o País ¹⁶².

Com base nos limites administrativos das freguesias actuais, uma vez estabelecido o quadro histórico respectivo, traçou-se a área correspondente ao concelho de Leiria na Idade Média ¹⁶³.

¹⁶¹ Cf. Luciano Coelho Cristino, «A diocese de Leiria factor de coesão regional», in *Cadernos do Distrito de Leiria. Informação e estudo de temas regionais*, n.º 3, Lisboa, pp. 45-49. A história das «regionalizações» oitocentistas está, para esta região, por fazer. Para uma visão global consulte-se: Rui de Abreu Torres, «Distritos Administrativos», in *DHP*, II, pp. 321-322; Tito Benevenuto de Lima e Sousa Larcher, *Estudos de Regionalismo. II - A Divisão Administrativa de Portugal. Correição, Província, Distrito. Região*, Tipografia Leiriense, Lda., Leiria, 1930, *passim*.

¹⁶² Avelino de Jesus da Costa, *O bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, I, Coimbra, pp. 79-105; António Manuel Hespanha, *op. cit.*, I, pp. 65-67.

¹⁶³ As freguesias medievais são reconstituíveis a partir de um trabalho «arqueológico» com início na prospecção das origens das freguesias modernas. Tendo estes dados, consegue-se com relativa segurança atingir o ponto medieval. Assim verifica-se: a) SANTA MARIA DA PENA: freguesia matriz numa área de 113 341 hectares (*O Couseiro*, caps. 6 e 7); b) S. PEDRO DE LEIRIA: composta por parte da vila e pelos lugares e aldeias de Azoia, Boavista, Parceiros, Casais/Chiou, Pousos, Cachieira, Bregieira, Alqueidão da

Em espaços de menores índices de povoamento, como era o litoral leiriense, mormente em torno de Paredes e de Pataias, as extremas eram mais difusas (indicava-se, por exemplo, a Mata de Pataias como limite...). Recorremos, no caso, à tradição histórica que levou a integrar o território de Paredes na área de influência de Pataias e, assim, à assunção por esta aldeia da função matricial de freguesia no período moderno e até à actualidade.

O processo metodológico adoptado permitiu-nos, aliás, reconsiderar certos limites cartográficos atribuídos ao foral de Leiria de 1142¹⁶⁴ e corrigi-los com satisfatório rigor.

A determinação das áreas foi feita por recorrência aos elementos contidos na *Carta Administrativa de Portugal*, de 1980¹⁶⁵.

Boavista, Casal Martelo, Vidigal e Sobral. Área aproximada de 5 058 hectares (*O Couseiro*, cap. 23); c) S. MARTINHO: composta por parte da vila e Reguengo, Arrabal, Cortes, Santa Catarina da Serra, S. Mamede, metade do Alqueidão da Serra. Área igual a 16 296 hectares (*O Couseiro*, cap. 16); d) SANTO ESTEVAO: freguesia de parte da vila e de Maceira, Porto do Carro, Melvoa, Cavalinhos, Barbas, Moita, Costa, Alcolgulhe, Batalha e Barreira. Área igual a 9 545 hectares (*O Couseiro*, caps. 24, 82 e 83); e) SANTIAGO: constituída por parte da vila, Arrabalde de Além, Marrazes, Amor, Regueira de Pontes, Riba de Aves, Lagoa, Ruivaqueira, Marinha, Monte Real, Casal, Barosa, Milagres, Vieira de Leiria, S. Pedro de Muel e Carvide. Área igual a 30 546 hectares (*O Couseiro*, caps. 25, 77 e 146); f) S. MIGUEL DE COLMEIAS: composta por Santa Margarida do Pinheiro, Ribeiro de S. Silvestre, Venda do Galego, Ponte da Madalena, um terço da Boavista. Área de 4 735,6 hectares (*O Couseiro*, cap. 94); g) S. SIMÃO DE LITEM: constituída por Gracieira, Ferrarias, Quinta dos Barros, Quinta do Pinheiro, Albergaria e Ruge-Água. Área de 3 887 hectares aproximadamente (*O Couseiro*, caps. 97, 98); h) SANTA MARIA DE VERMOIL: além de Vermoil compunham-na os povoados de Arranha, Meirinhas, Carnide e Claros. Área igual a 5 368 hectares (*O Couseiro*, caps. 95 e 96); i) S. SALVADOR DE SOUTO: com os povoados de Souto, Portela, Várzeas, Ortigosa, Riba de Aves (parte), Conqueiros, Chã da Lameiria, Casal (Porto de Santo Ildefonso), Monte Redondo, Coimbrão e Ervedeira. Área próxima dos 14 561 hectares (*O Couseiro*, caps. 9, 92 e 134); j) SANTA MARIA DA VITÓRIA DE PAREDES: freguesia criada por 1286 com os lugares de Paredes e Pataias. Área de 9 668 hectares (*O Couseiro*, cap. 89); l) S. JOÃO DE ESPITE: composta por Arrochela, Água-Boa, Matas, Carvalhal, Ninho de Águia, Caranguejeira, Caldelas, Souto de Cirol, Lapedo, Longara, metade de Santa Eufémia. Área de cerca de 7 332 hectares (*O Couseiro*, cap. 99).

¹⁶⁴ Nomeadamente os propostos por Rui de Azevedo, «Período de Formação Territorial...», cit., mapa a pp. 60-61.

¹⁶⁵ Comissão Nacional do Ambiente, *Carta Administrativa de Portugal*. 1/250 000, 3 folhas, Lisboa, 1980; e estudo descritivo por José G. M. Correia da Cunha (dir.), *A Carta Administrativa de Portugal e a sua contribuição para a investigação urbana e regional*, Lisboa, 1986, pp. 109-110, 53-56.

APÊNDICE DOCUMENTAL

Principais regras seguidas na transcrição dos documentos

- 1) Transcrição do documento em linha contínua, separando os fólhos de livros ou cadernos por traços oblíquos e anotando de seguida o correspondente número do fólho [Fl.].
- 2) Respeito absoluto pela ortografia do texto original, mantendo exactamente maiúsculas e minúsculas, pontuação original, etc., mas separando as palavras indevidamente unidas no original e reunindo as sílabas ou letras duma mesma palavra que se encontrassem separados.
- 3) Desenvolvimento das abreviaturas, mas mantendo a forma dos numerais.
- 4) Colocação entre [] de tudo o que tenha sido interpretado ou acrescentado ao texto original, e da palavra [sic] a seguir aos erros do próprio texto original.
- 5) Assinalam-se as partes ilegíveis do original por [...].
- 6) Colocou-se entre < > palavras ou linhas sobrescritas.
- 7) Remetem-se para nota todas as indicações que ajudassem à leitura do documento.
- 8) Dúvidas assinalam-se por (?).

DOC. 1

1211 (E. 1249), Dezembro, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra — Composição e compromisso entre os cônegos regantes de Santa Cruz de Coimbra e os clérigos raçoeiros de Leiria.

A — ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, m.º XV, doc. 34.

B — ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, m.º XV, n.º 35.

FIAT . PAX . ET . VERITAS . IN . DIEBUS . NOSTRIS.

In nomine sancte individue trinitatis patris et filij et spiritus sancti amen . Notum sit omnibus tam presentibus quam futuris quod nos . . prior et conuentus sacte crucis . pro bono pacis et concordie hanc fecimus compositionem et diuisionem cum / clericis nostris portionariis de leirena . de libera uoluntate . et beneplacito utriusque partis . quod de decimis . morturiis . et

manifestis que aliquo iure ecclesiis de uilla leirene nunc fabricatis obuenerint uel aliquo tempore obuenerint . Scilicet / Sancte Marie . Sancti Petri . Sancti Jacobi . Sancti Stephani . et Sancti Martini . et fabricandis . sique in posterum fabricate fuerint intra corpus ipsius uille . siue castelli . nos prior et fratres duas partes percipiamus integre . et sine aliqua diminutione . / et prefati clerici tertiam partem . et Medietatem oblationum que ad predictas ecclesias uoluntarie offerunt . similiter integre . et sine aliqua diminutione . et sine aliqua callumnia . Item ipsi clerici percipiant medietatem oblationum earum que quibusdam ecclesijs / ermidis uoluntarie offeruntur . scilicet Sancti Petri de Vlmar . et Sancti Petri de muel . et Sancti Sebastiani de palacio randufo . et Sancte Marie de magueigia . et Sancti leonardi de ciuitate . et Sancti Michaelis de monte . et Sancti Antonij de oliueto et Sancte Marie / de macenaria . et Sancti laurentij de caruedj . Item et ermedis fabricandis sique similes a modo infra terminos istarum ermidarum constructe fuerint . Has autem oblationes que predictis ecclesijs siue ermidis offeruntur . intelligimus ea tamen donaria / que ante altare uel intra corpus ecclesie offeruntur scilicet obladas . candelas . denarios . et uinum . ceueiram . lanam . et linum . gallinas . oua . allia . et cepas . et tricesimos . et anniuersaria . et huiusmodi que ad ecclesias homines uel mulieres consueuerunt portare . Item / memorati clerici de pitanciis que offeruntur ecclesijs de leirena percipiant medietatem . altera medietate fratribus applicanda . Statuimus ergo ut totus panis et totum uinum que iure decimarum ipsis ecclesiis de corpore leirene tamen obuenerint . a fratribus et clericis por rata portionum insimul colligantur . hoc est sicut clerici tertiam partem ipsius uini et ipsius panis debent percipere sic faciant partem tertiam expensarum . De uinum tingatur de uinea nostra de ponte . quam uineam debemus colere insimul fratres et clerici per singulos annos . secundum quod ex ipsa nos fratres duas / partes et clerici sunt tertiam precepturi . Vinum autem totum ad appotecam fratrum sancti Petri portetur . et ibidem crudum diuidatur per tercias . sicut superius est expressum . Eodem modo et tinta ipsius uinee de ponte ad appotecam nominatam portetur per fratres et clericos . et ibidem similiter diuidatur . Hoc est fratres percipi/ant duas partes et clerici tertiam ipsius tinte . Nos uero prior et conuentus integre et sine aliqua partitione habebimus omnes grangias nostras . et hereditates . uineas . oliueta . ortos . pomeria . molendina . peccora . iumenta . et omnia animalia nostra . et domos . et omnia superlectilia . et omnes pos/ssiones quas nunc habemus . et emerimus et fecerimus et siqua similia a nobis inpresentiatum habentur . et in posterum per adquisitionem aliquam sunt habenda . Clerici de leirena portionarij qui modo habent prestimonia iuste et canonice . de cetero inconcusse habeant et post mortem eorum uel si religionem / intrauerint ad commune fratrum et clericorum redeant . et clerici habeant unam partem et fratres duas partes . Similiter clerici qui in prefatis ecclesiis portiones iuste et canonice sunt adepti de cetero inconcusse et sine calumnia habeant . Item nos prior et conuentus integre et sine aliqua partitione habebimus ecclesiam de colmenis . et ecclesias de aleten . scilicet Sancte Marie . et Sancti simeonis . et ecclesiam sancti Johannis de speti cum omnibus parrochianis suis . et cum omni iure parrochiali . et cum totis terminis suis sicut diuiduntur per alqueidonem de domno Munione qui est ex parte leirene . / et

inter alqueidonem de pelagio mauro nigro . qui est ex parte de colmenis cum tota ualle de agodin ex utraque parte fluuij quo modo uadit ad infestum usque ad serram uertit aquam ad grahedi qui est ex parte de colmenis . et sicut uertit aquam ad cirol qui est ex parte leire/ne qua serra terminatur in riuo de caldelas . et sicut diuiduntur per ipsum riuum de caldelas . quo modo uadit ad sumium qui est ex parte de colmenis . usque ad montem qui uocatur caput asini qui est ex parte de colmenis . sicut diuiditur per terminos de auren . Et si aliqui clerici / uel aliquis clericus intra istos terminos proxime nominatos . quos nos fratres sine aliqua particione et inquetatione habemus . et in futurum habere debemus prestimonia habuerint uel habuerit de cetero non habeant uel non habeat . Jtem si aliquae ecclesie de nouo facta fuerint intra terminos istarum predictarum ecclesiarum uidelicet de colmenis et de aleten et de speti integre et sine particione aliqua prior et conuentus eas habebunt . Jta tamen quod si homines in corpore leirene habitantes laborauerint in terminis ecclesiarum de colmenis et de Sauto . et de aliis ecclesiis / siquas postea habuerimus infra terminos istarum predictarum ecclesiarum decimas ipsis ecclesiis integre persoluant . et eas monasterium Sancte Crucis integre et sine diminutione et diuisione habeat . Jtem nos prior et conuentus ecclesiam de sauto debemus habere integram et sine diuisione cum suis terminis qui diuiduntur per montem de cernelial sicut tendit directe per charnecam usque ad lacunam de maton . et ferit in riuum leirene . Supradictam uero compositionem et diuisionem nos prior et conuentus fecimus cum predictis clericis tali pacto ut . / fideles et deuoti nobis semper existant . et priori leirene et ecclesijs prefatis fideliter et deuote in officijs suis seruiant ut tenent . et amplius nos non impetant super prestimoniis uel beneficijs acquisitis uel acquirendis sed predicta parte tertia in omnibus et per omnia / sint contenti . Similiter nos prior et conuentus concedimus uobis clericis . ut facta compositione . amplius nos non imperamus in prefatis rebus et uestris possessionibus . sicut et que diuiduntur in carta ista . De confrarijs clericorum dicimus et statuimus por consensum et approbatione utriusque / partis . quod si aliquid intuitu helemosine offeratur ipsis confrarijs unde clerici partem acceperint . fratres mediam partem inde habeant . Et quicumque eorundem clericorum diuinis obsequijs ecclesiarum fideliter et residenter inseruire noluerit per priorem et fratres leirene corrigatur . / et si eorum salubri correptioni per contumaciam non acquieuerit canonice puniatur . Jtem quicumque clericorum uel etiam canonicorum seu conuersorum deprehensus fuerit aliquid de predictis rebus comunibus furtum accipere uel occultare per priorem et fratres canonice puniatur . Preterea nullus / inter sepedictos clericos instituatur portionarius . siue prebendarius . seu aliquo modo beneficietur nisi quem prior et conuentus sancte crucis instituerint uel beneficiauerint . Hoc addito quod instituendus uel beneficiandus sit de gremio predictarum ecclesiarum . si ibi reperiatur ido/neus . Nec antea aliquis ibi porcionarius seu prebendarius instituatur uel aliquo modo beneficietur quo usque prefati clerici redacti fuerint ad numerum quadragenarium . et ex tunc siqua portio siue prebenda quocumque modo legitimo uaccauerit substituatur alius loco sui secundum / quod supradictum est . Preterea predicti clerici de possessionibus quas nunc habent uel in futurum habuerint ex illis decimas non persoluant . Jtem in aliquis mortuus de termino

de colmenis . et de aletem . et de speti . et de sauto . et de quocumque alio loco uoluerit sepeliri in cimiterijs de cor/pore leirene . medietas ipsis ecclesijs leirena integre et sine diminutione aliqua persoluatur . Cuius medietatis clerici habeant unam partem . et fratres duas partes . Statuimus etiam quod si aliquis clericis seu clerici de porcionarijs siue prebendarijs uel aliquis loco eorum / debuerint uel debuerit ire de leirena ad uisitandum infirmum uel infirmos extra corpus ipsius uille eat in communibus expensis tam a clericis quam a fratribus faciendis uidelicet ut fratres expendant duas partes . et clerici tertiam . Statuimus preterea ut si ecclesie indigeant reperatione . / uel luminaribus . uel uestimentis . uel signis uel campanis . uel similibus fratres et clerici summam dent operam modis quibuscumque potuerint . predicando populo exortando ipsum . et inducendo . ut ea que de necessitate uiderint ecclesijs expedire . in remissionem peccatorum / suorum helemosinarum intuitu largiantur . Nos ergo prior et conuentus renuntiamus omnibus rescriptis . litteris . impetratis . et impetrandis contra prenomatos clericos leirene . Jtem renuntiamus querelis . questionibus . sententijs et similibus omnibus contra ipsos clericos a nobis habitis / super hijs . Et ut pax perpetua sine aliqua concussione et calumnia inter nos et ipsos auctore deo in eternum . seruetur . promittimus bona fide et tactis sacrosanctis euangelijs in christo qui est ueritas iuramos quod omnia ea que in carta ista inter nos et ipsos clericos per certam / diuisionem et terminos sunt partita . obseruabimus fideliter . et manutenebimus sine fraude et sine malo ingenio . et sine praua interpretatione . et ipsos tamquam dilectos et deuotos filios amplectemur . Quod si hoc ex malicia non fecerimus reatum periurij incurramus . / et insuper nota infamiae afficiamur . Similiter nos clerici promittimus bona fide et tactis sacrosanctis euangelis unanimiter iuramus . quod fideles et deuoti pro iuribus erimus priori et conuentui sancte crucis in bonis omnibus que nunc habent et habituri sunt et in integritate sui boni status / et sui honoris . et sui religionis generaliter omnibus et singulariter unicuique . nec tenorem istius carte in aliquo auertemus contra ipsos uel diminuemus . uel impediemus . uel in detrimentum eorum interpretabimur . uel fraude uel ingenio aliquo per nos uel per quoscumque alios uexabimus eos . / Quod si fecerimus iram dei omnipotentis incurramus et propter periurium ex hoc in cursum deiecti tanquam uiles et degeneres nota infamiae procellamur . Renuntiamus etiam omnibus rescriptis . litteris . sententijs . et instrumentis . impetratis . et impetrandis contra ipsos priorem et conuentum . Jtem que/reis et questionibus et omnibus similibus siqua sunt similia . Cunctis hec omnia qua in hac carta continentur obseruantibus . et obseruare desiderantibus . sit benedictio in secula seculorum . Et contrario cunctis hec omnia uel aliqua eorum negligentibus fideliter obseruare uel sinistra / interpretatione peruertere sit dei maledictio in eternum . Hec acta sunt Colimbrie in monasterio Sancte crucis . Mense decembris . Sub Era . M.^a CC.^a xxxviiiij.^a . Nos uero prior et conuentus ex una parte et clerici de leirena ex altera qui hanc scripturam partitionis fieri iussimus / per approbationem beneplacitam irreuocabiliter confirmamus et signa presentia prout moris est apponimus

[signa]¹ et sigillis nostris uidelicet tam prioris quam conuentus quam etiam clericorum presentialiter communimus . Que omnia inita / sunt et concepta et etiam corroborata a[u]ctoritate subdelegatorum scilicet domni M. martini [signa] archidiaconi et M. egee canonici colimbrienses appositis nichilominus in hac carta eorum sigillis ut ex . / inspectione ipsius euidenter apparet.² //

DOC. 2

1224, Outubro, 15, Latrão — Bula *Venerabilis frater noster* pela qual Honório III manda ao deão, chantre e tesoureiro de Viseu que façam cumprir, sob pena de censura eclesiástica, se necessário, a sentença definitiva dada por Inocêncio III no litígio que opunha a Sé de Coimbra ao Mosteiro de Santa Cruz.

A — ANTT, *Sé de Coimbra: Docs. Eclesiásticos*, cx. 30, m.º 2, n.º 66.

Obs.: deteriorado; 180 mm x 140 mm.

Honorius episcopus seruus seruorum dej. Dilecti filijs..Decano..Cantorj et..Thesaurario Visensis. Salutem et apostolicam benedictionem.

Venerabilis frater noster .. Colimbriensis Episcopus sua nobis petitione monstrauit. quod cum olim inter ipsum ex parte una, et ..Priorem et Conuentum sancte Crucis Colimbriensis [ex a]ltera. super eclesijs fundatis in terminis Leirene et rebus alijs, coram bone memorie.. zamorensis Episcopo et coniudicibus suis, auctoritate felicis memorie. Jnnocencius. papa predecessoris nostrj, questio uerteretur, idem cognitis cause meritis, diffinitiuam pro eo sententiam protulerunt. que licet per eundem predecessorem nostrum fuerit confirmata, non dum tamen dictj Prior et Conuentus. super hoc ab eius iniuria destiterunt. quare petiit ut eandem sententiam faceremus executionj mandarj. Quocirca discretionj uestre per apostolica scripta mandamus. quatinus si premissis ueritas suffragatur, sententiam ipsam executionj mandantes, predictos Priorem et Conuentum, super hoc ab eius molestatione indebita, monitione premissa per censuram ecclesiasticam. appellatione postposita compescatis. Datum Lateranum Jdibus Octobris. Pontificatus nostrj Anno Nono . //

¹ Três sinais: a) em cruz floreada; b) redondo com cruz no campo; c) oval com inscrição no campo «signum . clericorum leirene».

² Seguem-se selos de cera: 2 do prior e convento de Santa Cruz de Coimbra (a): «sigillum priorem Sancte crucis de colimbrie»; (b): «sigillum conuentus Sancte crucis de Colimbria»; um de clérigos de Leiria: (c) ilegível; um de M. Martins; (d) desapareceu; e um último de H. Egas; (e) muito deteriorado.

DOC. 3

1228, Janeiro, 28, Latrão — Bula *Querelam Venerabilis* de Gregório IX pela qual ordena ao deão e chantre da Sé de Viseu e a D. Miguel, mestre escola da Sé do Porto, que oíçam o bispo de Coimbra e o mosteiro de Santa Cruz, da mesma cidade, sobre os direitos das igrejas de Leiria e, o que julgarem, façam cumprir.

A — ANTT, *Sé de Coimbra: Docs. Eclesiásticos*, cx. 30, m.º 2, doc. 69.

Obs.: com selo pendente; bom estado; 155 mm × 127 mm.

¹ Gregorius episcopus seruus seruorum dej. Dilectis filiis. Decano et ..Cantori Visensis. et D. Michaelis Magistro scholarum Portugalensis, Salutem et apostolicam beneficcionem.

Querelam Venerabilis fratris nostri. Colimbriensis Episcopi recepimus continentem, quod. Prior et Conuentus sancte Crucis Colimbriensis, ecclesias de terminis Leirene, diocesano sibi iure subiectas detinent in eius preiudicium et grauamen. Quocirca discretioni, uestre per apostolica scripta mandamus, quatinus partibus conuocatis audiatis tamen. et appellatione remota sine debito terminetis. facientes quod decreuimus per censuram ecclesiasticam firmiter obseruari. Testes autem quj fuerint nominati. si se grande. odio uel timore subtraxerint. per censuram eandem cessante appellatione cogatis ueritati testimonium perhibere. Quod si non omnis hijs exequendis potueritis interesse duo uestrum ea nichilominus exequantur. Datum Lateranum. V. Kalendis. february. Pontificatus nostrj Anno Primo, //

DOC. 4

1228, Agosto, 3, (Latrão (?)) — Gregório IX manda, pela sua bula *Ex parte venerabilis*, ao deão e tesoureiro da Sé de Viseu e ao mestre escola da do Porto, que ouçam as partes envolvidas no litígio pelas igrejas de Leiria e façam cumprir, mesmo que sob pena de censura eclesiástica, a sentença que derem desde que em acordo com o postulado, no caso, por Inocêncio III.

A — ANTT, *Sé de Coimbra: Docs. Eclesiásticos*, cx. 30, m.º 2, doc. 68.

Obs.: muito deteriorado; 165 mm × 155 mm.

Gregorius episcopus seruus seruorum dei. Dilectis filiis Decano ..Thesaurario Visensis. et .. Magistro Scholarum Portugalensis. Salutem et apostolicam b[enediccionem].

Ex parte Venerabilis fratris nostri. Colimbriensis Episcopi fuit propositum coram nobis. quod cum felicitis recordationis Innocencius. papa. Predecessor noster. ratione prescriptionis adiudicari quasdam ecclesias sitas in

¹ Escrito no canto superior direito: «ad fernandus».

Oppido de Leyrena Monasterio sancte Crucis Colimbriensis.. Prior eiusdem loci occasione prescriptionis ipsius. quasdam alias non prescriptas in eodem oppido detinet occupatas in eius preiudicium et grauamen. Quia uero nobis non constitit de premissis disc[reti]oni uestre per apostolica scripta mandamus. quatinus partibus conuocatis audiatis tamen. et appellatione remota sine debito terminetis. fa[cie]ntes quod decreueritis per censuram ecclesiasticam firmiter obseruari. Te[stes] autem qui fuerint nominati si se grande odio uel timore subtraxerint. per cen[suram] eandem app[elationem] ce[ssante] cogatis ueritati [testimoniu]m perhibere [Quod si non omnis hiis exequend]is potueritis interesse [duo uestrum ea] nichilom[inus] exequantur . Datum Lateranum (?) iij. Nonas Augusti. Pontificat[us] nostri Anno Primo. //

DOC. 5

1233 (E. 1271), (Coimbra (?)) — Composição estabelecida entre o prior de Santa Cruz de Coimbra e os clérigos raçoeiros de Leiria sobre a divisão da terça parte dos proventos das igrejas de Leiria, reservada aos mesmos clérigos.

A — ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, 1.^a Inc. m.^o 17, doc. 23.

Obs.: doc. em mau estado.

Cum post diuisionem siue partionem inter me dei gratia . J. Priorem et conuentum sancte crucis ex una parte et clericos de Leirena ex altera . amicabiliter et [...] / factam. sub orta fuisset questio inter ipsos clericos specialiter. et suscitata conquestio. super partitione partis tercię uniuersitati eorum [ap...nds] tandem [de lata...] / ipsis clericis ad me .J. Priorem sancte . + . tam per querelam quam etiam per appelacionem. Quibus omnibus in nostra presentia constitutis [a quilominus (?)...] / finitioni quae a nostra deliberatione procederet. semper stare. et eam irreuocabiliter obseruare. Qui renunciatis omnibus quaerelis. et [questionibus (?)...] / sine aliqua exceptione generaliter conuenerit arbitrium. adiecta pena quinquaginta aureos ab eisdem per beneplaci[...] / quicquid nos tenendum et obseruandum per traditionem et informationem nostram eis in parte ista tum ratione arbitrij [...] / perpetuo et irretractabiliter sine contradictione aliqua obseruarent. Ego igitur supramemoratus .J. dei gratia sancte . + . Prior [recep...modi] arbitro. cum alias nihilominus [...] / iudex sine ordinarius eorundem. ualens eos uiris auctoritate informare. coRercere. corrigere. et huiusmodj. sicut iudero expedire. auditis et intellecteris tam cano/num rationibus quam etiam aliarum ecclesiarum approbatis consuetudinibus. de consensu et aprobatione mei conuentus. habito consilio cum peritis. et deliberatione cum multis. decerno et sta/tuo quod im perpetuum et firmiter ab ipsis clericis omnibus de Leirena firmiter et sine contradictione aliqua obseruetur. Videlicet ut ipsi clerici de Leirena omnes tam ma/ioris gradus quam etiam inferioris generaliter unam et equalem habeant portionem. Presbiteri autem habeant suos manifestos et suas ebdomadas integrae et sine / aliqua diminutione. et

prestimonia similiter integra. Verumptamen. si in ipsas ebdomadas presbiterorum. clamores fuerint factij. aut ostensa miracula in eccle/sijs de leirena uel ipse ecclesie reconciliate aut una ipsarum, quicquid oblationum inde obuenerit in commune transeat clericorum sine aliquo scrupulo uel questione. / Notandum est quod omnes clericitam maioris quam minoris ordinis hac festa principalia debent equaliter diuidere inter se. Scilicet festum Ramis palmari. Parascenem usque / ad pasquelam inclusiue; Pentecostem cum suis octauis. et Omnium sanctorum. et commemorationem omnium fidelium defunctorum que proxime legitur festum omnium sanctorum a uespera / usque in uesperam inclusiue. et festum Natalis dominj cum suis octauis. et omnibus Dominicis a uespera usque in uesperam inclusiue. Et festa ipsorum sanctorum qui habent ecclesias in leirena. / et bona omnia que uenerint ad hirmidias que sunt extra villam diuidantur equaliter saluis ebdomadibus sacerdotum. Contra quid siquis ausu temerario uel ultra subtilis quam / debeat propria interpretatione quod non credimus uenire temptauerit. indignationem dei qui est ueritas pax et iusticia et nostram incurrat. et ideo quam cicius nobis de huiusmodi quocumque mo/do constiterit: decernimus in ipsum peruariatorem tum pena suspensionis tum excomunicationis tum etiam priuationis beneficij anima aduersione debita procedendum. Vt autem hoc usque / temporis prefinitione seruetur sigilla tam nostram quam nostri conuentus quam etiam uniuersitatis ipsorum clericorum apponi fecimus et presentem paginam eis appositis communicari. Era. M.^a CC.^a Lxx.^a j.^a //

DOC. 6

1246 (E. 1284), Abril, 12, Leiria — D. Tibúrcio, bispo de Coimbra, manda elaborar carta de agravos, denunciando o comportamento dos cônegos de Santa Cruz de Coimbra, e dos raçoeiros de Leiria, no que tocava ao exercício das jurisdições episcopais nesta vila.

Com publicação da bula *Cum super*, de Gregório IX, de 1235-IX-6, Spoleto, e da carta do arcebispo de Braga de 1246-VI-30, Óbidos.

α — ANTT, *Sé de Coimbra*, 1.^a inc., m.^o 14, doc. 11.

A — ANTT, *Sé de Coimbra*, m.^o 14, doc. 12 (manchado e roto; dobra; duas tiras de anta dos selos pendentes ausentes).

Notum sit omnibus tam presentibus quam futuris. quod Nos. Tiburcius. dei gratia Colinbriensis Episcopus. Anno domini .Millesimo. CC.^o . x(xxx). <vi>¹ / et sub. ERa .Millesima. CC.^a . Lxxx. iiij.^a. Quarto nonas Aprilis. cum domino Conte Bolonie, de mandato apostolico inten/dentes. ad villam de Leyrena Colinbriensis diocesis uenimus. et cum idem Comes iuxta mandatum apostolicum a toto populo / eiusdem loci fuisset receptiis; occurrit tempus² conficiendi Crismatis. nobis ibidem <ex> [pers]istentibus. et cum <eo tempore>

¹ Erasi «iiij».

² Er. «n».

non pateret nobis liber/aditus ad Ciuitatem nostram uel ad alium locum nostre diocesis. necesse habuimus in dicto loco crisma confitere. et licet prohibi/ti eremus A iohanne petri qui se dicit priorem sancte crucis, ne crisma confiteremur. non obstante eius prohibitione. et crisma confecimus / in ipso loco die debito. et Sequenti die Sabbato sancto. ordines celebrauimus. et quosdam crismate consignauimus. excomunican/do omnis qui in his et in Alijs nostrum officium impedirent. quo minus hec et Alia ad nostrum officium spectantia. possemus libere / exercere. De inde cum homines dicte ville sepe et sepius nos rogarent ut eos consignatemur crismare. ut pote qui in hoc / sacramento magnum defectum patiebantur ; et Alias tam in clero quam in populo inueniremus multam reformatione et correctione / digna. et non possemus nec deberemus salua consciencia talia congruentibus oculis per transire. pridie nonas .Maij fecimus / conuocari Clerum et populum dicti loci. quibus exdicto cum uenientibus ad ecclesiam sancti stephanj. proposito primitus uerbo dej. ibidem / publice legi fecimus litteras summi pontificis. que continebant prouisionem de nobis factam Colinbriensis ecclesie, sub hac forma. /

Gregorius episcopus seruus seruorum dei. Dilectis filijs Clero et Populo Ciuitatis et diocesis Colinbriensis. Salutem et Apostolicam benedictionem / Cum super duabus eleccionibus factis in Colinbriensem ecclesia personaliter ipsi electi ad sedem apostolicam accessissent, tan/dem ijdem post consertationem diuinam, ius si quod habebant libere resignarunt. Nos autem consideratis circumstancijs / uniuersis, inspecta quoque necessitate. ecclesie supradicte. que per quadraginta Annos. et Anplius quibus ej prefuit quon/dam Petrus Colinbriensis episcopus in pluribus sub umbra pastoris uidictatis pertulit detrimenta, necessario cogitauimus / de substituenda sibi persona per cuius prouidenciam status ecclesie in spiritualibus et temporalibus in quibus enormiter est collapsa / ualeat auctore domino reparari. Vnde dilectum filium Magistrum Tiburcium palentinum Sacristam. de quo multa commendatione / digna multis referentibus intelleximus quibus fidem potuimus merito adhibere. ex officio nostro licet remitentem non modum / et inuitum. in episcopatum nostrum. prouidimus affrimendum. firmam habentes fiduciam. quod sub eius regimine resurgere debeat / et ad felicem statum perducere ecclesia memorata. Quo circa Vniuersitatj uestre per Apostolica scripta mandamus quatinus / eum sicut deuocionis filij sucipientes in reuerencia et honore, sibi tanquam Colinbriensis electo et patri ac pastorj / Animarum uestrarum humiliter intendatis, et exhibeatis eidem obedientiam et reuerenciam debitam et deuotam. Alioquin / sententiam quam ipse rite tulerit in rebelles; ratam habebimus et faciemus auctore deo usque ad satisfacionem / condignam inuiolabiliter obseruari. Datum Spoleti viij Idus Septembrii Pontificatus nostri Anno Octauo. /

Quibus litteris perlectis et intelligibiliter expostis. in continenti publicauimus in presencia omnium quam plures excessus noto/ries et perpetratis in sepedicta villa. quorum unus erat quod plures Clerici erant in ipso loco publice vxorati et ecclesiastica / beneficia retinentes. Alius erat quod cum dictus iohanes (petri) qui se nominat Priorem sancte crucis. non sit regulariter electus / nec per superiorem confirmatus nec ab Aliquo curam rece-

perit animarum, sed per <se> ipsum sumpserit honorem non uocatur a domino tamquam / Aaron. nec quisquam alius sit in predicta villa secularis clericus uel religiosus qui a domino .papa. uel diocesano loci soluendj atque ligandj receperit potestatem. confessiones audit. et audiri precipit Canonicis sancte crucis et Alijs clericis secularibus / penitencias in iungit et etiam in iungi permittit. in exceptis criminibus que soli episcopo reseruantur. Remissiones quadraginta dierum / publice concedit. licteras patentes super huiusmodj remissionibus tribuendo. et quod publice in dicto loco missas celebrat. cum mitra / sandalibus et Baculo pastoralj. et quod post decantatas missas. benedictionem tanquam episcopus tribuit <ibidem> et Alias administrat in / temporalibus et spiritualibus [in episcopatu nostro extra suum monasterium licet non sit confirmatus jnuenimus³] alium excessum. scilicet quod quidam seculares clerici et reli/giosi in eodem loco commorantes. receperunt ordines anno suis episcopatis <colinbriensis episcopi eorum> diocesanj assensu non obtempto. nec etiam requisito. et ordi/nibus sit receptis. uti minime uerebantur. et quod crisma et oleum sanctum non recipiebant. Nec petebant ab episcopo Colinbriensis. / uel eius uicario. sed <ea> furctiue de uillulis Alterius dictum adquirentes; eis sic praeue adeptis utebantur. Jnuenimus / in super quod A longis retro actis temporibus. pueri et adulti non fuerant per episcopum crismate confirmati et quod hoc sacra/mento <dicti Canonici et clerici non>⁴ curabant. propter quod admonuimus ipsos ut prefatos excessiis et quam plures Alios ibidem commissos corri/gerent et emmendarent. et quod ab eisdem decetero abstinerent. Tunc dictus populus nos rogauit ut eorum pueris / et adultis prectaremus confirmationis sacramentum. firmiter asserentes quod A uiginti. Annis et Amplius. isto caruerunt / sacramento. et nos ex compositione debita Annuimus postulatis. tunc eadem hora et loco surrexerunt subito. Petrus godinj / Martinus Laurentij. et johanes petri. et Stephanus pascalis. et Michael sarranus. et Gometjus lupi. Canonici Monasterij sancte / crucis et excommunicauerunt <de facto tantum> et anathematizauerunt omnes illos qui a nobis dictum sacramentum reciperent. uel etiam remissione / a nobis factas. quam uis publice confiterentur quod dictus populus tenebatur a nobis recipere. consignacionem crismatis. et quamuis / in presençia omnium Astancium eos Canonice admonimus ne tantum scelus perpetrarent. nec etiam nos inpedirent / quominus libere possemus conferre huiusmodj sacramentum. et quod etiam a predictis excessibus abstinerent. ipsi tamen / scripta admonicione nostra excommunicationis sententia innodauimus. Sequenti uero die u[en]imus mane ad ecclesiam sancti martini / predicti loci. ut uenientes ad nos pueris et adultis. crismate consignaremus. et cum multitudo magna puerorum / et adultorum occurrent ad hoc sacramentum recipiendum. ita quod fere tota dicta ecclesia erat plena. et Alij etiam / quamplures ueniebant ad uocem preconiis dicentis qui uoluerint

³ Rasuratus.

⁴ Erasit «recipere non».

crismari ab Episcopo. uadent ad ecclesiam sancti / martinj. dictus Petrus godinj. et Stephanus pascalis. et Michael sarranus. et Martinus Laurencij. et Gomecjs lupi. Canonici et Egeas frater conuersis dicti Monasterij uerberauerunt dictum preconem. pro eo. quod prout diximus populum conuocabat. eidem / sub graui pena inhihentes. ne amplius populum conuocaret. De inde idem Canonorum et conuersus accedentes ad dictam / ecclesiam sancti martinj ubi nos cum clericis nostris eramus parati ad conferendum dictum sacramentum. in presencia tocius / populj qui erat in ecclesia dei timore postposito. irruerunt. in (nos et socios nostros et) in . Petrus . martinj subdiaconus et socium nostrum⁵ manus te/merarias et uiolentas inicientes capiendo eundem et captum percucientes. trahentes eum turpiter. huc et illuc per ecclesiam. / quondam etiam seruientem nostrum percuserunt in facie. cum Baculo infra eandem ecclesiam usque ad effusionem sanguinis. ex/comitantes nichilominus (de facto tantum) publice. omnes illos qui A nobis recipiunt dictum sacramentum. et pueris et adultis qui parati erant / ad recipiendum dictum sacramentum. ipsi non absque temeritate in presencia nostra percuciebant. et trahebant uiolentes. et extra ecclesiam manibus inellebant. Nos uero uidentes predictos Canonicis et conuersum tot et tanta enor/mia commississe. et eosdem sacrilegium perpetrasse. et etiam ipsam ecclesiam⁶ ex causis predictis uiolatam. eis / (ab huiusmodi licet amonitos cessare nolentes excommunicauimus et) excommunicatis denunciari uimus. eandem. ecclesiam subponentes ecclesiastico interdicto. excommunicantes nichilominus. omnes ibidem / diuina celebrantes. et etiam audientes. nisi prius esset ipsa ecclesia per episcopum reconciliata. quibus per actis. aliter / ⁷ predictam ecclesiam exiimus. et accessimus ad ecclesiam fratrum minorum ejusdem loci. collaturi. ibidem sepedictum / sacramentum. sed dicti Canonici et conuersus non usque temeritate addentes iniquitatem iniquitati. nos fuerunt / turpiter insecuti. et stantes ad hostium domus fratrum minorum . nobis inter existentibus. non permittent aliquem intrare. et excommunicantes (de facto) et percucientes omnes ad receptionem dicti sacramentj uenientes. eis taliter compellentes. ut in iniuriam de/ et nostrum. retrocederent et adirent. quilibet admonici fuerint ut cessarent. cessare tamen / noluerunt. quosdam in super pueris et adultis licet paucis qui dictam ecclesiam per quandam diuerticulum intrauerunt (ut dicebant) et a nobis sacramentum dictum receperunt. ipsi canonici excommunicatos (de facto tantum) denunciabant. et in exitu ecclesie / (eosdem) percuciebant. non sine iniuria sacramenti. excommunicabant etiam (de facto) publice omnes illos qui de prontibus pannos depo/nerent iam crismatis. Post hec uenit dictus Johannes petri qui se dicit Priorem sancte crucis cum predictis. et Johanne / petri. et Petro sancij. et Petro suerij (et Martino petri rauuam et domno benedicto) et Alijs Canonicis et fratribus conuersis dicti Monasterij quamplurimus. Arma deferentibus⁸ intrauerunt ecclesias dicti locci. qui etiam audito quod ecclesia sancti martinj erat inter-

⁵ Er. «in ipsum».

⁶ Er. «ecclesiam».

⁷ Er. «quam uellemus».

⁸ Er. «qui».

dicta et uiolata ex cau/sis superius memoratis, accesserunt ad eandem ecclesiam. una cum Petro iohannis filio Aluane. iohanne iohannis / dicto grande. iohanne petri dicto carros. Gunsaluo gunsaluj dicto ferrarius. Gunsaluo gunsaluj dicto bofada. Sebastiano / martinj. Saluatore martinj. Dominico gunsaluj barróó. Petro menendj dicto fulcario. Laurencio menendi. johane / filio petri Egée clericis secularibus, pulsatis campanis, in (ipsa) ecclesia uiolata et interdicta [et] Missam et Alias / horas Canonicas sompllepniter celebrarunt, propter quod ipsos (ab hujusmodj quamuis admonitos et cessare nolentes) iterum excommunicauimus et eis excommunicatos publice nun/cia-uimus. Preterea cum dictus Johannes petri qui se dicit priorem⁹ et Canonici sancte crucis dicerent quod nos nullam / iurisdicionem habebamus in sepe-dicta villa de Leirena. afferentes ecclesias eiusdem loci exemptas ad omnis iurisdictione episcopalj / tam per priuilegia quam per indulgencias Romanorum pontificum (que cum peteremus ostendi ipsi ostenderunt quasdam cartas bullatas quas ad plenum legere uolebant)¹⁰ tandem nos (et) ipsi in / presencia populi sepefati loci conuenimus (et compromisimus) in fratrem fernandum. et fratrem Gunsalum ordinis predicatorum. et fratrem pas/ca-sium. et fratrem fernandum ordinis fratrum Minorum . ut ipsi tanquam boni uiri. inspicerent priuilegia et indulgen/cias quas dicti crucenses dicebant se habere. et fuit actum inter nos et ipsos. quod dicti fratres de pleno / inspi-cerent priuilegia et indulgencias eorum. et si eisdem fratribus constaret per eadem quod dictis locus esset exemptus / a iurisdicione episcopalj ut (ipsi crucenses) assebant, idem fratres pronunciarent nos nullam habere iurisdicionem in eodem / loco. Alioquin pronunciarent quod absque ulla contra-dictione nos possemus in dicta villa de Leirena iurisdicionem / et officium episcopalia Mercere . (et)promittentes quod ex tunc non contradicerent in aliquo,¹¹ concesserunt quod omnis clerici et par/rochianj ecclesiarum sequen-tur pronunciacionem ipsorum fratrum. et seruarent quod ipsi fratres dicerent eis in hac / parte seruandum. et cum dicti fratres predictum Arbitrium susciperent sub predicta forma, inspexerunt eorundem / cruciensium Priui-legia et indulgencias qui habita plena deliberacione, pronunciauerunt se nichil / inuenisse in dictis Priuilegijs et indulgencijs per quod sepefactus locus esset ab episcopalj iurisdicione exemptus. / et quod nos libere pote-ramus exercere officium et iurisdicionem nostram in sepe nominato loco. cum idem locus esset. / in diocesi nostra Tandem (quaere a predictis exces-sibus et iniurijs cessare nolebant quam uis super hoc essent admoniti) exco-municauimus et anathematizauimus sepedictum Johannem petri Canonicum sancte crucis / qui se nominat priorem. tum quare in sepedicta ecclesia sancti martinj interdicta, interfuit obsequijs et sepulture / cuiusdam defuncti. ibidem cum suis factoribus celebrando. tum etiam quare usus fuit in cele-brando extra / Monasterium sancte crucis in episcopatu nostro insignijs pontificalibus scilicet Mitra Baculo et sandalibus. tum etiam / quare irreue-rentes se inmistet administracionj spiritualium et temporalium in ciuitate

⁹ Er. «sancte crucis».

¹⁰ Er. «et cum nos contrarium affem».

¹¹ Er. «et».

et diocesi nostra. non / habita confirmatione. licet tantum tempus preterijt á tempore que se dicit Electum. infra quod eandem / confirmationem petere potuisse. excommunicauimus etiam eundem dictum priorem. , quare nos inpediuit, quo minus / potuissemus missam celebrare apud¹² ecclesiam fratrum minorum in festiuitate pentecostes. intrando ecclesiam cum alijs / excommunicatis. nec uoluerunt inde exire quamuis super hoc fecissemus eis admoneri et rogari sepe et sepius per / relegiosos clericos et scolares milites et per pretorem et aluaziles et alios bonos homines uille et scribi et sigillum concilij de Lei/rena una cum sigillo clericorum eiusdem/loci apposui¹³. Post / hoc mandauimus in uirtute obediencie omnibus clericis et laicis dicti loci quod predictis excommunicatis non communicarent / in diuinis nec in alijs. presentim in ecclesia interdicta. nec soluerent¹⁴ decimas nec <de alijs iuribus ecclesiasticis. responderent>¹⁵ ipsis / excommunicatis¹⁶ et quare clerici <scolares> seruant sentencias nostras¹⁷ de peritorum consilio nolentes communicare <dictis> excomuni/catis in diuinis.¹⁸ et eos sponant <conventionibus cotidianis suorum beneficiorum>¹⁹ et mi/nantur eis dampna corporum et rerum. licet ipsi clerici parati essent celebrare diuina in ecclesijs non / interdictis, excommunicatis exclusis. Ego. Martinus saido publicus <tabellio>²⁰ uille de leirena omnibus hijs interfui. / preter quam hijs que fuerunt facta episcopo <et familie sue> in dicta ecclesia sancti martini²¹ de quibus certificatur <cum>²² per bonos homines fidedignos hec fac/tum etiam quare tam <in> interdicta ecclesia quam <in> alijs ecclesijs dicti loci facit per predictis excommunicatis celebrare publice diuina. / et alia sacramenta ecclesiastica²³ conferri in periculum animorum ipsius <dicti> prioris et in hac parte sibi obediencium et scandalum plurimorum.

Istum processum petijt domnus. Tiburcius. Colimbriensis Episcopus. qui coram domno Johane Bracarensis archiepiscopo firmando / qui cum canonici auditis his que utrique pars proponere uoluit supradictas sentencias predicti episcopi confirmauit in hunc modo /

. Johan. per misseratione diuina Bracarensis archiepiscopus.

¹² Er. «fres».

¹³ Ad marg.

¹⁴ Er. «eisdem».

¹⁵ Er. «alia iura ecclesiastica».

¹⁶ Er. «vnde ipse excommunicati posuerunt se in ecclesijs uille et celebrant diuina inde».

¹⁷ Er. «nolentes».

¹⁸ Er. «cum illis non intrant ecclesijs nec excommunicati promittunt clericos nobis obedi/entes. intrare ecclesias. nec ibi diuina celebrare».

¹⁹ Er. «beneficijs suis».

²⁰ Er. «notarius».

²¹ Hic finit A cum verba: «et hec feci scribi et sigillum concilij de leirena una cum sigillo clericorum eiusdem loci / uoluntate Aluazilium et Concilij apposuj».

²² Er. «verba».

²³ Er. «conserr».

Vniuersis presentes litteras inspecturis. salutem. in domino iesu Christo / Noueritis quod cum super pluribus juris et facti articulis inter venerabilem fratrem nostrum. Tiburcium. colimbriensis Episcopum et una / parte. et. Johanes. priorem et quosdam canonicos regulares in monasterij sancte crucis Colimbriensis et eosdem clericos Castri de Leirena ex / altera. Orta fuisset materia questionis et ad nos eadem questio peruenisset, ut ex altis euidentius potest / colligeri nos uero habito prudentum consilio cum constet Castrum de Leirena situm esse in Colimbriensis diocesis et per hoc / de iure communi fundata sit in territorio Colimbriensis Episcopi quo ad ea que per legem diocesanam debent / Episcopo nisi aliis a dicto priore uel eius procuratore specialiter ostenderet quod idem requisitus facere tenuit contumaciter / cum nostro priuilegium nec eius sumptum subsigillis auctenticis coram nobis uoluerit exhibere. per quod eximeretur uel uideretur exami de iurisdictione nostro priuilegium nec eius sumptum subsigillis auctenticis coram nobis rielate sunt et prouide confirmamus. mandatos / cum publicum animarum plurium et de ceptero in causa huiusmodi sint perata. ut alubiectis hominibus obseruenti. questionem expensarum / et contumacie Episcopo in posterum reseruantes. Datum apud Obidos .ij. Kalendas. julij. Era. Millesima. CC*. Lxxx*. iijj*. /

DOC. 7

[1247-52, Coimbra] — Súmula dos artigos alegados como direito episcopal pelo bispo D. Egas, no priorado de Leiria e noutras igrejas crúzias da diocese coimbrã, sobre que havia litígio com D. Martinho, prior de Santa Cruz.

A — ANTT, *Sé de Coimbra*, 2.ª inc., m.º 84, doc. 3860.

Obs.: ligeiramente deteriorado na margem superior direita; sem selo; 332 x 256 mm; no verso em letra coeva: «forma compositionis facte super Leyrenam inter istum episcopum et crucenses». Esta súmula insere-se na preparação da composição de 1252, Março, renovada em 1257, Abril. Não poderia ser nunca posterior àquela data uma vez que o bispo se intitula ainda como eleito (1247...).

Nouerint uniuersi presentem paginam inspecturi. quod super contentionem que orta est inter nos. E(geas). Colimbriensis Electus. et Capitulum nostrum ex una parte et nos. M(artinum). priorem et Conuentum Monasterii [sancte crucis] / eiusdem ciuitatis ex altera super iuribus episcopalibus Ecclesiarum de Leirena et de suis terminis et iurisdictione tam in Clero quam in populo. ut de iure comunj ista ad Episcopum pertinent in ipsi diocesis et multa [...] / inter nos tractata per que possemus ad pacem et concordiam deuenire; tandem inuenimus duas uias quarum una est quod iura Episcopalia que non possunt nisi per Episcopum expedire expediant [...] / et successores nostros in predicti Ecclesijs. Et preter hec recipiamur ter in anno pulsatis campanis honorifice et procurent nos secundum consuetudinem aliarum Ecclesiarum [...] / cinarum. Et preter ista cum nos uocauerint ad supradicta exercenda. debent nos honorifice procurare. Et quicumque nos

circa predicta exercenda et habenda impedit [...] / rint; sententias quas propter hoc in eos tulerimus obseruabunt. Et nichilominus datum nobis Villam sancti Romanj cum suo cauto et cum suis terminis, et totum quod habent et habere debuit / in Villa de Cadima cum suis terminis, et cum omni iure si quod in Ecclesia habent, et etiam decimas Regales de Ladeya, et de Eyra, et partes parochiales sancte iuste, et sancti iacobj <Colimbriensium> quas / habebant ex donacione Episcopi. Et nos <Electus et capitulum Colimbriensis> cedimus omni actioni et petitioni [correctioni, uisitacioni, ordinationi, molestacioni, dispositioni, subiectioni, causaram matrimonialium¹ et aliarum cognitioni, potestatj imperandj, uel prohjbendj, tam in fratribus sancte crucis,² quam in clero³ populo et ecclesijs de Villa de Leirena et / de terminis suis,⁴] et omni iuri <si> quod nobis competit, uel de iure posset competere tam in Ecclesiis de Leyrena quam in suis terminis, tam in Clero / quam in populo, Altera uia talis est quod nos et successores nostri pro tempore fuerint exerceamus omnia iura Episcopalia et omnem iurisdictionem libere prout de iure comunj spectant ad Episcopum / in Ecclesijs de Leyrena et de suis terminis in Clero et in populo et in fratres autem suos et in illum quod pro maiorj suo posuerint talem debemus exercere iurisdictione. Presentabunt illum nisi quandum / pro maiorj imposuerint, et nos ej dabimus iurisdictionem quod ipse exercent ius suum officium, et habeat Curam animarum, et more aliorum prelatorum possit compellere rebelles tam Clericos / quam Laycos pro iuribus Ecclesiasticis per censuram Ecclesiasticam uel prout melius potuerit. Et si forte de fratribus quos posuerint ibj aliquod sinistrum ad nos per clamoriam in fini actione peruen/erit quod nos merito mouere debeat; debemus hoc denunciare priorj, et ipse debet sine difficultate inde eos amouere, et alios ponere iuxta formam premissam. Et si forte ipse / ad denunciacionem nostram eos inde remouere nolluerit dicendo quod non erat uerum quod nobis insinuatum fuerat de eis, nos ordine jnter seruato debemus descendere etiam quitere et si claruerit uerum / esse; prior omnino remouebit eum de loco si uero non claruerit, remanebit pro uoluntate prioris Et preter hoc liceant sit priorj sancte crucis qui pro tempore fuerit prouelle suo remouere / maiorem et alios fratres quibus fuerit pro arbitrio suo et alios iusdem ponere secundum formam superius nominatam. In super Alicuius habere ratione uisitacionis annuatim tres procuraciones in Ecclesijs / Ville de Leyrena, et alias tres in Ecclesijs de terminis de Leyrena ubi magis intellexerimus expedire cum nos ad dictas Ecclesias contigerit declinare. Et ad alteram inarum / istarum eligendam nos prior et Conuentus obligamus nos per iuramentum <prestitant> et sub pena mille aureorum quod sine malicia et dilacione unam earum eligamus et seruamus⁵ quam nobis intell/erimus expedire. Et⁶ ad uallacionem illius uie quam elegerimus a predictis duabus

¹ Erasiit verbum.

² Er. «t»

³ Er. «et».

⁴ Add. in fine.

⁵ Cor. ex «serullimus».

⁶ Er. «pve».

liceat nobis adibere omnem cautelam quam nobis uiderimus expedire. Et nos prior et Conuentus obligamus nos et successores nostros et promittimus bona fide et per penam superius nominata quod usque ad festum simonis et iude proximo et uenturum alteram uiarum / istarum eligamus et firmabimus. et instrumentum firmitudinis inde uobiscum fieri faciemus et tam iuramento quam pena. quam sigillorum nostrorum munimine roborabimus. Et nos Episcopus / Colimbriensis et Capitulum obligamus nos similiter ad acceptandam et conseruandam illam uiam quam de istis duabus prenominati si uos prior et conuentus duxeritis eligendam sub predicta pena / et iuramento. Quia si forte legitimo impedimento impediti prior uel Electus usque ad diem prefixam ista supradicta non possent perficere. nihilominus per iuramentum et penam aponi/tam teneantur eligere et perficere prior et Conuentus unam de predictis uis. et Electus et Capitulum acceptare usque ad Natale dominj proximo uenturum. Vt autem factum / istud non possit in dubium euenire fecimus inde cartam fieri per alfabetum diuisam quarum de uoluntate partium et eam nostrorum sigillorum munimine roborari. quarum / una est penes priorem et Conuentum. altera penes Electum et Capitulum Colimbrienses. //

DOC. 8

1249, Janeiro, 28, Lião — Inocêncio IV, pela bula *Venerabilis frater*, dirigida ao abade de Tarouca e ao mestre escola da Sé do Porto, ordena que estes convoquem, a propósito dos direitos sobre as igrejas de Santa Cruz de Coimbra, partes, quer pelo bispo de Coimbra, quer pelo mosteiro crúzio e, ouvindo-as, determinem o que é devido à Sé diocesana.

A — ANTT, *Sé de Coimbra: Docs. Eclesiásticos*, cx. 30, m.º 1, doc. 79.

Obs.: deteriorado; vestígios de ter tido selo pendente; 230 × 183 mm.

Innocentius episcopus seruus seruorum dei. Dilectis filiis ..Abbati de Tarauca cisterciensis ordinis Lamecensis diocesis .. Decano Lamecensis et ..Magistro scholarum Portugalensis Salutem et apostolicam benedictionem.

Venerabilis frater . noster .. Episcopo Colimbriensis nobis humiliter supplicauit ut cum bone memorie .. Colimbriensis Episcopus predecessor suo quondam de suj consensu Capituli super quibusdam ecclesiis possessionibus et rebus aliis Colimbriensis ecclesie causa .. Priore et Canonicis [monasterii] sancte Crucis Colimbriensis ordinis sancti Augustini ad Romanam ecclesiam ut dicitur immediate spectantis con[...] enormem eiusdem ecclesie lesionem subuenire ipsi ecclesie in hac parte per beneficium restitutionis [...] multitudine curaremus. Ideoque discretioni uestre per apostolica scripta mandamus quatinus partibus conuocatis ea[...] aduersus compositionem ipsam fecit iustum fuerit restituta auditis causam et appellatione remota fine debito terminatis. facientes quod decreueritis per censuram ecclesiasticam firmiter obseruari. Testes autem qui fuerint nominati si se grande odio uel timore subtraxerint per censuram eandem appellatione cessante

cogatis ueritati testimonium perhibere. Quod si non omnes hiis exequendis potueritis interesse duo uestrum ea nichilominus exequantur; Datum Lugdunum .V. Kalendas februarij Pontificatus nostrj Anno Sexto. //

DOC. 9

1249, Fevereiro, 3, Lião — Inocêncio IV pela bula *Venerabilis frater noster* manda ao abade de Tarouca, ao deão de Lamego e ao mestre escola do Porto, que conheçam a causa de litígio entre o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e o bispo dessa diocese sobre os direitos das igrejas de S. João de Coimbra e de Leiria.

A — ANTT, *Sé de Coimbra: Docs. Eclesiásticos*, cx. 30, m.º 1, doc. 80.

Obs.: com os orifícios do selo pendente; bom estado; 240 × 181 mm.

Innocencius episcopus seruus seruorum dei. Dilectis filijs. .Abbati de Tarauca Cisterciensis ordinis Lamecensis diocesis. .Decano Lamecensis, et .. Magistro scholarum Portugalensis. Salutem et apostolicam benedictionem.

Venerabilis frater noster. . Colimbriensis Episcopo nobis conquerendo monstrauit quod .Prior et Conuentus Monasterij sancte Crucis Colimbriensis ordinis sancti Augustini ad Romanam ecclesiam ut dicitur immediate spectantis super sancti Johannis in Suburbio Colimbriensis et quibusdam alijs ecclesijs in Castro Leyrene Colimbriensis diocesis ac ipsius Castri terminis sitis, necnon aliquibus iuribus episcopalibus. decimis. possessionibus et rebus alijs iniuriantur eidem. Jdeoque discrecioni uestre per apostolica scripta mandamus quatinus partibus conuocatis audiatis . et eam infra Septem Mensium spatium post susceptionem, presentium iudicio uel concordia terminetis. Quod si forsam infra id spatium illic terminari non poterit ipsam ex tunc instructam uel non instructam si forte interim instrui nequierit, ad apostolice sedis remittatis eam. presigentes partibus terminum peremptorium competentem quo cum omnibus munimentis, instrumentis, et rationibus suis nostro se conspectuj representent facturi et recepturi in eadem causa quod ordo dictauerit rationis. Non obstante constitutione de duabus dietis edita in concilio generali. Quod si non omnes hijs exequendis potueritis interesse duo uestrum ea nichilominus exequatur. Datum Lugdunum . iij Nonis februarii Pontificatus nostri Anno Sexto : //

DOC. 10

[1249/1250, Coimbra] — Memória sobre os agravos feitos por Santa Cruz de Coimbra ao prelado e cabido da mesma diocese, nomeadamente quando D. Tibúrcio pretendeu exercer direitos jurisdicionais no priorado de Leiria (1246).

A — ANTT, *Sé de Coimbra*, 2.ª inc., m.º 88, doc. 4210.

Obs.: deteriorado. Justifica-se a datação acima apontada com base na crítica interna do diploma. Além de se referir já ao episcopado

de D. Egas (1247-1268), o conteúdo do documento refere-se a pretensas dívidas dos cruzados ao prelado. Os quantitativos indicados (6 mil, 4 mil e 2 mil marcos de prata); as referências aos agravos feitos aos frades menores de Leiria, relacionam este documento com a carta de sentença, e respectivo processo, outorgada por D. Ricardo, do título de St.º Angelo Diácono, cardeal, em 23-II-1251, com audiências iniciadas em 30-IX-1250. Estes agravos, registrados concisamente, devem ter servido de memória orientadora aos procuradores do prelado na questão em causa.

Agit Episcopo Colimbriensis. nomine Colimbriensis. ecclesie contra priorem sancte crucis. dicens quod cum. dominus .T(iburcius). quondam Colimbriensis / episcopus [...] regni datus executor a domino . papa. in castrum de leirena situm in sua diocesis. deuenisset ut se/[...] idem et corda hominum in deuotione ecclesie roboraret ; adueniente die iouis sancti cum / [...] accedere que ab inimicis et contradicentibus prouisioni domini pape in regno portugalie / [...] <secundum> conficere. iohanes petri qui tunc se gerebat pro priore sancte crucis de uolunta/[te...]¹ et suum officium impedi(un)t quantum in eo fuit. non sine iniuria de j et ecclesie / [...] meritate petit dictus episcopus priorem sancte crucis de cetero cohiberi. et de dapnis et / [...] sa est ecclesia Colimbriensi. sibi a dicto priore satisfieri² . que dapna et iniurias / [...] arum. Salue etc.

[...] .T(iburcius). quondam colimbriensis. episcopus. ad magnam instantiam cleri et populi de lei/[rena ... sanct]i martini de suburbio leirene. ut in ea pueris et adultis / [...] multitudo magna occurreret ad dictum sacramentum recipiendum ; / [...] pasca]sijs. et Michael sarranus. Martinus laurentij. et Gomecius lupi Canonici et [racionaris(?)] monasterij sancte crucis cum dictus predecessor noster peratus esset ad dictum / sacramentum conferendum. irruerunt turpiter in eum et socios suos. de j timore et tanti patris reueren/cia postpositis. et in petrum Martini subdiaconum ac socium eiusdem patris manus temerarias ac uiolentas / posuerunt. ac quendam seruientem suum in facie usque ad sanguinis effusionem cum baculo intra dictam / ecclesiam percusserunt. excommunicantes tantum de facto omnes qui dictum sacramentum reciperent. ipse uero predictus et noster ui/dens perpetos sacrilegium esse commissum et eandem ecclesiam uiolatam; ipsos a predictis cessare nolentes / excommunicandos denunciauit atque excommunicauit. sepe dictam et. ecclesiastico supponens interdicto. excommunicans / nichilominus omnes in ea diuina celebrantes uel etiam audientes. nisi prius esset. per episcopum reconciliata. / Vnde cum prior sancte crucis predictos sacrilegios et excommunicatos manuteneat et per eis uel aliquos ex / eis et quosdam alios clericos seculares ab episcopos colimbrienses. ex iustis causis excommunicatos. faciat / [...] det diuina celebrari atque ecclesiastica sacramenta conferri in dicta ecclesia interdicta et alias / de leirena <et de terminis> ; petit idem episcopus <dictum priorem> ab huiusmodi compesci per uos. et de dampnis

¹ Erasisit «erunt».

² Er. «(ab eodem)».

et iniurijs propter hoc episcopo et / ecclesia colimbriensi. illatis satisfieri
(ab eodem) que extimat . vj . marcarum, saluo etc. /

Item cum est perpotenciam lateralem et baculum regis spoliaret dictus
prior uel canonici sui spolient / clericis et laicis (de leirena) seruantes iustas
sententias episcopi colimbriensi . bonnis suis in dapnum et iniuriam / epis-
copi Colimbriensi. eiusdem; petit idem episcopum dictum priorem ad huius
cohiberi. et de dampnis et iniurijs propter hoc (sibi) illatis / satisfieri
(ab eodem priore) . que extimat³ . iiii . marcarum, saluo iure etc. /

Item cum prior sancte crucis (in iniuriam et dampnum ecclesie colim-
briensis.) molest existat fratribus minoribus (de leirena) ac eis prohibuerit
dari elemosinas pro eo quod seruant (supradictas) iustas sententias ab epis-
copis (colimbriensi) latas et per metropolitanum suum cum cause / cogni-
tione confirmatas.⁴ ; petit (eum)⁵ ab huius coherceri. et de dam/pnis et
iniurijs eidem propter hoc (sibi) illatis. satisfieri (ab eodem) que extimat
ad . ij . marcarum, saluo iure (etc.) /

Item cum dictus prior (iniuriam et contumeliam et dampnum ecclesie
colimbriensis) celebret et faciat celebrari diuina in supradicta ecclesia uiolata
et / interdicta ac in ea per⁶ excommunicatos mortuos (faciunt) sepeliri; petit
idem episcopus eundem (priorem)⁷ ab / huius cohiberi. et dampnis et iniurijs
per sacrifici ab eodem. que extimat . v . aureorum, saluo iure etc. //

DOC. 11

1250, Setembro, 30 - 1251, Fevereiro, 23, [Cúria Romana] — Registo e pro-
cesso sobre o litígio entre o bispo e cabido da Sé de Coimbra contra o prior
e mosteiro de Santa Cruz, da mesma cidade, julgado pelo legado papal,
cardeal D. Ricardo de Santo Angelo.

A — ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, 1.ª inc., m.º 19, doc. 8.

A' — ANTT, *Sé de Coimbra*, 2.ª inc., m.º 93, doc. 4483 (muito deteriorado).

In nomine domini nostri Iehsu Christi Amen. Haec sunt acta cause que
inter Venerabilem patrem .. Episcopum et Capitulum Colimbrie ex una parte
et .. priorem et Conuentum Monasterij sancte Crucis Colimbriensis ex altera
uertitur / coram Venerabili patre domno Riccardo sancti Angely diaconus
Cardinalis a domino papa partibus auditore concesso.

§ Millesimo CC. Quinquagesimum Inditione Viii . Mense september
diem Vltimum pater domnus Re/cardus sancti Angeli diaconus. Cardinalis
dixit. michi petro scriuano quid eadem die dominus papa precepit eidem ac
causam que inter Ecclesiam Colimbriensis ex una parte et Monasterium
sancte Crucis Ciuitatis eiusdem ex altera uertitur audi/ret

³ Er. «iiiij».

⁴ Er. «in iniuriam et dampnum ecclesie colimbriensi».

⁵ Er. «ecs».

⁶ Er. «ma».

⁷ Er. «epm».

§ Jnditione Viiiij. Mense October die prima. Magister <Johanem> procurator Ecclesie Colimbriensis comparauit coram Venerabili patre domno Riccardo sancti Angeli diaconus Cardinalis petens ut in causa que inter ipsam Ecclesiam et Monasterium / sancte Crucis Ciuitatis eiusdem ex altera uertitur procederetur quantum posset de iure procedi.

§ Mense october die viij. Mandatum hoc factum fuit in Audiencia ex parte domni Ricarde sancti Angeli diaconus. Cardinalis Mandat domnus Riccardus / sancti Angeli diaconus Cardinalis quod si est aliquis que uolit defendere causam Venerabili patris domini Episcopi Colimbriensis quod die lune proximum uenturum post nonam compareat coram eo. prior sancte Crucis Colimbriensis de iusticia responsarus „ /

§ Sanctissimo patri domno Innocencio sacrosancte Romanæ ecclesie summo pontifici; prior Monasterij sancte Crucis Colimbriensis ac eiusdem Conuentus; pedum obscula beatorum cum omni reuerentia tam debita quam deuota; Nouerit sancta paternitas / uestra quod nos cum consensu petri Iuliani concanonici nostri que antea fuit procurator constitutus facimus et ordinamus nostrum procuratorem Vincentium johanis concanonicum nostrum in omnibus causis motis ante nos ex una parte et Venerabilem / patrem Colimbriensem episcopum nomine eiusdem ecclesie ac eiusdem Capitulum ex altera ad agendum defendendum seu respondendum. excipiendum replicandum. et ad omnia alia faciendum que facere non possemus in causis predictis. damus etiam potestatem eidem prestandi iura/mentum de calupnia seu de ueritate dicenda. et quodcumque aliud grauis iuramentum in Curia sententiatis uestre causa coram uobis quam etiam coram dominis Venerabilibus Cardinali. uel quocumque alio auditore a uobis dato uel dando in casis predictis damus / etiam eidem potestatem petendi in integrum restitutionem super omnibus predictis et singulis quotiens nobis et Monasterio nostro uiderit expedire ac constituendi alium procuratorem super predictis. Ratum habentes et firmum quicquid dictus procurator seu alius et jlicitus / ab eo procurator super dictis et singulis duxerit faciendum. Vt autem hoc scriptum roboretur firmitatis nostrorum sigillorum munimine fecimus roborarij. datum Colimbrie. V. Idus Augusti Anno domini Millesimo. CC. Quinquagesimum.

§ Mense october / die xxj. Mandatum fuit in audiencia ex parte domni Reccardi sancti Angeli diaconus Cardinali quod si est aliquis pro domino Episcopo Colimbriensi quod hodie post nonam semptaria compareat coram eo priori sancte Crucis Colimbrie uel quod euocatorj Canonicus eisdem ecclesie de iustitia responsurus.

§ Sanctissimo in Christo patre et domino Innocencio sacrosancte Romanæ Ecclesie summo pontifici. E(geas) Colimbriensis episcopus suus deuotus pedum obscula beatorum. Sanctitate uestre notum facio quod ego constituto Magistrum Johanem / Ecclesie sancti Jacobi Colimbrie latorem presentium nuntium meum et procuratorem in causis quas habeo uel habere spero in Curia sanctitatis uestre contra priorem et conuentum Monasterii sancte Crucis Colimbrie ad agendum petendum respondendum; defendendum / reconueniendum et in anima mea iurandum tam de Calupnia quam de ueritate dicenda et ad prestandum cuiuslibet grauis sacramentum quod de iure prestari debet. et ad petendum restitutionem in integrum nomine

Ecclesie. Colimbrie si necesse fuerit et / ad alium procuratorem substituendum et ad omnia singula faciendum que uerus et legitimus procurator facere potest et debet et quo ego facere possem si presens essem Ratium habens et gratum quicquid dictus procurator uel substitutus ab eo super praemissis duxerit faciendum. / In cuius rei testimonium presentes litteras feci mei sigilli munimine roborarij. datum apud Nabies nice diocesis. V. Kalendas. September. Era. Millesima. CC. Lxxx viij.

§ Mense october die xxv. Magister Matheus scolasticus Vlixbonensis / ad preces Magistri Johannis procuratoris domini Episcopi Colimbrie pro ipso Episcopo et ipso procuratore coram Venerabili patre domno Ricardo. sancti Angeli diaconus Cardinali; fideiussit et obligauit se pro restituendis expensis quas taxabit dominus Cardinalis / priori sancte Crucis Colimbrie pro contumacia ipsius Episcopi et procuratoris predicti.

§ Mense october die xxv. domnus Recardus sancti Angeli diaconus Cardinalis auditor a domino papa concessus in causa que inter venerabilem patrem Episcopum Colimbrie et Capitulum eidem ecclesie / ex una parte et priorem et Capitulum Monasterii sancte Crucis Colimbrie ex altera uertitur, interloquendo pronunciauit domnum Johannem procuratorem Episcopi Colimbriensi pro ipso Episcopo et Capitulo cum admitendum in causa predicta licet in suo procuratorio de Capitulo nulla mentio habeatur.

§ Mense october die xxvj. de comuni uoluntate partium acta Colimbrie fuerunt aperta.

§ Mense october die xxvj de uoluntate domini prioris et procuratoris conuentus Monasterii sancte Crucis Colimbrie et Magistri Johannis procuratoris domini / Episcopi et Ecclesie Colimbrie acta que coram domno Ricardo pertiua fuerunt, aperta fuerunt et publicata. et hec fuerunt acta cause que uertitur inter eos.

§ Mense october die xxvij. petrus Juliani quod fuit licem contestatus in causa que inter Episcopum Colimbrie et Capitulum / Colimbriensem ex una parte, et priorem et conuentum Monasterii sancte Crucis ex altera uertitur fecit constituit et ordinauit coram Venerabili patri domno Ricardo. sancti Angeli diaconus Cardinali et suo priore sancte Crucis et procuratorem domnum Vincencium apud acta canonicum Monasterii no/minatj.

§ Mense october die xxviij. datus est terminus procuratoribus partium usque ad diem jous proximum post festum omnium sanctorum ad procedendum in causa quarum poterit de iure procedere.

§ Mense Nouember die iij. Magister johannes procurator domini Episcopi Colimbriensi / persoluit domno Vincencio procuratori sancte Crucis Colimbrie in presencia mihi petri scriuanj et testium subscriptorum duas marcas et dimidum sterlingorum ueterorum xij. solidos et quatuor sterlingorum pro marca qualibet computatis. et xxxv. solidos et iij. denarios milliarum / et istos denarios soluit eidem ¹ Vincencio dictus Magister Joahnes pro quindecim libras viannenses in quibus dictus Magister Johannes nomine Episcopi Colimbriensi procis contumacia fuerat a domno Ricardo sancti Angeli diaconus Cardinali condepnatus. salue iure equitatis pon/detis et ualetis. etiam. domnus Abaiamondus. Magister petrus de Viterbio et Johannes de Romani.

¹ Erasit «Magistro».

§ Mense Nouember die. iiij. domnus Vincencius procurator sancte Crucis Colimbrie confessus est se recepisse .xv. libras viannenses a Magistro Johane procuratore domini / Episcopi Colimbriensi quas idem Johannes dare tenebatur eidem pro contumacia dicti domini Episcopi in quibus erat a domno. Recardo. Cardinali condemnatus. et istas .xb. libras viannenses soluit eidem pro. V. marce argenti quas sibi prius dederat pro dictis .xv. libris. quas marcas idem / Magister Johannes confessus est ab ipso domno Vincentio recepisse.

§ Mille[sima]. CC. L. iudictione .viiiij. Mense Nouember die. xxj. Venerabilis pater domnus Riccardus sancti Angeli diaconus Cardinali auditor datus a domino papa in causa que inter Venerabilem patrem dominum Episcopum Colimbriensem / et eiusdem ecclesie Capitulum ex una parte et priorem et conuentum Monasterii sancte Crucis ex altera uertitur de speciali mandato domini papa interloquendo pronunciauit priorem et conuentum Monasterii sancte Crucis uel eorum procuratorem fuit admittendos et ipsos admitebat ad probandum / prescriptionem et ipsum Episcopum uel procuratorem eius nomine Colimbriensis ecclesie ad probandum interruptionem. saluis dicti Monasterii . sententia instrumentis et priuilegijs quibus Monasterium intendit se defendere. domum uero receptis probationibus super predictis tunc discuriatur quantum probationes / poterunt ualere de iure.

§ Millesimo CC. Ij. Iudictione Nona Mense Januarij die xxj. Venerabilem pater domnus Riccardus sancti Angeli diaconus Cardinali interloquendo pronunciauit priorem sancte Crucis Colimbrie debet respondere domino Episcopo Colimbriensi super procuracionibus que inferius / adnotantur.

§ dicit Episcopus Colimbriensis quod iudices zamorenses decreuerunt partes parrochiarum sancti Jacobi et sancte Juste que de mandato Regio partet auctoritatem Ecclesie diuise fuerunt et Cappelle sancti Johannis aducere ad statum integritatis prime reduci Vnde implorat officium / nostrum et petit sententiam executioni mandarj et petit ut fructus receptos post sententiam ex ipsis partibus parrochiarum quos extimat Mille marcas argenti ueniant in executione. Item dicit quod Iudices zamorenses adiudicauerunt duo corpora mortuorum quod excommunicatj / decesserant. scilicet. p(etrus). pelagij. et p(etrus). midiz extumulerentur de Cimiterio ipsius Monasterii et proicerentur. Vnde implorat officium uestrum et petit sententia executioni mandemus. Item dicit quod iudices zamorenses adiudicauerunt Colimbriensi Ecclesie hereditates de buarcos et de Cassera / cum fructibus preceptis ex eis quos extimant Mille marcas argenti. Vnde implorat officium uestrum et petit quod mandari sententia executioni. et petit quod fructus preceptus post sententiam quos extimat tria milia marcarum argentj ueniant in executione. Item dicit / quod iudices zamorenses adiudicauerunt Ecclesie Colimbrie Ecclesias de terminis de Leirena et fructus preceptos ex eis post sententiam quos extimat mille marcas argenti ueniant in executione.

Item dicit quod adiudicauerunt Ecclesie Colimbrie iudices zamorenses ecclesias de / Taauero et de Sorees sancti facundi heremidam sancti Martini de Aguata. Ecclesias de Murtedi. de trauanca .sancte Marine in sena. sancti Romanj cum utroque iure.

Judicauerunt etiam fructus ipsarum ecclesiarum ecclesie Colimbrie et licet executio sit facta quo / ad quedam in ipsis ecclesijs non dum tamen facta est ad plenum, quam non est facta quantum ad ius patronatus nec quantum ad fructus ipsarum ecclesiarum quos extimat Mille marcas argentj. Vnde implorat officium uestrum et petit quod mandari sententia executioni.

Item dicit quod / Judices zamorenses adiudicauerunt Ecclesie Colimbrie decimas quas Monasterium recepit de manu Regis. et dicit quod decimum ille sunt de ladeya de Syras. et de Abraffemes adiudicauerunt etiam fructus ipsarum decimarum eidem ecclesie quos extimat quingentas marcas / argenti. Vnde implorat officium uestrum et petit quod mandetur sententia executioni et petit quod fructus ipsarum decimarum receptas post sententiam quos extimat quingentas Marcas argenti ueniant in executione.

Item dicit episcopus quod Judices zamorenses adiudicauerunt Ecclesie Colimbrie / ius parrochiale in Ecclesia sancti Johannis vnde implorat officium uestrum et petit sententiam excommunicationi mandarj et petit fructus quos pars aduersa recepit post sententiam pro retentionem ipsius iuris parrochialis quos extimat ducentas Marcas argentj et ueniant in executione.

Item petit / iura episcopalialia in Ecclesia de Quiayos sue diocesis.

Item petit Episcopus Colimbriensis Ecclesias de terminys leirene. et specificando inde dicit quod per hoc petit ipsa corpora ecclesiarum et quicquid competit ei ea ratione qua diocesanus existit illa tantum que super petita coram subdelegatus super quibus est liçe contestata non intendit modo petere. et hec petit ratione sententie quantum ad partes parochiarum et fructus preceptos ex eis. super sedeatur excepta illa parte fructum que Episcopus et Capitulum contigunt.

§ Millesimo CC. Lj. Indictione Nona / Mense february die prima. dominus prior Monasterii sancte Crucis Colimbrie licem contestando negat narrata uera. esse ut narrantur et dicit petita fieri non debem.

§ Mense february die iiij. Magister Johannes procurator domini Episcopi Colimbriensi constitutus ab ipso / domino Episcopo procurator specialiter adiucandum et dominus prior sancte Crucis Colimbrie Jurauerunt de calupnia et de ueritate dicenda in causa que uertitur inter eos. Eadem die coram venerabili patre domno Riccardo sancti Angeli diaconus Cardinali dominus Episcopus Colimbriensis fecit / et constituit Magistrum Johannem clericum suum et curatorem ad iurandum in anima sua in causa que inter ipsum et una parte et priorem et Monasterii sancte Crucis Colimbrie ex altera uertitur.

§ petit Episcopus Colimbriensis nomine Colimbrie ecclesie in Cappella sancti Johannis et in ecclesijs Castro leyrene et in / ecclesijs terminorum ipsius Castri tercias pontificales et cetera iura episcopalialia que omnia prior et conuentus sancte Crucis iniuste detinent cum non sit eis ius detinendi. Contra istam petitionem prior sancte Crucis opponit prescriptionem salua sententia domini papa cui insistit.

§ Item / petit ab eiusdem decimas Regalium prouentuum de Abraffemes Colimbriensis diocesis fructus ipsarum decimarum quos extimat Mille marce. Ad istam petitione. Responderunt. prior et procurator quod non creduntur quod tempore sententie presedissent nec modo possident et fuit quesitum per sacramentum ab eis.

Item petit de iure / comuni et cum super hoc sit Monasterium condepnatum partem eorum que de bonis mulieris petri barecto et filijs de Rauoam et aliorum decedentium uel uenientium causa. tamen mortis datis ipsi Monasterii obuenerunt et petit eos in posterum condepnarij extimationem quorum facit duorum milium marce . Quo ad / partem bonorum decedentium sit. Respondit. prior quod ad partem contingentem episcopum dicit se non tenerj cum constitudo sit in contra. preterea allegant exemptionem seu libertatem qua libertate usi sunt spacio xL . annorum. et amplius. quantum ad aliam partem contingentem ecclesias a quibus corpora dicit assumi; dicit / Ecclesiam Colimbriensem non esse admitendam cum ecclesie suas habebant priores seu Rectores. tamem sit ratione ecclesiarum Colimbriensis ecclesia admitatur ut coram illis quibus testium receptio committitur admictatur Colimbriensis ecclesia ad agendum. et Monasterium ad defendendum cum tali protestatione ut si declaratum preterea fuerit ecclesia Colimbriensis / non posse agere pro ecclesijs processus non ualeat.

Item petit hereditates siue possessiones de Eymedi de sancto verissimo que dicitur alias de barrances de Cadima. et salinam de Lauaes quas dicit sibi adiudicatas et fructus ipsarum possessionum quorum extimationem facta duorum mille marce / petit fructus in quibus Monasterium est per sententiam condepnatum quos extimant ad [communam] extimationem tercium milia marcarum. ad istam petitionem Responderunt prior et procurator quod in possessionibus de sancto verissimo et de Cadima, executio fuit facta et ad salinam de lauas quod tempore sententie non possidebant. et possessiones de eyme/di sunt de possessionibus de buarcos.

Item petit viginti marcas auri et Mille aureos in quibus Monasterium est Colimbriensis Ecclesie condepmnatum. Ad istam petitionem dicit quod uult probare solucionem uel satisfaccionem que de iure sufficiant.

Item dicit episcopus Colimbriensis. quod Iudices zamorenses decreuerunt partes / parochiarum sancti iacobi et sancte juste que de mandato Regio parent auctoritatem ecclesie diuise fuerunt et cappelle sancti Johannis. adieecte ad statum prime integritatis reduci. Vnde implorat officium uestrum et petit sententiam executioni mandarj. et petit ut fructus precepti post / sententiam ex ipsis partibus parochiarum quas extimat. Mille Marce argentj, ueniant in executione .. Responderunt prior et procurator quod partes dictarum parochiarum reducte fuerunt ad statum prime integritatis. terciam uero partem pontificalem prouentuum de ipsis partibus proue/niencium tenet Monasterium ex concessione Episcopi. petri. predecessoris istuis episcopi et a tempore concessionis sunt xLij. anni elapsi et amplius.

Item dicit quod iudices zamorenses adiudica(uerunt) Colimbriensis ecclesie hereditates de buarcos et de Cassera cum fructibus preceptis ex ipsis quas extimat / Mille marce argenti. Vnde implorat officium uestrum et petit quod mandatur sententia executioni et petit quod fructus precepti post sententiam quos extimat. tria milia marce argenti ueniant in executione. Responderunt prior et procurator quod super possessionibus de buarcos et de Cassera interuenit permutatio inter / petrum precedessorem Episcopi Colimbriensi et Ecclesiam sancte Crucis et a tempore pronunciationis usque nunc sunt xliij. anni. et ex illa permutatione renunciauit idem Episcopus possessionibus et fructibus sibi adiudicatis.

Item dicit quod iudices zamorenses adiudicauerunt Ecclesie Colimbrie ecclesias de terminis / de leirena cum fructibus preceptis ex eis quos extimat Mille marce argenti. Vnde implorat officium uestrum et petit quod mandetur sententia executioni et petit quod fructus precepit ex ipsis ecclesijs post sententia ueniant in executione contra hac allegant exemptionem rei iudicare et quod / a tempore late sententie tenuerunt et possiderunt usque nunc tanto tempore quod presumpserunt.

Item dicit quod iudices zamorenses adiudicauerunt Ecclesie Colimbrie ecclesias de taauero de laurizal de Mira de Soroens. sancti jacundi heremidam sancti Martini de laaguata / Ecclesias de Murtedi de trauanca. Sancte Marine in sena. sancti Romani cum utroque iure cum fructibus preceptis ex ipsis ecclesijs et licet executio sit facta quo ad quedam in dictis ecclesijs non dum tamem facta cum ad plenum quia non est facta quantum / ad ipsas ecclesias fructus ipsarum Ecclesiarum. Vnde implorat officium uestrum. et petit quod mandetur sententia executioni. Responderunt prior et procurator quod sententia cum incerta sit non tenet. et si forte tenetur Episcopus petrus renunciavit iuri si quod competeat sibi ut fructibus supradictis. et a tempore renunciacionis sunt xliij. anni et plus.

Item dicit quod iudices zamorenses adiudicauerunt Colimbrie. Ecclesie decimas quas Monasterium de mana Regis recepit. et dicit quod ille / decime sunt de Ladeya de Eyros et de Abraffemes cum fructibus preceptis ex ipsis decimis quos extimat Quingentas Marce argenti. Vnde implorat officium uestrum et petit quod mandetur sententia executione / et petit quod fructus ipsarum decimarum recepti post sententiam quos extimat Quingentas Marce argenti. ueniant in executione. Responderunt prior et procurator quod petrus quondam Episcopus. Colimbriensis remisit seu dedit decimas de Ladeya consensu canonicorum suorum Monasterii sante Crucis sibi adiudicatos ad decimas de braffemes. Responderunt. quod non possident. ad decimas de ores. Responderunt idem quod ad decimas de ladeya et in super allegant prescriptionem.

Item dicit quod sententia non / tenet quia incerta et si forte teneret dicit quod idem petrus Episcopus remisit fructus decimarum predictarum sibi adiudicatos sententiam. et quid ab illo tempore usque nunc sunt elapsi xlvij. anni et plus.

Item / petit iura episcopalia in ecclesia de Quyaio sue diocesis. Responderunt. quod quantum ad iura episcopalia que petit in Ecclesia de Quyaio allegat exemptionem rei iudicate et prescriptionem.

Item dicit quod iudices zamorenses adiudicauerunt ius parrochiale Ecclesie Colimbrie in Capella sancti Johannis Vnde implorat officium uestrum et petit quod mandetur sententia executioni. et petit quod fructus precepti post sententiam per detentionem ipsius iuris parrochialis quos / extimat Mille Marce argenti ueniant in executione. Quantum ad ius parrochiale quod petitur in Cappella sancti Johani opponunt prior et procurator exceptionem. rei iudicate et allegant prescriptionem. Ad hec admittitur Monasterium de consensu / partis aduersae cum tali protestacione scilicet quod si Monasterium debet admitti ad probandum prescriptionem super hac probatio ualeat alias non cum precepto non debeat admitti contra sententiam.

§ Millesimo CC. Quinquagesi / primo. Mense februari die xxij. Indicione Nona Venerabilis pater domnus Reccardus sancti Angeli diaconus Cardinalis auditor a domino papa concessus in causa que inter Venerabilem patrem .. Episcopum Colimbriensis ex una parte et .. priorem / et conuentum Monasterii sancte Crucis Colimbriensis ex altera uertitur interloquendo pronunciauit presente me petro scribano et testibus infra scriptis priorem et conuentum sancte Crucis Monasterii esse admittendum ad probandum circa prescriptionem titulum / et bonam fidem. super ecclesijs de leirena et de terminis et Ecclesiam sancti johanis in suburbio Colimbrie et Ecclesiam de Quiaios. et facta probatione metietur dominus papa quantum ualeat / ista probatio. et dominus Episcopus. admittatur ad probandum interruptionem et temporis subductionem et ad probandum et dicendum quicquid probauit uel dicere poterit contra prescriptionem et tunc probationes utriusque partis ualeant quantum poterunt ualere / de iure.

Actum in Camera ipsius domini Cardinali: hijs presentibus scilicet domno Landulfo. Magistro Roberto. Magistro Guillermo. Magistro Angelo aduocatis. Magistro Gregorio et Magistro Rogero procuratore domini Regis Anglie. Et ut super hijs actis / nulla possit dubietas sub ocus Venerabilibus pater domnus Riccardus sancti Angeli diaconus Cardinalis fecit presens scriptum sui sigilli munimine roboratj.

§ Mense februari die xxij. dominus Episcopus Colimbriensis petijt et protesta/tus est coram dicto domino Cardinali nomine Ecclesie Colimbrie institutionem et destitutionem in Monasterio Sancte Crucis et alia iura Episcopalia que non sunt subtracta ei per priuilegia Romanorum pontificum. / hijs presentibus /

§ Et ego petrus dictus jordanum. Imperiali auctoritate scriuanus quia omnibus supradictis interfui demandato supradicti domini Cardinali acta ista fideliter scripsi et in publicam formam redexi. //

[A'] Et ut super hijs <actis> nullam possit dubietas subueniri, venerabilis pater domnus Ricardus sancti Angeli diaconus Cardinali fecit presens scriptum sui sigilli munimine roborarj / Et quod interlini auturis nullatenus dubitatur quia ego petrus scribanus factum propria manu scripsi. [signum]. //

DOC. 12

1254, Julho, 15, Anagnie — Bula *Ad nostram noueritis audienciam*, de Inocêncio IV, dirigida aos cónegos portuenses Soeiro Pais, mestre escola, e Martinho Mendes de Refóios, para que averiguem e julguem na causa dos direitos jurisdicionais sobre as igrejas de Leiria, Quiaios e de S. João de Coimbra, de que se queixava o bispo desta cidade não receber o que lhe era devido em determinados artigos.

A — ANTT, *Sé de Coimbra: Docs. Eclesiásticos*, m.º 2, doc. 92.

Obs.: deteriorado na margem esquerda; vestígios de ter tido selo pendente; 247 × 210 mm.

Innocentius episcopus seruus seruorum dei. Dilectis filiis .. Magistro scholarum Suerio pelagij et Martino menendi de Refoys Canonicis Portugallensis, Salutem et apostolicam benedictionem. Ad nostram noueritis audientiam peruenisse quod olim inter Venerabilem fratrem [nostrum] .. Colimbriensis Episcopum ex parte una et .. Priorem ac Conuentum Monasterij sancte Crucis Colimbriensis ex altera super eo quod [cum] Prior et Conuentus impediabant eundem Episcopum quo nostrum ius de Leirena et de Quiayos et earum parrochiis Colimbriensis diocesis et [i]n Capella sancti Johannis Colimbriensis iurisdicionem episcopalem exerceret ac super decimis possessionibus et aliis diuersis articulis questione suborta, domum fuit hinc inde ius Venerabilem fratrem nostrum .. Elborensis Episcopum et dilectum filium .. Cantorem Colimbriensis super hiis tamquam in Arbitros certa pena et iuramento interpositio concorditer compromissimj, qui quoddam super premissis inter partes arbitrium protulerunt, per quod Colimbriensis ecclesia ius non nullis ex predictis articulis enormem incurrisse dinoscitur lesionem, Vnde fuit nobis humiliter supplicatum ut subuenire ipsi ecclesie per beneficium restitutionis in integrum quantum ad illos articulos in quibus lesa esse dinoscitur apostolica sollicitudine curaremus, Quia uero nobis non constitit de premissis, discretionis uestre per apostolica scripta mandamus, quatinus pena et iuramento predictis nequamquam obstan[t]ibus, uocatis qui fuerint euocandi et auditis huic inde propositis, quod canonicum fuerit appellatione postposita statuatis, facientes quod decreueritis per censuram ecclesiasticam firmiter obseruari. Testes autem qui fuerint nominati si se grande odio uel timore subtraxerint per censuram eandem appellatione cessante cogatis ueritati testimonium perhibere. Quod si non omnis hiis exequendis potueritis interesse, duo uestrum ea nichilominus exequantur. Datum Anagnie Jdibus Julij. Pontificatus nostrj Anno Duodecimo. //

[No verso:]

Colimbriensis Episcopus.

Lictera contra [cru]lenses super restitutione.

Comissam pelo papa per que manda que Restituam o bispo de Coimbra e a sua Egreia per beneficium jntegrus a posse d algũs arrtigos de que a sua Egreia e el forom de pose per os Aluidros em esta letra contheudos //.

DOC. 13

1255, Janeiro, 2, Nápoles — Alexandre IV pela bula *Sua nobis*, manda a Soeiro Pais e Martinho Mendes de Refóios, cónegos da Sé do Porto, que fizessem acatar, pelo prior de Santa Cruz de Coimbra, as penas determinadas pelos juizes aluidros na contenda entre aquele e o prelado diocesano.

A — ANTT, *Sé de Coimbra: Docs. Eclesiásticos*, m.º 3, doc. 96.

Obs.: orig.; bom; c/ dobra; selo de chumbo pendente; 287 x 245 mm.

Alexander episcopus seruus seruorum dei Dilectis filiis .. Magistro scholarum Suerio Pelagij et Martino Menendi de Refoyos Canonicis Portugallensis. Salutem et apostolicam benedictionem.

Sua nobis Venerabilia frater noster .. Colimbriensis Episcopus petitione monstrauit quod olim inter ipsum / ex parte una et .. Priorem et Conuentum sancte Crucis Colimbriensis ex altera super eo quod ijdem Prior et Conuentus impediabant eun/dem, Episcopum quodominus in de Leyrena et de Quiayos Ecclesijs earumque parrochijs Colimbriensis diocesis et in Capella sancti Johannis Colimbriensis / iurisdictionem episcopalem exerceret, ac super decimis possessionibus et alijs diuersis articulis questione sub orta, domum fuit huic / inde in venerabilem fratrem nostrum .. Elborensis, Episcopum et dilectum filium .. Cantorem Colimbriensis tamquam in arbitros super hijs / certa pena et iuramento, interpositis compromissum; qui quoddam inter partes arbitrium protulerunt, ex quo Colimbriensis ecclesia super / non nullis ex premissis articulis enormem incurrisse dinoscitur lesionem. Vnde prefatus Episcopus nobis humiliter supplicauit ut cum / sibi super hoc duxerimus prouidendum compelli partem alteram ad obseruandum huiusmodi arbitrium quo ad reliquos articulos manda/remus. Ideoque discretionis uestre per apostolica scripta mandamus quatinus predictos Priorem et Conuentum moneatis efficaciter et inducatis / ut arbitrium ipsum quantum ad reliquos articulos studeant obseruare, ipsos ad id per penam in eodem compromisso expressam appellatione / postposita compellendo. Quod si non omnes hijs exequendis potueritis interesse duo uestrum et nichilominus exequantur.

Datum Neapoli / iiij Nonnas Januarij Pontificatus nostri Anno Primo. //

DOC. 14

1256, Abril, 3, Latrão — Bula *Petitio venerabilis fratris*, de Alexandre IV, dirigida ao rei de Portugal, pedindo-lhe para que nada fizesse contra a sentença e acordo a estabelecer entre o bispo de Coimbra e o prior de Santa Cruz, dessa cidade, pelo bispo de Évora e o chantre de Coimbra, como juizes alvidros, sobre os direitos episcopais de Leiria e de outras igrejas da diocese conimbricense.

A — ANTT, *Sé de Coimbra: Docs. Eclesiásticos*, m.º 3, doc. 105.

Obs.: orig.; bom; 267 x 211 mm.

Alexander episcopus seruus seruorum dei. Carissimo in Christo filio. Illustri Regi Portugaliae / Salutem et apostolicam benedictionem.

Petitio Venerabilis fratris nostri .. Episcopi et Capituli Colimbriensis / nobis exhibita continebat. quod inter ipsos ex parte una, et .. Priorem et Conuentum sancte Crucis / Colimbriensis ordinis sancti Augustini ex altera. super iuribus episcopalibus leirene terminorum et / quarundam aliarum ecclesiarum Colimbriensis diocesis. decimis possessionibus et rebus alijs orta materia questi/onis. tandem mediantibus venerabili fratre nostro .. Episcopo Elborensis, ac .. Cantore Colimbriensis super / hijs amicabile inter partes compositio interuenit. Cum autem huiusmodi compositio in uxoriusque partis / utilitatem redundare ditatur, Serenitatem regiam rogamus et hortamur attente, quatinus composi/tionem ipsam non impediatis, nec permittatis ab

alijs quantum in te fuerit impediri, ita quod celsi/tudinem Regiam possimus propter hoc merito commendare.

Datum Laterani . / iij. Nonas Aprilis. Pontificatus. nostri. Anno. Secundo,, //

DOC. 15

1256, Outubro, Porto — Soeiro Pais e Martinho Mendes de Refóios, cônegos da Sé do Porto, publicam as cartas apostólicas de Alexandre IV .s.

- a) *Sua nobis* de 1255-I-23, Nápoles;
- b) *Sua nobis* de 1255-I-2, Nápoles;
- c) *Sua nobis* de 1255-I-2, Nápoles;
- d) *Ad nostram audienciam* de 1255-I-2, Nápoles;

em que lhes era cometido o dever de julgarem a contenda que opunha Santa Cruz de Coimbra ao prelado da mesma diocese. Estes nomeiam juizes subdelegados ao chanfre e ao arcediago do Sabugal, em virtude de estarem «impediti quibusdam negocijs familiaribus».

A — ANTT, *Sé de Coimbra: Docs. Eclesiásticos*, m.º 3, doc. 100.

Discreti et honestis uiris Cantori et Archidiacono in Sabugali Ciuitatis. Suerius pelagij. et Martinus menendj de Refoijs. / Canonici portugalensis Judices á domino . papa. delegati. salutem. et sincere dilectionis affectum. Noueritis nos litteras summum pontificis recepisse que / tales sunt.

(a) § Alexandre episcopus seruus seruorum dej dilectis filijs ..Magistro scolarum. Suerio pelagij et Martino menendj de Refoijs Ca/nonicis Portugalensis. Salutem et apostolicam benedictionem. Sua nobis Venerabilis frater . noster. . Colimbriensis episcopus petitione monstrauit. quod cum inter ipsum / ex parte una. et .. Priorem ac Conuentum sancte Crucis Colimbriensis ex altera . super de Leyrena. et de Quiayos ecclesijs . et Capella sancti / johannis Colimbriensis iuribus episcopalibus . decimis. possessionibus et rebus alijs exorta fuisset materia questionis; tandem in Venerabilem fratrem nostrum .. El/borensis Episcopum. et .. Cantorem Colimbriensis fuit; a partibus tamquam in Arbitros certa pena interposita concorditer compromissum qui super quibusdam / articulis equum tulerunt arbitrium inter partes. quod licet prefati Prior et Conuentus duxerint acceptandum ;illud tamen obseruare in debite / contradicunt. Ideoque discretioni uestre per apostolica scripta mandamus. quatinus. si est ita; eosdem Priorem et Conuentum ad obseruationem predicti arbi/trij sicut est equum pro penna in compromisso expressam appellatione remota penna ratione cogatis. Quod si non omnis hijs exequendis potueritis / interesse duo uestrum ea nichilominus exequantur. datum Neapoli. xº. kalendas febrarij. Pontificatus nostri anno primo.

(b) § Alexander episcopus seruus / seruorum dei dilectis filijs Magistro scolarum (Suerio pelagij) et Martino menendi de Refoijs Canonicis Portugalensis. salutem. et apostolicam benedictionem. Sua nobis Ve/nerabilis frater noster ..Colimbriensis episcopus petitione monstrauit quod olim inter ipsum ex parte una. et ..Priorem et Conuentum sancte Crucis Colim/briensis ex altera. super eo quod ijdem Prior et Conuentus impediabant eundem Epis-

copum quo minus in de Leirena. et de Quiayos ecclesijs earumque parrochijs Colimbriensibus iurisdictionem episcopalem exerceret. ac super decimis. possessionibus. et alijs diuersis / articulis questione suborta. demum fuit hinc inde in venerabilem fratrem nostrum.. Elborensis Episcopum. et dilectum filium.. Cantorem Colimbriensis / tamquam in arbitros super hijs certa pena et iuramento interpositis compromissum. quod quiddam inter partes arbitrium protulerent. ex quo Colimbriensis / ecclesia super non nullis (ex premissis) articulis enormem incurrisse dinoscitur lesionem. Vnde prefatus Episcopus nobis humiliter supplicauit. ut cum sibi / super hoc duxerimus providendum compelli partem alteram ad obseruandum huiusmodi arbitrium quo ad reliquos articulos mandaremus. Ideoque discretioni / uestre per apostolice scripta mandamus. quatinus predictos Priorem et Conuentum nomeatis efficaciter. et inducatis et arbitrium ipsum quantum ad / reliquos studeant obseruare. ipsos ad id per penam in eodem compromisso expensam appellatione postposita compellendo. Quod si non omnis hijs / exequendis potueritis interesse. duo uestrum ea nichilominus exequantur. datum Neapoli. iiij. nonas Januarij Pontificatus nostri anno primo. /

(c) § Alexander episcopus seruus seruorum dei Dilectis filijs Magistro scholarum Suerio pelagij. et Martino menendj. de Refoijs Canonicis Portu-/galensis. salutem et apostolicam benedictionem. Sua nobis Venerabilis frater noster Episcopus Colimbriensis petitione monstrauit. quod.. Prior et Conuentus Monas/terij sancte Crucis Colimbriensis ordinis sancti Augustinij ipsum ad uisitandum idem Monasterium admittere ac procuracionem ratione uisitationis / debitam sibi contra iusticiam denegant exhibere. Ideoque discretioni uestre per apostolica scripta mandamus. quatinus partibus conuocatis. audiat causam et appellatio/ne remota fine debito decidatis. facientes quod decreueritis per censuram ecclesiasticam firmiter obseruari. Testes autem que fuerint nominati si se / grande. odio uel timore subtraxerint censura simili appellatione cessante; cogatis ueritati testimonium prohibere. Quod si non omnis hijs exequendis potuistis interesse; duo uestrum ea nichilominus exequantur. datum. Neapoli. iiij. nonas. Januarij. Pontificatus nostri anno Primo /

(d) § Alexander episcopus seruus seruorum dei. Dilectis filijs. Magistro scholarum Suerio pelagij. et Martino menendi de Refoijs Canonicis /portugalensis. salutem. et apostolicam benedictionem. Ad nostram audienciam noueritis peruenisse quod olim inter venerabilem fratrem nostrum. Colimbriensem episcopum / ex parte una. et .. Priorem ac Conuentum Monasterij sancte Crucis Colimbriensis ex altera. super causa quod iidem Prior et Conuentus impediabant eundem / Episcopum quominus in de Leirena. et de Quiayos ecclesijs et earum parrochijs Colimbriensis diocesis. et in Cappella sancti Johanis Colimbriensis iurisdictionem / episcopalem exerceret. ac super decimis. possessionibus et alijs diuersis articulis questione suborta; demum fuit hinc inde in venerabilem fratrem uestrum.. / Elborensis episcopum et dilectum filium.. Cantorem Colimbriensem super hijs tamquam in arbitros certa pena et iuramento interpositis concorditer / compromissum. quod quoddam super premissis inter partes arbitrium protulerunt. per quod Colimbriensis ecclesia in

nonnullis ex predictis articulis enormem / incurrisse dinoscitur lesionem. Vnde fuit nobis humiliter supplicatum ut subuenire ipsi ecclesie per beneficium restitutionis in integrum quod / cum ad illos articulos in quibus lesa esse dignoscitur apostolica sollicitudine curaremus. Quia uero nobis non constitit de premissis; discretionj / uestre per apostolica scripta mandamus. quatinus pena et iuramento predictis nequamquam non obstantibus; uocatis quod fuerint euocandj. et / auditis hinc inde propositis; quod canonicum fuerit appellatione postposita statuatis. facientes quod decreueritis per censuram ecclesiasticam firmiter / obseruari. Testes autem quod fuerint nominati si se grande odio uel timore subtraxerint; censura simile appellatione cessante; cogatis / ueritati testimonium prohibere. Quod si non omnis hijs exequendis potueritis interesse; duo uestrum causa nichilominus exequantur. datum /. Neapoli. iiij. nonas Januarij. Pontificatus nostro anno Primo.

Sed quare supradictis causis nobis commissis impediti quibusdam negocijs / familiaribus nobis est difficile interesse; ideo uobis auctoritate. apostolica qua nos fungimur in hac parte; uobis precipienda in ueritate obediencia man/damus. quatinus supradictas causas seu negotia per superscriptas litteras nobis commissa; suscipiatis iuxta mandatum apostolicum fine debito / terminanda. in quibus nos duo uobis uices nostras committimus in hac parte. Nam consocius noster Magister scholarum commisit Magistro Martino / Vimaransensis Canonico ut audiuius uices suas. Scientes pretexto quod si secus feceritis; nos contra uos propter inobedienciam uestram sicut / de iure fuerit procedemus. datum apud Ciuitatem Portugalensem. Mense Octobri. Era. M^a. CC^a. Nonagesima. iiij^a. //

DOC. 16

1257, Março, 20, Cidade Rodrigo — Soeiro Pais e Martinho Mendes, cônegos da Sé do Porto, e juizes delegados pela cúria romana, por seus subdelegados, o chantre e o arcediogo do Sabugal, citam o prior e convento de Santa Cruz de Coimbra para comparecerem a juízo, em Cidade Rodrigo, em virtude do litígio que estes traziam com o bispo de Coimbra.

Com procuração de 1256, Outubro, Porto, e bulas de Alexandre IV, *Sua nobis* (1255, Janeiro, 2, Nápoles) e *Ad nostram audientiam* (1255, Janeiro, 2, Nápoles), sobre o mesmo assunto.

A — ANTT, *Sé de Coimbra: Docs. Eclesiásticos*, m.^o 3, doc. 97.

Obs.: orig.; bom; c/ dobra e orifícios de dois selos pendentes ausentes; 210 x 220 mm.

Venerabilibus et honestis uiris Priorj et Conuentuj Monasterij sancte Crucis Colibriensis Cantor et Archidiaconus / in Sabugalj Ciuitatensis subdelegati; a Venerabilibus uiris Suerio pelagij. et Martino menendj Canonicis Portugalensis / Judicibus a sede apostolica delegatis. Salutem in eo qui est omnium uera salus.

Noueritis nos recepisse litteras delegatorum sub / hac forma.

Discretis et honestis uiris Cantorj et Archidiacono in Sabugalj Ciuitatensis, Suerius pelagij, et Martinus menendj / de Refoijs Canonicj portuga-

lensis. Iudices a domino papa delegatj; Salutem et scincere dilectionis affectum. Noueritis nos litteras / summi pontificis recepissee que tales sunt.

Alexander episcopus seruus seruorum dej .. Dilectis filijs .. Magistro scholarum .. Suerio pelagij. / et .. Martino menendj de Refoijs Canonicis Portugalensis; salutem et apostolicam benedictionem Sua nobis Venerabilis ffrater noster Colimbriensis Episcopus petitione monstrauit. quod .. Prior et Conuentus Monasterij sancte Crucis Colinbriensis ordinis. sancti Augustinj ipsum ad uisitandum idem Monasterium admittere ac procuracionem ratione uisitacionis debitam Sibi contra iusticiam denegant exhibere. Ideoque / discretionj uestre per apostolica scripta mandamus. quatinus partibus conuocatis. audiatis causam. et appellatione remota fine debito decida/tis. fficientes quod decreueritis per censuram ecclesiasticam firmiter obseruari .. Testes autem qui fuerint nominatj si se grande / odio uel timore subtraxerint censura similj appellatione cessante; cogatis ueritatj testimonium prohibere. Quod si non omnes hijs / exequendis potueritis interesse. duo uestrum ea nichilominus exequantur. Datum Neapoli . iij. nonas Januarij. Pontificatus / nostro Anno primo.

§ .. Alexander Episcopus seruus seruorum dej .. Dilectis filijs. Magistro scholarum. Suerio pelagij. et Marti/no menendj de Refoijs. Canonicis Portugalensis, salutem et apostolicam benedictionem. Ad nostram audienciam noueritis peruenisse. quod olim / inter venerabilem fratrem nostrum Colinbriensis Episcopum ex parte una. et .. Priorem et Conuentum Monasterij sancte Crucis Colimbriensis / ex altera, super eo quod iidem Prior. et Conuentus inpediebant eundem Episcopum, quominus in de leyrena. et de Quiayos ecclesijs. / et earum Parrochijs Colinbriensis diocesis. et in Capella sanctj iohannis Colinbriensis. iurisdictionem Episcopalem exerceret. ac super / Decimis. possessionibus. et alijs diuersis Articulis questione. sub orta; demum fuit hinc inde in venerabilem ffratrem nostrum Elborensis / Episcopum et .. Dilectum filium Cantorem Colinbriensis super hijs tamquam in Arbitros certa Pena et iuramento interpositis concorditer / compromissum; qui quoddam super prmissis Articulis inter partes Arbitrium protulerunt. per quod Colinbriensis ecclesia in non nullis / ex predictis Articulis enormem incurrisse dinoscitur lesionem. Vnde fuit nobis humiliter supplicatum ut subuenire ipsi ecclesie / per beneficium restitutionis in integrum quantum ad illos Articulos in quibus lesa esse dinoscitur apostolica sollicitudine curaremus. / Quia uero non constitit de premissis; discretionj uestre per apostolica scripta mandamus. quatinus pena et iuramento predictis nequamquam obstantibus / uocatis qui fuerint euocandj et auditis hinc inde propositis ; quod Canonicum fuerit appellatione postposita statutis. fficientes quod / decreueritis per censuram ecclesiasticam firmiter obseruari. Testes autem qui fuerint nominatj si se grande odio uel timore subtraxerint; censura similj appellatione cessante cogatis ueritatj testimonium prohibere. Quod si non omnes hijs exequendis / potueritis interesse; duo uestrum ea nichilominus exequantur. Datum Neapolj. iij. nonas. Januarij. Pontificatus nostri anno Primo. /

§ Sed quia supradictis causis nobis commissis inpeditis quibusdam negocijs familiaribus nobis est difficile interesse; ideo uobis auctoritate / apostolica qua nos fungimus in hac parte. uobis precipiendo in uirtute obediencie mandamus. quatinus supradictas causas seu negotia per supra / scriptas

litteras nobis commissa suscipiatis iuxta mandatum apostolicum sine debito terminanda. in quibus nos duo uobis uices nostras / committimus in hac parte. Nam consocius noster Magister scholarum commisit Magistro Martino Vimaranensis Canonico ut audimus uices / suas. scientes pro certo; nos contra uos propter inobedienciam uestram sicut de iure fuerit procedemus. Datum apud Ciuitatem Portucalensis. / Mense Octobrj. Era. Millesima. CC°. Nonagesima .. Quarta.

§ Verum si reductis ad memoriam uos alia uite iam Ci/tauimus. ut pro uos uel pro sufficientem responsalem ueniretis coram nobis die statuta apud Ciuitatem Rodericj Colinbriensis / Episcopo super suis pectitionibus responsuri. et licet termino statuto. P(etrus). iulianj Canonicus uester cum licteris procuratorijs Conuen[tus] / comparauerit coram nobis; pro uobis tamen domine prior nullus comparuit. pro ecclesia Colimbriensis legitimo procuratore competente. Et quare inter / ipsos procuratores aliquantulum fuit altercatum coram nobis; tandem mandauimus procuratoribus quod in crastinum dominice in quam cantatur letare iehrosalem / .scilicet. x°iij°. kalendas Aprilis compararent coram nobis apud Ciuitatem rodericj; Responsum nostrum audire; super propositis ab eisdem. / in quo termino procurator Colinbriensis Ecclesie comparauit coram nobis. pro parte uestra nemine comparente. Nos uero quantum de / iure possemus uobis defferre uolentes; ita quod alteri partj non uideremus iniuriam irrogare; salua questione expensarum Colinbriensis / Ecclesie. autoritate. qua fungimus. iterum uos Citamus. quatinus. sexagesima die a receptione presentium. quam uobis terminum peremptorium / assignamus; per uos uel per sufficientes responsales compareatis coram nobis apud Ciuitatem Rodericj. sepefacto Colinbriensis Episcopo; / super suis peticionibus responsuri. Alioquinde noueritis nos in negocio processuros; iusticia mediante. Datum apud Ciuitatem / Rodericj .xiiij°. kalendas. Aprilis. Era. Millesima. CC°. Nonagesima Quimta. //

DOC. 17

1257 (E. 1295), *Abril, 24, Lisboa* — Carta de composição entre D. Egas, bispo de Coimbra, e D. Afonso III sobre o compromisso e sentença estabelecidos, em 1252, entre o prior de Santa Cruz de Coimbra e aquele bispo, que se considerava gravoso para o mosteiro crúzio.

A — ANTT, *Sé de Coimbra*, 1.ª inc., m.º 15, doc. 36.

Obs.: A composição de 1252. III. 22, Coimbra, pode ler-se em várias lições, a saber: A — ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, 1.ª inc., m.º 19, n.º 10; B — ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, 1.ª inc., m.º 19, n.º 11; B' — ANTT, *Sé de Coimbra*, 2.ª inc., m.º 86, n.º 4009 (muito deteriorado); C' — ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, 1.ª inc., m.º 19, n.º 12 e 13 (1252. III. 18, Coimbra). Vem também inserida na lição que se transcreve agora.

In nomine domini. Amen. Anno domini. Millesimo. CC°. L°. vij°. viij° — kalendas Maij Cum inter illustrem dominum. A(lfonsum). Regem Portugaliae. et Comitum Boloniae. ex una parte. et venerabilem patrem. E(geas). dei gratia

Colimbriensis episcopum ex altera, orta esset materia questionis super quadam compositionis facta inter domnum Episcopum et capitulum eiusdem ex una parte. et domnum Martinum priorem et Conuentum Monasterij / sancte Crucis Colimbriensis ex altera, cuius tenor talis est.

Anno domini. Millesimo. CC°. L°. ij°. xj°. kalendas Aprilis Orta fuit discordia inter domnum. E(geas). Episcopum et eius Capitulum ex una parte. et M(artinum). priorem Monasterij sancte Crucis et eius conuentus ex altera super Ecclesijs Leyrene. et terminorum eius. et super iurisdictione episcopalj in eisdem. Item super Cappella Monasterij / sanctj iohannis Colimbriensis et ecclesia de Quiayos. et alijs pluribus articulis. Tandem post multos labores et expensis habitas. placuit partibus in nos. M(artinum). episcopum Elborensis et. P(etrum). rodericj Cantorem Colimbriensis super omnibus questionibus compromittere sub certa forma secundum quod in compromisso ex inde confecto plenius continetur. Compromissum uero tale / est.

Nouerint vniuersi quod anno. dominj. Millesimo. CC°. L°. ij°. xiiiij. kalendas aprilis. Nos E(geas). dej gratia episcopus et Capitulum Colimbriensis ex una parte. et M(artinum). prior et Conuentus Monasterij sancte Crucis ex altera compromittimus in venerabilem patrem. M(artinum). episcopum Elborensis et in discretum uirum domnum P(etrum). rodericj. Cantorem Colimbriensis super omnibus querelis. peticionibus / et questionibus super quibus coram uenerabilj patre domno Ricardo sanctj Angelj diacono Cardinalj nobis audiatore concesso in Curia summj Pontificis, litigauimus secundum quod in publico instrumento sigillato sigillo eiusdem dominj Cardinalis plenius continetur. Item alijs que usque in presentem diem mote sunt seu mouerj potuerunt habemus / ita uidelicet quod dictj arbitrij de plano et sine strepitu iudiciorum determinent inter nos omnes questiones predictis. siue per arbitrium. siue per iudicium. siue per Compositionem. uel laudum et quod possint suum arbitrium. iudicium. compositionem. uel laudum executionj mandare. et in possessione rerum arbitraturum, iudicatarum, mandatarum seu / laudatarum per se uel per alios inducere et partis contumaciam punire, preter penam. Aponitam in compromisso. Hec autem uersa et singula nos predictj. episcopus et Capitulum. et Prior et Conuentus promittimus obseruare. et recipere per penam et sub pena Mille marcarum puri argentj. soluenda partj obtemperare uolenti ab ea parte que non obtemptauerit. Arbitrio. Iudicio. compositionj. seu laudo. predictorum arbitrorum uel eorundem executionj. uel eorum quos ipsi deputauerint ad exegendum. et pena soluta uel non soluta. arbitrium. Iudicium. compositio. uel laudum ipsorum arbitrorum nichilominus robur obtineat firmitatis. Ad cuius pene solutionem faciendam si euenerit per uos á parte / non parentj, obligamus uobis nos dictj episcopus et Capitulum. bona que habemus in Laurosa et in Candosa. et terminis et pertinentijs tam ecclesiastica quam temporalia. Et nos dictj Prior et Conuentus quicquid habemus in sancto Romano et in sancta marina et terminis et pertinentijs eorundem locorum. Nos in super episcopus et Prior iurauimus ad sancta dej euangelia / in hoc negotio bona fide procedere .et stare dictis et dicto ipsorum arbitrorum sicut superius est dictum. Et ut hoc in dubium non ueniat nos supranominatj episcopus et Capitulum. prior et Conuentus presentes compromissi litteris sigilljs nostris consignauimus. Acta sunt hec Colimbrie. Anno Mense et die superius memoratis.

Recepta uero ad / miniam instanciam partum huiusmodj pectante et prehabita deliberatione et intellecta partium uoluntate. sentenciando pronunciamus quod in quinque ecclesijs terminorum Leyrene scilicet in Ecclesia sanctj Saluator in ecclesia de Sauto. et in ecclesia sanctj Michaelis de Colmenis. et in ecclesia sancte Marie. Vermuy. et in Ecclesia sanctj iohanis de Espety. et in ecclesia / sanctj Simeonis de Aletem. habent episcopus et Capitulum plenam iurisdictionem episcopalem in clero et populo sicut habent in alijs ecclesijs sue diocesis. exceptis personis fratrum commorantium in Grangia de Colmenis. et tercias Pontificales. et annuas procuraciones recipiat in eisdem et alia iura episcopalia. Canonicus uero quem Prior ad ecclesiam de Colme/nis episcopo presentauerit, recipiat curam de manu dictj episcopi qui licet curam receperit uenire ad ejus synodum non tenetur. nisi sit clericus secularem á Priore presentatus. et ab episcopo institutus. quem Canonicum Prior cum uoluerit amouebit. et alium ut est dictum superius presentabit.

In Ecclesijs uero ville Leyrene sentenciando pronunci/auimus quod Prior habeat plenam earum cognitionem. institutionem. destitutionem. visitationem. beneficiorum collationem. et generaliter omnem episcopalem iurisdictionem in clero et populo. in parrochijs et parrochianis intus et extra. quantum ecclesiarum ville leyrene, parrochie extenduntur. Parrochie uero ville Leyrene portenduntur usque ad talia loca / scilicet usque ad Alqueydonem domnj Munionis qui est uersus Leyrenam, et inter Alqueydonem pelagij mauri nigris qui est uersus grangiam de Colmenis cum tota ualle de Aguadim. ex utraque parte fluuij quomodo uadit ad infestum usque ad Serram sicut descendit aqua ad Graedy qui est usque grangiam de Colmenis et sicut descendit / aqua de Çirol qui est uersus Leyrenam que serra terminatur in Riua de Caldelis sicut diuiduntur per ipsum Riuum de Caldelis quomodo uadit ad sumum qui est uersus grangiam de Colmenis usque ad montem qui uocatur Caput asinj qui est uersus Grangiam de Colmenis. sicut diuidit cum terminis de Ourem. Episcopus uero in Ecclesijs ville / Leyrene habeat tantum potestatem conferendj ea sacramenta que per solos episcopos conferuntur. uidelicet consecrationes. altarum. basilicarum reconciliationes. puerorum consignationes et similia. Et ibidem cum uenerit semel in anno, á Monasterio procuretur. Et pretri hec quotienscumque uocatus fuerit episcopus a Priore ad supradicta exercenda in expensis Monasterij / proceratur. Et in istis duobus Casibus mandamus quod recipiatur episcopus honorifice cum pulsatione campanarum. Mandamus etiam quod in Ecclesijs ville Leyrene et parrochijs earundem., inter et extra concessis siue adiudicatis superius, episcopus sit contentus. nec extendat ad plura uel ad alia manus suas.

Item pronunciamus quod in / Cappella sanctj iohanis Colimbriensis habeat Prior et Conuentus. seu eorum vicarius potestatem compellendj per censuram ecclesiasticam parrochianos pro iuribus suis. scilicet Decimis. Mortuarijs. Legatis. Primicijs. oblationibus et similibus. ita quod sententias latas super hijs per Priorem uel ejus vicarium. non possit episcopus relaxare. nec de eis / se intromittere. Per hec autem non intendimus apostolicis indulgencijs concessis Monasterio derogare. habeat autem episcopus in Parrachia [sic] dicte Cappelle clero et populo exceptis personis fratrum habitantium in Cappella earum cognitionem. episcopalem iurisdictionem. preter quam in casibus concessis seu adiudicatis Monasterio. Ita mandamus quod epis-

copus manus / ad temporalia non extendat. Latas uero sententias tam per episcopum quam per Priorem seu eorum vicarios. in casibus sibi concessis seu adiudicatis admunitate obseruabunt hec sit alicuj illorum concessa potestas sententias seu sententiam alterius relaxandj.

Ita pronunciamus quod in Ecclesia de Quiayos et eius clero et populo parrochie et pa/rochianis exceptis personis fratrum ibidem commorantium habeat episcopus iurisdictionem episcopalem et annuam procuracionem et hijs tantum in Quiayos, episcopus sit contentus. Et Canonicus quod Prior episcopo presentauerit recipiat curam de manu episcopi qui tamen ad eius synodum uenire non tenetur. quod etiam Prior cum uoluerit remouebit. et alium presentabit /.

Item adiudicamus Ecclesia Colimbriensis decimas de Ladeya et de Eyras quas Monasterium recepit de parte Regis.

Item adiudicamus Ecclesia Colimbriensis partes Ecclesiarum sanctj Jacobi et sancte Juste quas monasterium possidebat.

Item adiudicamus possessiones de Buarcus cum pertinentijs suis. et Casseyram similiter Monasterio de cetero possidendas libere et quiete.

Item / de legatis sic statuimus, legata Monasterio debent computarij cum legatis Ecclesiarum a quibus mortuorum corpora assumuntur, et si equalia fuerint de eis nullam partem Monasterio soluere teneatur, quod si amplius Monasterio legatum fuerit quam Ecclesie facta equalitate inter Monasterium et Ecclesiam de superfluo seu residuo soluat monasterium / quartam partem. Hoc autem de illis legatis intelligimus que a ciuibus uel hominibus diocesis Colimbriensis legantur. Super iure patronatus, quod episcopus in talibus Ecclesijs. scilicet. de Tááueyro. de Lourizal. de Mira. de Soréés. sanctj ffacundj. heremite sanctj Martinj de Aquata. de Mortedy. de Trauanca. sancte Marine in Sena petebat a / Monasterio, absoluimus ipsum monasterium ab eius in petitione. Summam autem pecunie quam dominus Jnocentius darj mandauit Episcopo Colimbriensis et Elborensis episcopos et magistrum scholarum Vlixbonensis, soluat Monasterium episcopo secundum quod in scriptura dictorum dominorum et dictj Magistri con/tinetur. Que scriptura penes dictum Magistrum conseruatur. Soluatur autem hijs temporibus tercia pars pecunie usque ad duos menses. Relique due tercie in fine annj totaliter persoluantur.

Item damus et adiudicamus Ecclesie Colimbriensis in recompensatione de Eymedy et de Cadima, casalia omnia et possessiones que / habet Monasterium in terra de ffigueiredo. et in loco qui dicitur Prado cum iuribus et pertinentijs et quicquid habet Monasterium in Cauto sanctj Romanj cum iuribus et pertinentijs et cum iure patronatus Ecclesie de Varanzi.

Item adiudicamus et damus episcopo Borauéés cum suis pertinentijs.

Item pro bona pacis statuimus et mandamus / quod decimam Capitulum seu portionem prouenientem de possessionibus post Concilium adquisitis soluat integre Monasterium. De acquisitis uero ante Concilium soluat Monasterium medietatem decime illis possessionibus exceptis de quibus Ecclesie decimam consueuerunt recipere.

Item statuimus quod Prior et Conuentus sententias latas / per dominum episcopum in casibus sibi adiudicatis. et alias latas in suos subditos post denuntiationem factam Priorj et conuentuj obseruent et faciant obseruarij.

Item statuimus de sententijs latis. per Priorem in casibus sibi concessis seu adiudicatis . quod episcopus et ejus Capitulum post denunciationem sibi factam, dictas sententias observent / et faciant observare.

Item inhibemus quod Prior de cetero non det remissionis seu indulgentiarum litteras.

Item inhibemus quod Prior non utatur insignijs Pontificalibus, nisi quatenus in indulgentijs continetur concessis Monasterio seu persone. que ut omnis ambiguitas tollj possit ad inspiciendum ante quam utatur dictis / insignijs precipimus exhiberj.

Item inhibemus quod in Ecclesia sanctj Martinj de Leyrena, que dicitur uiolata, ante reconciliatione ffratres non celebrent nec faciant celebrarj.

de altarj demolliendo. de alliazedj et campana deponenda, ponimus in uoluntate dominj Colimbriensis.

Item statuimus quod Prior et Conuentus bona fide / permitant clericis de Leyrena quod non inferant eis molestias uel grauamem pro eo quod adhererunt episcopo contra Monasterium in hac carta et de promissione sua dictis clericis patentes licteras exhibeant.

Item mandamus quod dictis clericis restituant plene ad porctiones et prestimonia usque ad octa dies. Et illos dicta beneficia per/mittant pacifice possidere. et eos recipiant in gratia et caritate, sicut filios speciales.

Et idem statuimus de laicis qui episcopo adhererunt quantum ad receptionem gratie et amoris.

Item mandamus quod Prior et Conuentus recipiant minores in prestinam gratiam et remittant eis si contra eos. in aliquo conce/perunt ex hac causa.

De possessionibus uero ante Concilium Monasterio acquisitis si eas manibus proprijs aut sumptibus excoliunt ad solucionem decimaram nullatenus teneantur. De acquisitis post concilium ad solucionem decimarum Monasterium teneatur . illis Ecclesijs quarum parrochianj excolunt tercias illas. Pro hec / autem que statuta sunt in hac causa non intendimus apostolicis indulgentijs concessis Monasterio derogare.

de potestate a partibus nobis tradita, roboramus omnes sententias latas tam per domnum episcopum quam per Priorem in fratres, clericos. Masculos. seu feminas pro hac carta. et eos denunciamus huius modo sententijs non tenerj / Ab omnibus alijs pectitionibus seu questionibus. hanc meum propositis, partes admunire absoluimus, eis super ipsis perpetuum silentium imponentes. Et nos. D. menendj et P. andréé scriptores iuratj omnibus hijs interfuimus et proprijs manibus scripsimus .Acta sunt hec Colimbrie. in Claustro Ecclesie / Cathedralis. Colimbriensis anno. Mense et die superius nominatis. Et partes hanc sententiam approbauerunt. Et ut de approbatione siue consensu suo constaret eam sigillis proprijs munierunt.

Congrebatur siquidem dominus Rex qui est patronus eiusdem Monasterij et defendet de dicto episcopo super dicta compositione asserens / eam factam fuisse in suum preiudicium et contemptum. et in dampnum monasterij memoratj. episcopo memorato contrarium assorente. et dicente dictam compositionem potius factam fuisse in dampnum Ecclesie Colimbriensis. Tandem de ustriusque partis beneplacito et assensu in uiros discretos Magistrum Petrum / Decanum vlixbonensis et Archidiaconum Bracarensis et domnum

Ricardum Cantorem et Magistrum iohannem de deo Canonicum vlixbonensis ita quod si aliquis eorum negriuerit interesse Magister Matheus Magister scholarum vlixbonensis loco ipsius debeat subrogarij. sub hac forma extetit compromissum .videlicet quod dominus Rex debet indu/cere quantum in eo fuerit Priorem et Conuentum Monasterij. sancte Crucis. ad hoc ut coram dictis Arbitris dictis Rex et dictj Prior et Conuentus doceant de lesione si qua est illata dicto Monasterio ex illa compositione tam in spiritualibus quam in temporalibus. Et auditis petitionibus. rationibus. et receptis probationis dominj / Regis . et dictorum Prioris et Conuentus. et audietis responsionibus et allegationibus dictorum episcopi et Capitulj si ostensa fuerit lesio dicto Monasterio ex illa compositione illata, per uiam iuris per dictos arbitros corrigatur. Dictj quoque episcopus et Capitulum si uoluerint doceant de Lesione. tam in spiritualibus quam in tem/poralibus illata ecclesie Colimbriensis ex illa compositione coram dictis arbitris. et auditis petitionibus et rationibus et receptis probationibus eorum et auditis responsionibus et allegationibus dominj Regis et dictarum Prioris et conuentus si ostensa fuerit lesio tam in spiritualibus quam in temporalibus illata fuisse Ecclesie / Colimbriensis ex illa compositione per dictos arbitros secundum iuris ordinem corrigatur. Vt autem hoc compromissum robur obtineat firmitatis, uallatum est a partibus pene mille marcarum. argentj purj. quas pars arbitro non obtemperans, partj obtemperantj soluere teneatur. Arbitrio nichilominus in suo robore / duratur. Promisit autem dictus episcopus se in fucturum Capitulum Colimbriensis ut obliget se ad consenciendum huic compromisso et ad seruandum arbitrium sub pena superius memorata. Actum est etiam ex parte dominj Regis ut si dictj Prior et Conuentus. uoluerint agere coram predictis arbitris / super lesione supradicta, obligent se sub eadem pena Mille marcarum ad consenciendum huic compromisso et ad seruandum arbitrium ab eadem arbitris. proferendum.

Data est autem a partibus arbitris supradictis sub pena premissa potestas assignandi partibus diem et dies. et prorogandj diem et dies assig/nandj locum et loca, terminum et terminos quantumcumque et quotienscumque ubicumque et qualicumque uiderint expedire. Arbitrj uero ad sacrosancta dej euangelia iurauerunt tam in ipso negotio quam in diffinitione arbitrij quantum cum deo potuerint pura et recta conscientia se processures et ius utreque partj se red/dituros. Vt autem hoc compromissum in dubium non ualeat reuocarj, hoc instrumentum sigillis suis dominus Rex et dictus episcopus in rerum gestarum in testimonium munierunt. Actum apud Vlixbonnam. viij°. kalendas Maij. Anno. dominj. Millesimo. CC°. L°. vij°. Era. Millesima. CC°. Lx(XXX). Quinta. //.

DOC. 18

1260 (E. 1298), Outubro, 31, S. Martinho do Couto — Carta testemunhável pela qual o bispo de Coimbra e o prior do convento de Santa Cruz, daquela cidade, se louvaram nos juizes D. Martinho, bispo de Évora, e Mestre João de Deus, arcediogo em Santarém (por carta de 1260, Abril, 11, Coimbra), e apresentaram as questões e causas do litígio que opunha ambos os insti-

tuidores. Refere-se que este litígio vinha já do priorado de D. Martim Peres, bem como a vontade régia de que fosse resolvido.

A — ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, 1.^a inc. m.^o 20, doc. 2.

Notum sit presentem scripturam inspecturis quod Cum Nos Egeas de j gratia Episcopus et Capitulum Colimbriensem ex parte una et Domnus Johanes Prior et Conuentus Monasterii sancte Crucis Colimbriensis / ex altera. Compromissemus [*sic*] in Reuerendum patrem Domnum Martinum Elborensis Episcopum et discretum uirum Magistrum. johanem. de deo Archidiaconum Vlixbonensis in Sanctarena super declarationem seu specifica/tionem quorundam Articulorum expresse contentorum in Compromisso cuius tenor talis est.

In nomine iehsu Christi Nouerint vniuersi ad quos presens scriptura peruenerit. quod cum olim inter venerabilem patrem domnum Egeam / Episcopum et discretos uiros Capitulum ejus ex una parte et Religiosos uiros bone memorie Martinum petri Priorem et Conuentum Monasterii sancte Crucis Colimbriensis ex altera super Ecclesijs leirene et terminorum / ejus et super iurisdictione Episcopale in eis . nec non super Capella sanctj Johannis Colimbriensis. et Ecclesia de Quiayos. ac alijs pluribus Articulis seu Capitulis fuisset discordia suscitata. et per Venerabilem patrem. (M(artinum). Elborensis / Episcopum et discretum uirum P(etrum). roderici cantorem Colimbriensem Arbitros electos ab eisdem partibus similiter terminata. post hec super quibusdam Articulis seu Capitulis in eadem sententia comprehensis qui specificantur inferius. scilicet. / qualiter intelligj sane debeant iterum sub orta fuit dissensio inter partes super quorum Capitulorum seu Articulorum intellectu et declarationj iuri et equitatj consona facienda: Predictus Episcopus et Capitulum et Johanes petri Priori / et Conuentus: in superscriptum Capitulum Elborensis et discretum uirum Magistrum Johanem de deo doctorem Decretorum et Archidiaconum Vlixbonensis compromiserunt hoc modo uidelicet quod ipsj ambo de plano et sine iudicialj / strepitu inspiciant diligenter Articulos seu Capitula super quibus dissensio est exorta. et inspectis eisdem Articulis seu Capitulis: et partium rationibus quas secundum negotio uiderint expedire. quas etiam eis dare / seu porrigere infra triduum postquam eorundem conspectuj primo se presentauerint . se admunice obligarunt ipsj bona fide habentes dum procclaris: eosdem Articulos seu Capitula sed ius et equitatem specificant et declarent / et super eisdem inter easdem partes disimant declarando. Et partes per stipulationem promiserunt. et se per iuramentum admunice obligarunt declarationem. seu specificationem predictorum Arbitrorum attendere et seruare. / et eorum super primis obtemperare mandatis. et hec primiserunt sub pena Quingentarum puri Argentj a parte non obtemperante obtemperantj soluenda. qua soluta uel non eorundem specificatio. declaratio. seu di/finitio declarationis in suo semper robore possuerent. Actum fuit etiam inter partes quod predictj Episcopus et Magister possint ad declarationem procedere si forte pars alter uel ejus absens fuerit procurator. Hijs / sic habitis: ex parte prioris et Conuentus fuit adiectum et protestatum quod per hoc Compromissum non renuntiant nec renunciare intendunt Compromisso quod super corrigenda seu reuocanda sententia aut / quocumque alio : mediante domino. A(lfonso).

Illustri Rege portugalie. in Magistrum. P(etrum). iulianj Decanum Vlixbonensis et quosdam alios fuit factum. et ita uolunt hoc compromissum ualere et non aliter. si illud semper / perseueret in suo robore si quod habet. Nec partes renunciant litteris super hoc a sede Apostolica inpectratis aut etiam impetrandis cum utraque pars proponat Ecclesiam suam per eandem sententiam enormiter / esse lesam. Hec autem sunt Capitula siue Articuli contentj in sententia : super quibus dissensio est exorta.

§ Jn primis ibj ubj dicitur sentenciando pronuntiamus quod in Quinque Ecclesijs terminorum Leire/ne . scilicet. in Ecclesie sanctj Saluatoris de Sauto et in alijs quo sequuntur habeat Episcopum et Capitulum plenam iurisdictionem. etiam uult Episcopus quod Prior et Conuentus presentent sibi Clericos ad easdem / cum hoc in ipsa non contineatur sententia immo dicit Prior et conuentus quod per Capellanos quos ibj posuerit Prior de Colmenis eadem Ecclesie sunt regende sicut fuit acterjus / a longe retro temporibus obseruantum.

§ Jtem ibj ubj dicitur annuas procuraciones recipiat in eisdem. et cum. non uult Episcopus quod ej prouideatur sed statutum lateranensis Concilij. sed quod ministratur / ej tantum: quod non nunquam pro una procuracione receiptu quantum ej sed statuta Concilij predictj suficeret in duabus. cum tamen Episcopus dicat hanc procuracionem se debere recipere de consuetudine suj Episcopatus /

§ Jtem ibj ubj dicitur quod Prior habeat iurisdictionem Episcopalem in tota villa de Leirena et in Ecclesijs ejus intus et extra in parrochijs eorundem: uult Episcopus examinare Clericos / per Priorem sibi presentatos ad ordines promouendos. cum tamen idem Prior qui totam iurisdictionem Episcopalem habeat in eis examinatos presentes eodem.

Jtem dicit Episcopus quod prior non potet / indulgentias uoce uiua concedere in Leirena cum tamen hoc non Episcopalis ordinis. sed iurisdictionis existat:

§ Jtem ibj ubj dicitur Episcopus uero in Ecclesijs ville Leirene. habeat tantum potestatem conferendj ea sacramen/ta. et cum. uult Episcopus uoca uiua indulgentias concedere quam ubj exercet ea que sunt ordinis que quidam sola: sibi per sententiam conceduntur cum tantum huiusmodj indulgentias concedere uoce uiua. non sit ordinis sed iurisdictionis / et ita per consequens ad Priorem in Leirena udetur [sic] et non ad Episcopum pertinere.

§ Jtem prohibet quod non celebretur in Altari erecto per Priorem in sancto Jacobo de Leirena, cum tamen erigere uideatur esse iurisdictionis. / licet consecratio ejus sit ordinis.

§ Jtem ibj ubj dicitur et in istis duobus casibus mandamus quod Episcopum recipiatur honorifice cum pulsatione campanarum. et cum dicit Prior quod istud honorifice restritur ad campanarum / tantum pulsationem et non processionem.

§ Jtem ibj ubj dicitur. habeat Episcopum in parrochia dicte Capelle. Clero. et populo exceptis. et cum. Episcopalem iurisdictionem et cum uult inde Episcopus per hec uerba conuocare populum in Capella / et ibj eum corrigere est quod Campana pulsantur quod ut dicit Prior fieri non debet. cum non in Capella sed in parrochianis ejus. Episcopo per sententiam Episcopalis iurisditio triuatur et in priuilegio continetur quod Prior exco/municare

posit pro delectis propriis: parrochianos ejusdem Capelle et absolueri posit eamdā.

§ Item ibj ubj dicitur. pronuntiamus quod in Ecclesias de Quiayos et cum dicit Prior quod tota ista Ecclesia per priuilegium / apostolicum. seu ejus indulgentiam est exempta.

§ Item ibj ubj dicitur legata Monasterii. et cum. dicit Episcopum quod debet ej dari ex tenere sententie. portio siue pro Anniuersario pitancia uel tricesimo seu quocumque alio modo legentur / quod est ut dicit Prior: contra canonica instituta.

§ Item ibj ubj dicitur damus et adiudicamus Ecclesia Colimbriensis et cum in terra de figueiredo. et cum. et in loco qui dicitur Prado et cum. Episcopus extendit se ad alia loca et / Casalia que non continentur in prado nec in figueiredo qui Prior restituj sibi petit. cum tamen dicta Episcopus hoc fuisse per iudices declaratum et se missum fuisse in possessione per eas. Et similiter petit Prior / quod remoueat clericos quem Dominus Episcopus instituit in Ecclesia de Cadima. que in eadem fuit sententia Monasterio iudicata cum tamen Episcopus dicat de hac Ecclesia sententia ullam fieri munitionem.

§ Item ibi ubj dicitur quicquid Monasterium / habet in cauto Sanctj Romanj et cum. dicit Episcopus quod villa coua continetur in cauto cum Prior contrarium asseueret.

§ Item ibi ubj dicitur. et cum. iure patronatus Ecclesie de Valezim. dicit inde Prior quod hec permutatio stare non / potit cum de spiritualibus ad temporalia improbetur.

§ Item ibj ubj dicitur de possessionibus ante Concilium. et cum. dicit. quod Prior tenetur ostendere quas ante Concilium. et post Monasterium adquisiuit. Priore contrarium afferente /

§ Et ut hoc Arbitrium non possit per partium cauillationes et subterfugia protelari eisdem Arbitris fuit ad eisdem partibus statutus terminus . scilicet. primum festum natiuitatis dominj infra quem que predicta sunt / disimant et declarent Aliquam ex tunc eorundem Arbitrorum potestatem seu iurisdicionem euanescat. in nullo per hoc partibus per iudicio generato. Renunciauerunt etiam partes exceptionj temporis feriatj. papa messes uel / uindemias introductj. Vt ante hec qui predicta uel prescripta sunt in dubitum non uertantur. fecerunt partes de hoc fieri singleras kartas per Alfabetum diuisas Sigillorum suorum munimine roboratas / Actum Colimbrie. iij . Idus — Aprilis. EEra. M°. CC°. LX(XXX)°. Viiij°. /

Et potestas declarandj et specificandj et difiniendj fuisset a nobis eisdem tradita usque ad festum natalem dominj proximo uenturum tantum. et ipsi ex potestate predicta. nobis terminum assignarent. scilicet. festum / beati Martinj proximo uenturum in quo compararemus coram eis apud Vlixbonam ad audiendam declarationem seu declarationes quorundem Articulorum et nos propter quidem negocio inpeditj ad dictum terminum / occurrere non possemus. Jmo nos damna uitare cupientes. terminum predictum in quo comperare debemus prorogamus usque ad festum sanctj Andree proximo uenturum. promittentes bona fide sub pena uel penis contenta seu con/tentis in Compromisso predicto per quod in eosdem a nobis extitit Compromissum. quod in ipso termino. scilicet. festum sanctj Andree

compareamus coram eisdem apud Vlixbonam ad audiendum declarationem seu declarationes Articulorum / quos ipsi debent ad huc declarare soluenda seu soluendis nominus pena seu penis in predicto Compromisso contenta seu contentis a parte non comperante partj comperantj ibidem in predicto termino. scilicet. festo sanctj André / coram eis. Prorogamus etiam iurisdictionem seu potestatem declarandj seu specificandj per nos eisdem tradita sicut in compromisso continetur. usque ad festum beate Marie proximo uenturum. concedentes nominus / quod illum habeant et exercent iurisdictionem seu potestatem usque ad predictum festum sancte Marie proxime uenturum. et eodem modo quam habent per formam Compromissi per quod nos compromissimus in eodem / Actum est hoc apud sanctum Martinum de cauto in vigilia omnium sanctorum. E.Era. M^a. CC^a. LX(XXX)^a. Vii^a. //

DOC. 19

1262 (E. 1300), Junho, 9, Coimbra — Carta de composição estabelecida entre o prior de Santa Cruz de Coimbra e o bispo D. Egas, sobre a colheita deste quando viesse, em visitaçāo, a Leiria.

A — ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, 1.^a inc., m.^o 20, doc. 13.

Obs.: pergaminho; com dobra e vestígios dos selos pendentes ausentes; bom; 255 x 220 mm.

Ref.^a: *O Couseiro. Memórias do Bispado de Leiria*, Braga, 1868 (reimpr. de *O Mensageiro*, Leiria, 1980), cap.^o 7, pp. 15-17.

Nouerint vniuersi presens instrumentum inspecturi quod cum inter nos Egeam dej gratia Episcopum et Capitulum Colimbriensis ex parte una et religiosos viros Johanem eadem Priorem / et Conuentum Monasterij sancte Crucis Colimbriensis ex altera sub orta fuisset materia questionis super modo et quantitatis procurationis nobis predicto Episcopo dande semel in Anno ab eodem Monasterium in Leyrena / cum ad ipsum locum semel in Anno uenire contingeret prout in instrumento inde confecto continetur tandem placuit utriusque partis occurrente consensu talis inter nos super dicta procuratione ami/cabilis compositio intercessit videlicet quod dictj Prior et Conuentus teneantur teneantur [*sic*] et debeant dare nobis predicto Episcopo et successoribus nostris semel in Anno annuatim apud Leyrenam quandum ibj fuerimus / predicta procuratione corpus unjus uacce sine corio uel quinquaginta solidos portugalensis monete minoris nunc ualentis pro ipsa uacca et duos porcos a festo Assumpcionis beate Marie de Augusto usque ad festum / pasce quandum apud Leyrenam semel fuerimus uel octaginta solidos predictae monete pro ipsis porcis uel quinque Arietes pro ipsis porcis si a festo pasque usque ad festum Assumptionis predictum nos dictam procurationem / in Leyrena personaliter recipere contigerit aut sexaginta solidos predictae monete per ipsis Arietibus Debent etiam nobis dare quatuor edos et sedecim gallinas et duos quartarios de bona farina tricticea / et debent inde facere fieri panem presente homine nostro a nobis ad hoc specialiter deputato, et duos puzales de uino et unum modium de ordeo. et medietatem unjus alquerfj de butiro uel de oleo sicut tempus / execerit et medietatem unjus alquerfj de melle et medietatem unjus libre de pjpere. et medietatem

tem unjus uncie de Azafrano. et quinquaginta oua et unam libram de cera per libram Colimbriensem et unam restem / de cepis et aliam de allij et unum affusale de lino et unum alquerium de farina tricticea et duas carregas de lignis ad opus coquine et unam carregam de palea et medietatem unjus almude de azeto et sal et olera et / aquam quantum nobis sufficiat ipsa die et quindecim solidos predictae monete. Et omnia supradicta debent nobis dari per communem mensuram Colimbriensem et si forte predicta moneta de qua debent nobis / soluj omnes denarij supradictj fuerit diminuta aut augmentata aut etiam immutata debent Prior et Conuentus memoratj dare nobis iustam estimacionem pro ipsis denarijs in alia moneta tunc ualente. / et illa que non sunt estimata debent nobis dari et a nobis petj et recipj bona fide et sine dolo. Obligamus etiam nos Priorj et Conuentuj memoratis et ipsi se nobis ad seruandum omnia supradicta per / penas contentas in sententia per quam nobis adiudicata est procuratio memorata. Et quantum nos uel successores a predicto Monasterio debemus / hoc per sex dies ante significare per litteras nostras Priorj et Conuentuj ejusdem locj. Et vt hoc non possint in posterum in dubium reuocari ; fecimus inde fieri duo instrumenta ejusdem tenoris / sigillata Sigillis nostris et Sigillis Prioris et Conuentus eorundem. quorum unum debet apud nos remanere et aliud ipsum Monasterium in testimonium rej geste— / Actum fuit hoc apud Colimbriam. Vº. Jdus Junij Anno dominj . Mº. CCº. Lºx. ijº. et Alia computacione: Era. Mº. CCCº. //

DOC. 20

[1265 ca.; Coimbra] — Missiva de D. João, prior de Santa Cruz de Coimbra ao prelado da mesma diocese, D. Egas, em que manifesta a sua estranheza pelas alegações do bispo contra ele, nomeadamente o de ter celebrado officios divinos em Leiria, estando a diocese sob interdito, entre outras injúrias cujo fundamento é negado.

A — ANTT, *Sé de Coimbra*, 2.ª inc., m.º 86, doc. 4010.

Obs.; doc. rasgado no centro; 148 x 95 mm. Embora não datada, esta carta refere-se à concórdia estabelecida entre o bispo e o prior, que identificamos como sendo a de 1265.

Reuerendo in Christo patre ac domino. Egea. dej gratia Episcopo colimbriensi. J[ohanem]. eadem Prior / et Conuentus Monasterij sancte Crucis manuum osculum et se ad ejus seruicium et honorem. / Recepimus lictera uestram per Pascasium nunj canonicum uestrum in quam siquidem cauebatur / quod nos crederemus ej quicquid ipse nobis ex parte uestra ducer; proponendum ipse uero dixit / nobis ex parte uestra quod mirabaminj pro eo quod uos supposueratis totam uestram diocesem / interdicto. et nos celebrabamus in ecclesijs de Leirene. Jtem dixit nobis ex parte / uestra quod nos similiter mirabaminj pro eo quod nos [...]mus, ad diuina parro/chianos ecclesie sancte Crucis tempore interdicti [...]at ipse ex parte / uestra quod nos faciebamus uobis iniuriam et [...]entur sententias arbitrorum / Nunc igitur credatis domine quod hoc non fecimus neque face[bamus] iniuriam uestram, nec ue/nimus contra sententias arbitrorum. sed in predictis uerti-

mur iure nostro quod uobis coram con/iciis uestris et nostris cum dominus uos ad terram duxerit plenjus ostendemus ita quod uestra / beneuola gratia mediante amicitia que celebrata est inter uos et nos ; non propter hac / nec propter alia dirumpatur. Comendamus nos uestre gratie et mercedj. //

Obs.: Embora não datada, esta carta refere-se à concórdia estabelecida entre o bispo e o prior, que identificamos como sendo a de 1265.

SAUL ANTÓNIO GOMES

DOC. 21

[1265 ca.; Coimbra] — Carta pela qual D. Egas, bispo de Coimbra, e D. João, prior do mosteiro crúzio da mesma cidade, se louvam em D. João Vicente, arceidiago de Coimbra, e Mestre Miguel, cónego de Santa Cruz, para que fossem inquiridores no apuramento das propriedades e direitos do mosteiro crúzio antes e depois do Concílio (Latrão IV, 1215).

A — ANTT, *Sé de Coimbra*, 2.ª inc., m.º 88, doc. 4211.

Obs.: bom estado; sem selo; 173 × 265 mm. A datação crítica deste documento resulta de o inserirmos no conjunto dos actos escritos que prepararam a composição de 1265.

Nouerint Vniuersi presentem scriptrum inspecturj quod cum inter Nos. E[geas]. dej gratia Episcopum Colimbriensis et Capitulum Colimbriensis / nomine ecclesie nostre ex parte una ac Nos Johanem eadem priorem et Conuentum Monasterii sancte crucis Colimbriensis nomine / Monasterii nostri ex altera olim exorta fuisset materia questionis super decimis possessionum quas nostrum Monasterium acquisiuit post / Concilium generale et etiam quas ante acquisiuit si tradit alijs excolendas. quas Nos Episcopus et Capitulum dicebamus nobis et Ecclesie / nostre aut alijs ecclesis nostre Ciuitatis uel diocesis. esse debitas. et que etiam nobis adiudicate fuerunt per arbitrium / seu sententiam venerabilis fratris nostrj domnj Martinj dej gratia Episcopj Elborensi ac prudentis uiri Magistrj domni petri rodericj quon/dam Cantoris Colimbriensis. et iterum per declarationem eiusdem Episcopj ac prudentis uirj Magistrj Johannis de deo Archidiacono/nj Vlixbonensi in quos á nobis et a dictis priore et Conuentu super dictis decimis fuit hinc inde sub certa pena concor/diter compromissum. pro ut in instrumentis inde confectis plenjus continetur. et quia aduc incertum erat que possessiones / dictj Monasterii fuissent post Concilium adquisite uel etiam ante. si per alios excoluntur et ex hoc dubietas sequebatur de / comunj nostro ac ipsorum prioris et Conuentus¹ beneplacito et consensu ad anbiguitatem huius modj pe/nitus amputandam. Nos predictj Episcopus et Capitulum prior et Conuentus memoratj Colimbriensis damus et concedimus / potestatem liberam dictis uiris dono Johanj Vincentij Archidiacono Colimbriensi ac Magistro Michaeli . Ca/nonico predictj Monasterii quod ipsj iuratj ad sancta dej

¹ Erasi «memoratus».

euangelia inquirant de plano et sine strepitu iudi/cij. et iuris sollempnitate ommissa declarent nobis diffiniendo ueritatem super dictis possessionibus . silicet / que illarum fuerunt a dicto Monasterio post Concilium acquisite uel etiam ante. de quibus secundum arbitrium uel sententiam / latum seu latam inter nos per arbitros supradictos nobis Episcopo et Capitulo supradictas uel Ecclesijs nostre Ciuitatis / uel diocesis <sunt> soluende decime, et huiusmodi potestas duret eis usque ad festum pace proximo ue[n]turum . / usque ad quem terminum declarent et definiant ea que de predictis potuerint definire. Et si forte omnia que eis comittimus non fuerint infra predictum terminum deffinita ualeant nihilominus et robur / obtineant perpetuum. ea que per eosdem inde fuerint difinita. Nos uero super inquirenda et declaranda / nobis ueritate super dictis possessionibus que illarum fuerunt ab eodem Monasterio. post dictum Concilium acqui/site uel ante dum modo eas quas acquisiuit Monasterium ante Concilium. Nos dictj prior et Conuentus sumptibus aut / manibus proprijs non excollamus; summittimus nos ipsorum declarationj. diffinitionj. iudicio et / mandato . dantes eisdem potestatem quod super premissis recipiant probationes et rationes quas / utraque pars uel earum altera super approbatione uel reprobatione instrumentorum priuilegiorum . uel / testium inducere uel perducere uoluerit coram eis tam per testes quam per instrumenta quam per / famam quam etiam per alia documenta et quod redigant in scriptis omnes possessiones quas Nos dictj prior et / Conuentus non probauerimus fuisse ante Concilium acquisitas. et similiter scribant illas possessiones quas / dictum Monasterium ante dictum Concilium acquisiuit specificando illas quas nos dictj prior et conuentus proprijs / manibus aut supositionibus excolimus et quas tradimus alijs excolendas ut super ipsis non possit in futurum aliquid / dubium euenire Nos uero predictus Archidiaconus et Magister michaelis. ad instantiam partium recipimus / huiusmodj petante ad sancta dej euangelia iurantes quod in hoc negocio pro utraque parte fideliter procedemus et quod / maliciose non proregagimus in toto uel in parte factum istud. Nos etiam predictj Episcopus et Capitulum prior et Conuentus / promittimus bona fide stare super hoc predictorum Iudicium seu amicabilem compositorum declaracionj. diffinitionj. inquisitionj. iuditio et mandato. uidelicet de quibus possessionibus nobis et Capitulo / seu alijs ecclesijs nostre Ciuitates uel diocesis. decime sunt soluende. predictis a te Johanj Archi/diacono et Magistro michaeli potestatem huiusmodj tradimus sub hac forma uidelicet quod si alter eorum / ex iusta causa huic negocio terminando non potuerit interesse pars que illum alegit qui interesse non / potuerit uel noluerit substituat alium quem uoluerit loco suj. et substitutus similiter / curet et ibidem incipiat nisi alter dimiserit. et si forte predictj iudices uel amicales composito/res non potuerint uel noluerint in unam sententiam concordare debent super dubijs que occurre/rint super predictis inter eos; recurreret ad consilium venerabilis fratris nostrj Episcopj Auriensi / et sententia. diffinitio. mandatum. iudicium. seu amicabilem. compositio ipsjus Episcopj et abbatibus ipsorum iu/dicum seu amicabilem compositorum cumquo ipse Episcopus concordauerit. robur obtineat fir/mitatis. et ut hoc non possit in dubium pro reuocarj; etc. //

DOC. 22

1265, Maio, 21, Coimbra — Carta em que se registam as decisões dos juizes alvidros, o prior Fr. Miguel e o doutor Fr. Geraldo, dominicanos de Coimbra, na causa que opunha Santa Cruz de Coimbra à Sé da mesma cidade, sobre os direitos episcopais em Leiria e noutras localidades.

A — ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, 1.ª inc., m.º 20, doc. 24.

Cf., Id., *ibidem*, 1.ª inc., m.º 20, doc. 23.

JN nomine ihesu Christi. Amen. Nouerint Vniuersi presentis scriptj seriem inspecturi. Quod cum olim inter Venerabilem patrem domnum Egeam Episcopum et Conuentum Monasterij sancte crucis Ciuitatis Colimbriensis. ex altera / super Ecclesiis decimis possessionibus iurisdictione et iuribus Episcopalibus dictarum Ecclesiarum ac super aliis pluribus et diuersis Articulis Orta fuisset materia questionis et tandem per Venerabilem patrem Martinum Episcopum Elborensis. et per Petrum rodericj Cantorem Colimbriensis ab eisdem partibus super / his electos arbitros sententialiter terminata postmodum super quibusdam Capitulis seu Articulis in predictorum arbitrorum sententia comprehensis fuit inter easdem partes questionis materia suscitata super quorum declaratione facienda in predictum Episcopum Elborensis et Magistrum Johanem de / deo Archidiaconum Vlixbonensis ab eisdem partibus tunc extitit compromissum et declaratione sententia super dictis Capitulis seu Articulis per eosdem ad huc prout dictas sententias aliquam occurrerunt super quibusdam articulis in eisdem sententis comprehensis et super pluribus alijs inter predictas partes que dubitationis / et questionis scrupulum ingerere uidebantur super quibus omnibus dicte partes in nos Gonsaluum gonsaluj Cantorem et Johanem uincentij Archidiaconum Colimbriensis Rodericum iohannis prepositum et magistrum Michaellem Canonicum sancte Crucis tamquam arbitros arbitratores seu verius amicabilem / compositores amicabilem et concorditer compromittere curauerunt prout instrumento compromissi inde confecto plenius continetur . Cujus tenor compromissi de uerbo ad uerbum talis est.

Nouerint Vniuersi presentis scriptj seriem inspecturi. Quod cum olim Venerabilem patrem domnum Egeas / Episcopum et Capitulum Colimbriensis ex parte una et Religiosos viros domnum Martinum petri bone memorie Priorem et Conuentum Monasterij sancte crucis ex altera super Ecclesiis de Leyrena et terminorum ejus. et super Cappella sancti Johannis Colimbriensis predictj Monasterij ac alijs Ecclesiis iurisdictione et iuribus Episcopalibus ipsarum Ecclesiarum ac super aliis pluribus et diuersis Articulis seu Capitulis sub orta fuisset materia questionis et tandem per Venerabilem patrem domnum Martinum Episcopum Elborensis et discretum virum Petrum roderici Cantore Colimbriensis bone memorie ab eisdem partibus sub certa forma. et penis adiectos arbitros electos sententialiter terminata. Post hoc super quibusdam articulis seu Capitulis in eadem sententia comprehensis. scilicet qualiter debent intelligi inter easdem partes dissensio iterum orta fuit Super quorum articulorum seu Capitulorum intellectu et declaratione iuri consono / facienda in predictum Episcopum Elborensis et prudentum virum magistrum Johanem de deo Archidiaconum Vlixbonensis per Episcopum et

Capitulum memoratos et domnum Johanem petri Priorem et Conuentum Monasterij supradictj iterum extitit compromissum et habita declaratione super dictis Articulis per eosdem. / tercio super quibusdam ex predictis Articulis seu Capitulis et super aliis pluribus inter easdem partes fuit questionis materia suscitata. Ad ultimum in presentia mihi Stephani petri publicj Tabellionis dominj Regis in ciuitate Colimbriense . Venerabilis pater domnus Egeas Episcopus et Capitulum Colimbriensis / prepositum et Magistrum Michaellem Canonicum Monasterij memoratj . tamquam in Arbitros uel arbitratores seu uerius amicabiles compositores super declaratione facienda. super Articulis de quibus inter easdem partes erat et fuerit dubittum. videlicet super receptione Episcopi Colimbriensi in Leyrena / et super indulgentiis dandis in Leyrena. et super clericis qui adheserunt Episcopo ante sententiam in Leyrena. et super celebranda Missa sollempniter in aliquibus magnis festiuitatibus ab episcopo in Leyrena et super clericis de Leyrena ordinandis ab Episcopo intra Leyrenam et extra. et super causis non audiendis / ab episcopo intra Leyrenam et super sententia excommunicationis uel absolutionis non proferenda ab eodem Episcopo in Leyrena. nec in Parrochiis ecclesiarum ipsius ville. et super consignatione puerorum facienda per eundem Episcopum in Leyrena. et super diunes ab extraneis scholaribus non audiendis in oratorio de / Aliazedj et super nullis ibidem sepeliendis et super eo quod Episcopus petebat Sibi presentari absque per Priorem predictj Monasterij sancti Crucis. ad Cappellam sancti Johannis ejusdem Monasterij cui ipse Episcopus curam comitteret animarum in ipsa Cappella in Parrochia et Parrochianis clero et populo ipsius Cappelle. et super / amministrazione sacramentorum et aliorum iurium Parrochialium in ipsa Cappella et Parrochia et parrochianis ejusdem Cappelle exercenda. et super eo quod petebat idem Episcopus quod ponentur clericj seu portionarij in ipsa Cappella et super iurisdictione episcopalj in parrochia et parrochianis dicte Cappelle Colin/briensis Episcopo conseruanda et super seruendis sententis ab utraque parte prelati et super ordinatione ecclesie sancte Marie de Poyares et super iuribus Episcopalibus et ecclesie Colimbriensis ex inde recipiendis et super possessionibus de uilla coua et de casalj de ero. et de Dageroy. et super omnibus aliis que dictj / arbitri inter predictas Ecclesias et personas de bone pacis et concordie reformando ordinanda duxerint et statuenda tam de bonis dictarum ecclesiarum quam de questionibus motis et mouendis. et super omnibus aliis questionibus controuersiis et querelis que mote fuerunt et que mouerj potuerint Actenus inter eisdem partes huiusmodj / inde concorditer et amicabiliter extiti compromissum hoc modo videlicet quod ipsi cum consilio Religiosorum virorum fratris Michael Prioris et ffratris Geraldj doctoris Monasterij predicatorum Colimbriensis possint procedere in dictis questionibus de plano et sine strepitu iuditij Missa iuris sollempni/tate uel seruata citatis partibus uel non citatis lice contestata uel non contestata inscriptis et sine scriptis presentibus partibus uel absentibus et altera presente et altera absente diebus feriatis et non feriatis semel et pluries sumiserunt se et dicere partes dictorum arbitrorum uel maioris partis eorum diffini/tionj. declarationj. compositionj. laudo. sententie ordinationj. iuditio. Arbitrio et mandato. et promiserunt et obligauerunt sese sibi admunicem dicte partes per iuramentum et per stipulationem sub ipoteca omnium bonorum suorum ad penam

Mille Marcarum puri Argentj soluendam a parte colente obtempe/rare partj obtemperantj quod suscipere et irrefragabiliter obseruarent quicquid predictj arbitri. Arbitratores seu amiables conpositores uel maior pars eorum inter easdem partes diffiniendo, ordinando, declarando, componendo, laudando, sententiando iudicando, arbitrando, et mandando sententiabiliter duce/rent statuendum super predictis omnibus et singulis eorundem. dante eisdem arbitris ad eisdem partibus nichilominus potestate quod possint partis seu partium contumacium peruenire et sententias suas exequutionj mandare, et partes in possessionem eorum que sibi adiudicebant per se uel per alios inducere / qua pena Mille Marcarum Argentj soluta quotiens comisse fuerit uel et non soluta, diffinitio, ordinatio, declaratio, compositio, laudum, sententia, iudicium et mandatum predictorum arbitratorum uel maioris partis eorum nichilominus semper in suo robore perseuerent. Et ego supradictus Tabellio / rogatus ab utraque parte predictis omnibus interfui et ad instantiam partium predictorum hoc compromissum in publicam formam redegei, et mandamus due instrumenta publica ejusdem tenoris manu propria conscripsi et sig (*signum*) illum meum apposui in easdem. Et ad hujus rei euidenciam plenioris predictae partes fecerunt duo instrumenta manu mea propria confecta sigillis propriis sigillari quorum unum debet apud Colimbriensem ecclesiam remanere, et alterum apud predictum Monasterium sancte Crucis. Actum Colimbrie. xij. kalendas. Junij Anno ab incarnatione dominij. M°. CC° / L° x. v°. et alia computacione. E°. M°. CCC°. iij°.

Nos uero predictj Arbitri ad minimam instantiam partium predictarum recepimus potestatem nobis traditam ab eisdem partibus per hujusmodi compromissum, et uolentes predictarum questionum et dubitationum materiam potius amicali concordia quam iudicio am/putare. Auditis hinc mandamus propositis et inscriptis sententis et instrumentis que coram nobis partes producere uoluerunt ac meritis questionem et dubitationem hujusmodi plenius intellectis diligentj tractatu et consilio super his habito cum partis sic inter easdem partes super predictis questionibus et dubitationibus sedentes pro / tribunali ex predicta nobis tradita potestate cum consilio et assensu Religiosorum virorum ffratris Michael Prioris et ffratris Geraldj doctoris ffratrum predicatorum Colimbriensis Sibi questiones predictas sentencialiter ducimus terminandas. In primis ordinamus por bone pacis quod in illis casibus in quibus dominus Episcopus debet / recipi in Leyrena cum pulsatione campanarum, duo ex ffratribus sancte Crucis obuiant ej qui illum recipiant honorent, et usque ad hospitium associant. Et si Prior loci uel ffratres alij existentes in loco uel clerici de propria uoluntate etiam eidem domino Episcopo uoluerint obuiare obuiant, et per predictum receptionem uel associationem uel honorem nullum ius Episcopo uel Ecclesie Colimbriensis in posterum acquiratur, nec nunquam receptio uel obuiatio (qui modj) ad necessitatem iuris nec ad consuetudinem trahi possit, nec pro predicta iuri Monasterij sancte Crucis uel ecclesiarum de Leyrena, in aliquo derogetur. Et si for/ce predictj domino ffratres Episcopo uenientj in predictis casibus non obuiauerint, saluum remaneat Episcopo Colimbriensis ius si quod sibi competit super receptione hujusmodi ex sententia arbitratorum

quantum ad illud quod in ea dicitur honorifice suscipiatur cum pulsatione campanarum¹.

§ Jtem sentenciando diffinimus quod / Episcopus Colimbriensis quandum fuerit Leyrena presens tantum possit dare indulgentias uiua uoce et per litteras et hujus modj indulgentias debent ffratres clericj a Leyrena admittere et promittere publicari. cum autem Episcopus absens fuerit a Leyrena non possit dare indulgentias uiua uoce / nec per litteras in villa de Leyrena nec in Parrochijs ecclesiarum ipsi ville. sed teneatur de necessitate comittere et sine difficultate comittat uices suas unj de ffratribus sancte crucis como-rantj Leyrene cuj uoluerit et non alicuj alij. comittat inquam et reuocet secundum declara/tionem arbitri. Adicimus tamem et mandamus quandum Episcopus presens fuerit in Leyrena. non reuocet uices hujusmodj ffratri concessas sed dum fuerit extra Leyrenam sit ej licitum cum Sibi placuerit reuocare. et alij ffratri sancte crucis ibidem commorantj committere ex necessitate te/neatur. et hoc ultimum facimus de consensu dominj Episcopi intendentis in hac parte dicto Monasterio facere gratiam specialem².

§ Jtem statuimus et mandamus de clericis de Leyrene qui adhererunt Episcopo ante sententiam latam per Episcopum Elborensis et per Cantorem Colimbriensis quod secundum quod continetur in sententia de illis / a carta Prioris et Conuentus Monasterij sancte Crucis quam tenent seruetur. nec propter hoc quod adhererunt Episcopo ante predictam sententiam eis . Priore seu a ffratribus sancte crucis malum uel uituperium seu iniuria irrogetur. nec dominus Episcopus debet ipsos Clericos consouere in dapnum seu iniuriam Monasterij sancte crucis³. /

§ Jtem habemus por bono et ordinamus quod ad iudicium maioris dilectionis in pacis quandum Episcopus Colimbriensis fuerit in Leyrena et occurreret aliquod festum sollempnem. Prior locj uel qui fuerit loco ejus roget dominum Episcopum et inuitet quod celebret in aliquam ecclesiam de Leyrena ubj ipse Prior uel / ejus Vicarius uiderit expedire. et hoc fiat ex gratia. et Episcopus sit inuitatus. celebret ibj si uoluerit. et per hoc nullum inposterim generetur preiudicium Monasterio sancte Crucis uel ecclesijs de Leyrene. nec Episcopo Colimbriensis uel ecclesie Colimbriense per hoc jus aliquod acquiratur nec hoc ad nunciatatem iuris / nec ad consuetudinem trahi possit. reseruatis omnibus ab solutionis ecclesie inqua Episcopo celebrauerit. et si ista gratia Episcopo fuerit denegata. saluum remaneat Episcopo ius suum si quod habet super hoc isto Articulo ex sententia arbitrorum⁴.

§ Jtem statuimus et mandamus quod Episcopus. Colimbriensis clericos de Leyrena / recepiat ad ordines et promoueat tam in Leyrena quam extra sine dilatactione ubicunque contigerit cum ordines celebrare et sufficit quod Prior maior seu claustraljs in casu sibi concesso per declarationem arbitrij

¹ In margine: «j^{us} ar/ticulus / super pre/ceptos / episcopi in leirena. /

² Idem: «jtem. ij^{us} / articulus super / indulgen/ciis dan/dis in Leirena. /

³ Idem: «jtem. iij^{us} / articulus de / clericis de / leyrena qui ad/huserunt / Episcopo. /

⁴ Idem: «i^{us} articulus / super ordi/natione / clericorum Leyrene. / de Leyrena. /

denunciet domino Episcopo per litteras suas uel uiua uoce quod illes quos ej pre/sentant examinavit nec notorium fuerit clericum presentant [certo taliter ... qui non debent promoueri ...] in declarationes arbitri continentur⁵.

§ Item statuimus et mandamus quod dominus Episcopus conseruet quantum in eo fuerit iura Monasterij sancte Crucis et quandum fuerit Leyrena non moueat neque turbet / [...] Colimbriensis non audiat [...] noceant non turbent in iuris [...] propriam nec clericos de Leyrena contra ipsum Episcopum⁵.

§ Item statui/[mus ...]⁶. //

[No verso do pergaminho]

Clemens et ct^a. dona nobis Venerabile frater noster Episcopus et dilectj filij Capitulum Colimbriensis petitione monstrarent quod cum dudum inter ipsos ex parte una et Priorem et Conuentum Monasterij sancte Crucis Colimbriensis / ordinis sancti Augustini super Ecclesiis ville de Leyrena et Confinium ejus ac episcopalj iurisdictione obtinenda in eis Colimbriensis diocesis necnon super Capella sancti Johannis Colimbriensis et diuersis alijs articulis / ex altera fuisset ex orta materia questionis exorta demum ab utraque parte super heis in bone memorie. M[artinum]. episcopum Elborensis et quandam P[etrum]. rodericj cantorem Colimbriensis / fuit sub certa pena et sponte concorditer compromissum de obseruando illarum arbitrio huic inde nichilominus prestito iuramento sicque predictj arbitri in negocio procedentes / per quondam arbitrium uel sententiam pronunciare curarunt quod idem Prior in predictis ecclesijs de Leyrena earum cognitionem. instructionem. destructionem. Clericorum bene/ficiorum collationem uisitationem. et generaliter omnia que iurisdictionis existunt in clero et populo. parrochia. et parrochianis ecclesiarum ipsarum et etiam quantum / dicte parrochie extenduntur. jdem uero Episcopos in prefatis ecclesijs conferendj sacramenta ecclesiastica uidelicet puerorum confirmationes dedicationes basilicarum et alia / que per solos episcopos conferuntur. debeat obtinere. Sane processu temporis idem episcopus ex rationabilibus causis de Consilio metropolitani. et aliorum re publica / Regnj portugalie. ciuitatem et diocesis Colimbriensis ante ordinaria Ecclesiastica interdicto supposuit. et in illas dictarum ciuitatis et diocesis qui uiolarent mandamus / interdictum hujusmodj excommunicationis sententiam promulgauit Verum non nullj fratres dicti Monasterij in villa existentes eadem et ipsius ville clericj supradicti diocesis / eo pre-textu quod per hujusmodi arbitrium sententiam. seu pronunciationem arbitrorum ipsorum ea que iurisdictionis sunt ibidem ut permittentur mente recta priorij / adiudicata existunt maliciose confectj quod propter hoc interdictum ipsius Episcopj obseruari aliquatenus non teneantur de mandato ipsius prioris ut asserunt / prefatum interdictum ab eodem episcopo in ciuitate ac diocesis prelibatis positum quod per quatuor menses et amplius obseruarent quodque. supradictj prior et / conuentus adhuc in Monasterio ipso reuerenter obseruant⁷ uiolarent hatenus et adhuc temere uiolare presumunt

⁵ Idem: «v^{us} articulus / ... /.

⁶ In hoc sito erasuit papirum et finit.

⁷ Verbum subpunctatum.

pulsando campanas. cele/brando altarius et diuina et homines supradicte alias ad illa publice admittendo et per consequens infringendo uerrum ecclesiastice discipline in animarum / suarum et periculum et multorum scandalum et eiusdem episcopj preiudicium et grauaminem . Quaere pro parte dictorum episcopj et capitulj Colimbriensis humiliter petebatur / a nobis ut ipsos fratres et clericos ad obseruanciam eiusdem interdictj eo non obstante quod ex arbitrio sententia et pronunciatione sic maliciose assumunt / compelij et de uiolatione predicta punj pena canonica faceremus. Ne igitur tali pretextu assumatur audacia temere ueniendi contra interdictum hujusmodj / et cer [...]um ecclesiasticam infringendj fraternitatj tunc per apostolica scriptura mandamus contra uocatj et ct^a. Datum Viterbij bij. kalendas. aprilis. etc^a /

peto domine quod uidetis illo (que continentur in articulo ubj est linea) que faciunt pro nobis et que hic non narrantur. et uideatis si habent hic locum uel coram iudicibus / jmmo si possumus ibj clausulam pro nobis inserere et uideatis alia que constra istam licteram nobis expediunt. //

DOC 23

1265, Maio, 23, Coimbra — Novo compromisso entre o prior de Santa Cruz e o prelado de Coimbra a propósito dos direitos episcopais em Leiria e noutras igrejas de Santa Cruz. Com carta inserta de aceitação, por ambas as partes, dos juízes alvidros do processo.

A — ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, 1.^a inc., m.^o 20, doc. 25.

JN nomine iehsū Christi Amen. Nouerint Vniuersi presentis scripti seriem inspecturi Quod cum olim inter Venerabilem patrem domnum Egeam Episcopum et Capitulum Colimbriensis ex parte una. Ac Religiosos Viros Priorem et Conuentum Monasterij sancte Crucis Ciuitatis Colimbriensis ex altera. Super Ecclesijs. decimis. possessionibus. iurisdicione et iuribus Episcopalibus dictarum / Ecclesiarum. Ac super aliis pluribus et diuersis Articulis orta fuisset materia questionis et tandem per Venerabilem patrem Martinum Episcopum Elborensis. et per Petrum rodericj Cantorem Colimbriensis ab eisdem partibus super his electos arbitros sententialiter terminata post modum super quibusdam Capitulis seu Articulis in predictorum Arbitrorum sententia comprehensis fuit inter easdem partes questionis materia suscitata super quorum declaratione facienda in predictum Episcopum Elborensis et magistrum Johanem de deo Archidiaconum Vlixbonensis. ab eisdem partibus iterum extitit compromissum et declaratione facta super dictis Capitulis seu Articulis per eosdem ad huc post dictas sententias aliquam occurrerunt super quibusdam Articulis in eisdem sententiis comprehensis et super pluribus aliis inter predictas partes / que dubitationis et questionis Scrupulum ingerere uidebant super quibus omnibus dicte partes in nos Gunsalum gunsaluj Cantorem et Johanem uincentij Archidiaconum Colimbriensis Rodericum iohannis prepositum et magistrum Michaellem Canonicum sancte Crucis. tamquam in Arbitros Arbitra partes seu uerius Amicabiles Compositores Amicabiliter et concorditer compromittere curauerunt / pro ut

in instrumento compromissi inde confecto plenius continetur Cujus uero compromissi de uerbo ad uerbum talis est.

Nouerint Vniuersi presentis scripti seriem inspecturi. Quod cum olim inter Venerabilem patrem domnum Egeam Episcopum et Capitulum Colimbriensis ex parte una. et Religiosos Viros domnum Martinum petri bone memorie Priorem et Conuentum Monasterij sancte Crucis / Colimbriensis ex altera. Super Ecclesiis de Leyrena et terminorum ejus. et super Cappella sancti Johannis Colimbriensis predictj Monasterij Ac aliis Ecclesiis iurisdictione et iuribus Episcopalibus ipsarum Ecclesiarum Ac super aliis pluribus et diuersis Articulis seu Capitulis sub orta fuisset materia questionis et tandem per Venerabilem patrem domnum Martinum Episcopum Elborensis et discretum Virum / Petrum rodericj Cantorem Colimbriensis bone memorie ab eisdem partibus sub certa forma et penis aductis arbitros electos sententialiter terminata. Post hec super quibusdam Articulis seu Capitulis in eadem sententia comprehensis scilicet qualiter deberent intelligi inter easdem partes dissensio iterum orta fuit Super quorum Articulorum seu Capitulorum intellectu et declaratione / iuri consona. facienda in predictum Episcopum Elborensis et prudentem Virum magistrum Johanem de deo Archidiaconum Vlixbonensis per Capitulum memoratos. et domnum Johanem petri Priorem et Conuentum Monasterij supradictj iterum extitit compromissum et habita declaratione super dictis Articulis per eosdem. Tercio super quibusdam expeditis Articulis seu Capitulis / et super aliis pluribus inter easdem partes fuit questionis materia suscitata. Ad ultimum in presentia mihi Stephani petri publici Tabellionis dominj Regis in Ciuitate Colimbriensis. venerabilis pater domnus Egeas Episcopus et Capitulum Colimbriensis ex una parte. Ac Religiosos viri domnus Johannes Prior et Conuentus Monasterij sancte Crucis ejusdem Ciuitatis ex altera de / comunis consensu in discretos viros Gunsalum gunsaluj Cantorem. et Johanem uincetij Archidiaconum Colimbriensis Ecclesie et Religiose Viros Rodericum iohannis prepositum. et magistrum Michaellem Canonicum Monasterij memoratj tamquam Super declaratione facienda super Articulis de quibus inter easdem / partes erat et fuerat dubitatum. Videlicet super receptione Episcopi Colimbriensi in Leyrena. et super indulgentiis dandis in Leyrena. et super clericis qui adheserunt Episcopo ante sententiam in Leyrena. et super celebranda Missa sollempniter in aliquibus magnis festiuitatibus ab Episcopo in Leyrena. et super Clericis de Leyrena ordinandis ab Episcopo intra Leyrenam et / extra et super causis non audiendis ab Episcopo in Leyrena et super sententia excommunicationis uel absolutionis non proferenda ab eodem Episcopo in Leyrena. nec in Parrochiis Ecclesiarum ipsius Ville. et super consignatione puerorum facienda per eundem Episcopum in Leyrena et super decimis ab extraneis secularibus non audiendis in Oratorio de Aliazedj. et super nulus ibidem / sepeliendis. et super eo quod Episcopus petebat Sibi presentari aliquem per Priorem predictj Monasterij sancte Crucis Ad Cappellam sancti Johannis eiusdem Monasterij cuj ipse Episcopus curam committeret animarum in ipsa Cappella in Parrochia et parrochianis clero et populo ipsius Cappelle. et super administratione Sacramentorum et aliorum iurium Parrochialium in ipsa Cappella et Parrochia et parrochianis / ejusdem Cappelle exercenda. et super eo quod petebat idem Episcopus quod ponerentur clericj seu portionarij in ipsa

Cappella et super iurisdictione Episcopali in Parrochia et parrochianis dicte Cappelle Colimbriensis Episcopo conseruanda. et super seruandis sententijs ab utraque parte prelatis. et super ordinatione Ecclesie sancte. Marie. de Poyares. et super iuribus Episcopalibus et Ecclesie Colimbriensis ex / inde recipiendis. et super possessionibus de Villa coua et de Casal de Hero. et de Degarey. et super omnibus alijs que dicti Arbitri inter predictas Ecclesias et personas pro bono pacis et concordie reformande ordinanda duxerint et statuenda tam de bonis dictarum Ecclesiarum quam de questionibus motis et mouendis. et super omnibus alijs questionibus. controuersiis et querelis que mo/te fuerunt et que moueri potuerunt actenus inter easdem partes huic inde concorditer et amicabiliter extitit compromissum hoc modo. Videlicet quod ipsi cum consilio Religiosorum Virorum ffratris Michaelis Prioris. et ffratris Geraldj doctoris Monasterij predicatorum Colimbriensis possint procedere in dicte questionibus de plano et sine strepitu iudicij. omnia iuris sollempnitate / uel seruata. citatis partibus uel non citatis. lice contestata uel non contestata in scriptis et sine scriptis. presentibus partibus uel absentibus. et altera presente et altera absente. diebus feriatis et non feriatis semel et pluries. Submiserunt se etiam dicte partes dictorum arbitratorum uel maioris partis eorum diffinitionj declarationj compositionj. laudo sententiam ordina/tionj iudicio. Arbitrio et mandato. Et promiserunt et obligauerunt sese igitur ad inuicem dicte partes per iuramentum et per stipulationem sub ypoteca omnium bonorum suorum ad penam Mille Marcarum puri Argentj soluendam a parte uolente obtemperare parti obtemperatj quod susciperent et irrefragabiliter obseruerent quicquid predictj Arbitro Arbitratores / seu Amicabiles compositores uel maior pars eorum inter easdem partes diffiniendo. Ordinando. declarando. componendo. laudando. sentenciando. iudicando. Arbitrando et mandando. sentencialiter ducerint statuendum super predictis omnibus et singleris eorundem data eisdem Arbitris ab eisdem partibus nominis potestate quod possint partius seu partium consumptionem eorum que igitur adjudicauerint per se uel per Alios inducere. qua pena Mille Marcarum Argentj soluta quotiens commissa fuerit uel etiam non soluta. diffinitio. ordinatio. declaratio. compositio. laudum. sententia. Iudicium et mandatum predictorum Arbitrorum uel maioris partis eorum nominis semper in suo ro/bore perseuerent. Et ego supradictus Tabellio rogatus ab utraque parte predictis omnibus interfui et ad instantiam partium predictorum hoc compromissum in publicam formam redegi. et inde duo instrumenta publica eiusdem tenoris propria manu conscripsi et sig[signum] num meum apposui in eisdem. Et ad hujus factj euidenciam plenioram / predictae partes fecerunt dicta instrumenta manu mea propria confecta sigillis propriis sigillari. quorum unum debet apud Colimbriensem Ecclesiam remanere. et alterum apud predictum Monasterium sancte Crucis. Actum Colimbrie. xij kalendas Junij. Anno ab incarnatione dominij. M°. CC°. Lx°. v°. et alia computatione. E°. M°. CCC°. iij°. /

Nos uero predictj Arbitri ad nimiam instantiam partium predictorum recepimus potestatem nobis traditam ab eisdem partibus per hujus modj compromissum et uolentes predictorum questionum. et dubitationum materiam potius amicabilem concordiam quam iudicio amputare. Audientis huic inde

propositis et inscriptis sententiis et instrumentis que coram nobis partes producere uoluerunt / ac meritis questionum et dubitationem huiusmodi plenius intellectis diligentj tractatu et consilio super his habito cum peritis sic inter easdem partes super predictis questionibus et dubitationibus sedentes pro tribunalj et predictam nobis tradita potestate cum consilio et consensu Religiosorum virorum ffratris Michaelis Prioris et ffratris Geraldj doctoris ffratrum predicatorum Colimbriensis / super questiones predictas sententialiter ducimus terminandas.

Jn primis ordinamus pro bone pacis quod in illis casibus in quibus dominus Episcopus debet recipi in Leyrena cum pulssatione Campanarum duo ex ffratribus sancte Crucis obuiant ej qui illum recepiant. honorent et usque ad hospicium associant. Et si Prior locj uel ffratres alij existentis in loco uel clericj de propria uoluntate tunc / eidem domino Episcopo uoluerint obuiare. obuiant. et per predictam receptionem uel asociationem uel honorem nullum jus Episcopo uel Ecclesie Colimbriensis in posterum acquiratur nec umquam predicta receptio uel obuiato ad necessitatem iuris nec ad consuetudinem trahi possit. nec per predicta iuri Monasterij sancte Crucis uel Ecclesiarum de Leyrena in aliquo derogetur. Et si for/te predictj duo ffratres Episcopo uenientj in predictis casibus non obuiauerint. saluum remaneat Episcopo Colimbriensis ius si quod igitur competit super receptione huiusmodi ex sententia arbitrorum quantum ad illud quod in ea dicitur honorifice suscipiatur cum pulssatione campanarum.

§ Jtem sententiando diffinimus quod Episcopus Colimbriensis quandum fuerit Leyrena presens tantum po/ssit dare indulgentis uiua uoce et per litteras et huiusmodi indulgentias debent ffratres et Clericj in Leyrena admittere et permittere publicari. Cum ante Episcopus absens fuerit a Leyrena non possit dare indulgentias uiua uoce nec per litteras in Villa de Leyrene nec in Parrochiis Ecclesiarum ipsius ville. sed teneatur de necessitate committere et sine / difficultate committat uices suas unj de ffratribus sancte Crucis commorantj Leyrene cuj uoluerit. et non alicuj alij. commitet inquam et reuocet secundum declarationem arbitrij. Adicimus tamem et mandamus quod dum Episcopus presens fuerit in Leyrena. non reuocet uices huiusmodi ffratri concessas sed dum fuerit extra Leyrenam sit ej licitum cum igitur placuit reuocare / et alij ffratri sancte Crucis ibidem commorantj ex necessitate committere teneatur. et hoc ultimum facimus de consensu dominj Episcopi intendentis in hac parte dicto Monasterio facere gratiam specialem.

§ Jtem statuimus et mandamus de Clericis Leyrene qui adhererunt Episcopo ante sententiam latam per Episcopum Elborensis et per Cantorem Colimbriensis quod secundum quod continetur in sententia / de illis et in Carta Prioris et Conuentum Monasterij sancte Crucis quam tenent seruetur. nec propter hoc quod adhererunt Episcopo ante predictam sententiam eis a Priore seu ffratribus sancte Crucis malum uel uituperium seu iniuria irrogetur. nec dominus Episcopus debet ipsos Clericos consouere in dapnum seu iniuriam Monasterij sancte Crucis.

§ Jtem habemus pro bono et ordinamus quod ad / iudicium maioris dilectionis et pacis quam Episcopus Colimbriensis fuerit in Leyrena et occurrerit aliquod festum sollempnet. Prior locj uel qui fuerit loco ejus roget dominum Episcopum et inuitet quod Celebret in aliquam Ecclesiarum de

Leyrena ubi ipse Prior uel ejus vicarius uidit expedire et hoc fiat ex gratia et Episcopus igitur inuitatus, celebret ibj si uoluerit et per hoc nullum in poste/rum generetur preiudicium Monasterio sancte Crucis uel Ecclesiis de Leyrena. nec Episcopo Colimbriensis uel Ecclesia Colimbriensis per hoc ius aliquo acquiratur nec hoc ad necessitatem iuris nec ad consuetudinem trahi possit. reseruatis omnibus oblationibus Ecclesie in qua Episcopus celebrauerit Et si ista gratia Episcopo fuerit denegata, saluum remaneat Episcopo ius suum si quod habet super iste Articulo ex / sententia Arbitrorum.

§ Item statuimus et mandamus quod Episcopus Colimbriensis Clericos de Leyrena recipiat ad ordines et promoueat tam in Leyrena quam extra sine dilatione ubicumque contigerit eum ordines celebrare. et sufficit quod Prior maior seu Claustralis in casu igitur concesso per declarationem arbitrij denunciaret domino Episcopo per litteras suas uel uiua uoce quid / illosquos ej presentat examinauit. nisi nocturnum fuerit Clericum presentatum esse talem qui non debeat promoueri pro ut in declaratione Arbitrij continetur.

§ Item statuimus et mandamus quod dominus Episcopus conseruet quantum in eo fuerit iura Monasterij sancte Crucis et quantum fuerit Leyrena non moueat neque turbet in iuris iniuriam populum neque clericum contra ipsum Monasterium / uel contra ffratres suos. et de conuersos Prior et ffratres sancte crucis seruent iura Episcopi et Ecclesia colimbriensis quantum in eis fuerit nec uerbo nec facto communeant neque turbent iniuris iniuriam populum nec clericos de Leyrena contra ipsum Episcopum.

§ Item statuimus et mandamus quod Episcopus Colimbriensis non audiat. causas aliunde uenientes nec de loco in Leyrena. nec intra parro/chias Ecclesiarum ipsius Ville. nec sedeat ibj pro tribunalj.

§ Item statuimus et mandamus quod Episcopus Colimbriensis dum fuerit in Leyrena seu in parrochiis Ecclesiarum ipsius ville non possit excommunicare uel absolvere nec facere alia que iudex sedendo pro tribunalj debet facere.

§ Item de consignatione puerorum apud Leyrenam facianda Ordinamus et statuimus quod quandum Episcopus Colimbriensis / fuerit in Leyrena et procuratus fuerit a Monasterio sicut debet semel in Anno si Prior locj uel ejus vicarius inuittauerit eum quod maneat ibj sequentj die ad homines et mulieres crismandos jdem Episcopus si comodo poterit ; remaneat ipso die. et crismet omnes quos crismare (potuerit ipsa die.) et Monasterium ipso die prouideat ej de duobus quartariis farine triticee et / duobus puzalibus de vino. et uno modio de Ordeo per mensuram Colimbriensem et de tribus Carnariis et uno porco uel tribus carnariis pro eo si non fuerit tempus aduescendum porcum et de[t] quindecjm Gallinis. et de[t] quatuor Cabritis. et de[t] una libra Cere per libram Colimbriensem. et duobus Carragis de lignis. et ad plura ipsa die Monasterium ej non teneatur. et hoc / ab utraque parte debet fieri bona fide.

§ Item statuimus et mandamus quod in Oratorio de Aliazedj non sepe-liatur aliquis nec alij homines seculares quam de familia ipsius Grangie recipiantur ad diuina cum Oratorium ipsius Grangie non habeat populum nec Cimiterium.

§ Item super eo quod dominus Episcopus Colimbriensis nomine Ecclesie sue petebat a Prior et ffratribus Monasterij sancte / Crucis aliquem igitur presentari cuj ipse committeret curam animarum in Cappella sancti Johannis

eiusdem Monasterij et Parrochia. Parrochianis. Clero et populo ejusdem Cappelle, afferens quod fratres in eadem Cappella positj per Priorem non habebant potestatem audiendj confesiones Parrochianorum eisdem Cappelle. nec eis penitentias in iurgendj et quod non poteant eos in foro penitentialj / absolvere nec ligare. nec eos baptizare. nec eis uaticum ministrare. nec alia iura Parrochialia exercere. nisi ea que Prior et Monasterio sunt concessa. per sententiam arbitrorum.

Petebat etiam jdem Episcopus quod ponerentur Clericj seu porcionarij in Cappella sancti Johannis memorata sicut ibj esse solebant ut dicebat. Nos predictj Arbitri auditis huic inde propo/sitis. et cause meritis intellectis de consensu partium concorditer sentenciando diffinimus Episcopum et Ecclesiam Colimbriensis ad petita non esse admittendos. eisdem super illis perpetuum silentium inponentes. et absoluimus Monasterium sancte Crucis ab in petitione Episcopi et Ecclesie Colimbriensis super omnibus petitionibus memoratis in isto Cappelle Articulo comprehensis et statuimus / et mandamus quod predicta omnia et omnia alia que de iure possunt per Rectores Ecclesiarum Parrochialium in eorum Parrochiis exercere in Ciuitate Colimbriensis possit Prior Monasterij sancte crucis libere per se uel per alium seu alios in prefata Cappella et ejus Parrochia et Parrochianis in perpetuum exercere. Et exceptis omnibus predictis que Monasterio ad iudicium sententiando diffinimus ; quod dominus Episcopus Colimbriensis habeat in Parrochia Clero et populo dicte Cappelle exceptis personis ffratrum habitantium in Cappella causarum cognitionem Episcopalem jurisdictionem et omnia alia que igitur sunt adiudicata per arbitrium latum per Episcopum Elborensis et Cantorem Colimbriensem. et per declarationem ipsius arbitry factam per predictum Episcopum et magistrum Johanem de / deo archidiaconum Vlixbonensis secundum quod in prefatis arbitrio et declaratione plenius continetur. Et si dominus Episcopus uel ejus vicarius uel alius nomine ejus aliquem Parrochianum uel aliquos dicte Cappelle excommunicauerit ex aliquam eam uel alium subditum suum seu alios. Prior et ffratres ad denuntiationem Episcopi uel ejusdem vicarij tenentur eum uitare et ffratrer qui prefuerit in Ca/ppella predicta debet cumurture et excommunicatum publice nuntiare. Et similiter Episcopus et ejus vicarius et Canonicj Ecclesie Colimbriensis tenentur a Priore uel ejus Vicario excommunicatos in casibus igitur concessis uitare post denuntiationem igitur factam et excommunicatos publice nuntiare.

§ Jtem de beneplacito et consensu utriusque partis ordinamus et statuimus de Ecclesia sancte / Marie Albergarie de Poyares quod ad Ecclesiam ipsam Prior Monasterij sancte Crucis Colimbriensis presentet Episcopo Colimbriensis qui pro tempore fuerit Cappellanum Clericum scolarem qui de manu ipsius Curam recipiat predictae Ecclesie et ejusdem Parrochies et eisdem respondeat de cura ipsius plebis qui quidem Cappellani ad sinodum ejusdem Episcopi uenire teneatur. et libera / Cere ducere sinodalem. et ej obedientiam et reuerentiam debita exhibere. quem tamen Cappellanum Prior predictus cum uoluerit remouebit et alium eidem Episcopo presentabit et Cappellanum sic presentatum a Priore predicto. Episcopus sine difficultate recepiat et curam ej animarum committat. salua eidem Episcopo nominis potestate remouendj Cappellanum ab ipsa Ecclesia. quandum ex/rationabilj causa uiderit expedire. jta tamen quod si contigat aliquem Cappellanum ab

ipsa Ecclesia per Episcopum amouerj. predictus Prior presentet alium quem Episcopus sine difficultate ut superius dictum est. recipere teneatur. Habeant etiam Episcopus et Capitulum Colimbriensis plenam iurisdictionem Episcopalem in eadem Ecclesia et parrochia Clero et populo ejusdem Ecclesie. exceptis personis ffratrum commorantium in ipsa albergaria de Poyares. terciam Pontificalem et annuam procuracionem que ratione vicitacionis debetur ac alia iura Episcopalia sicut habet in aliis Ecclesiis sue diocesis iure Archidiaconalij locj Archidiacono reseruato. saluo eo quod supradicitur de presentacione cappellanj. Et ffratrer quem Prior sancte Crucis prefecerit in ipsa albergaria / in introitu suo debet iurare domino Episcopo uel ejus vicario quod fideliter conseruet et persoluat Episcopo et Colimbriensis Ecclesia iura sua.

§ Item quaere inuenimus quod Cautum sancti Romanj de terra de Sena cum pertinentiis suis fuit adiudicatum Episcopo et Ecclesie Colimbriensis per sententiam Arbitrorum idcirco Nos predictj Arbitri sententiando statuimus et mandamus quod Prior et Conuentus Monasterij sancte Crucis restituant eidem Episcopo et Ecclesie sue omnes possessiones quaere retinuit et retinet post dictam sententiam prefatam Monasterium in Aldeya qui dicitur Villa coua de pertinentiis dictj Cautj cum omni iure suo quod ibj Monasterium habuit uel habere debuit. exceptis fructibus inde iam preceptis usque modo. et qui inde usque modo precipi potuerunt. ad quorum / restructionem Monasterium predictum nullatenus teneatur.

§ Item de possessionibus de Degarey et de Casalj de hero quaere Prior et Conuentus Monasterij sepefatj petebant igitur restituj ab Episcopo et Ecclesia Colimbriensis pro eo quod dicebant ad se pertinere cum non essent de pertinentiis suis sicut ad dictum Monasterium pertinebat. Et de possessionibus de Degarey quas Episcopus / et Ecclesia Colimbriensis occasione sententie arbitrorum ibj tenent. sentenciando mandamus. quod Episcopus et Ecclesia Colimbriensis restituant eas cum omnibus iuribus et pertinentiis suis predicto Monasterio sancte Crucis exceptis fructibus inde preceptis usque modo et qui inde precipi potuerunt ad quorum restitutionem Episcopus et Capitulum Colimbriensis minime teneantur. et hoc ideo statuimus quaere non inuenimus easdem de possessionibus de Prado nec de ffigueyredo.

§ Per hoc autem que in primissis per nos Arbitros supradictos statuta sunt et ordinata et terminata inter ipsas partes per arbitrium uel iudicium uel amicabilem compositionem siue laudum aut mandatum non intendimus preiudicare nec derogare in aliquo sententie domnj Jnnocentij pape. tercij. nec arbitrio lato per dictum Martinum / Episcopum Elborensis et per Petrum roderici olim Cantorem Colimbriensem nec sententie seu declarationj facte per dictum Episcopum Elborensis et per magistrum Johanem de deo Archidiaconum Vlixbonensis inter easdem partes prelati. immo uolumus et mandamus. quod omnia que continentur in sententiis et arbitrio et declaratione predictis salua remaneant et intacta exceptis inde illis que in hac / nostra ordinatione superius sunt expressa.

§ Item statuimus et mandamus de consensu et approbatione utriusque partis quod si hoc nullum ius Episcopo et Ecclesie Colimbriensis acquiratur. nec inde eis aliquem causa petendj seu Actio oriatur nec per hoc iuribus priuilegijs. seu Jndulgentiis predictj Monasterij in aliquo derogetur. nec

unquam hoc ad necessitatem aliquam uel consuetudinem trahi possit. et moni/nus. Nos predictj arbitri extradita nobis partibus potestate reseruamus nobis quod contumacia punire. et eas in rerum ad iudicatarum per nos uel per alium seu alios possessionem inducere. Et ut hac sententia diffinitio seu ordinatio nostra non possit in dubium reuocari fecimus eam redigi in publicam for/mam per predictum Tabelliane Colimbriensis et eam sigillis nostris scilicet mihi Cantoris et Archidiaconj predictorum sigillari. Et qui nos prepositus et magister Michael memoratj sigilla propria non habemus. rogauimus ffratrem Michaellem Priorem ffratrum predictorum Colimbriensis ut huic instrumenta sigillum suum apponeret. Et ego predictum Prior ad instanciam prepositj et magistri Michaelis predictorum sigillum meum huic apposui instrumento. Et nos Episcopus et Capitulum Prior et Conuentus hanc ordinationem uel sententiam seu Iudicium siue Arbitrium aut compositionem Ratam et gratia habentes eam approbamus et acceptamus hujus ej hoc instrumentum publicum inde confectum ad instanciam nostram si/gillis nostris fecimus communirj. Et ego predictus Stephanus petri Tabellio publicus dominj Regis Portugaliae in Colimbria rogatus a partibus predictis omnibus interfui et ad instantiam ipsarum partium duo instrumenta publici ejusdem tenoris propria manu scripsi et sig[*signum*] num meum apposui in eisdem. et unum eorum de/dj domino Episcopo et Ecclesie Colimbriensis et alterum Priori et Conuentuj predictj Monasterij sancte Crucis. Actum Colimbrie in domo ffratrum predictorum. xº. kalendas Junij. Eº. Mº. CCCº. iijº. //

DOC. 24

1268, Junho, 29, Viterbo — Rescrito apostólico pelo qual Clemente IV ordenava que se tomasse conhecimento de uma causa entre Santa Cruz de Coimbra e o prelado da mesma diocese, sobre as igrejas de Leiria e a de S. João Baptista de Coimbra. Com a bula *Prouenit ad audienciam nostram* de 1268, Junho, 11, Viterbo.

A — ANTT, *Sé de Coimbra: Docs. Eclesiásticos*, m.º 3, doc. 125.

Obs.: orig.; com selo de cera pendente por tira de pergaminho; fragmentado; rasgado; com dobra; 295 × 244 mm.

Omnibus presentes licteras inspecturi Bartholomeus Archidiaconus Ambian. dominj. papa. Capellanus et ipsius contradictarum Auditor Salutem in domino. Noueritis quodam inter Pasca[sium...] / Stephani procuratores Venerabilis patris .. Episcopi et Capituli Colimbriensis pro ipsis in Romana Curia impetrantes ex parte una et fernandum Martinj Concanonicum et procurator . Prioris [et Conuentus] / Monasterii sancte Crucis Colimbriensis pro eis contradicentes ex altera. Aliquandiu super comuenientia Iudicium foret in nostra presentia litigatum; Tandem prefati procurator Pascasius [...] / sua Venerabilem patrem. Episcopum et fernandus pro sua .. Archidiaconus de Sabugali Ciuitatensis Iudices elegerunt. Et in .. decanum Ciuitatensis tamquam in medium et co[...] / et concorditer comuenerunt. Ad quos diriguntur littere apostolice sub hac forma.

Clemens Episcopus et coetera. Venerabili frater..Episcopo et dilectis filijs. decano et .. Archidiaconi de Sabugalj Ciuitatensis [...] / Prouenit ad Audienciam nostram quod cum dudum inter Venerabilem fratrem nostrum .. Episcopum et dilectis filios Capitulum Colimbriensis ex parte una, et .. Priorem et Conuentum Monasterii sancte crucis colimbriensis or[dinis sancti Au]gustini super ecclesijs Ville de Leyrena et confinium eius ac Episcopali iurisdictiones obtinenda, in eis Colimbriensis diocesis nec non super Capella sancti Johannis Colimbriensis et diuersis alijs ar[ticulis...] / ex altera fuisset materia questionis exorta demum ab utraque parte super hijs in bone memorie. M[artinum]. Elborensis Episcopum et quondam . P[etrum]. Roderici Cantorem Colimbriensis fuit sub certa pena [...] / sponte et concorditer compromissum, de obseruando illorum arbitrio huic inde nichilominus [...] / sique dicti Arbitri in negotio procedentes equum inter partes super hijs arbitrium protulerunt / Cumque postmodum super qui[bus]dam [arti]culis in arbitrio ipso contentis, quod uidebat [...], demum prates in dictum Episcopum Elborensis et dilectis filium Magistrum. J[ohanem]. / de deo Archidiaconus Vlixbonensis semelis iterum super huiusmodi articulis declarandis unanimi[ter...] cum arbitros super eisdem pena et iuramento compromittere curauerunt, quod tandem / huius oscures articulos declararunt. Cumque super huius articulis declaratis et quibusdem alijs suscitata fuisset inter partes ipsas denuo materia questionis, tandem fuit in Gonsaluum Gu[ndi]/salui, Cantorem Johanem Vincencij Archidiaconus Colimbriensis. Rodericum Johannis Prepositum et Magistrum Michaellem Canonicum supradicti Monasterii, tamquam in arbitros arbitratores seu composito/res amiables sunt hijs sub pena et uirtute similiter ab eisdem partibus compromissum. Ita tamen quod ipsi cum consilio dilecti filij Michaelis tunc Prioris ac Geraldi tunc lectoris fratrum do/mus ordinum Predicatorum Colimbriensis procedere in huiusmodi compromisso deberent. huiusmodi uero ultimj arbitri super quibusdam de huiusmodi articulis in dubium reuocatis de / uoluntate dictarum partium super aliquibus uero de ipsius Episcopi uoluntate ac super reliquis de consilio dictorum Prioris et fratris ordinis Predicatorum quoddam arbitrium pro [...] / prout in patentibus litteris confectis ex inde plenius dicitur continerj, quod in enorme sedis episcopalis et ecclesie Colimbriensis lesionem dinoscitur redundare. Cu[...] / nostra intersit lesio ecclesijs subuenire, discretioni uestre pro apostolica scripta mandamus quatinus uocatis que fuerint euocandi si uobis constiterit sedem et ecclesiam ipsas e[...] / ultimo arbitrio habitis enormiter esse lesas, eis et prefatis Episcopo et Capitulo Colimbriensis aduersus articulos ipsos ex quibus sedes et ecclesia predictis lese sunt [...] / teris prelibatis, nequaquam obstantibus sicut iustum fuerit in integrum restitutis, audiat hinc inde proposita, et quandj canonicum fuerit et coetera. facientes et coetera [...] / non omnes et coetera. duo uestrum et coetera. datum Viterbij. iij. Jdus Junij Pontificatus nostro anno Tercio.

Jn quorum testimonium presentes litteris fecimus [...] / datum Viterbij. iij. kalendas. Julij Pontificatus domnj Clementis. papa. iij. /

DOC. 25

1300 (E. 1338), *Setembro, 16, Coimbra* — Carta pela qual D. Martinho, arcebispo de Braga, anula todos os despachos que dera em Leiria como não devia por direito de jurisdição.

A — ANTT, *St. Cruz de Coimbra*, 2.ª inc., m.º 209 A, «Alm. 8, m.º 1, n.º 4».
Ref.º: *O Couseiro* ..., cap.º 6.

Venerabilibus Viris Priori ffratribus portionarijs et omnibus clericis. necnon discretis concilio pretori Aluazilibus de / Leyrena et omnibus alijs ad quos presens lictera peruenerit. Martinus dei miseratione sancte Bracarenensis Ecclesie Archiepiscopus / salutem et in domino caritatem.

Noueritis quod cum nuper accesserimus ad Villa de Leyrena et Ecclesias clerum et po/pulum eiusdem loci Visitauissemus tandem Colinbriam accedentes Visis et inspectis priuilegijs Romanorum ponti/ficum ratione libertatis et exemptionis Monasterij sancte Crucis super ipsis Ecclesijs de leyrena. Visis etiam quibusdam / racionibus que prefatos Romanos pontifices mouerunt ad exemptionem huiusmodi faciendam Videlicet quia deo in / prefato monasterio pro ipsis Romanis pontificibus et Regibus portugalie necnon et alijs benefactoribus suis / deuotum obsequium impendebant cupientes illorum benefactorum nos consorcijs agregari. dictas Ecclesias de Ley/reña et Capellam sancti Johannis Colinbriensis eiusdem Monasterij sancte crucis ad dei seruicium et ihesu Christi filij / sui Vnigeniti a cuius carte dictum Monasterium nuncupatur ab omni jure Archiepiscopali et metropolitico duximus / penitus eximendas prout in licteris nostris ex inde confectis plenius continetur. propter quod tam visitationes quas in dictis / Ecclesijs de Leyrena fecimus quam sentencias quas occasione dictarum Ecclesiarum tulimus et quidquid aliud feci/mus contradictas ecclesias priorem fratres clerum et populum de Leyrena et siqua instrumenta ex hac causa contra istud / a nobis seu lictere emanarunt in hijs scriptis ea penitus reuocamus et decernimus de cetero non ualere. jñ / cuius rei testimonium fecimus presentes licteras sigilli nostri munjmine communiri. Data Colinbrie. xvj.º kalendas. Octobris . Era. M. CCC.º. xxx.º. Viiij.º. //

DOC. 26

1300 (E. 1338), *Outubro, 2, Braga* — Declaração do arcebispo D. Martinho pela qual tem por nulos todos os despachos que deu aquando da sua visitaçāo a Leiria.

A — BNL, *Reservados*, PGS-10 V

Ref.º: *O Couseiro* ... cap.º 6 (embora indique o ano de 1338 que é, na verdade, a era de César).

In nomine dominj. Ad perpetuam rei memoriam necnon presencium et futurorum. Cum sit dignum quod Venerabile monasterium sancte Crucis. sancti Agustinj ordinis et Colinbriensis / Ciuitatis nullo medio ad Romanam ecclesiam pertimus pro Bracarensis Ecclesiam metropolitcam gaudere debeat tuicione exemptionis et etiam libertatis in ecclesijs de / Leyrena quas

largiendo Regalis potestas Portugalensis titulo donationis ipsum monasterium dotauit et eciam insigniuit. quarum ecclesiarum donationem seu largitionem / Romani Pontifices confirmauerunt. necnon priuilegijs exemptionis et eciam libertatis ipsum monasterium sancte Crucis. cum ecclesijs de Leyrena cum capella eciam sancti / Johannis de suburbio Colinbriensis Ciuitatis quantum ad iura Episcopalia constituerunt liberum et exemptum; Nos Martinus de j miseratione sancte Bracarensis ecclesie / Archiepiscopus cum consensu Capituli nostrj ad hoc specialiter congregati; Jnspectis priuilegijs Romanorum Pontificum ratione exemptionis quo ad iura Episcopalia monasterium sancte Crucis / super ipsis ecclesijs de Leyrena. Consideratis eciam rationibus que prefatos Reges Portugaliae mouerunt ad largitionem huius modj faciendam. Videlicet quare deo in prefato monasterio / pro ipsis Regibus Portugaliae necnon et alijs benefactoribus suis deuotum obsequium impendebatur ac etiam impenditur Cupientes illorum benefactorum nos consortijs aggregari; Con/siderantes eciam. nos plura bona et beneficia a dicto monasterio recepisse. pro nobis et successoribus nostris dictas ecclesias de Leyrena. et dictam Capellam sanctj / Johannis Colimbriensis eiusdem monasterium sancte Crucis ad de seruium et iesum christi filij unigenitj a cuius cruce dictum monasterium imcupatur. ab omnj iure Archiepiscopali / et metropolitico eximimus; et pro nobis et successoribus nostris et ex certa sciencia <decernimus> de teto [sic] penitas et perpetuo fore liberas et exemptas. propter que visitaciones si quas / in dictis ecclesijs de Leyrena intendebamus habere tam de iure quam de consuetudine seu ex priuilegio inpetrato seu etiam inpetrando. et in dicta Capella sancti / Johannis et totum ius nostrum metropoliticum. et specialiter uisitationis officium et procuraciones in dictis ecclesijs de leyrena et Capella sancti Johannis expresse remic/timus et quicquid iure in ipsis habebamus transferimus pro nobis et successoribus nostris in Priorem qui nunc est et in successores eiusdem monasterium sancte Crucis quj pro / tempore fuerint successiue. et eisdem illud ius plenarie perpetuo ac inuiolabiliter de cetero concedimus et donamus; Sententias. uero. quas occasione dictarum ecclesiarum / de Leyrena tulimus visitaciones et quicquid aliud fecimus contra dictas ecclesias fratres Clerum et populum de Leyrena. et si qua instrumenta et licere emanarunt. a nobis. contra. premissa ex causis premissis seu aliquam earundem pro has nostras patentis licteras eas et ea penitus reuocamus. et uolumus de cetero non tenere. / Renunciantes omnj iurj actioni legi statuto consuetudinj priuilegio seu priuilegijs inpetratis seu etiam inpetrandis si que uel quod nobis competunt seu competere. / poterunt uel possunt contra istas libertates et exemptiones pro nos datas monasterium sancte Crucis in dictis ecclesijs et Capella. et promittimus. contra. ipsas palam. uel / occulte directe uel indirecte in aliquo non uenire. Promittentes pro nobis et successoribus nostris bona fide omnia et singula supradicta perpetuo et inuiola/biliter obseruare; Nos siquidem predicti Archiepiscopus cum consensu Capitulj nostri intendentes condicionem nostre Bracarensis ecclesie fecere meliorem. et utilitatem / eiusdem ecclesie procurare remisimus et de cetero remittimus Vobis Priori dicti monasterium et successoribus uestris ius metropoliticum in dictis ecclesijs et / Capella ut superius est expressum. pro ecclesijs siue iuribus patronatum ecclesiarum de Alcarouuim et de Heruedal. que sunt in diocesis Colinbriensis. quas / ecclesias siue iura patro-

natum vos Prior et Conuentus monasterium sancte Crucis nomine ipsius monasterium pro premissis omnibus in perpetuum nobis et nostris successoribus / concessistis. prout in licteris nostris ex inde nobis concessis per Vos plenius continetur. In quorum omnium fidem et testimonium concessimus Priorj et Conuentuj dicti / monasterium presentis et futuris has nostras patentes licteras sigillorum nostrarum Archiepiscopi et Capituli communitatis. Datum . Bracare in pleno Capitulo. vj. Nonas / Octobris. Era M^a. CCC^a. xxx^a. viij^a. /

Et ego ffernandus petri publicus Tabellio Bracarensis de mandato dicti dominj Archiepiscopi has patentes licteras manu propria scripsi et signum meum / apposuj infrascriptum. Interlineare quod supra est ubi scriptum est. decernimus. non noceat quaere ego predictis Tabellio manu propria illud fecj. /

Gunsaluus — Johanes — Sancius — testes.¹ [Signum] //

DOC. 27

1303 (E. 1341), Junho, 10, Leiria — Carta testemunhável pela qual D. Fernando, bispo de Coimbra, denuncia a recepção indigna de que era alvo, em Leiria, por parte do prior crasteiro e vigário de Santa Cruz de Coimbra.

A — ANTT, *Sé de Coimbra*, 2.^a inc., m.^o 93, doc. 4467.

JN nomine dominj amen. Sabham quantos este estrumento uirem e leer ouuyrem que perdante mjm Ayraço lourenço publico Tabellion de Leyrêa e perdante as Testemoyinhas aqui scriptas [o] honrrado Padre e Senhor don ffernando pela / graça de deus Bispo de Coymbra mostrou e leeu hũa çedula da qual o tenhõr tal he.

Quia Nos. f(ernandus). diuina miseracione. Colimbriensis Episcopus uenientes ad villam de Leyrene nostre diocesis. pro nostris et ecclesie nostre nego/cijs procurandis. aliquid dum precclaris non habentes ad rixas et contumelias s[u]per paratj uenerunt de ciuitate Colimbriense in nostrum et ecclesie nostre preiudicium. necnon iniuriam manifestam et in contumeliam et turbacionem iurisdicionis nostre publice / cum armis ut non permicerent nos eaque iuste et ex officio nostro facere debeamus jdcirco monemus eos primo secundo et tertio. ut nobis et ecclesie nostre de talj et tanta iniuria satisfacciant usque ad sex dies. quorum duos pro primo. duos pro / secundo. Alios duos pro tertio. Assignamus. Alios ex nunc ut ex tunc et ex tunc ut ex nunc in his scriptis in prefatos omnis et singulos. excomunicacionis sentenciam promulgamus. pro hanc autem sentenciam nostram non intendimus ire contra / priuilegia sedis Apostolice. si qua sunt exempcionis uel tales compositiones que nos obligent et adque seruanda de iure neccessario teneamus.

¹ Este doc. é oriundo do cartório de Santa Cruz de Coimbra. Conclui-se tal pela cota setecentista, no verso, que diz: «Alm. 8, M.^o 1, n.^o 5», precisamente como aparece na documentação crúzia do ANTT, mesma letra e tipo.

A qual cedula leuda Maestre Joha^{ñe} Coonigo de sancta Crux. disse que salua Re/uerencia dominj Episcopi ista que lecta sunt non continent ueritatem e esto repetyo duas ou tres uezes e o sobredicto Bispo disse a mjm Tabellion sobredicto. que lhj desse testemoyⁿho de como este frade louco o desmen/tya sen razom. ca el nom auya dicto nenhũa cousa contra el porque lhj ouuesse desmentyr ssas palauras. E entom o dicto Meestre joha^{ñe} lééo hũu scripto d apelaçom da qual o tehõr tal he.

JN nomine dominj Amen. Cum oppressis / seu timentibus in posterum se opprimj siue dedj Appellationis beneficio succurratur jccirco Nos Aprilis Martinj Prior Claustralis et ego Magister johanes Canonicus et procurator Prioris et Conuentus Monasterii sancte Crucis Colimbriensis / per Priorem solitj gubernari ad Romanam Ecclesiam nullo medio pertinentis timentes Nos et Monasterium sancte Crucis par Reuerendum Patrem domnum ffernandum Episcopum [Colimbriensis] vicarium uel vicarios alium seu alios lo/co suj in debite agrauari multipliciter et in multis pro eo et ex eo quod cum omnes Ecclesie Castri de Leyrena per donationem. jllustrissimj olim Regis domnj Alfonsi felicitis recordacionis Regni Portugalie Comitiss domnj hen/rricj et Regine domne Tarasie ffilijs Assensu dominj Archiepiscopi Bracarensi et dominj Episcopi Colimbriensi ex certa sciencia sponte et libere interueniente dicte Ecclesie de Leyrena sint ab omnj iurisdicione Episcopalj exempte et / dignoscantur pleno iure ad Priorem dicti Monasterii pertinere et existant libere et exempte ut per priuilegium Apostolicum iam dicto domino Episcopo ostensum plenius constitit et per alia priuilegia poterit arparere jtem cum spacio quadraginta annorum et ultra existant ratione dictj Monasterii libere et exempte. jtem cum in possessione libertatis iam existant tam ratione dictj temporis quam auctoritate priuilegiorum sedis / apostolice. que priuilegia et donacionem idem Prior et Conuentus peratj sunt ostendere uista tenorem constitutionis edite pro sanctissimum Patrem domnum Bonifacium papam .viij^m. super ostendendis priuilegijs exemptorum. jtem pro eo et ex eo super quod / sum ad nos de nouo peruenerit quod prefatus dominus Episcopus presumat uel presumere intendat iurisdicione dictorum Prioris et Conuontos super alijs ecclesijs de Leyrene et terminj ejusdem et super alijs ecclesijs que iuris fundacionj ad dictum Monasterium / spectant pleno iuris de facto cum de iure non possit temere perturbare ac ecclesia usurpare. jtem pro eo et ex eo quod cum in declaratione arbitery contineatur. Statuimus et mandamus quod Episcopus Colimbriensis non audiat causas aliundem / uenientes nec de loco in Leyrena nec intra parrochias Ecclesiarum ipsius ville nec ibi pro tribunali sedeat. jtem cum in eadem declaratione continetur de consignacione puerorum apud Leyrenam facienda ordinamus et statui/mus quod quandum Episcopus Colimbriensis fuerit in Leyrena et procuratus fuerit a Monasterio sicut debet semel in anno si Prior locj uel eius vicarius inuitauerit <eum quod maneat> ibi sequenti die ad homines et mulieres crismandos idem Episcopus. si / comode poterit remaneat ipso die et crismet omnes quod crismare potuerit ipso die. protestamur Nos dictj Prior Claustralis et Magister johanes Canonicus et procurator dictj Monasterii sancte Crucis quod pro eo quod prefatus dominus Episcopus / Colimbriensis temptauit audire causas in villa leyrene et temptare presummit de facto cum de iure non possit de pena in arbitrijs contenta. et ne prefatus dominus

Episcopus ad penas excomunionis priuacionis interdictj suspensionis uel / alias penas iuris uel factj procedere ualeat in hijs scriptis sanctam Romanam Ecclesiam appellamus seu etiam prouocamus et ut iuri satisfaciamus apostulos petimus iterum et iterum eos cum instancia petimus. ponentes nos / Monasterium nostrum et omnes ecclesias nostras cum suis iuribus et pertinencijs porcionarios et parrochianos dicte ville Leyrene ordines suas et omnia bona nostra tam ecclesiastica quam mundana nobis adherentes et flauentes consilium et auxilium im/pedentes clausula seu manifeste sub protectione sedis apostolice pro hanc ante apellacionem non intendimus alijs apellacionibus ad Romanam ecclesiam interiectis et ad Bracarensis Ecclesiam renunciare.

O qual leudo o dicto Bispo / disse que nom sabia se o dicto Meestre ioham que lija aquel scripto. era procurador do Priol e do Conuento de Sancta Crux como sse chamaua naquel scrito. E se o era; que o deuera mostrar. E se o nom era que lhj fa/zia torto en o leer. jtem disse mays que posto que o dicto Meestre ioham se mostrasse por procurador do dicto Priol e Conuento; esta apelaçom nom auya logar. nem contijnha uerdade. ca el nunca dissera palauras / nem fezera obra per que eles podessen entender que os el queria grauar ante per palaura e per obra lhis deu senpre entender o contrayro e lhis disse per muytas uezes e ora lhis dizia esso meesmo que aparelha/do era a guardar todos los priuilegios e exempções que lhis mostrarem e lhis deuer gardar de dereyto. E outrossi todalas composições a que de dereyto ffor teúdo e obrigado. e esto lhis mostrou per obra ca uijndo / el aa vila de Leyrêa que e. do seu Bispado. hu deuera seer recebudo com onrra e com reuerença de todos los clerigos que hy som assy de religiosos como segraes. nom no receberam assy nem lhy fizeram nenhũa onrra como deuyam / ffazer a seu Bispo nem lhj tangerom soamente hũa campaa. E dizia que como quer que el podera ffazer algũa cousa dereyto contra estes clerigos que lhj nom ffaziam onrra nem reuerença. nom quise ffazer nem dizer nenhũa cousa sobre esto / atendendo termho que lhis ha. assynaado conuem a saber Sabado primeyro que uem. quinze dias de iunho andados en que dizia que eles am de mostrar todos los priuilegios e as exempções que eles am. e outrossij as composições. jtem ao que / diziam que o dicto Bispo ouuyrã preytos en Leyrêa que nom deuya ouuyr o dicto Bispo disse que el tijna que podia ouuir os preytos ecclesiasticos de Leyrêa e en Leyrêa asy como juyz ordynayro. E como quer que esto / tenha que podia ffazer de dereyto. nom ouuyra. hy nenhũu preyto. E por todas estas razões dizia o dicto Bispo que mostrara en palaura e en fecto que nom agrauara nem entendia agrauar o dicto Priol e Conuento de / sancta Crux. E assy dizia que nom auya logo esta apelaçom que eles. faziam. e o dicto Bispo disse a mjm Tabellion de uso dicto que lhj desse huũ stromento de Apelaçom e destas outras palauras sobredictas e pidyo mj / que nom desse a outra parte o strumento da Apelaçom sen a ssa resposta assy como de ssusso scrita .he. E o dicto Maestre johañe disse que el preste era pera se ffazer procurador do Priol e do Conuento de Sancta Crux. e que el nom / ueera a Leyrêa com armas ca as ssas armas eram lagrimas e orações. En testemoyinho da qual cousa Eu sobredicto Tabellioñ a todas estas cousas sobredictas presente ffuy e a rrogo e a petiçom do honrrado Padre / e Senhor don ffernando pela merçee de deus Bispo da Séé de Coymbra este estrumento

das sobredictas cousas fecto com mha mão propria escreuj e en ele este meu sig [sinal] nal hy pusi / en testemoynho de verdade fecto en Leyrêa dez. dias de juynho. Era. M^a. CCC^a. e quareenta e hūu. Presentes don Pedro nunjz abbade d alCobaça e don Egas lourenço Day/am de Lixbõa e Lourenço esteuêez Arcidyagoo de uiseu e ffernam garçia Arcidyagoo de Penela Affonsse anes Meestre dos ffrades d alCobaça Martim anes monge e Meestre da scriuanynha. vaasco perez no/tayro de don Abbade ffrey Apariço monge d alCobaça Pero sarrão Priol d alPedris Martim affonso alcoforado Rodrigu eanes e joham rodriguiz caualeiros de Leyrêa e outros muytos e Eu sobre-dicto Ta/bellion pusi em este estrumento hūa antrelynha hu diz cum quod maneat e esto he a dez e noue linhas escrito e Em todas estas cousas sobre-dictas o dicto ABril martijnz Priol clasteyro nom foy presente perdante mjm dicto / Tabellion nem perdante as testemoynhas que suso son escriptas. En testemoynho de totalas cousas sobredictas Eu Ayras lourenço publico Tabellion de Leyrêa. pusi este meu sig [sinal] n/al outra uez em este estrumento en testemoynho de verdade. fecto no dia e na Era. de ssusso dicto. Presentes os de ssusso dictos. testemunhas. //

DOC 28

1328 (E.1366), Abril, 24, Leiria — Fragmentos do protesto do bispo de Coimbra, D. Raimundo, contra a indigna recepção que o prior crúzio de Leiria lhe fizera, mormente por lhe interditar a entrada na igreja de S. Pedro desta vila.

A — Fragmento A: ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, 2.^a inc., m.^o 18, doc. do «Alm. 34, M.^o 4, N.^o 3».

A — Fragmento B: ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, Pasta 3, doc. do «Alm. 3, M.^o 1, N.^o 1 (-10)».

Obs.: Trata-se do mesmo documento e assunto; as diferenças das cotas modernas derivarão, porventura, duma fragmentação do diploma anterior a Quinhentos.

A) Sabham todos que en presença de mjm Johanne steuêez publico Tabelliom de Leyrêa. e as Testemuinhas que adeante som scriptas / o honrrado Padre e senhor Dom Reimondo pela. mercee de deus e da sancta Egleia de Roma Bispo de Coinbra seendo el ante a Porta / da Egleia de sam Pedro da dicta vila. e estando ffechadas as Portas da dicta Egleia, disse que el come Bispo que era de Coin/bra chegara ao dicto logar. e dizya que queria entrar en na dicta Egleia assy como dizya que senpre entraram seus antecessores / E dizya que nom queria hy entrar <com entençom de hir contra> os Priuilegios e composições que Joham durãez Priol da dicta vila dezya que o Moesteyro / de sancta Crux . tijnha E dizya que os queria contra elles ffazer nenhũa cousa nouamente. Mais dizya que os queria guardar / por aquela guisa que deuya. E disse ao dicto Prior que lhj mandasse abrir as Portas. da dicta Egleia., E o dicto Joham dur/aes Priol de Leyrêa disse que ha composiçom antre o Moesteyro de sancta Crux. e o Bispo de Coinbra

antre as outras cousas / que dizyam que som conthudas na dicta conposiçom quando o Bispo de Coinbra quiser chegar aa Vila de Leyrêa a comer sa procuraçom. dizya que / ante o deuya ffazer saber ao Priol e conuento de sancta Crux de Coinbra per sex dias. E dizya que entom o Priol e Conuento de sancta / Crux lhj mandaram dar a procuraçom, por dous ffrades do dicto Moesteiro. ca dizya que assy era conthudo na composiçom que dizya que auya / amtre o dicto Bispo e Priol e Conuento de sancta Crux. E assy dizya que assy fora guardado pelos antecessores do dicto Bispo por cinco/enta. e por sesseenta. e por Seteenta anos E mais. ataa o dia d oie., E dizya que porque ffora dicto ao dicto Joham durâaes por ho/mêes dignos de ffe que o honrrado Padre e senhor Dom Reimondo Bispo sobredicto. que queria ennouar e ffazer e uynr / contra composiçom e contra cousas que dizya que hy som conthudas. e esto dizya que dissera publicamente. e el era senhor poderoso. e de / muita Jente d ohmêes ffilhos d algo. e doutra gente muita que dizya que tragia consigo. e que poderia auer. E dizyam que teme/ndosse de lhi ffazer algûas cousas por fforça e como nom deuya. E porque dizya que nom auya mandado do Priol e Conuento de sancta / Crux segundo como deuya. e dizya que era conthudo na dicta conposiçom. e dizya que temendo sse do dicto Bispo assy como dicto he / portanto dizya que queria aguardar e deffender todo o seu directo. assy como dizya que o deffenderom os seus antecessores ataa o dia d oie. E dizya / que quando o dicto Bispo quisesse guardar e manteer assy como dizya que os seus antecessores manteuerom e guardaram ata aquj. e el ouuesse / Recado do Priol e Conuento de sancta Crux. em como ffezesse. dizya que A ffaria [a] mandado do seu mayor e do Conuento assy como elles man/dassem. E o dicto senhor Bispo disse que se lhj o dicto Priol de Leyrêa mostrasse a dicta conposiçom que dizya que lha guardaria de boa mente. E di/zya que nunca dissera que hiria contra a dicta conposiçom nem queria hir. E disse que el a tempo conuenhauel ffezera saber ao Priol de Leyrêa sobredicto / que queria uynr aa dicta vila. pera auer hy sa procuraçom como deuya. e dizya que sobela dicta procuraçom nom era contenda. Mais que por rrazom da Jgreia em que / dizya que o nom leyxaum entrar. como dizya que senpre entrarom os seus antecessores. E dizya e ffrontaua ao dicto Priol de Leyrêa. que lhj / dissesse em que hya contra a dicta conposiçom e que nom hiria contra ella. ca el dizya que por entrar na dicta Egleia dizendo que queria ouuir missa com vicente / affonso Priol de Coia. e com ffrançaço affonso Priol de sancta Justa que dizya que era seu Capelam. e com bernaldo e com Meestre giraldo. seus / Clerigos que com el syam aa Porta da dicta Jgreia sem armas saluando Caniuetes pequenos. e hûu Cuitelo pequeno. E assy dizia que nom / entendya que hya contra a dicta conposiçom que o dicto Priol de Leyrêa dizya. E dizya e ffrontaua ao dicto Priol de Leyrêa que lhj mandasse abrir / as Portas da dicta Jgreia . e que mandasse ende sahir homêes armados que dizya que hy iazyam contra el. pera o nom leyxarem entrar na dicta / Egleia e porque lhj o dicto Priol nom quis abrir as Portas da dicta Jgreia protestou o dicto senhor Bispo a demandar a enJuria que dizya que lhy em esto / fazy. e peas algûas se as ha en a dicta conposiçom que o dicto Priol de Leyrêa alegaua. e disse demais que el nom tragia companhas senom aquelas que de / [...] dizya que se temya de muitas companhas armadas / [...] /

B) [...] uora ne[m] caimados pera ffazer mal nem fforça [ao dicto Prior de ourem nehũu Mais (?) ...] / e percebudas que dizya que o dicto Priol a tjnha na dicta Egleia . e em quatro Egleias outras da dicta vila contra el. e que se poinha so a protecçom e / deffendimento de nosso senhor. o papa. e de nosso senhor el Rey [a]ssy e sa jente., E o dicto Priol de Leyrã dizya que o dicto Bispo segundo como / lhj disserom ao dicto Priol que o dicto Bispo queria hir contra a dicta Conposiçom e desto dizya que ffaria ffe quando mester fosse e que a conposiçom / que dizya que lhj mostrassem que ben na sabya el e dizya que estas cousas eram notorias e sabudas. E dizya que como el sabya a procuraçom / que he dada¹ com na conposiçom. e a procuraçom com na conposiçom assy dizya que sabya a conposiçom., E dizya que o Moesteyro de sancta Crux ffoy murdudo per / muitas uezes da jgreia de Coinbra portanto dizya que se antreugiaria e queria guardar o derecho de sancta Cruz. como dizya que o guardarom / os seus antecessores., E dizya que o dicto Bispo ouuira ia <oie> missa assy como fora sa uontade. e daquelo que dizya que queria ouuir outra missa. / dizya que esto queria el ffazer em dano do dicto Moesteyro e em seu prejuizo e da dicta conposiçom. e por entrar nas Egleias por uiolença e por sa outorida/de. dizendo que queria ouvir missa ffigendo e dizendo salua a ssa Reuerençia. E dizya o dicto Priol que quando o dicto Bispo quisesse uijnr como dizya / que ueerom os intesores [sic] <seus> chaamente e pacifficamente. ao Castelo de Leyrea. dizya que lhj prazeria muy de boa mente. Mais porque dezya que lhy ffora / dicto que queria uirar en dano do dicto Moesteyro portanto dizya que queria deffender o derecho do dicto Monsteiro. E dizya que se algũas jentes iazyam / nas jgreias armadas que nom era de seu mandado. nem de seu consseimento nom lhj prazyia ende., E dizya o Priol de Leyrã que contradizya a prote/staçom que o dicto Bispo fazyia por rrazom da pea e da enjuria e se peas hy auya que el caera em ellas. ca nom o dicto Monsteiro. ca el dizya que nom queria hir contra / o dicto Bispo. Mais dizya que o sserviria e guardalo hia saluo o derecho do Moesteyro de sancta Crux. E dizya que poinha totalas cousas do dicto Moesteyro so / protecçom e deffendimento de nosso senhor o papa. e de nosso senhor el Rey de Portugal. E protesta o dicto Priol. pera enader e minguar e declarar como lhj / ffor mester em este strumento e em totalas cousas que em el som contehudas. E o dicto Priol protestou pelas peas e por todo o seu direito. E o dicto senhor Bispo / disse que el ora nouamente ueera por Bispo ao Bispado de Coinbra. e dizya que assy auya Razom de nom saber a dicta conposiçom. e que o dicto Priol que a alegaua / lha deuya de mostrar. E dizya que lha guardaria de boamente. E dizya que el uijnha ao dicto logar como deuya de uijnr e tam chãamente e tam / pacifficamente como dizya que ueerom os seus antecessores e mais. assy como dizyam que era notorio em esta terra. E dizya que aquelo que o dicto Priol / dizya que o dizya por enffinta e protestou e disse como de ssuso dicto he. e disse que este ffecto Remetia a nosso senhor o PaPa. e ssa Corte. E o dicto Priol / disse que aquello que el disse que nom era Jnffinta. mais que aquelo que el disse que he uerdade. e que ffara certo como ffor derecho e

¹ Corrigi de «nada».

perdante quem / ffor derecho que he uerdade. E o dicto senhor Bispo disse que contradizendo a todo aquello que o dicto Priol auya dicto e protestando e repetindo aquj / todo aquello que el po[r] ssy disse. e protestou e disse que intimaua a dicta jniuria. que dizya que lhj o dicto Priol ffezera. a dez mil. libras. da Moeda Portugue/sa. E o dicto Priol disse que contradizya e contradiz por ssy e pelo Moesteyro de sancta Cruz a todas as protestações que o dicto Bispo ffez. e ffaz e ha de ffazer contra / o dicto Moesteyro e contradizya a enJuria das dez. mil. libras. que o dicto. Bispo pos e estimou por ssy. Das quaes cousas o dicto Priol de Leyrêa pidyô a mym / sobredicto Tabelliom hũu stromento ffecito em Leyrea no Adro de sam Pedro ante a Porta da dicta Egleia vijnte e quatro. dias. d aBbril. Era. de Mil e trezentos e sesseen/ta. sex. anos. testemunhas. Affonso dominguez Lourenço affonso Nicolâo perez Tabelliaes Joham ffernandez Caualeiro. Steuam perez [Cleriguos] Joham perez seu Jrmão / Priol de sanctiago d ourem ffrançisco martinz Gil dominguez Priol de Punhete. Steuam de Pedroso abbade da Jgreia de sancta Maria de Bobjlhares. Affonso dominguez da / ffeyra e outros e Eu Johan esteuêez Tabellion sobredicto a pitiçom do dicto Priol este strumento com mha mão propria screuy e meu sig [sinal] nal hy pugj / en testemuyinho de verdade. E nom uenha duuida aas cinquj linhas hu diz com entençom de hir contra, ca eu sobredicto Tabelliom o / antrelinhey. //

DOC. 29

1335, Abril, 25, Coimbra — Carta de nomeação de Afonso Eanes Calvo, cónego de Santa Cruz de Coimbra, na igreja de S. Miguel de Colmeias (Leiria).

A — ANTT, Santa Cruz de Coimbra, Pasta 10, Alm. 12, m.º 8, n.º 4.

Magister Arnaldus de Sancto Vinçençio Reuerendj in Christo patris Domni Johannis dej / gratia Episcopi Colimbriensis Vicarius generalis. Vobis Alfonso Johannis dicto Caluo / Canonicum Monasterij Sancte Crucis Ciuitatis Colimbriensis., Salutem in Christo eternam. Ad / presentationem honorabilis ac Religiosi viri domini francisci Prioris prefati / Monasterij Sancte Crucis et .. eius Conuentus Auctoritate presentium et michi comissa / specialiter in hac parte Vobis comicto Curam Regimen et Administrationem Ecclesie / Sancti Michaelis das Colmeas dyocesis Colimbriensis tam in spiritualibus quam in tem/poralibus secundum Compositionem que est inter Ecclesiam Colimbriensis et Monasteri/um supradictum. Vobis in super comitem Vt pro Juribus prefate Ecclesie Sancti Michaelis / parrochianos Viros censura ecclesiastica compellere Valeatis. Recepto pro me A / Vobis Corporalj Juramento Super Sancta dej euangelia, Quoniam fidelis eritis dicto domino / Episcopo successoribus et Vicariis suis et Ecclesie Colimbriensis., Qua mandata ipsorum / seruabitis licita et honesta quathinus ad eorum obseruationem eritis de Jure As/trictus Ratione dicte Cure Juxta compositionem dicti monasterij supradictam Et quod / Jura dicto domino Episcopo et Capitulo Colimbriensis debita ratione dicte Ecclesie integre / persoluetis Et prmissa omnia vobis comito et concedo Saluo tantum Jure quolibet / Alieno,

Actum et datum Colimbrie sub sigillo Autentico Audientie Episcopalis /
in testimonium premissorum Die. xxv. mense Aprilis. Era. M^a. CCC^a. lxxij.

P[etrus] Joha/nerij scripsit,, /

a) M. S. concessi. //

DOC. 30

1356 (E. 1394), Janeiro, 7, Coimbra — Compromisso feito entre o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, os clérigos de Leiria e o Concelho desta vila para que os benefícios eclesiásticos nela existentes fossem sempre providos em seus naturais, segundo era costume. Com procuração do Concelho de 1356, Janeiro, 1, Leiria e dos raçoeiros da mesma vila também de 1356, Janeiro, 1, Leiria.

A carta de procuração do Concelho é o texto mais antigo conhecido duma vereação em Leiria.

A — ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, Pasta 3, doc. Alm. 41, m.º 4, n.º 1.

Sabham quantos esta carta virem que Nos Affonso pella merçe de deus Priol e o Conuento do Moesteyro de Santa Cruz de Coynbra E Nos Martin perez / juyz e Affonso anes procuradores do Conçelho de Leyrea per huũ stromento de procuraçom scripto e assignaado por mão de ffernã rodri-guez tabelliom de Leyrea Se/gundo en el pareçia, do qual o tehor se adeante segue, E eu Joham dominguez pereiro procurador do Cabidoo da Clerezia de Leyrea segundo per / hũu stromento de procuraçom scripto e assignado per mão do dicto ffernã rodri-guez tabelliom segundo en el pareçia do qual o teor se adeante segue Consij/rando pera auermos rrazom de trager e jnduzir os naturaes da villa de Leyrea pera aprenderem e seerem clerigos e fazerem ffruyto na Eygreia de deus / en estado de Clerezia E outrossy consijrando grande proueyto e honrra e seruiço que se Seguira ao dicto Moesteyro e aa sua Eygreia de Sancta Ma/ria de Leyrea e pera esquiar escandalo e mal e perda que rrecreçia ao dicto Conçelho e ao dicto Cabydoo e outrossy ao dicto Moesteyro per rrazom que o dicto / Conçelho se Antre-metera de ffazer algũs naturaes da dicta villa que o nom eram como compria. conuem a ssaber per diuydo de deryta linha de/çendente, ou per seendo a madre ou o padre comorante na terra e naçendo dela hy algũa criança. ffazendo algũas pessoas naturaes dando / se por Seelo do dicto Conçelho que o eram e pedindo merçee Aos Priores e Conuento do dicto Moesteyro per sas leteras que lhys proueessem dos beneffi/çios da dicta villa nom esguardando o boom costume que senpre ouue na dicta villa e o compromisso que he antre nos dictos Priol e Conuento e o dicto Cabidoo / da Clerezia de Leyrea de nom Auerem de seer dados os beneffiçios da dicta villa a outras pessoas senom aaqueles que dy fossem naturaes pela / guissa suso dicta. E porque en Auer esto hyr mays adeante seeria muy perigosso. querendo nos poer rremedio e statuto que se nom possa mays / ffazer e seer esprecado o boom costume e querendo aguardar o statuto que sobresto foy ffecto per nossos Antecessores Nos Martin perez e Affonso anes / procura-dores do dicto Conçelho por o dicto Conçelho e en seu nome e por todos seus successores prometemos que daqui adeante nom ffaçamos nen/hũu

homem por natural da dicta villa per graça que lhy ffaçamos nem per nenhũa outra maneyra nem demos fe per nosso Seelo senom per aqueles / que o forem per diuydo dereyto de linha deçendente ou per naçendo na terra seendo a madre ou o padre dy morante E nos dictos Priol e Conuento / juntos en Cabidoo per campãa taniuda pera esto. por nos e por todos nossos successores querendo espregar o boom costume que Senpre ouue na dicta / villa e querendo aguardar o que prometemos no compromisso que he entre nos e o Cabidoo dos Clerigos da dicta villa. prometemos que daqui adeante / nom demos o benefiçio a nenhũu que nom Seia natural da dicta villa, E eu Joham dominguez procurador do dicto Cabidoo da dicta villa por o dicto Caby/doo e por todos seus secçessores prometo que daqui adeante por suas leteras nem per outra guissa nom ffaçam outro nenhũu natural da dicta vila / senom aqueles que o forem pela guissa suso dicta E nos dictos Priol e Conuento por nos e por todos seus successores, E eu Joham dominguez procurador do dicto Caby/doo da dicta villa por o dicto Cabidoo e por todos seus successores prometemos a conprir e aguardar as sobredictas coussas e qualquer que as / britar e contra elas for pague aas outras partes por pea Vijnte vezes Mill. libras a cada hũa das outras partes aguardante as dictas / coussas.

§ O tehór do sobredicto stromento de procuraçom do dicto Conçelho A tal he.

§ Sabham todos coñho primeyro dia de janeyro Era de Mil e / trezentos e Noueenta e quatro Annos nos paaços do Conçelho seendo o Conçelho apregoadó per barrossinho e per Domingos affonso maçaas pre/goeyros da dicta villa pera ffazerem Almotaçes e outras cousas que diziam que era seruico e proL do dicto Conçelho, seendo nos dictos paaços / Martin perez de Beia juyz por El Rey en Leyrea e Vaasco perez ffalcoeyro. e Vaasco perez vassalo dEl Rey e Affonso martinz vereadores da dicta / vila e Affonso anes padelo procurador do Conçelho e Affonso steuẽz Almuxarife. dEl Rey na dicta vila e Affonso abril scriuam do dicto Senhor e Affonso / martinz e Steu eanes tabelliom e Pero martinz e Viçente perez e Vaasco dominguez e Viçente dominguez E peça de homeens boons da dicta vila. En presença de mjm / ffernam rodriguez publico tabelliom de nosso Senhor El Rey na dicta vila de Leyrea e das testemunhas que adeante som scriptas os sobredictos vereadores e homens boons fizeram e ordinharom e stabeleçerom por seus çertos procuradores en nome do dicto Conçelho auondossos assy coñho eles / podem e deuem seer e mays conpridamente ualer o dicto Martin perez juyz e o dicto Affonso anes procurador do Conçelho. que por eles e en nome do / dicto Conçelho possam outorgar e affirmar hũu statuto e firmidõe que se ha de ffazer Antre o Priol e Conuento do Moesteyro de Sancta Crux de / Coynbra e Antre nos Concelho de Leyrea e o Cabidoo da clerezia da dicta villa per rrazom de se nom fazerem des aqui adeante naturaes da / terra senom aqueles que o dy forem assy coñho for contehudo no dicto statuto. E pera stabeleçer e affirmar peas quaesquer que forem postas no dicto / statuto e firmidoe. E outrossy que por o dicto Conçelho e pelos seus successores jurar que seia aguardado o dicto statuto e firmidoe des aqui / adeante assy coñho for outorgado. e aprouuer ao dicto Priol e Conuento do Moesteyro de Sancta Crux e aos dictos nossos procuradores e a[o]

procu/rador do dicto Cabidoo E as coussas que pelos dictos nossos procura-
dores forem outorgadas e firmes. nos en nome do dicto Conçelho as / auemos
por firmes e stauijs pera todo Senpre e todos socçessores so obrigamento
dos beens do dicto Conçelho que pera esto obligamos, ffeyta / a procuraçom
en Leyrea nos paaços do Conçelho dia e mes e Era suso scrita, testemunhas
Steu eanes tabelliom e Affonso abril e Viçente perez e vaasco / dominguez
e outros e Eu sobredicto ffernam rodriguez tabelliom que a esto presente
fuy A rrogo e outorgamento dos dictos vereadores e homens boons do dicto /
Conçelho esta procuraçom screuy e neela meu signal fiz que tal he en teste-
munho de uerdade.

§ jtem o tehor da sobredicta procuraçom do dicto Cabidoo he a tal /
Sabham todos que nos Cabidoo da Clerezia de Leyrea seendo juntos
pera esto que se segue na Eygreia de Sancto Steuam da dicta vila ffaze/mos
e hordinhamos por nosso çerto procurador auondosso assy coñho ele e mays
conpridamente pode e deue seer e mays conpridamente ualer / joham dominguez
pereiro nosso companhom e nosso prioste que ele por nos e en nosso
nome e por todos nossos socçessores possa outorgar e afirmar / hũu statuto
e firmydoe que se ha de ffazer Antre nosso Senhor Priol e Conuento do
Moesteyro de Sancta Crux de Coymbra E Antre o Conçe/lho de Leyrea e nos,
per rrazom de se nom fazerem des aqui adeante naturaes da terra senom
aqueles que o dy forem assy coñho for conthudo / no dicto statuto e pera
stabeleçer e affirmar peas quaesquer que forem postas no dicto statuto e
firmidoe, E outrossy que por nos e por todos / nossos successores jurar
que seia aguardado o dicto statuto e firmidoe des aqui adeante assy coñho
outorgado e aprouuer ao dicto Senhor / Priol e Conuento do Moesteyro de
Sancta Crux e procuradores do Conçelho da dicta villa e ao dicto nosso
procurador E as coussas que pelo dicto / nosso procurador forem outorgadas
e firmes, nos as auemos por firmes e stauijs pera todo Senpre por nos e
por todos nossos socçessores. so obrigamento dos beens do dicto Cabidoo que
pera esto obligamos; ffecta a procuraçom en Leyrea na dicta Eigreia de
Sant esteuam pri/meyro dia de janeyro Era de MiL e trezentos e Noueenta
e quatro Annos, testemunhas joham perez barricouro e Pero martinz e
Affonso martinz e joham e/anes bagulho clerigo e johan eanes Vallongo
e outros. Eu ffernam rodriguez publico tabelliom de nosso Senhor El Rey
em na dicta vila de Ley/rea que a esto com as dictas testemunhas presente
fuy e a rrogo e outorgamento do dicto Cabidoo esta procuraçom screuy
e nela meu signal fiz que tal he, / en testemunho de uerdade.

§ Polas quaes coussas seerem antre nos pera senpre firmes fizemos
seer fectas tres cartas de hũu tehor Seeladas / dos Seelos de nos dictos
Priol e Conuento e do Seelo do dicto Conçelho de Leyrea e do Seelo do
Cabidoo dos clerigos da dicta villa de / Leyrea; ffectas fforom en Coymbra
no dicto Moesteyro en Cabidoo Sete dias de janeyro da Era de MiL e
trezentos e noueenta e quatro Annos / testemunhas que presentes foram
Affonso steuẽz Almuxarife de Leyrea, Domingos perez clerigo da dicta villa,
Steu eanes Priol d almasa, Steuam dominguez zola alffa/yate Affonso dominguez
peliteiro e Gil sanchiz ouriuez e outros E eu Martin steuẽz publico
tabelliom de nosso Senhor El Rey na Çidade e jeeraL / en todo o bispado

de Coynbra A esto com as dictas testemunhas presente fuy e a rrogo e outorgamento dos dictos Priol e Conuento e dos dictos procuradores / do dicto Conçelho e do dicto procurador do dicto Cabidoo tres cartas semelhauys dũu teor screuy e en cada hũa delas meu signal puy que taL / tal [sinal] he. //

DOC. 31

1361, Abril, 24, Coimbra — Carta de obrigação e sentença pela qual Domingos Eanes, clérigo residente em S. Simão de Litém (Leiria), se obriga a pagar ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra pelos dízimos, primícias e direitos deste instituto na dita freguesia, 12 libras de renda e pensão mais 5 libras de colheita, anualmente. (Com carta de contrato de 1361, Abril, 23, Coimbra).

A — AUC, *Pergaminhos de Santa Cruz de Coimbra*, Dep. V, Móvel 7, Gaveta 1, Doc. 2 («Alm. 34, m.º 2, n.º 20 — N.º 1Riii»).

Obs.: Pergaminho em mau estado de conservação. Com plica e restos do cordão do selo pendente.

Fernam gil Coonigo de Coinbra e Vigairo geeral do honrrado padre e Senhor dom Pedro pela merçee de deus e da sancta Egreia de Roma Bispo de Coinbra. A quantos esta carta de Sentença virem faço saber como perdante mjm parecesem en Jujzo domingos martijz vigairo perpetuo da Egreia de ssam Pedro de [...] ho procurador do onrrado Religioso e honesto dom Afonso pela graça de deus e da sancta Egreia de Roma Priol e o Conuento do Moesteyro de sancta Cruz da dicta Cidade de Coinbra polos dictos Priol e Conuento d hũa parte E por Johanne annes clerigo morador na Egreia de ssam Simhom do Aletem termho de leirêa da outra dizendo o dicto domingos martinz que os dictos Priol e Conuento enprazarom ao dicto domingos annes a dicta [Egreia de ssam] Simhom que he ssua e do dicto seu Monsteiro com todas ssuas dizimas e primícias e com todolos outros seus direitos e perteenças que os dictos Priol e Conuento Auijam e de direito deuijam a auer na dicta sua Egreia de ssam Simhom e que o dicto doming' annes Auija de dar en cada hũu anno Aos dictos Priol e Conuento do dicto Monsteiro de Sancta Cruz por Renda e penssom da dicta Egreia Cento e vijnte libras de dinheiros portugueses Conuem a saber a meijatade por dia de Pascoa de Resurreiçom e A outra meiatade por dia de ssam Joham babtista no dicto Monsteiro en paz e en saluo E que acontecendo que o dicto Priol fosse de pousadia pela dicta Egreia de ssam Simhom ou en Aldea galega ou seus successores que depos el veerem que o dicto doming'annes lhes desse hũa Colheijta de Cinquo libras e Maijs nemhũa vez no Anno segundo todo mais conpridamente era contheudo en hũu stormento ffecto e Asinado per Martim afonso Tabelliom del Rej na dicta Cidade de Coinbra segundo en el todo Maijs compridamente paricia [sic] do qual stromento o theor de uerbo a uerbo tal he

Sabham quantos este stromento virem que nos Afonso pella merçee de deus Priol e Conuento do Mosteiro de Sancta Cruz da cidade de Coimbra ARendamos e outorgamos A uos doming'annes clerigo morador na nossa Igreja de ssam Simhom de Aletem termho de leijrea todos foros [...] direitos perteenças e Rendas que nos e o dicto nosso mosteiro Auemos e de direito deuemos de auer da dicta nossa Igreja de ssam simhom que nos es[o me]des Reçebades des dha de ssam iohãne babtista passado [da Era de] mil e quatrocentos Annos en todos dyas de Vossa vida tam solamente sso tal preito e condiçom que nos seruades e Mantenhades a dicta Igreja de Capellan [em cada] anno pagardes A colheijta Ao Bispo e ssairdes [...] nos outras custas e encarregos da dicta Igreja saluo pedida do Papa sse veer E que outrossij mantenhades e Adubedes e profeijtades e façades e Refaçades totalas Casas e vinhas da dicta Igreja aas vosas proprias [custas] de todo Aquelho que lhe compridoijro for e de todo caso fortuijto por tal guisa que Ao tempo do uosso sajmento ffiguem todas melhoradas e nom peioradas e que [de]des Ao dicto nosso moesteiro en cada hũu anno [de foro] e pensom das dictas coussas en paz e en saluo no dicto nosso Mosteiro Cento e vijnte libras de dinheiros Portugueses por esta guisa A meatade por dia de pascoa de Resurrejçom e A outra meijtade por dia de ssam Joham babtista. e assij en cada hũu anno en dias de uossa vida E nem uos posades scusar de pagar esta Renda e pensom por Augũu nem por fogo nem por outro caso fortuijto que acontecer E quando nos Priol ou outro qualquer que apos nos for Priol do dicto Mosteiro for de pousada na dicta Igreja ou en Vila gallega deuedes nos de dar hũu Colheijta de Cinquo libras e mais nom [...] no Anno E nom conprindo uos as coussas [...] de suso dictas e cada hũua delas e nom pagando a dicta pensom e colheita. pela guisa que dicto he que nos dedes e pagedes porem por jnteresse e em nome de pena Cem libras de dinheiros portugueses e de mais que nos per nossa Autorijdade sem outra citaçom e figura de Juizo vos possamos tolher [...] que dicto aRendamento com toda ssa bemfeijtoria E uos non uos chama[r]des forçado nem sbulhado E comprirdes uos o que dicto he e pagando a dicta pensom e colheita que nos nem noso ssuscesor [sic] nem outrem por nos uos nom possamos tolher nem enbargar o dicto ARendamento nem [...] e sse o fezermos que nom valha e demais que paguemos A uos a dicta pea das dictas Cem libras e vos todauija seer Restituído ao dicto aRendamento E eu sobredicto doming'annes Reçebo en mjm o dicto ARendamento e consento en el E obrigo todos meus beens movijs e Raiz Auudos e por auer [...] como segrães a teer e manteer e comprir e guardar as cousas e condições suso dictas e cada hũu delas he pagarmos ao dicto Priol e Ao dicto uoso Monsteiro a dicta Renda e pensom e colheita ao tempo que dicto he [...] faço seer Julgado este contrauto per o Bispo de Coimbra ou per seus vigairos de prazimento meu e voso sse a pea e jnteresse e condições ssuso dictas ffecto ffoy esto stromento na Cidade de Coimbra no dicto Mosteiro de Santa Cruz Ante o paçoo do Cabijdo vijnte e tres dias de Abril Era de Mil e trezentos e Nouenta e noue Anos. Testemunhas que presentes foram Viçente stevez Priol de Ansiom e Affonso martinz Coonigo de Porto Vig (?) homem do dicto Priol de sancta Cruz e Johane annes morador na Abegoaria termo d alcoentre (?) e outros e Eu Martim afonso Tabelliom del Rey na dicta Cidade de Coimbra que presente

ffuij e por mandado do dicto conuento e d[o] mosteiro e do dicto doming'annes clerigo ste stromento screuj. E meu sinal fiz que tal he —

§ O qual stromento assij mostrado en Juizo Perdante mjm como dicto he o dicto domingos martinz pelos dictos Priol e Conuento E o dicto doming'annes por ssij pedirom a mjm dicto vigairo que eu per ssentença Julgase que todalas cousas e cada hũa contheudas no dicto stromento ffossem conpridas e aguardadas antre as dictas partes como dicto he. E que condāpnasse o dicto doming'annes aos dictos Priol e Conuento nas dictas Cento e Vijnte libras da dicta Renda e penssom e nas dictas Cinquo libras de Colheita que lhas desse quando per hũa sso pousada segundo he contheudo no dicto stromento E que lhe desse e pagasse as dictas Cento e vijnte libras en cada hũu dos dictos Annos em paz e en saluo no dicto seu Monsteiro nos dictos termos contheudos [...] Eu vigairo suso dicto de prazimento das dictas partes e Aa ssa petiçom per sentença defenitiua en estes scritos Julgueij e Julgo que as dictas cousas e cada hũa delas seiam conpridas e Agordadas antre [as dictas partes] segundo he contheudo no dicto stromento E condapnei o dicto doming'anes aos dictos Priol e Conuento nas dictas Cento e vijnte libras da dicta penssom que lhas de e pague en cada hũu dos dictos tempos em paz e en saluo no dicto seu Mosteiro en cada hũu dos dictos termos contheudos no dicto stromento como dicto he E a dicta Colheita lhe dar e pagar pela guisa que de suso dicto he e sse nom pasades [sic] os dictos termos e cada hũu deles en cada hũu dos dictos annos. dando lhe pelas tres Amoestações Canonicas os dictos termos e cada hũu deles en cada hũu dos dictos annos nom ho fazendo o dicto doming'annes asij dy En deante ponha Sentença de Interdicto na pessoa do dicto doming'annes defendo lhe en iuramento da sancta Eigreja por esta carta En testemunho das dictas cousas e cada hũa delas mandej ende dar aos dictos Priol e Conuento do dicto Mosteiro de Sancta Cruz [E ao dicto domjng'annes hũu] stromento seelado do seelo pendente da Audiência do dicto Senhor Bispo dada en Coimbra vijnte e quatro dias de Abril. Era Millesima Tricentesima. XC^a ix^a. Anos.

a) ffernandus egidij.

a) Vicencius stephani. //

DOC. 32

1365 (E. 1403), Maio, 20, Leiria — Carta pela qual D. João, arcebispo de Braga, declara nulos todos os despachos que havia dado em Leiria.

A — BNL, *Reservados*, PGS 69 P.

Ref.º: *O Couseiro* ..., cap.º 6.

Dom Joham pela graça de deus Arçebispo de sancta ssee de bragua. A quantos esta carta virem ffazemos saber que sseendo nos per tempo na vila de leirea fomos certos que toda a juridiçom / episcopal da dicta vila he do priol e moesteiro da sancta Cruz de Coymbra. E que som liures et exemtos de toda juridiçom episcopal e a dicta villa de leirea. Porem nom

entendemos / a husurpar A dicta juridiçom Ao dicto priol. ssi algũas questoes e pereytos hi decedemos. Antre Algũas pesoas. Mays conoyssemos bem que o fazemos per sua liçenca nom husurpando / o seu drieto. E queremos e outorgamos que nom faça prejuyzo a el nem ao dicto seu monsteiro nem a dicta sua juridiçom. Em testemunho desto mandamos dar ao dicto priol esta nossa carta sseelada / de nosso sseelo. Dante em leirea. xx^{te} dias do mayo Era de Mill. e iiij^{te}. e¹ tres Annos. //

DOC. 33

1374 (E. 1412), Maio, 9, Leiria — Carta em que se regista a apelação de João Domingues, vigário de Leiria, em virtude de saber que D. Pedro, bispo de Coimbra, vinha estar na vila, para o prior de Santa Cruz de Coimbra, D. Afonso.

A — ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, M.^o 209 A, «Alm. 34, m.^o 5, n.^o 1 ate 13».

Sabham todos que na Era de Mil e quatroçentos e doze anos. Noue dyas de Mayo / en Leyrea. na Rua da alffayataria ante as Cassas que fforom de Meestre / Joham fisico; En presença de mjm joham annes tobyas tabeliom de Nosso Senhor / El Rey na dicta Vila e das testymunhas adeante escritas pareceo joham dominguez / Priol da dicta Vila de Leyrea e disse que como el tenha uezes na dicta Villa / em nome de Dom Affonso Priol do Moesteyro de Santa Crux de çidade de / Coinbra cuia a jurdiçom pontifficaL he. da dicta vila. e como lhy ora / seia dicto. que Dom pedro bispo da dicta Çidade e uem aa dicta Vila de Ley/rea. e que el temendo sse de o dicto Bispo. de agrauar el dicto Priol e algũus / outros coonjgos e clerygos do dicto Priol de sancta Crux, ou se estender en / Mays que aquelo que he contehido nas composições postas. e ffectas antre aqueles / que fforom e Som bispos de Coimbra. e os Priores do dicto Moesteyro de San/ta Crux. dyse que apelaua del por palaura, e prometia d apelar per scrito., / assy como o direito Manda. e dizya e pedia a mjm dicto tabeliom que lhy de/sse hũu stromento. e dous e mays e quantos lhy comprissem. ffecto en Leyrea, / no dicto logo. dyas Mes. Era sobredictos., testemunhas Lourenço dominguez. e johom dominguez clerygos. e / Nicolãao uiçente. e joham Lourenço Muyxom. e outros. E eu joham annes sobredicto tabeliom / que este stromento screuj em que ffiz meu Synal que tal he [sinál] En testemunho de uerdade. / quatro soldos. //

¹ Riscou: «v^{te}».

DOC. 34

1374 (E. 1412), Maio, 10, Leiria — Registo de agravo que manda fazer o bispo de Coimbra, D. Pedro, por os raçoeiros e cônegos estantes em S. Martinho de Leiria, o impedirem de rezar, com sua companhia, as horas de véspera.

A — ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, 2.^a inc., M.^o 209 A, «Alm. 34, m.^o 5, n.^o 1 ate 13».

Obs.: Pergaminho fragmentado.

Sabhom todos que na Era de Mil e quatroçentos e doze anos,, dez dyas de Mayo., / en Leyrea. na Egreia de Sam Martinho. Em pressença de mjm joham annes publico tabeliom / de Nosso Senhor El Rey na dicta vila, e as testemunhas adiante scritas. Estando na dicta / Egreia. ante o altar de Santa Maria. Dom Pedro bispo da Çidade de / Coynbra com sseus clerygos e outros companhos. pera ouuirem uespera. segundo / pareçia. E estando ja em çima no coro da dicta Egreia peça de clerygos rra/çoeyros na dicta Villa, e Coonygos do Moesteyro de Santa Crux da dicta Cy/dade, de Coinbra., os Sobredictos Coonjgos e clerygos começaram a Rezar a ues/pera. e dizendo o deus Jneutorium. o dicto Bispo lhys Mandou dizer que / quedassem, ca el queria dizer com sseus clerygos e aleuantar as dictas oras /. E os dictos Coonjgos e clerygos nom Leyxarom porem de ACabar o dicto / Verso. e dizer adeante a uespera. E logo o dicto bispo Mandou chamar a mjm dicto / Tabeliom hu Estaua no dicto Coro e chegando a el disse que Estando el na dicta / Vila nas pousadas hu pousaua, e tanjendo aas uesperas que Mandara dizer / aos dictos clerygos per Razom da festa que oie era que El dicto bispo queria uijr aa dicta / Egreia Rezar e dizer com elles a uespera, e dizya que elles disserom que lhis prazia / ende. e que eL portanto chegara a dicta Egreia pera ouuir as dictas oras / [...] //

DOC. 35

1381 (E. 1419), Novembro, 7, Coimbra — Carta de traslado de um compromisso estabelecido entre o concelho de Leiria e os clérigos raçoeiros da dita vila e, ainda, o prior de Santa Cruz de Coimbra, em virtude de duas razões que o prior tinha, de direito, no priorado leiriense.

Com cartas de procuração de 1381, Novembro, 11, Leiria e 1381, Novembro, 12, Leiria.

A — ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, Livro 42, doc. 11.

[No verso:] Titulo do compromisso Antre o Çoncelho de leirëa E os crelegos / Raçoeiros da dicta vjlla e o priol e convento do Mosteiro de Santa Cruz per rrazom de duas rrações que o dicto priol / ha de direito em a dicta vjlla de leirëa — Leiria //

[No recto:] Sabham quantos este strumento virem Como aos Sete dias do mes de Nouembro da Era de mjl quatroçentos e dez e noue Annos na Cjdade de Cojmbrã dentro do Mosteiro de sancta Çruz da dicta. Cjdade

Seendo hi dom / Vaasco priol e conuento do dicto mosteiro ssem outro Mayor nenhũ procurador [...] cabjdo sobredicto fazendo per canpãa tamjuda segundo he seu custume pera esto que sse adeante seguẽ em presença de mjm / Affomso eannes Tabelliom de noso Senhor El Rej na dicta cjdade e das testemunhas adeante escritas [...] contenda e demanda Antre os dictos priol e conuento do dicto Mosteiro de hũa parte E a crelezia da vjla de leirea da outra per gomez / eannes creligo e morador na dicta vjlla seu procurador por hũa procuraçom ffecta E asynada por mãao de Lourenço martjnz tabeliom por A jfante na dicta vjlla que se adeante seguem Eu Affomso annes escolar em leys e procurador do Conçelho e homens boons da dicta vjlla de leirãa per hũa publica procuraçom hasynada por mãao do dicto lourenço martjnz tabaljom da dicta vjlla da outra per rrazom de hũa rraçoem que Era vaga na dicta vjlla E que os sobredictos priol e convento E outrosy o dicto / gomez ianes procurador enleyto da dicta vjlla e come seu procurador E outrosy o dicto Affomso annes pello conçelho e homes boons outrosy come seu procurador vierom A tal avença e amjgael composiçom que veendo e con/syrando em Coñho de ssenpre fora uso e custume doos moradores da dicta vjlla de leyria ffossem benefeçados em ella e outros nom sem consentjmento do Conçelho e crelegos Raçoeiros da dicta vjlla e em como / sobre esto forã hũ compromyso ffecto per o dicto Affomso priol que fora do dicto Moysteiro de sancta Cruz E dos sobredictos Conçelho e crelegos porque aujom dantre sy preyto e demanda que xe lhys por a dicta rrazom poderiã segyr por rrazom de / hũa rraçom que era Era [sic] vagã por aforamento que trazia com sua molher Aluaro Affonso fylho que foý de domingos bartolameu morador na Autogia e Senhor que foy ia por El Rey da estremadura do dicto procurador pello Conçelho nem / seu moysteiro E o dicto gomez iannes creligo procurador dos dictos creligos e Raçoeiros de leirea e em seus nomes proge que o dicto priol e Conuento podessem dar a dicta rraçom que assy Erã vaga do que el por beem teuesse / posto que da dicta vjlla nom ffosse natural E que asy / podese dar outra rraçom sse vaga era em [sic] se a .nom Era que a primeira que vagasse doutra pessoa qual el por bem teuesse posto que da dicta vjlla nom / ffosse natural as dictas pessoas A que assy as dictas rrações fforrom dadas nas [...] com este entendymto que o dicto huso e Custume E outrosy o compromjso que assy Erã ffecto e husado Antre os dictos priol e conuento / E outrossy Antre o dicto concelho e creligos socorrem todo com sũa força e ffirmjdom pera estas duas rrações que lhy Assy o dicto conçelho e Raçoeiros e creligos de leirea Assy¹ de graça outorgauam porque era contra / seu compromjso nom ffezesse a elles prejuizo mays que fizerrom todo a sua fforça e nom ffosse os dictos beens huso e costumes e estatutos britados mays que valessem pera ssenpre Ao dicto priol e conuento porque / dessearem todos seus fforos e costumes e estatutos guardandos [sic] Ao dicto conçelho e creligos pella guissa que susso som dictos duas rrações² / do que por bem teuessem no[m] ffezesse prejuizo nem entençom³ Ao adeante do dicto conçelho e creligos E que o dicto priol

¹ Riscado: «de».

² Riscado: «Antre».

³ Riscado: «aad».

e convento lhy prometiam de Aguardar os dictos hussos e custumes e fforos e custumes / estatutos sobredictos e prometiam por sy e seus Soçesores que depoy del uiessem de nom hÿr contra elles de nom sse dar nem dar as dictas⁴ rrações Aos que da dicta vjlla nom sseijom naturâaes / ssem conssejmento do dicto conçelho e creligos tendo mays os sobredictos priol e convento E aos dictos creligos e Raçoeiros de leyrea progue que qualquer que contra esto fore que page A outra parte que esto com/prir E aguardara vjnte mjl libras de peña conthiudas no compromjso que he ffecto Antre dom Affonso priol e conuento que foy do dicto Mosteiro E outrosy Antre o dicto conçelho e creligos que A qual pena / os sobredictos logo Asy foy outorgada pella guissa que no dicto compremysso he conthudo E do mays façam todo que se nom fforçar E pera esta pena pagar a que Aqui he conthudo [e o] dicto priol e conuento obligarom / sy E os beens do dicto Moysteiro e conuento E outrosy os dictos procuradores do dicto conçelho e procurador dos dictos creligos os beens do dicto comçelho e creligos.

§ Sabham quantos esta procuraçom virem que come aos onze dias / do mes de nouembro Era de mjl e quatroçentos E dez e nouê Annos em leirêa na Egreia de samtiago Seendo hy honrrado cabydoo da crelezia da dicta vjlla de leirêa conuem A saber Lourenço Affonso prioste dos dictos / creligos e Lourenço djaz pereirô e joham Affonso e gomêz eannes e joham mjgees e gomez Lourenço e joham estevez e vaasco martjnz e joham djaz e pero anes creligos benefeçados em as Egreias da dicta vjlla de leirea e outros / Mujtos creligos beneficiados em a dicta vjlla Sendo todos juntos em cabjdão e cabjdoo fazendo segundo he seu Custume esspiçialmente pera fazer e firmar o que sse adeante seguê presente mjm Lourenço martjnz taballiom / da jfanta donna beatriz em a dicta vjlla de leirêa e testemunhas adeante escritas os sobredictos em seus nomes e do dicto cabjdoo ffezerom ordjnharom e estabeleçerom por sseu çerto procurador Abondoso o dicto gomez eanes creligo / Ao qual derom e outorgarom todo seu comprido poder e espiçial mandado que por elles e em seus nomes e em nome do dicto cabjdo posa mostrar perante [o] onrrado Religioso Senhor dom Vaasco priol e conuento do Moysteiro de / sancta Cruz da çidade de cojmbrã e perdante seus vigairos e perdante outros quaesquer que dello Aiam conheçymto hũu compromjso de priuilegio e estormento que he ffecto antre o dicto cabjdoo E o dicto priol e conuento / em que he conthudo que o dicto priol nom de benefiços em a dicta vjlla de leirêa ssenom Aquel que lhy fore natural per lynha directa so certas penas segundo mays compridamente no dicto compromysso he conthudo e que posam / ffazer e tratar e firmar e conssejntir Ao dicto priol sso comprir Aquel A que por bem teuer duas rrações em a dicta Egreia de sancta maria de leirêa em tal maneira que senam com seruço do dicto priol e houso do dicto / cabjdão nom ffazendo em nenhũa guysa prejuizo Ao dicto cabjdoo e ficar o dicto compromysso firme e valedoiro e pella guisa que em elle he conthudo E per outra qualquer gisa que o el mjlhor entender e poder ffazer e firmar / E outrosy lhe derom

⁴ Riscado: «rrações».

comprido poder e especial mandado que el posa outrosy mostrar perdante os sobredictos outro compromisso que ha Antre o dicto priol e convento e o dicto cabydoo em que he conthudo Antre as outras cousas / que o dicto priol e convento nom de beneficios em a dicta vjlla de leirãa saluo Aquelles que sam do compremisso das Egreias da dicta vjlla de leirãa E outrosy lhy derom comprido poder e especial mandado que El possa / comprometer juiz Aluýdro ou Avydores [sic] Alvydros Amjgaujl compoedor ou compoedores e ffirmar o dicto Alujdrõ nompremissso so çertas penas e fyadorias quães el quiser e por bem teuer e posa obligar elles E o ditco / Cabydoo e beens do dicto cabjdo a estar e comprjr E a obedecer as Sentenças ou sentença avença e composições ou Alujdro e louuamento e defi[ni]çom que fore dicto e ffirmar o dicto Alujdrõ compremisso so çertas penas e fyadorias quães el quiser e por bem teuer e posa obligar elles E o dicto / Cabydoo e beens for mandado e firmado e pello dicto seu procurador fose começado e louuado. E obrigado so quaeesquer penas que sse por elles e em seus nomes / E o dicto cabydoo obligar E o dicto compromisso fermar e que o dicto procurador em seus nomes delles E do dicto cabjdoo posa Reçeber em sy e por elles (?) do dicto priol e convento qualquer peña ou penas estepulacoes / penãaes e outras que uos pera firmydões que⁵ Ao dicto compromisso E avença compoicam protoestar E o posam fazer mays firme e estaujl e que esto posa mays firmamente pera ssenpre valler posto que tal / Coussa seia que Requeira espicial mandado e pella guissa que por El fose ffecto e dicto e trautado e firmado elles ouverom e prometerom A auer por firme e staujl pera ssenpre s obligamento dos beens do dicto cabjdoo que pera ello / obligarom ffecta A procuraçom em leirãa no logo dia mes Era sobredicta testemunhas joham vjçente e pero djaz Stevam annes outrosy creljgos benefyçiados em a dicta vjlla e gonçallo vjçente carpenteiro e outros e Eu Lourenco martjnz taballiom / sobredicto a esto presente foy per outorgamento do dicto cabydo esta procuraçom screuj e meu Signal ffiz que tal he

§ Sabham quantos esta procuraçom virem coño nos gonçall estevez e Aluaro Vaasquiz e loys Estamjm / Vereadores do Conçelho de leirãa e Lourenço annes procurador com outorgamento de joham perez escollar em leys Aluazyl gẽeral da dicta vjlla E de Affonso domjnguez e joham stevez e Stevam martjnz e Vasco annes Ee Affonso annes e d outros / outros [sic] muj homens boons do Conçelho da dicta vjlla Seendo todos juntos per conçelho Apregoado segundo deu ffe joham martjnz pregoeiro do dicto conçelho presente mjm tabeliom e testemunhas adeante escritas espicialmente pera / esto que sse ssegue ffazemos ordjnhamos e estabelecemos por nosos çertos procuradores em nossos nomes E do conçelho da dicta vjlla o dicto joham perez escollar Ee Affonso annes outrosy escollar em leys Anbos en/senbra e cada hũ em seu cabo Assy que a condiçam d hũ nom Seiã mayor que a do outro E o que hũ delles começer o outro o possa comprjr e ababar Aos quaees e cada hũ demos e outorgamos todo comprido poder / e espicial mandado que por o dicto Conçelho posam mostrare

⁵ Riscado: «do dco con».

perante dom Vaasco priol e convento do Moysteiro de sancta Çrüz da Cidade de Cojmbra por o dicto Conçelho E o priol e convento do dicto Moysteiro dõ em que he conthudo que o dicto priol nom / de benefiçio na dicta vjlla de leirã ssnom Aquel que dhy fore natural e por lynha direita so çertas penas segundo mays compridamente no dicto priuilegio e estormento he conthudo E que outrosy posam ffazer e / tratare E afirmar sobre a dicta rrazom e consseñtír. se comprir A[o] dicto priol de dar A quem por bem teuer duas rraçoões que na Egreia de Sancta Maria da dicta vjlla de leirã com tal maneira que seiã / com prouejto do dicto priol e com prol e honrra do dicto conçelho nom rrazoando em nenhũa guisa per juizo Ao dicto conçelho e façaj em o dicto priuilegio e estatuto ffirm e valedoiro pella gissa que em el he conthudo e / por outra qualquer gissa que o elles entenderem que sse mjlhor pode ffazer e firmar E outrosy lhy damos comprido poder e espiçal mandado que elles posam comprometer juizo Alujdro ou Alujdros E ou/vydores E amjgauil e com poder ou com poderes d[e] firmar o dicto alujdrõ e compromesyo so çertas peñas e fyadorias que os elles quiserem e por bem teuerem e posam obligar o dicto conçelho e vereadores e procurador / e homens boons e beens do dicto conçelho e estar e comprir E a obedeçer A stas ou sta ou Avenças e composiçoões ou Alujdro e louuamento e dosiçom que fose dicto e ffecto mandado per as dictas Alujdras e Alujdores / ou A cada hũ delles so quaesquer penas e quantas quer e como quer que per elles fose mandado e fyndoo por os dictos nossos procuradores for cometudo e louuado E obrigado e por quaesquer penas / que sse por por [sic] nos e em nossos nomes E do dicto conçelho⁶ Obligarom e o dicto compromjso firmarem e que outrosy os dictos procuradores por nos e em nossos nomes e em nome do dicto conçelho posam / Reçeber em ssy estapular com os dictos priol e convento quaesquer pena ou penas e estopulaçoões penães e outras quaesquer firmydõões que o dicto compromjso E avença constetiçom protestar E a posam / fazer mays firme estaujl e que esto seja mays firmemente pera ssenpre valler posto que tal coussa seiã que Requera espiçal mandado E por A guissa que por elles e por cada hũ ffore ffecto e dicto e trautado e / firmado nos louuamos e prometemos a auer por firme e staujl pera ssenpre s obligamento dos beens do dicto conçelho que pera ello obligamos ffecta A procuraçom em leirã nos paaços do Conçelho doze dias / do mes de nouembro Era de mjl E quatroçentos e dez e noue Annos testemunhas joham perez e martim vaasquiz tabelions e outros e Eu Lourenço martjnz tabeliom da jfanta dona beatriz em leirã a esto presente foy / e por outorgamento dos sobredictos esta procuraçom screuj e meu Signal ffiz que tal he

§ E mostrada Assy as dictas procuraçõões como dicto he as dictas partes per cada hũs louuaron e outorgaron e mandarom Antre / sy Seer ffectos Senhos strumentos de hũ theor por mǎao de mjm Affomso annes tabelliom sobredicto E asynados de meu Signal E asseelados dos Sellos dos dictos priol e conuento E outrosy dos creligos / e Raçoeiros E outrosy do

⁶ Riscado: «obligarrom».

Seello do Conçelho da dicta vjlla de leirëa que fforom ffectos no dicto logo dïa mes Era sobredicta testemunhas Affomso gonçallvez Abade de ffregil vigairo e procurador do dicto priol e convento / Affomso do vale Tabaliom da dicta çidade loys stevez criado do dicto priol e convento e outros e Eu sobredicto Tabelliom que esto strumento e outros dous Tâaes de hũ thor screuj dos quaes este he do dicto priol e convento e em cada hũ delles meu Signal ffiz que tal [sinal] he . + //

DOC. 36

1402 (E. 1440), Dezembro, 7, Santa Cruz de Coimbra — O prior de Santa Cruz de Coimbra compromete-se, perante a comunidade crúzia, a respeitar o acordo estabelecido entre ele e o Concelho de Leiria, a propósito das rações de Santa Maria da Pena, da mesma vila.

A — ANTT, Santa Cruz de Coimbra, Pasta 2, doc. do Alm. 41(?), m.º 14(?); em mau estado.

Sabham quantos este estormento virem que aos sete dias do mes de dezenbro Era de mill e quatroçentos e quarenta anos na Çidade de cojnbra / dentro no Moesteiro de santo [sic] cruz da dicta Çidade, Estando hy Onrado Relegioso dom afomso prioll do dicto Moesteiro E outrosy seendo hy pedr eannes priol crasteiro / do dicto Moesteiro Estando outrosy hy vasco domjn-guez priol d aronches e Rodrig eannes e Joham de loruaao conjgos E outros mujtos [clerjgos] do dicto moesteiro presente / mjm Joham annes tabeliam jeerall per meu senhor El Rey em todos seus Reinos e testemunhas adeante escritas logo pello dicto senhor prioll foy [dicto que] elle em cabydoo [com outor]/gamento do dicto¹ conuento do dicto Moesteiro fizeram E outorgaram hũ estormento de enadiçom antre o dicto senhor [priol e conuento] E o Çoncelho de leirëa / em que se obrigaram a teer e manteer e aguardar os compromisos que antre elles auja fectos per Razom das Rações de Santa Maria da pena da [dicta villa de leirea] so certas pe/nas de mjl marcos de prata O quall dicto senhor prioll disse que como quer que se ele E o dicto conuento obrigara a comprar e manteer os dictos contrautos [sob a dicta] pena e [outrosy] / se obrigaua e obrigou logo que se elle dicto prioll fosse contra elles sem outorgamento do dicto conuento que elle pagasse as dictas penas dos dictos mjl marcos de prata ou / fizesse quite e liure dellas o dicto conuento sem sua perda e dapno so obrigamento de todos seus beens e da mesa do dicto prioll que pera ello obrigou das quais coussas o dicto / prioll crasteiro em nome do dicto conuento pedio hũ estormento fecto no dicto logo dias e mes Era sobredictas testemunhas diego d aressa e Martjm stevez dicto mestre criados do dicto / senhor prioll E outros E eu sobredicto tabeliam que este estormento escreuy em que meu sinal fiz que tal he [sinal] en testemunho de verdade. //

¹ Riscou: «Moesteiro».

DOC. 37

1409 (E. 1447), *Dezembro, 7, Coimbra*—Carta de compromisso e estatutos estabelecidos entre o prior e convento de Santa Cruz de Coimbra e o cabido de Santa Maria da Pena, de Leiria, para que o número de beneficiados de Leiria se fosse reduzindo de quarenta até vinte e cinco, em virtude da falta de recursos materiais para se manter condignamente tantos clérigos prebendados.

A — ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, Pasta 9, Alm. 28, m.º 2, n.º 6.

Jm nomjne dominy amem

Sabham quantos este estormento d estatut[o]s e compromisso Virem Como Na era de mill e quatrocentos e quareenta e sete anos sete dias do mes de dezembro da dicta era Na Çidade de coimbra dentro no Mosteiro conuentuall de santa cluz / da dicta çidade em cabidoo estando em o dicto logo ho honrrado dom afomso per merçee de deus e da ssanta Egreia de Roma Prior do dicto Mosteiro de santa cluz da dicta çidade extra muros da hordem de sant agostinho ysento ssem outro meo Sogeito aa santa egreja de Roma Seendo o dicto Senhor Prior / em o dicto cabidoo juntos prior clastreiro e conuento do dicto Mosteiro e cabidoo fazendo per canpaa tanjuda segundo seu costume espiçialmente pera esto que se adeante segue En prezença de mjm pero vaasquez tabaliam del Rej na dicta Çidade e das testemunhas que adeante som scriptas perante o dicto Senhor / Prior e seu conuento pareçeram ioham lourenço piror da auguada e gill lourenço prior de ssam fagundo do bispado da dicta cidade procuradores do cabidoo e Raçoeiros da Egreia de santa Maria <da pena> da billa de leirea e apresentaram e por mym sobredicto tabaljam leer fezerom / hũa procuraçom escripta em purgaminho ffecta e assignada por maaos d esteuam estevez tabaliam da dicta billa de leirea segundo em ella pareçia e fazia mençom da quall o teor tall he,,.

Sabham quantos esta procuraçom birem que na era de mill e quatrocentos e quareenta / e sete anos pustumeiro dia do mes de nouembro em leirea dentro na Egreia de sam martinho,,. En prezença de mym esteuam estevez tabaliam de nosso senhor El Rey na dicta billa e das testemunhas que adeante som escriptas estando hi njcollao perez prioste do cabidoo / da dicta billa e gomez anes abbadinho e martim lourenço e Joham freire e ioham perez namorado e gonçall eanes e martim lourenço filho de denjs lourenço e ioham de patayas clerigos de mjssa e gomez martjnz e pedr eanes de graçeira e Rodrige estevez / d alffena e ioham perez padello todos Raçoeiros da dicta billa E outros mujtos Raçoeiros dessa meesma todos Juntos em cabidoo pera esto que sse adeante segue,,. Logo os sobredictos disseram que dom afomso prior do Mosteiro de santa cluz da çidade de coimbra lhes mandara dizer que elle beendo e / consirando em como as Egreias da dicta billa poderiam seer melhor seruidas E se em ellas melhor fazer seruiço a deus E os Raçoeiros da dicta uilla o melhor passarem que elle com acordo delle cabidoo da dicta billa tijinha hordenado que de quareenta Raçoeiros

que auja / na dicta billa os auerem de tornar em bijnte ou em mais Raçoes ou menos quall o dicto Senhor prior e seu conuento hordenarom e outorgarom com condiçom que os dictos Raçoeiros fosem e esteuessem senpre prestes e Redegentes nas dictas Egreias E os sobredictos disseram que desto lhes prazia E que per¹ sy E em seus nomes e do dicto cabidoo faziam e outorgauam per seus , çertos procuradores abastosos em todo o que dicto he E em todallas cousas que desto naçerem e deçenderem e a ello perteeçerem por quallquer guisa que seia e / sse em ello fazer e segir ao deante johan lourenço clerigo morador na dicta billa prior da auguada e gill lourenço prior de sam fagundo morador na dicta çidade Raçoeiros da dicta billa aos quaees e cada hũu delles deram e outorgaram todos seus conpridos poderes / que per elles e em seus nomes e do dicto cabidoo possam fazer e dizer e Razoar e trautar com o dicto prior de santa cluz e seu conuento e firmar com elles todo aquello que a elles aprouuer que se faça e traute e afirme no que dicto he E a elles e aos dictos sseus procura/dores aprouger e birem que seera mais seruiço de deus e proll e honrra do cabidoo da dicta billa E ouueram e prometeram a aver por firme e estauel pera toda aquello que por os dictos seus procuradores ou por cada hũu delles for ffecto dicto procurado e trau/tado e Razoado no que dicto he asy como ho elles fariam e diriam e trautariam e firmariam se a todo presentes fossem so obrigamento de todos seus bees e do dicto cabidoo que pera ello obrigarom, Outrosy se em esta procuraçom faleçerem alguuas clasullas de / huso ou de costume e de dicto e de directo ou de fecto ou doutra quallquer guisa que seia de Razoes Ecclesiasticas come de segraes os sobredictos as ouueram por postas e outorgadas na dicta procuraçom come aquellas que em ellas scriptas som ffecta a procuraçom na dicta / billa dia mes era suso escripta testemunhas pedr aluarez e pedro afonso carpenteiro moradores na dicta billa e martim baasquez de santa coonbadoom E outros E eu esteuam estevez suso dicto tabaliam que por mandado e outorgamento dos sobredictos esta procuraçom escpreui e em ella / meu signall fiz que tall he,

A quall procuraçom asy leuda e pobricada como dicto he logo por os sobredictos procuradores do dicto cabidoo e Rações que em ellas auja em as quaees os Raçoeiros nom aujam mantijmento nem se contentauam de as servir / per a quall Razom despereçia o seruiço de deus por tal guissa que se nom diziam as mjsass e oras e as outras cousas como conpria, E porem pidiram ao dicto Senhor prior e seu conuento que tornasse a ello como sua merçee fosse em tall guisa que o seruiço / de deus fosse ffecto e as Egreias fossem seruidas e Remouesse das dictas Rações quantas sua merçee fosse pera mantijmento dos que as ouuessem de servir, E logo o dicto Senhor prior deu hũua çedulla de Reposta por escripto da qual o teor tal he,

Jm nomjne / domjny amem., Porque em direito he escripto que quando sse mudam os tempos e condiçoões delles., Nem he de Repreender mudarem sse e emnouarem sse os estatutos e hordenaçoões antigas., Porem Nos dom afonso prior e conuento do honrrado / Mosteiro conuentuall de santa

¹ Riscou: «ser».

cluz da çidade de coinbra² extra muros da hordem de sant agostinho exento sem outro meo soieyto aa santa Egreia de Roma., Veendo e conssirando com acordo do nosso conuento em como e porque maneira seia manteudo e acreçentado / e nom mjnguido o seruiço de deus em na nossa Egreia de santa Maria da pena da billa de leirea do dicto bispado de coinbra e das outras Egreias da dicta billa ssoeitas aa dicta Egreia de santa Maria da pena . s . sam pedro e sam martinho e samt esteuam e santiago Em / na quall billa e Egreias dellas o dicto nosso Mosteiro e prior e conuento delle ha toda Jurdiçom Episcopall e dizimas e premissias e obradaçoes de todollos moradores e freegeses das dictas Egreias e cada hũa dellas segundo d antigo tempo som³ / limetadas E asy haa collaçom E confirmaçom os benefícios e beneficiados da dicta Egreia de santa Maria e das outras sogeitas a ella E estam em posse d auer continuoadamente por tanto tempo que a memoria dos homees nom he em contrairo. E per/quanto A nos dicto prior e conuento agora nouamente foy ffecta Rollaçom por todollos beneficiados prior e Raçoeiros por nos e por nossos antecessores postos e confirmados na dicta Egreia de santa maria E nas outras sobredictas suas sogeitas que / em nas dictas Egreias som quareenta Raçoeiros de numero dantigo costume e hordinaçom aprovada e aguardada ataa o tempo d ora, E porque em curso de guerras que por longos tempos durarem em estes Reignos de portugall e por mujtas pestelências / que chegarom e durarom em estes Reignos por longos tempos mjnguarom os frujtos e novos dizimas premjssas Obradaçoes aas dictas Egreias todas e cada hũa dellas por tall guisa e maneira que cada hũu Raçoeiro d antigo tempo ssoya d auer seis / e sete moyos de pam e çinquenta libras da antiga moeda per binhos e pescados e azeite e guaados e meuças E ora des bijnte anos aaca nom ham pam mais cada hũu Raçoeiro por mujto que aia que hũu moyo de pam e mjll libras desta / moeda corrente que se torna em dez libras da moeda antiga, posto que todo ho ano este Redegente a servir a dicta Raçam e se nom podem por ellas manter a meatade do ano., Por a qual Razom se os dictos Raçoeiros e cada hũu delles se absentam das / dictas Egreias e se baaom a outras partes guaançar sseus mantijmentos por as mujto pequenas preuendas que ham e delles se casam ante que servir tam pequenos benefícios E asy ficam as dictas Egreias e cada hũa dellas defraudadas e mjnguoa/das no seruiço de deus que nom ha quem Reze as oras e çelebre ho offiço deujno e de a cura das almas aos fiees christãos e freegeses das dictas Egreias e cada hũa dellas, E pera⁴ esto nos pidiam todos os Raçoeiros das dictas / Egreias e cada hũu delles que a esto lhes ouuessemos algũu Remedio por que as dictas Egreias podessem seer seruidas E nom fosse em ellas e em cada hũa dellas mjnguido o seruiço de deus em as oras canonjcas e ho offiço dyujno como ora / he de presente., Porem nos por diligente enquiriçam que sobresto mandamos tirar e sabuda a uerdade por nos com ssão consselho e acordo do nosso conuento e doutros leterados em que auemos feuzo e fecto sobresto e

² Riscou: «x».

³ Riscou: «limesdadas»

⁴ Riscou: «dee».

trautado a auuda saa diliberaçom / sobre todo esto em nosso cabidoo com o dicto nosso conuento de seu conselho e outorgamento por tres bezes e mais., por as dictas Egreias e cada hũa dellas melhor seerem seruidas no ofiçio deujno E os Raçoeiros dellas auerem melhores man/tijmentos pera em ellas E em cada hũa dellas fazerem Redegença conthinuada. Remouemos e tiramos quijnze Raçoes de todallas sobredictas Egreias e cada hũa dellas as primeiras que daquy em deante bagarem por morte natural / ou por dimjssom ou por Renunçiaçom., Estabeleçemos e hordenamos que em as dictas Egreias e cada hũa dellas todas aiam e seiam bijnte e çinco Raçoeiros, e Raçoes delles aiam e Repartam antre sy todollos fruytos e Reditos e proueitos que antre sy ssoyam d auer e Repartir os sobredictos quareenta Raçoeiros, E esto Nos sobredicto prior e conuento, queremos e outorgamos / que daquy em deante seia firme e estauel e baledoiro pera senpre esta nossa hordenaçom., E Sopricamos deuotamente e homildosamente ao mũj santo padre papa na santa Egreia de Roma que esta nossa hordenaçom praza aa / sua santidade de a outorgar e confirmar.

A quall çedulla de Reposta e sopricaçam asy dada por o dicto senhor prior e leuda e pubricada como dicto he por o dicto pedr eanes prior clasteiro e conuento .s. coonigos ançiaaes e novos dell, todos / em hũa bez concordaram e outorgaram que era bem de se fazer como na dicta çedulla e sopricaçam do dicto senhor prior era contheudo entendendo o por seruiço de deus e por seerem melhor seruidas as dictas Egreias porquanto elles todos eram / çertos e sabedores que tall era a uerdade como na dicta çedulla era contheudo, E porem o dicto prior e seu conuento todos asy ho outorgarom sem contradizimento de nemhũu delles dizendo que de suas boontades ho outorgauam ssem / prema nemhũa porquanto ho entendiam por seruiço de deus E asy ho outorgaram pera senpre seer firme e estauell E esso meesmo ho outorgarom os dictos procuradores por sy Em nome do dicto cabido e Raçoeiros cujos procuradores / eram E em testemunho desto mandaram seer ffectos hũu e dous e tres estormentos dello e mais quantos ao dicto senhor prior e seu conuento forem conpridoiros e outros tantos pera o dicto cabidoo e Raçoeiros de leirea asijnados por maaoo / de mij sobredicto tabaliam e do dicto senhor prior e seu conuento e per os Raçoeiros da dicta billa de leirea e seus procuradores e seellados dos seellos do dicto senhor prior e seu conuento e dos seellos do dicto cabidoo e Raçoeiros teste/munhas que presentes foram diego da Rosa e aluaro gill e Christouam domingez e aluaro anes criados do dicto senhor prior E eu sobredicto tabaliam que este estormento pera os dictos Raçoeiros de leirea escpreuij e outro tal pera o dicto senhor / prior e seu conuento por mandado e outorgamento dos sobredictos E aquy meu signall fiz que tall [sinal] he. /

a) Alfonsus gundisaluç (?); a) Petrus; a) aluaro perez; a) Rodrigo Perez (?); a) Rodericus Johanis; a) lupus stephany; a) Joam de qos; a) Paay Rodriguez; a) Johanes gonssaluç.

a) didacus; a) aluarus uallasci; a) Leonardus Johany (?); a) Egidius laurencj (?); a) Johanes baz procurator.

[Com dois selos pendentes].

DOC. 38

1414 (E. 1452), Abril, 19, Coimbra — Confirmação da carta de compromisso firmado entre D. Afonso, prior-mor de Santa Cruz de Coimbra, e cônegos regrantes deste mosteiro, com os clérigos raçoeiros de Leiria, para que o número destes fosse reduzido de quarenta para vinte e cinco, a fim de poderem usufruir de melhores rações e mantimentos.

A — ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, Pasta 4, doc. do Alm. 3, s. m.º, s. n.º.

Sabham quantos este estormento virem coñho dez e noue dias do mes d abril Era de mil e quatroçentos e / çynquoenta e dous Annos na cidade de Coimbra no Moesteiro conuentual de Sancta Cruz da hor/dem de sancto agostinho de fora dos Muros da çidade de coimbra no cabidoo do dicto Momsteiro, em que o priol e con/uento do dicto Momsteiro acustumam de fazer seu cabidoo Seendo hj o honrrado Rellegioso e Senhor dom afonso / priol E os coonigos e conuento do dicto Momsteiro juntos em cabidoo e cabidoo fazendo per campaa tamjuda co/mo he de seu custume espicialmente pera esto que se adeante segue,, Em presença de mjm pedro afonso / tabelliam por El Rej na dicta cidade e das testemunhas que adeante som escriptas pello dicto Senhor priol e coonigos / e conuento do dicto Momsteiro e coñe priol e conuento foj dicto que oolhando elles por seruiço de deus seer acreçentado e / por prol e honrra sua e do dicto seu Momsteiro e da sua Egreia de Sancta Maria da pena da sua villa de lei/rea e sofraguanhas e parochias della E esguardando coñho d antiguidade na dicta Egreia de sancta Maria / e villa de leirea avija quareenta Rações prebendados e confirmadas em quareenta clerigos e Raçoeiros della / E que pollas guerras e pestillências e mjngũas dos fruitos da terra que hj mũjto e ameude avija e se segujam / nos Reynos de portugal e do algarue e na dicta villa e termho de leirea e nas outras comarcas d aRedor / emtanto que as terras eram mujto hermas e despoboadas e mjnguadas mũj mũjto de gentes e lauradores / e pobradores e dos fruitos dizimas e Rendas e direitos que polla dicta Razom e aazos a dicta Egreia de sancta / Maria da pena e Egreias da dicta villa de leirea eram por ello mũjto¹ mjnguadas e desfraudadas em / tanto que os dictos quareenta Raçoeiros que asi eram e avijam de seer de numero na dicta Egreia e villa de / leirea eram por ello mũjto mjnguados e pobres e desfallicidos de seus mantijmentos e Rendas e direitos e cousas que soyam e deuiam d auer das dictas suas Rações que asi seruiam e avijam de serujr e de que se / deuiam de manter em tal guisa que se nom podiam teer nem manter e soportar nas dictas suas Rações e Rendas dellas E o padeçiam mũj grauemente de pobreza e noydade e vergonha, polla qual / Razam se antre mujtos dos dictos Raçoeiros absentauam e hijam a outras partes buscar vida e man/timentos e suas cousas e se metiam a outras vidas e trabalhos e cousas que lhes nom perteençiam nem / eram vidas de clerigos beneficiados na Sancta Egreia, ante lhes era mũjto vedado

¹ Riscado: algumas letras ilegíveis.

e defesso / asj que nem por ello nom eram nem podiam seer mantehudos nem as dictas Rações seruidas coño deuiam e / e [sic] theudos eram, a qual cousa elles dictos priol e conuento e seu Momsteiro era mñj graue e vergonhossa, E quereendo / e esguardando a todo E coño asy desfalleçiam e mñjngauam os dictos fruitos e Rendas das dictas Raçoes / e seus mantijmentos E coño nom mñjngauam [sic] os emcarregos e trabalhos e custos das dictas Rações e seruidooes / e negoçios e neçesidades e perteenças dellas ante eram mujto mais² que soyam de seer e creçiam em / cada hñu dia mais, E coño aquel que a Egreia e altar. serue dello deue viuer e se manter, que porem auudo / e trautado Sobre ello todo sua dilliberaçom e conselho boom auudo com lecenceados e sabedores antigos que /hordinaram e mandaram e tynham hordijnhado por si e por seu soçessores que por priores canonicamente emtrantes / ao dicto Momsteiro veerem, asi no presente coñe daqui em deante que coño e per qualquer guisa e modo que se al/ghñua das Rações com suas prebendas que asi ha na dicta Egreia da pena e villa de leirea vagarem e va/gas seiam e cada hñua dellas por mortes ou casamentos ou per outra qual e quaesquer Razooes que se vaga/rem e de direito vagas seiam e seia que daqui em deante as o dicto Senhor priol e conuento nem os dictos seus so/cessores nem cada hñu delles, as nom dem nem proueham nem confirmem a nenhñu clerigo nem pessoa por / nenhñu Rogo nem cousa que seia e que sempre fiquem e seiam vagas e nenhñuas atees que o conto e numero / das dictas Rações com suas prebendas seia tornado e fiquem em conto e numero de vijnte e cijnquo Rações / prebendadas e nom mais nem menos, que tanto diziam que emtendiam e souberam e eram bem çertos per çerta uer/dade e emqueriçom que avondariam e serviriam bem e coño deuiam a dicta Egreia³ da pena da dicta villa / de leirea e sofreganhas della e aveeriam per as dictas suas Rações e prebendas boas vidas e honrradas / e mantijmento segundo seu estado segundo todo milhor e mais compridamente era contheudo em hñu compromisso / e contraito que sobre ello fizeram e tijnham fecto e firmado que dello tijnham o qual aprouauam e aprouaram / e Retificaram e prometeram a teer e comprar e manter e nom hir nem vijr contra ello em parte nem em todo / per si nem per seus soçessores como dicto he, E que pera se mñlhor teer e comprar e manter o dicto compromisso e / cousas em ell contheudas coño dicto he, O dicto Senhor priol por si e pollos seus soçessores E os / dictos coonigos e conuento do dicto Momsteiro e coñe [sic] conuento e pollos outros coonigos que ao dicto Momsteiro de/pos elles veerem de suas liures e boas voontades e sem outra prema nenhñua e emtendendo asy / por seruiço de deus coño dicto he juraram hj sobre os Sanctos avangelhos pello dicto Senhor priol e coonigos / e conuento corporalmente tanjudos em hñu liuro breuiaro do dicto Senhor priol que hj tijnham e em elle / juraram que elles e cada hñus delles tenham e aguardem e mantenham o dicto compromisso asi fecto / per elles e antre elles em Razam das dictas Rações de leirea com suas prebendas que aiam de seer

² Riscado: «e eamj».

³ Riscado: «eRa».

torna/das e postas no dicto numero das dictas vynte e çijnquo. Rações com suas prebendas e nom mais , E que / nom vao nem aiam dhir nem vir contra ello em parte nem em todo e posto que o façam ou fazer queiram / o que deus nunca quesses⁴ que nom valha nem seja de vallor.,

E em testemunho de uerdade e por nom vijr em / duujda mandaram dello seer fecto este estormento e mais dous e tres e quantos lhe mester fezerem , Asy/nados per suas maaos e seellados dos seus seellos, testemunhas que presentes foram Afonso anes moordomo e johanne / anes tabelliam e johan eanes⁵ e diego da Rossa criados do dicto Momsteiro moradores na dicta cidade e / Roy uaasquez clerigo capellam do soute e d espite e outros, E eu sobredicto tabelliam que per man/dado e outorgamento e juramento dos sobredictos Senhor priol e cōonigos e conuento este estormento / escrepuj e aqui meu signal fiz em testemunho de uerdade que tal [signal] he. pago com jdas e Registo L Reais /

- a) Petros uasas
- a) alffonsus
- a) Petrus
- a) vaasco lourenço
- a) pedr eanes ho moço
- a) lopo stevez
- a) Joham afonso o moço.
- a) Gonsaluus egidij ujdit.
- a) Rodericus johanis
- a) joham uaasquez
- a) Antom afonso
- a) gonçalo gil
- a) paay Rodriguez
- a) Gonsallus stephany
- a) Johannes alfonsi notuit
- a) Afonso Lourenço
- a) +
- a) W //

⁴ Riscado: «m».

⁵ Riscado: «criado».

DOC. 39

1503, Maio, 25, Leiria e 28, Lourical — Protesto lavrado a pedido de Álvaro Peres, capelão de D. João de Noronha, prior-mor de Santa Cruz de Coimbra, e seu promotor em Leiria, sobre uma bênção pontifical que D. Jorge de Almeida, bispo de Coimbra, dera em S. Francisco de Leiria, contra os compromissos estabelecidos acerca das jurisdições eclesiásticas no priorado leiriense.

A — ANTT, *St.ª Cruz de Coimbra*, 2.ª inc., m.º 13, doc. «Alm. 28, m.º 2, n.º 12».

Jn nomine domini amen. sejam certos os que este strumento virem como eu pero fernandez / cleriguo de mjsa da diocese de bragua e notairo apostolico conheço e / diguo que he verdade que em meu poder he hũ requerimento e protestaçam / que fez aluaro periz capelam do Senhor dom joham do noronha prior / de sancta crüz e seu procurador na villa de leirea per elle aluaro periz asi/nado com hũ termo da apresentaçam delle sprito per mjm e com hũa / reposta que ao dicto requerjmento deu o senhor bispo desta cidade de / coimbra per seu procurador e com outro termo da apresentaçam da dicta re/posta do quall requerimento e protestaçam com sua reposta e termos / sobreditos o teor tall he como se segue,,

§ porquanto a protes/taçam fecta em termo deujdo releua os portestantes e os conserua / em seu direito portanto diguo eu aluaro periz capelam do muito reue/rendo e jlustre Senhor dom joham de noronha prior de sancta / crüz de coimbra da ordem de sancto agostinho isento e ãme/diato a sancta see apostoliqua e seu feitor e procurador e promotor / da sua justea que asy he Verdade que esta villa de leirea com / certos seus termos limjtados por sentença julguado antre o bispo de coimbra e os priores e mosteiro de sancta crüz e conuento he / isenta e sempre foy da jurdiçam do bispado de coimbra e asy de / toda outra jurdiçam e se chama e nomea nulus diocesis e / toda a jurdiçam eclesiastjqua e dinydade episcopall per/tece aos priores do dito mosteiro e a seus vigairos somente / os bispos da dita cidade de coimbra hũa vez em o annoo / per contracto e composiçam fecta antre os prelados da dicta cidade / de coimbra e os priores e conuento do dicto mosteiro em estes au/tos pontifiquães somente .s. crisma consagraçam e desujqula/çam ou reconciliaçam de igeja ou cimjterio, porquamto asy / os ditos bispos husam destes autos ou cada hũ delles / poderem dar bençam e fazer todos os outros autos e ciry/monyas que pertecem aos ditos autos e nom em outra algũa / maneira e todo o outro acto pontificall e Jurdiçam episco// [fl. 1v.º] pall pertece ao dito prior de sancta cruz e aguora veo a mj/nha noticia que o muito reuerendo Senhor dom jorge d almeida / bispo da dita cidade ouujndo mjsa em o mosteiro de sam / francisquo desta dicta villa de ileirea oje dia de asçen/sam xxb dias do mes de maio da presente era de mjll e quinentos e tres annos sem celebrando cada hũ dos ditos officios / pontifiquaes que he obriguado per a dicta composiçam se atreme/teo a dar bençam pontificall ppublicamente em ho altar mayor / vssurpando a dinjdade e jurdiçam do dito prior e seu / mosteiro contra todo direito e constitujções papaes e sinodales / qua posto que ora sua senhoria seja presente pera crismar em / sam martinho e entam vsar da dita bençam nom deuera / porem vsar da dicta bençam em ho dito mosteiro

onde / nom vsaua do dicto officio de crismar poreu eu protesto / tall bençam asy dada e fecta per o dito senhor bispo em / sy ser nenhũa e nom prejudicar ao direito e liberdade / e dinjdade do dito Senhor priol antes todo seu direito / e liberdade ser firme e estauell e permanente em seu / vigor E se por ello o dito Senhor bispo encoreo em algũa / pena segundo a forma do direito lhe ser demandada e en/xucutada e com esta portestaçam peço a vos notairo hũ e / muitos estrumentos com reposta do dito senhor bispo ou se a elle / se a loguo dar nom qujser e protesto reprecicar se cumprir /

§ aos xxv dias do mes de maio de mjl e quinhentos e / tres annos foe proujcada esta portestaçam em presença / de mjm notairo e de pedre annes beneficiado de sancta maria da / pena e d aluaro gill çapateiro testemunhas ao Senhor bispo na ca/pella de sam martinho da uilla de leirea a pitiçam / do sobredito aluaro periz e lhe demandey a reposta // [fl. 2] e respondeo que a daria dentro em tres dias segundo a for/ma do direito

§ responde o senhor bispo a este chamado / protesto que lhe ora foe fecto per aluaro periz promotor que se / diz da justiça do senhor dom johã prioll de sancta / cruz que quanto diz que a villa de leirea se chama / e nomea nuluius diocesis que tall nom he nem nunca se / chamou senom de diocesis do seu bispado de coimbra por / em elle estar situada e quanto he ao que aponta que sua se/nhoria ouujndo mjsa em o mosteiro de sam francisquo / da dita villa em dia da ascençam se antrumeteo / a dar bençam pontificall ppublicamente em o altar maior se / responde e diz o dito senhor bispo que he verdade que em o / dicto dia elle deu a bençam em o dito mosteiro como ja / fez em outros muitos annos e esto por o guardiam e frades / delle lhe pidirem que lha lançase nom vsurpando em ello / nem perturbando a dinjdade e jurdiçam do Senhor / dom joham como elle portestante diz mas fazendo / o que deuja e de jure podia antes folguase por / guardar e conseruar as jurdições direitos e priuilegios / de sua senhoria como de hũ Jrmão e grande a/mjgo e confia e cre delle dicto senhor dom johã que sa/bendo parte de tal portesto e exprebitança que lhe asy / foe fecta per o dicto aluaro periz o nom auera por bem nem / seu seruiço pois elle senhor fez o que de direito podia / quanto mais que a dicta portestaçam que o dicto aluaro periz / fez nom pertecia a elle nem tocava a dita bençam a co/usa algũa do dito senhor dom johã pois foe fecta / em loguo isento e nom sogeito ejus jurisdicionj nec obe/diencie e esto somente se da ora em reposta a esta supra / sprita com protestaçam de se dar mais compridamente em coimbra // [fl. 2v.º] se mester for e mais larguamente responder per as composições / estatutos e dereitos que lla lhe ficarom os quaes ora / nom traz comsiguo em esta visitaçam e protesto re/pricar tocieens quociens necesse fuerit e por / penas enjurias e dereitos que de jure posam compitir / a elle dito Senhor bispo e a sua dinjdade episcopall / as aver per quem direito for;

§ aos xxv dias do sobre/dicto mes de maio foe requerida esta reposta ao Senhor / bispo per mjm notairo no louricall a quall me foe ofrecida / pollo bacharell viçente annes procurador do dito Senhor testemunhas joham / lujs e afomso annes moradores no dicto lugar do louricall / e despois per mjm notairo foy notificado ao dito senhor bispo / se auja a dita reposta ofrecida pello dicto bacharell / por boa porquanto a mjm notairo nom constaua ao dito bacharell / ser procurador de sua senhoria e o senhor dise

que a auja / ofrecida e que asy auja o dicto bacharell por seu procurador.

§ / do quall requerimento e portestação com sua reposta e termos / o dicto senhor prioll me pedio que lhe dese hũ conhe/cimento pera sua guarda e eu lhe dey este pollo que / lhe fiquo de lhe dar quada vez que sua senhoria / mandar na forma do do [sic] direito seu instrumento acabado e / sob meu sinal ppublico testemunhas que presentes estavam rogados e / requeridos Christovam de sousa e joham couceiro e afonso diaz / secretario do dicto senhor prioll todos scudeiros de sua / casa e eu sobredicto pero fernandez notairo que esto spreuj e meu ppublico / sinal fiz que tal he /

a) Christoval / de sousa.

a) Afonso diaz /

a) joham / Couceiro /

[sinal] / fidus //

DOC. 40

1504, Maio, 23, Leiria — Aires Fernandes, bacharel, vigário do prior-mor de Santa Cruz de Coimbra, em Leiria, faz notificar a D. Jorge de Almeida, bispo de Coimbra, que não tinha o direito de lançar bênção no Convento de S. Francisco de Leiria.

A — ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, 2.ª inc., m.º 13, doc. do «Alm. 28, m.º 2, n.º 13».

JN nonjne [sic] dominy Amen

Saybam quantos este / stromento de protestaçam vyrem como aos / xxiiij dias do mes de mayo do Anno do / nacymento de noso Senhor jehsũ Christo de mjll e / quinhentos e quatro annos na ujlla de leirja / no mosteiro de santa¹ Anna stando / hy de presente ho mmujto [sic] Reuerendo Senhor dom / jorge d almeyda bispo de cojnbra conde d ar/ganjll, logo per mym notairo jnfra nome/ado e das testemunhas adyante spritas, lhe foy / dicto que o muito honrado Ayres fernandez bacharell / e Vigairo do jlustre e magnjfico Senhor prior / de ssanta cruz na dicta villa me man/dara que Eu lhe notificase e jntymase / hũa sprit[ur]ja de protestaçam synada per elle / vigairo da quall o teor tall he como se se[gue] /

honrado notairo da protestaçam que Eu / ho bacharell Ayres ffernandez abade de carua/lhaes e d ardenas do bispado de Vyseu e / vygairo nesta villa de leyrja polo jlustre e / mũj magnjfico Reuerendo senhor ho Senhor dom / Joham de noronha prior de santa cruz ct., / faço ao muito magnjfico e Reuerendo Senhor dom / jorge de almeyda bispo de cojnbra conde d ar/ganjll ct. em nome do dicto Senhor prior / e seu mosteiro me dares hũu e aquelles / stromentos que comprjem pera guarda e con/seruacam do dirreito do dicto Senhor e seu // [fl. 1v.º] mosteiro A verdade he que a juridicam episcopall / e metropolitana da dicta villa pertence / ao dicto Senhor Prior jsentamente sem o bispo de co/inbra nem outro algũu bispo

¹ Riscou: algumas letras ilegíveis.

nem arcebispo me/dyate nem jmedyate teer algũu dirreito nem con/curencia saluo <quando> ho dicto Senhor bispo per composycam / ante Elle e ho Senhor prior e suas jgrejas² / ³ semell jn anno por certa / anua procuracam que lhe dam he obrjgado / vyr pesoallmente a dicta ujlla [e] em ella na igreja / onde o dicto Senhor Prior ou seu Vygaio ordenarem dar / somente os sacramentos que pertencem A ordem pon/tyficall nom se podendo a majs stender nem an/tremeter sob certas pennas conteudas / nas ditas composycons e ora vyndo ho dicto / Senhor bispo a dicta villa ha comprjr o dicto de/byto a que he obrjgado, se foy ao mosteiro / de sam fr Francisco da dicta villa a ouujr mjsa / E como quem nom stimaua, a honra e jurdicam / do dicto Senhor Prior e sua ygreja nem menos as / ditas composycons antre elles juradas e fyr/madas e penas em ellas conteudas / se antremeteo de facto e contra todo dirreito e / composycoens a deytar bencam solene no / dicto mosteiro de sam fr Francisco nom embargante / que per mym dicto Vygaio lhe fose requerjdo que tall / bencam nam deytase, pojs lhe nom pertencya / e nom usurpase a jurdicam do dicto Senhor / Prior, alyas protesta taua todo ho que fizesse // [fl. 2] lhe nom prejudicar a seus dirreitos e sua sentenca / emcorer nas pennas das ditas composycons / poendo loguo penna e Sentenca de exmunham / em pesoa de todos os stantes que a dicta bencam / ouujsem e outras penas pecunjaes segundo / majs comprjdamente no estromento e estromentos / sobre ello feytos he conteudo e nom embar/gante as ditas protestacons e penas ho / dicto Senhor nom qujs a ello obtemperar mas / com todo deytou a dita bencam, Porem / polo elle assy fazer Eu dito Vygaio yterui / em nome do dicto Senhor Prior protesto tall / auto de bencam nom prejudicar a seu dirreito e / jurdicam, E ser Em sy nehũ e de nehũ / vigor E o dicto Senhor emcorer em mjl marcos / de prata pera o dicto Senhor prior conteudos nas / ditas composycons polas asy de facto quebrar / e majs lhe pagar cjnquo mjll cruzados / de emjurja que em seu nome stimo lhe / seer per elle facta por lhe asy hussurpar sua / jurdicam e contra os seus todos outros que o / ouujram e presentes eram proceder e ha/grauar mjnhas penas censuras quanto / de dirreito deue, E de como Eu esta protesta/cam faco vos requeyro que lhe jntymes e / me des delo os estromentos necesarjos pera / guarda do dicto Senhor Prior e seus direitos como / pedydos e requerjdos tenho ct. // [fl. 2v.º] E querendo lhe Eu asy jntymar e po/bricar a dicta sprit[ur]a per Elle foy dicto que auya / per pobrcada E lhe dese o trelado dela pera / dar sua reposta o quall lhe logo dey / e requerj que respondese se qujsese oje neste / dia ate ora de vespera pois staua de ca/mjnho, senam que darja o dicto stromento sem / sua reposta, E depojs desto ho dicto dya / por majs abastanca lhe fuy requerer / a dicta reposta em pesoa do dicto Senhor bispo / e nam ma deu E ao dia segujnte que / foram xxb dias deste mayo ante que o dicto / Senhor bispo partise da dicta ujlla lhe fuy / outra vez requerer a dicta reposta e sua / Senhorja me dyse que ja tynha mjgell anjo / seu sacratarjo que lha requeresse ao quall / Eu requerj e elle dise que ha nom / auja de dar a mym senam a

² Riscou: «quanto (?)».

³ Riscou: «onde que o dicto Senhor».

seu notairo / E Por asy nom dar ho dicto vygaio me / requereo huu e mujtos estromentos de todo / pera o dicto Senhor polos quaes lhe Eu / fyquey testemunhas que presentes foram fer/nam gyll capelam do Senhor marques / de vila reall e lourenço martjnz clerjgo anbos notarios / apostolicos e anrjque de sybra cortador e joam / alemam e aluaro gyl capateiro e joham // [fl. 3] e lançarote Rudrjguez nouo christão e joham fernandez / jconjmo e outros mujtos moradores na / dicta ujlla e eu Aluaro lopez de Rebelo, / clerjgo de mjsa benefycjado em santa maria / da penna e Resyidente na jgreja parochea / da dicta ujlla e ppublico notairo jnperjall / Autorjtate apostollica que a todo presente fuy / chamado requerjdo e todo o que dicto he / em meu lyuro de notas contynoe y e da / dicta nota Verdadeyramente este presente / instrumento em publica forma per mjnha, mãao spreuj / e a juso meu publico costumado synall fyz / que tall he,, nom seya duujda no riscado / na primeira folha onde dizya, onde o dicto Senhor / nem na jnterlynha que acyma dele onde diz quan/to porque foy por Verdade por mym notairo / todo fecto concertado com ho dicto lourenco martinz notairo / apostolico., /

a) [sinal] Aluarus lupiz notarius apostolicus //